



A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço:

**mulheres e suas lutas
para se manterem vivas!**

CAROLINA RUSSO SIMON



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA- UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA- FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRADO EM GEOGRAFIA

A PROMOÇÃO DA SAÚDE, FEMINISMO E CONTRAESPÇO: MULHERES CAMPONESAS E SUAS LUTAS PARA SE MANTEREM VIVAS!

Dissertação de mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente (FCT) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Carolina Russo Simon

Matrícula nº 170089:



Proc.: 2017/07058-5

Orientador:

Professor Titular Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente- SP
Março de 2020

S594p	Simon, Carolina Russo A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço : mulheres camponesas e suas lutas para se manterem vivas! / Carolina Russo Simon. -- Presidente Prudente, 2020 400 p. : il., tabs., fotos, mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Raul Borges Guimarães 1. Geografia da Saúde. 2. Geografia Feminista. 3. Contraespaço. 4. Brasil. 5. Argentina. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CAROLINA RUSSO SIMON, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

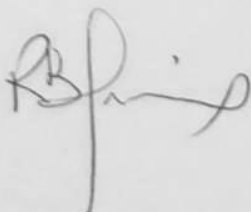
Aos 23 dias do mês de março do ano de 2020, às 14:00 horas, no(a) Anfiteatro VI, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. RAUL BORGES GUIMARÃES - Orientador(a) do(a) Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Presidente Prudente, Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO do(a) Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Presidente Prudente, Profa. Dra. CLAUDIA MARQUES ROMA do(a) Geografia / Universidade Federal da Grande Dourados, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de CAROLINA RUSSO SIMON, intitulada **A PROMOÇÃO DA SAÚDE, FEMINISMO E CONTRAESPÇO: MULHERES CAMPONESAS E SUAS LUTAS PARA SE MANTEREM VIVAS!**

. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. RAUL BORGES GUIMARÃES

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO

Profa. Dra. CLAUDIA MARQUES ROMA



Agradecimentos/Fundos:

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/07058-5.

Esta pesquisa possui vínculo com o financiamento de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP) processo 2018/08455-0.

*Para camponesas que lutam para mudar
o mundo e mudam a vida das mulheres!*

AGRADECIMENTOS

Durante o mestrado o que mais ouvi foi: “ser pesquisadora é solitário”. Nunca me senti sozinha. Mesmo morando longe da família que estava em São Paulo, para cursar Geografia e realizar essa pesquisa de Mestrado na UNESP de Presidente Prudente, fazendo meus campos de longos meses em diferentes locais, Paraíba (Brasil) e Mendoza (Argentina), o estar longe nunca se configurou em estar sozinha.

Agradeço, infinitamente, à minha base.

À minha mãe, Sandra Regina Russo Simon, por me dar a vida. Por toda a sua rigidez na minha educação e por me ensinar, dia após dia, que a vida é feita de batalhas, e que ter saúde e ser saudável é subjetivo, que o que importa é se manter com esperanças de dias melhores. Por me ensinar, desde muito nova, que não podemos parar de lutar e que mesmo que a boca não fale, os olhos gritam! Por me incentivar a ir longe, morar longe e correr atrás do que acredito.

Ao meu pai, Luiz Henrique Rodrigues Simon, por “me criar para o mundo”. Por sempre tentar ser mais que pai e ser amigo, conselheiro. Por estar presente e se fazer presente. Por acreditar em mim, mesmo quando parecia contrário ao que acreditava ser o certo. Saiba que sou grata pelos seus esforços, por segurar a “barra” em casa, para que minha graduação e meu mestrado fossem o mais tranquilo possível.

Aos meus irmãos, Janssen Albert Russo Simon e Juliana Russo Simon. Em especial à minha irmã, a primeira feminista da minha vida. Por ser irmã, amiga e muitas vezes mãe. Por estar ao meu lado, mesmo quando ninguém estava. Por me ensinar, desde de sempre, com falas e exemplos, que podemos lutar por um mundo diferente e que devemos acreditar na bondade e na caridade. Meu muito obrigada por todo seu apoio!

Às minhas sobrinhas, Theodora, Valentina e Luiza. Por serem a fonte onde recarrego minhas energias e esperança para continuar lutando.

À minha madrinha e padrinho, Soraia e Eduardo, por serem os melhores. Por estarem presentes em todos os momentos importantes, por ajudar na minha criação.

À amiga e amigo de longa data.

À Camila Fernanda, por ser amiga-irmã. Pelos conselhos, colo, carinho e parceria. Por sempre se preocupar comigo e fazer os maiores esforços para estar perto, sempre que chegava em São Paulo, tinha espaço na agenda para me ouvir por horas. Por nunca me julgar e sempre tentar entender.

Eric Tonin, por ser amigo e companheiro, por sempre me incentivar e valorizar a Geografia na minha vida.

Às amigas e amigos que Presidente Prudente me deu.

Bruna Borsoi e Lorena Pereira, obrigada por serem as melhores amigas! Por sermos unidas e construirmos essa amizade com base na sinceridade e não em aparências. Por não terem medo de “puxar a orelha” e de dar os melhores abraços do mundo. Por estarem comigo nos momentos mais difíceis e nunca me deixarem sozinha. Bru por ser minha melhor amiga, dividir angústias e alegrias, desde o meu primeiro dia na cidade do calor. Obrigada por me aguentar, literalmente. Por todas as festas, viagens, congressos, mas, principalmente, por construir comigo uma Geografia para a Saúde, Feminina e Feminista. Lô, a melhor veterana que eu poderia ter, obrigada por todas as nossas trocas de vida e de Geografia, por dividir as angústias de uma Geografia feita por homens, por construirmos juntas uma Geografia que olha para além da bacia do Rio do Peixe e sonharmos com uma Geografia para a Pátria Grande. Amo vocês!

Gustavo Andrade, Brendo Camargo e Michele Suizu, obrigada por serem meus vizinhos-amigos. Pelos cafés na porta da casa da Mi, pelas maratonas de série, pelas cervejas no Makoto mas, principalmente, pelos conselhos e pela parceria de sempre. Gu, obrigada por ser o amigo para toda hora, por ser o amigo do melhor carinho. Brendo, por dividir comigo as aflições do mestrado nessa caminhada que fizemos juntos. Mi, por me ensinar que não preciso ter ciúmes, por todos os puxões de orelha, pelos conselhos de vida e por me lembrar sempre do poder das plantas e da espiritualidade.

Ivy Kobayashi, não sabia se te agradecia em São Paulo ou em Prudente. Mas te agradeço por ser você, aqui e lá, lá e aqui. Obrigada por vir para o “calor infernal” e decidir ficar. Por construirmos juntas o dia-a-dia, por termos um lar! Prudente ficou ainda mais acolhedora com você aqui. Obrigada

por me entender melhor que qualquer pessoa, por dividir comigo toda essa loucura que é viver longe da família e se fazer família, te amo!

Victória Batista, te agradeço principalmente pelo tempo que moramos juntas, com os nossos cafés da manhã revolucionários, por todos os sonhos que compartilhamos na Geografia e pelos seus questionamentos sempre presentes, que me fazem pensar e ser melhor!

Aos amigos do Café com Mentira (CCM); Victória, Bruno, Marlon, Lorena, Zé e Victor. Por me mostrarem que a Geografia é ainda melhor com cafés e intercâmbios de saberes. Em especial à Bruno Barcella, pelas comidas carregadas de amor, que fazem a nossa Geografia ainda mais amiga e afetuosa. Marlon Abreu, pelos sábios conselhos sobre a vida e sobre Geografia.

Edson Marcelo Oliveira Silva, meu taurino psicólogo e futuro geógrafo favorito. Obrigada por tudo! Obrigada principalmente pelas nossas conversas sobre gêneros, Psicologia e Geografia. Por abrir minha mente, por sempre estar disposto a conversar sobre tudo. Pelas madrugadas que passamos juntos, discutindo entrevistas e comendo brigadeiros.

João Pedro Pereira Caetano de Lima, pelo companheirismo regado por palavras de incentivo, pelos debates sobre Geografia, pelo apoio à pesquisa e pela paciência nos momentos difíceis, por transformar a minha vida em música e compartilhar comigo as mesmas utopias.

À Maria Frizarin, por fazer as artes desta pesquisa, sendo sempre muito paciente e compreensiva.

Ao Lucas Honorato, por sempre ser presente, tanto nas angústias acadêmicas, como em várias outras que permeiam a vida. Por ser um amigo presente, mesmo morando no Rio, por alegrar meus dias com bons papos, compartilhando sambas à distância e compartilhando cervejas em congressos. Obrigada por toda a bibliografia, palpites e amizade.

À todas e todos que construíram e ainda constroem o BIOGEOS.

Em especial Natália Alves, Rafael Catão, Patrícia Matsumoto, Baltazar Casagrande, Umberto Pessoto e Ana Lúcia Almeida, por sempre ajudarem os mais novos, por se fazerem presentes na construção desta pesquisa, com conselhos, teorias e apoio.

Mateus Fachin, Leandro Buzzo, Matheus Moreno, Bruna Borsoi por construirmos juntos nos últimos anos o cotidiano de laboratório, compartilhar a vivência de congressos do GeoSaúde, mas, principalmente, pautar em nossas pesquisas uma Geografia preocupada com a promoção de vidas.

Aos que se somaram no coletivo e contribuíram na produção desta pesquisa: Edson, Marcelo, Komlan, Julian, Filipe, Lucas, Mariana, Mateus Buttler, Kayque, Alberto, Maria Eduarda, Laís, Pedro, João Pedro e Gabriele.

Ao meu orientador, Professor Raul Borges Guimarães. Te agradeço, por todo o ensinamento destes 7 anos de convivência. Por ser um orientador horizontal, por ser aberto a novos temas e desafios, por “abrir as caixinhas” da Geografia e sempre me incentivar a ir além! Pelas orientações no bar, regadas a boas risadas e conversas que iam para além da pesquisa e se tornavam ensinamentos que vou levar para toda a vida! Sou grata por todas as palavras doces nos momentos difíceis, por acreditar em mim e me mostrar na prática que a academia não precisa ser um espaço hostil. Muito obrigada!

Amigas e amigos da Paraíba.

Primeiro agradeço à CAPES- pelo casadinho. Desde 2015 construímos uma ponte entre João Pessoa e Presidente Prudente, diminuimos distâncias e construímos amizades, com muito forró e funk, cerveja e camarão, Geografia e militância.

À Raisa Regala, por ser essa amiga incrível e presente! Por me mimar sempre que chego na Paraíba. Por me dar casa sempre e me fazer sentir em casa! Por se preocupar não só comigo, mas com a minha pesquisa, sempre sendo solícita às idas a campo e a buscar bibliografias, por sempre insistir nas leituras sobre a luta camponesa e a resistência das mulheres camponesas e construir comigo uma Geografia que rompe caixas da agrária e da saúde.

Ao José Carlos Dantas, meu fiel parceiro de forró! Zé, muito obrigada por tudo, tanto na UNESP quando na UFPB. Por me receber sempre tão bem na Paraíba e por vir para mais pertinho! Obrigada pelas bibliografias, pelas diversas contribuições ao meu trabalho. Por me ensinar, todo dia, um pouco mais sobre o semiárido e suas belezas.

Ao Diego Monteiro e ao Lucas Araújo, pela parceria nos karaokês, e pelas palavras sempre positivas. Lucas, obrigada por ajudar nos campos do semiárido!

Aquelas e aqueles que transformaram a Argentina em lugar.

Agradeço a todas e todos os companheiros da graduação em Geografia de San Juan, por me acolherem tão bem! Por me incluírem nos debates, nos eventos e promoverem uma vivência melhor na Argentina. Em especial a Roccio Cerdera, por ser uma amiga incrível, por me abrir a casa e a sua família, por ser solícita a esta pesquisa. A Mandy, pelas diversas conversas sobre Geografia, saúde e gêneros nos cafés sanjuaninos. Por me ajudar na transcrição das entrevistas, sendo sempre muito sensível com a temática. Ao Dino Taillant por me levar diversas vezes para conhecer paisagens incríveis e me mostrar as belezas da Argentina.

Aos palomitos, Matias Molina, Tommy, Matí, Juan, Fábian. Por toda a paciência com o meu “portunhol”, por transformarem “El Palomar” em um lugar, agradável e acolhedor.

Ao meu tutor do estágio na Argentina, Professor Jorge Amancio Pichenhyan, por todas as orientações, por ouvir minhas aflições e me ajudar a transformá-las em uma leitura crítica da sociedade latina. Por ser compreensivo em momentos difíceis e por incentivar minha autonomia na pesquisa.

Agradeço às mulheres da Via Campesina. Em especial as mulheres camponesas que participaram e acreditaram nesta pesquisa, as mulheres do MST e da UST, que me abriram suas casas e me contaram suas vidas! Que me inspiraram a lutar e não desistir de construir uma sociedade com bases diferentes da sociedade patriarcal, capitalista e racista.

Agradeço também todas as mulheres trabalhadoras do Estado de São Paulo. Por pagarem o injusto Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que viabiliza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e, assim, mantém a excelência da Geografia de Presidente Prudente, conformando uma graduação 5 estrelas e a pós-graduação nota 7 na CAPES, ainda conformada por uma maioria de homens, onde nós mulheres resistimos para produzir uma ciência feminina e feminista.

Antipatriarca

Yo puedo ser jefa de hogar
Empleada o intelectual
Yo puedo ser protagonista de nuestra historia
Y la que agita
La gente, la comunidad
La que despierta la vecindad
La que organiza la economía
De su casa, de su familia

Mujer linda se pone de pie
Y a romper las cadenas de la piel

Tu no me vas a humillar
Tu no me vas a gritar
Tu no me vas someter
Tu no me vas a golpear
Tu no me vas denigrar
Tu no me vas obligar
Tu no me vas a silenciar
Tu no me vas a callar

No sumisa ni obediente
Mujer fuerte insurgente
Independiente y valiente
Romper las cadenas de lo indiferente
No pasiva ni oprimida
Mujer linda que das vida
Emancipada en autonomía
Antipatriarca y alegría

A liberar, a liberar!

(Ana Tijoux- compositora)

“A PROMOÇÃO DA SAÚDE, FEMINISMO E CONTRAESPÇO: MULHERES CAMPONESAS E SUAS LUTAS PARA SE MANTEREM VIVAS!”

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa foi compreender a saúde produzida, vivida e sonhada pelo campesinato através da interseccionalidade da luta sul-americana pela terra e pela água, dentro do contraespaço da Via Campesina. Para isso, a pesquisa partiu da compreensão de que o espaço atual é produzido pelo tensionamento do sistema patriarcal-capitalista-racista, e que este é triplamente perverso com as mulheres provenientes de países que contém a formação socioespacial em bases escravocratas. Sendo assim, a pesquisa partiu das análises comparadas das falas e memórias das pessoas que compunham o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado da Paraíba (Brasil) e na Unión de los trabajadores Rurales Sien Tierra (UST-MNCI) na província de Mendoza (Argentina). No Brasil foram ouvidos e transcritos 7 relatos de militantes do MST-PB, sendo 5 mulheres e 2 homens, já na Argentina participaram 8 pessoas, sendo 7 mulheres e 1 homem, militantes da UST. A partir da expressiva presença de mulheres, a pesquisa revelou a necessidade de evidenciar as práticas de promoção da saúde decoloniais femininas e feministas que são construídas nos dois movimentos, através das suas relações em redes. Portanto, os resultados da pesquisa, revelaram que o Feminismo Camponês e Popular é um dos elementos principais dos contraespaços do campesinato que promove a saúde.

Palavras-chave: Feminismo Camponês e Popular, Via Campesina, UST, MST, Promoção da Saúde e contraespaço.

“LA PROMOCIÓN DE LA SALUD, EL FEMINISMO Y EL CONTRAESPACIO: ¡MUJERES CAMPESINAS Y SUS LUCHA PARA MANTERNESE VIVAS! ”

RESUMEN:

El objetivo de esta investigación fue comprender la salud producida, vivida y soñada por el campesinado a través de la interseccionalidad de la lucha sudamericana por la tierra y el agua, dentro del contraespacio de La Vía Campesina. Para esto, la investigación comenzó desde el entendimiento de que el espacio actual es producido por la tensión del sistema patriarcal-capitalista-racista, y que es triplemente perverso hacia las mujeres de países que contienen formación socioespacial sobre una base esclava. Por lo tanto, la investigación comenzó a partir de los análisis comparativos de los discursos y recuerdos de las personas que formaron el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en el estado de Paraíba, en Brasil y en la Unión de los Trabajadores Rurales Sien Tierra (UST-MNCI) en la provincia de Mendoza, en la Argentina. En Brasil, se escucharon y transcribieron 7 informes de activistas de MST-PB, 5 mujeres y 2 hombres, mientras que 8 personas participaron en Argentina, 7 mujeres y 1 hombre, activistas de UST. Desde la presencia expresiva de las mujeres, la investigación reveló la necesidad de destacar las prácticas de promoción de la salud femenina y feminista que se construyen en ambos movimientos, a través de sus relaciones en las redes. Por lo tanto, los resultados de la investigación revelaron que el feminismo campesino y popular es uno de los elementos principales del contraespacio campesino que promueve la salud.

Palabras-clave: Feminismo Campesino y Popular, Vía Campesina, UST, MST, Promoción de la Salud y contra espacio.

"THE PROMOTION OF HEALTH, FEMINISM AND COUNTERSPACE: PEASANT WOMEN AND THEIR STRUGGLE TO STAY ALIVE! "

ABSTRACT:

The aim of this research was to understand the health produced, lived and dreamed by the peasantry through the intersectionality of the South American struggle for land and water, within the Via Campesina counter space. For this, the research started from the understanding that the current space is produced by the tension of the patriarchal-capitalist-racist system, and that it is triple perverse with women from countries that contain socio-spatial training on a slave basis. Thus, the research started from the comparative analyzes of the speeches and memories of the people who made up the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the state of Paraíba (Brazil) and in the Unión de los trabajadores Rurales Sien Tierra (UST-MNCI) in the province of Mendoza (Argentina). In Brazil, 7 reports by MST-PB activists were heard and transcribed, 5 women and 2 men, while 8 people participated in Argentina, 7 women and 1 man, UST activists. From the expressive presence of women, the research revealed the need to highlight female and feminist decolonial health promotion practices that are built in both movements, through their relationships in networks. Therefore, the results of the research revealed that Peasant and Popular Feminism is one of the main elements of the peasantry's contraspace that promotes health.

Keywords: Peasant and Popular Feminism, Via Campesina, UST, MST, Health Promotion and counter space.

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido	Brasil
	Associação Centro-americana de Organizações	
ASOCODE	Camponesas para a Cooperação e Desenvolvimento	*
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia	Brasil
BDI/BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	
BEPE	Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior	Brasil
BIOGEOS	Laboratório de BioGeografia e Geografia da Saúde	Brasil
BSC	Banco de Sementes Comunitários	Brasil
CAI	Consejo Asesor Indígena	Argentina
	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível	
CAPES	Superior	Brasil
CETAS	Centro de Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde	Brasil
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Ambito del Campo	
	Coordinadora de Campesinos, Indígenas y Trabajadores	
COCITRA	Rurales	Argentina
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas	Brasil
CPE	European Coordination Via Campesina	
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra	Brasil
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São	
FAPESP	Paulo	Brasil
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia	Brasil
FMI	Fundo Monetário Internacional	
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes	Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Brasil
IGN	Instituto Geográfico Nacional	Brasil
KMP	Kilusang Magbubukid ng Pilipinas	Filipinas
		América
LVC	La Via Campesina	Latina
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Brasil
MMA	Ministério do Meio Ambiente	Brasil
MNCI	Movimiento Nacional Campesino Indígena	Argentina

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Brasil
	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma	
NERA	Agrária	Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio	
ONG	Organização Não Governamental	
P1MC	Programa um Milhão de Cisternas	Brasil
PIVAS	Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa	Brasil
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica	Brasil
PRONERA	Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária	Brasil
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	Brasil
UFPB	Universidade Federal da Paraíba	Brasil
UNCuyo	Universidad Nacional de Cuyo	Argentina
UNESP	Universidade Estadual Paulista	Brasil
UNJS	Universidad Nacional de San Juan	Argentina
UST	Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra	Argentina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações gerais sobre os relatos orais de militantes do MST-PB.	63
Quadro 2: Coleta de relatos orais com militantes da UST, por data e local	77
Quadro 3: Movimentos Camponeses da América Do Sul que compõem La Vía Campesina, 2018.	108
Quadro 4: Movimento de mulheres Camponesas na América Do Sul que compõem La Via Campesina, 2018	109

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Promoção da saúde pela Via Campesina.	93
Organograma 2: Promoção da saúde pela CLOC-Via Campesina	103
Organograma 3: Representatividade de movimentos Sul-Americanos na LVC, 2019.	105

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos trabalhos de campo com coleta de relatos orais com militantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado da Paraíba- Brasil.....	62
Mapa 2: Espacialização do MST no Brasil em 2018.	145
Mapa 3: Espacialização do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), por movimentos em las provincias de Argentina em 2019.....	156
Mapa 4: Espacialização da UST na província de Mendoza-Argentina.....	160
Mapa 5: Localização do município de Remígio, Paraíba- Brasil	240
Mapa 6: Localização do município de Lagoa Seca, Paraíba- Brasil.....	289
Mapa 7: Localização do município de Lagoa Seca, Paraíba- Brasil.....	309
Mapa 8: Localização do departamento de La Valle, Mendoza- Argentina	324
Mapa 9: Localização do departamento de General Alvear,, Mendoza- Argentina.....	371
Mapa 10: Localização do departamento de Tupungato, Mendoza- Argentina.	387

LISTA DE FOTOS

Foto 1: A seca no estado. Açude sem água. Município de Coremas-PB.	58
Foto 2: Inselbergs Paraibanos e o determinismo hídrico na caatinga, município de Patos-PB.	58
Foto 3: A realidade do sertanejo ao ter que buscar água. Município Campina Grande-PB.	59
Foto 4: A universidade chega a realidade do MST-PB. Trabalho de campo em Souza-PB.	60
Foto 5: Campo exploratório sobre resistência camponesa e convívio com a seca, assentamento do MST-PB, município de Souza-PB.	60
Foto 6: Bodega Andeluna, Tupungato, Mendoza- Argentina.	70
Foto 7: Dique de Potrerillos, Mendoza- Argentina.....	70
Foto 8: Cartaz da entrada da Escola Camponesa de Agroecologia (UST/MNCI) na estrada, RUTA 40.....	72
Foto 9:Entrada da Sede da UST em La Valle, Mendoza.....	72
Foto 10: Paisagem semiárida na Ruta 40, estrada principal para ir de San Juan à Mendoza.....	73
Foto 11:Reunião do Grupo de Gênero da UST, San Rafael- Mendoza.	74
Foto 12: Presença da UST na manifestação feminista contra a violência para com as mulheres, Capital de Mendoza	74
Foto 13: Sede da UST do Valle do Uco, localizada no departamento de Tupungato, Mendoza-ARG.....	161
Foto 14:Sede Oeste da UST, localizada no departamento de Lavalle, Mendoza- ARG.	161
Foto 15: Radio Tierra Campesina (89.1 FM), UST-MNCI.	162
Foto 16: Sede e Fábrica Leste da UST, localizada no departamento de San Rafael, Mendoza-ARG.	163
Foto 17: Produtos produzidos e comercializados pela UST-MNCI.....	165
Foto 18: Galpão da Fábrica de San Martin-Mendoza, 2018.....	167
Foto 19: Faixa feminista na Fábrica de San Martin-Mendoza, 2018.	167

Foto 20: Cisterna de placa em construção no Centro de Formação do MST-PB.	181
Foto 21: Cisterna de placa na sede da UST, localizada no departamento de Tupungato, Mendoza-ARG.....	188
Foto 22: Casa de sementes em construção na Escola de Agroecologia da UST-MNCI.	199
Foto 23: Bandeiras na escola da UST representando a conectividade dos movimentos.....	202
Foto 24: Entrada do prédio principal da Escuela Campesina de Agroecologia-MNCI-UST.....	204
Foto 25: :Entrada lateral do prédio principal da Escuela Campesina de Agroecologia-MNCI-UST.....	205
Foto 26: Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema-SP.....	206
Foto 27: Parede externa do Banheiro da Escuela Campesina de Agroecologia MNCI-UST com símbolo trans.....	212
Foto 28: Aula de Geografia e Gênero com o coletivo LGBTQI+ do MST.	213

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração oficial da Via Campesina Internacional sobre a campanha de sementes.....	119
Figura 2: Ilustração oficial da Via Campesina sobre a campanha “Basta de Violência para com as Mulheres”.	120
Figura 4: Sede das Assembleias de Mulheres camponesas da CLOC e da Via Campesina Internacional ao longo dos anos.....	125
Figura 5: Cisterna de placa no assentamento rural do MST no município de Campina Grande- PB, Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).	183
Figura 6: Cisternas de placa versus cisternas de polietileno.....	187
Figura 7: Banco de Sementes Comunitário no assentamento rural do MST no município de Remígio- PB, articulado na Rede de Sementes do Semiárido..	197

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
INTRODUÇÃO	30
A CONSTRUÇÃO DA HIPÓTESE.....	41
SOBRE OS CAPÍTULOS	42
CAPÍTULO I: UM ESTUDO COMPARADO A PARTIR DA VIVÊNCIA MARCADA POR SUBJETIVIDADES	44
1.1. Método comparativo e a <i>práxis</i> na ciência geográfica	46
1.2. A pesquisa qualitativa: a necessidade de sensibilização e empatia	49
1.3. Os trabalhos de campo: os encontros e aprendizados no mundo real	54
1.4 Chegada à campo no Brasil	57
1.4.1. As mulheres do MST-PB	64
1.5 Chegada à campo na Argentina.....	69
1.5.1. As mulheres da UST-MNCI	78
1.6. Dois países diferentes e um mesmo sentimento	83
CAPÍTULO II: LA VIA CAMPESINA- O CONTRAESPÇO PRODUZIDO PELA PROMOÇÃO DA SAÚDE CAMPONESA	88
2.1- Via Campesina: o contraespaço produzido pelas práticas feministas de promoção da saúde.....	90
2.2 O nascimento da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC):contraespaço decolonial na América Latina	99
2.2.1. A Via Campesina Sul-americana: um caminho interseccional de produção social da saúde	105
2.3-O patriarcado violento no campo e a necessidade da construção do Feminismo Camponês Popular.....	112
2.3.1. O Feminismo Camponês e Popular e sua origem latina	118
2.3.2. Violência doméstica e a necessidade do feminismo no campo.	126

CAPÍTULO III: O CONTRAESPÇO ARGENTINO e BRASILEIRO; A UST- MNCI e o MST-PB	133
3.1. Formação socioespacial brasileira: um olhar sobre a Paraíba	137
3.2. O contraespço na Paraíba: das Ligas Camponesas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	140
3.3. A formação socioespacial da Argentina: um olhar sobre Mendoza	150
3.4 O contraespço na Argentina: do MNCI à construção da UST	154
CAPÍTULO IV: PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE CAMPONESA: A ESCOLA, AS SEMENTES CRIOULAS E O ACESSO À ÁGUA.....	171
4.1 Práticas de promoção da saúde camponesa: educar e estocar...	173
4.2- Cisternas - a promoção da vida feminina pelo estoque de água .	179
4.3 Soberania alimentar- a promoção da saúde pelo estoque de sementes	190
4.4 A escola e a Promoção da Saúde Camponesa	201
4.5- Aspectos necessários para avançar na ampla saúde camponesa	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
 APÊNDICES	 238
I. ENTREVISTAS REALIZADAS NA PARAÍBA- BRASIL	238
1.1. Município de Remígio	239
1.1.1.AD. 241	
1.1.2.IN. 256	
1.1.3.ELE 270	
1.2.Município de Lagoa Seca	289
1.2.1.DI. 290	
1.2.2. GI 303	
1.3.Município de Campina Grande	309
1.3.1 AB e JQ 310	

II. ENTREVISTAS REALIZADAS EM MENDOZA-ARGENTINA	323
2.1. <i>Departamento de La Valle</i>	324
2.1.1. V. y M. 325	
2.1.2. DA. y MA.	344
2.1.3. ALI. 359	
2.2. <i>Departamento de General Alvear</i>	371
2.2.1.DM. 372	
2.2.2. KA. 378	
2.3. <i>Departamento de Tugungato</i>	387
2.3.1 EMI 388	

APRESENTAÇÃO

Toda pesquisa tem uma história, isso é um fato! Mas, nem sempre este fato é considerado pelas pesquisadoras e pesquisadores que escrevem suas dissertações, por julgarem sem relevância científica. A construção de trabalhos científicos sem história da construção do objeto de pesquisa, a partir dos desejos e anseios da pesquisadora e do pesquisador, é o pensamento enraizado na construção de uma ciência que tem por obrigação ser “neutra”. Esta ciência “neutra” é uma ciência feita sem diferenciação das vivências e subjetividades das pesquisadoras e pesquisadores, sem levar em consideração o que é construído em relação com as pessoas, as enunciadoras do objeto de pesquisa, do fenômeno social.

Por isso, peço licença a leitora e ao leitor para contar, um pouco, da história dessa pesquisa. Afinal, todo o conteúdo aqui presente foi construído com um propósito nada neutro, e surgiu como demanda das mulheres camponesas que participaram desta pesquisa. Quero deixar nítido que eu escolhi estudar a promoção da saúde camponesa como construtora de espaços contra-hegemônicos na Geografia, mas foram as mulheres que colocaram o feminismo camponês em foco e demonstraram como ele se materializa em práticas que promovem a saúde e, assim, como objeto desta pesquisa.

A minha formação acadêmica nunca foi neutra. A UNESP me incentivou a olhar para o real concreto, a partir da demanda exposta, principalmente, a partir das falas das sujeitas que nem sempre são ouvidas. Aprendi, ao longo da graduação, que pesquisa tem que ter propósito social e tem que ter utopia, tem que almejar a mudança da sociedade. E foi assim que fui de encontro com os movimentos camponeses, especificamente com as formas de viver das camponesas que estavam em conflito com o espaço atual, marcado pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo.

Falando sobre a história da pesquisa e da construção do objeto de estudo vale contar a vocês, leitoras e leitores, que durante a graduação em licenciatura em Geografia, eu tive o prazer e o privilégio de participar do projeto Casadinho/Procad da UNESP de Presidente Prudente e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fomentado pela CAPES, especificamente em novembro de 2015. A partir da vivência de um mês na Paraíba, foi possível

compreender melhor (um pouco melhor) a realidade do semiárido brasileiro a partir das experiências de resistência cultural das famílias camponesas diante da escassez de água e suas lutas na terra. Da mesma forma, foi possível tomar conhecimento dos programas sociais e políticas públicas de uso da água no semiárido nordestino. Essas atividades foram acompanhadas de perto pela coordenadora do PROCAD na UFPB, a Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira¹.

A imersão de um mês na realidade paraibana me permitiu conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na Paraíba (MST-PB) e identificar, através da teoria e da empiria, as diferenças espaciais do movimento nacional MST a partir das comparações das vivências de campo, proporcionadas pela graduação na UNESP em Presidente Prudente-SP, com o MST-SP no pontal do Paranapanema². Dessa forma, surgiu a curiosidade de compreender porque era diferente as estratégias de luta dentro de um mesmo movimento.

Em um segundo momento da graduação, eu tive o privilégio de conhecer a realidade espacial da região de Cuyo³ a partir da participação do III Encuentro Argentino Brasileiro de Geografia, que ocorreu na Universidad Nacional de San Juan (UNSJ) e na Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), em junho de 2016. Nesta oportunidade, conheci um pouco da dura realidade daquelas e daqueles que lutam pelo acesso à água e à terra. Havia um incentivo do meu orientador, Professor Raul Borges Guimarães e do Professor Jorge Amancio Pickenhayn (UNSJ) de realizar estudos de Geografia da Saúde em parcerias latino-americanas, como forma de unificar, ainda mais, os estudos Brasileiros e Argentinos nesta temática. Foi assim que se desenhou a “outra parte” do projeto.

O projeto de pesquisa foi tomando forma em um movimento pessoal de rompimento das “caixinhas geográficas”, demanda que foi evidenciada e ensinada ao longo dos 7 anos na Geografia da UNESP de Presidente

¹ Trata-se de uma das maiores especialistas na questão agrária brasileira e pioneira em estudos de Geografia da Saúde no país.

² Pontal do Paranapanema está no extremo oeste do estado de São Paulo, com 32 municípios, incluindo Presidente Prudente, unidade sede da pesquisa.

³ O Cuyo é uma região da Argentina formada pelas províncias de San Juan, Mendoza e San Luis.

Prudente-SP, principalmente no convívio com meu orientador. Concordando com Armando Corrêa da Silva (1985):

“o futuro da geografia está ligado à capacidade daqueles [e daquelas] que a fazem em produzir um conhecimento que seja útil a uma sociedade em que não haja opressão, o que exige uma posição de permanente luta. Quem constrói o futuro somos nós mesmos” (p.06).

Sendo assim, esta pesquisa iniciou em março de 2017 e teve como primeiro propósito analisar as semelhanças e diferenças das práticas de promoção da saúde de comunidades camponesas da região do semiárido da Paraíba- Brasil e da região semiárida de Mendoza- Argentina. Eu tinha como objetivo compreender a multidimensionalidade da luta pela terra e pela água, como formas de produção de práticas de saúde contra hegemônicas frente ao agrohidronegócio⁴.

O desejo motivador da dissertação era: refletir sobre a promoção da saúde, demonstrando a importância deste conceito proveniente da saúde coletiva para os estudos de Geografia. Afinal, havia uma necessidade de compreender a promoção da saúde em comunidades camponesas. Para isso, elegemos o Brasil e a Argentina, abrindo os “recortes de estudo” para além do Pontal do Paranapanema- SP.

Como exposto, o projeto se desenhou da curiosidade de abarcar um tema. No princípio a pesquisa pareceu ser totalmente distinta da minha vivência espacial de “metropolitana”, mulher vinda da grande São Paulo, que foi ter contato com a realidade do interior e, também conhecer a luta pela terra, e na terra, ao conhecer o MST, pela graduação em Geografia na UNESP de Presidente Prudente-SP, já com meus 20 anos.

As críticas ao projeto de mestrado foram duras, e nunca pararam de vir. Afinal, como uma mestranda pode ter a pretensão de estudar dois países, dois movimentos de camponesas e camponeses? Lembro-me do dia que meu orientador disse: “para lograr com os objetivos dessa investigação e chegar aos seus objetivos como mestranda você precisa se encontrar dentro do seu objeto

⁴ Agrohidronegócio é modelo agrícola que conjuga o monopólio da terra e da água por grandes empresas capitalistas (THOMAZ JUNIOR, 2010).

de pesquisa e, este objeto não é o campesinato, mas a saúde produzida, não perca a saúde de vista! ”.

A teoria e a empiria foram as bases determinantes de formulação de uma abordagem geográfica de promoção da saúde camponesa e feminista, do ponto de vista das mulheres camponesas latino-americanas. Mas esta experiência de pesquisa se deu de forma tortuosa. Olhando posteriormente por todo o processo de pesquisa para poder escrever, avalio que tenha sido um caminho muito frutífero!

Afinal, “na vida real há uma geografia vivida” (GUIMARÃES, 2014, p.48). As mulheres se colocaram “em cena”, exigindo o protagonismo na luta camponesa e, por consequência, nesta pesquisa. Concordando com Guimarães (2019), acredito que “o ponto de partida e de chegada não são os conceitos abstratos, mas os problemas reais que precisam ser melhor compreendidos pela ciência geográfica” (GUIMARÃES, 2019, p.122), conformando o que Hessen (1987) denomina de realismo crítico: “ as coisas reais e as relações essenciais existem, independentes do nível de consciência do pesquisador e da pesquisadora” (GUIMARÃES, 2019, p.129). Portanto, invisibilizar as camponesas, dentro e fora da academia, é uma estratégia com bases nos processos de desapropriação e precarização da classe trabalhadora do campo e que chega de forma mais agressiva e cruel nas mulheres, que não tem seu direito de ser mãe, *luchadora* e produtora de comida, e não de *commodity*.

Assim, foi evidenciado neste percurso que fazer ciência é responder à demanda da realidade de forma propositiva e não somente explicativa. Fazer ciência, especificamente dentro da ciência geográfica, é se encontrar enquanto sujeita no mundo, a partir de todas as realidades analisadas, é se encontrar no fazer geográfico, no qual sempre estive atrelado à saúde e ao meu corpo e corporeidades - de mulher!

Pois, como nos ensina a geógrafa feminista Joseli Maria Silva, “meu corpo, assim como compreendo os corpos que estudo, não é um local onde a cultura se inscreve, mas é ativo na produção das percepções e, tal qual aponta Knoop (2007), constitui-se em ferramenta de pesquisa” (2010, p.49). Desta

forma, reconheci a importância do meu corpo e de minha corporeidade nesta pesquisa⁵. A importância de se olhar a realidade com os olhos de uma mulher latino-americana e não só brasileira.

Isso se expressará em toda e qualquer pesquisa que eu me proponha a fazer, uma vez que na condição de mulher latino-americana, pela minha própria natureza, tendo a ser questionadora do sistema hegemônico patriarcal-capitalista que nega meu corpo e os corpos que se parecem com o meu. Afinal, os modelos pré-estabelecidos, dentro do sistema vigente, negam as experiências de vida das mulheres porque tem suas bases no machismo e patriarcalismo e, no caso da nossa realidade latino-americana, eles têm as bases no homem branco europeu como eixo principal de opressão.

Bem, esse trabalho faz parte de um esforço maior de um coletivo de pesquisadoras e pesquisadores do Laboratório de BioGeografia e Geografia da Saúde (BioGeoS) do Centro de Estudos e Educação sobre Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) da UNESP de Presidente Prudente. Estudar Geografia da Saúde dentro do BioGeoS/CETAS é considerar as “lentes” geográficas sensíveis para a análise da produção do espaço e do contraespaço. Tendo em vista o processo de viver-morrer, é reconhecer as potencialidades e limitações do corpo, enquanto espaço...O corpo como componente político!

Sendo assim, após este reconhecimento do meu corpo e suas corporeidades, atrelado com a história da construção do objeto da pesquisa pela demanda das mulheres camponesas que participaram, a pesquisa tomou sua forma, uma forma própria, como um organismo vivo. E, por causa disso, a hipótese foi modificada, ou melhor, foi reformulada para responder a demanda do real concreto, encontrado nos trabalhos de campo.

⁵ A corporeidade, utilizada neste trabalho, se apoia no sentido de fluidez, de representação e das relações entre anatomia e identidade social, proposto por Linda McDowel (1999).

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objeto de pesquisa a saúde produzida, vivida e sonhada pelo campesinato, não sendo o campesinato em si o objeto de análise, tão pouco as doenças que assolam as comunidades rurais. Pelo contrário, a discussão que se coloca aqui é da saúde enquanto promoção-de-saúde-camponesa. Sendo assim, apresento o debate de qual saúde camponesa estou falando - a saúde produzida, vivida e sonhada pelo campesinato a partir das concepções de saúde das mulheres da UST e do MST. Parto do princípio de que:

“A geografia da saúde é uma abordagem de Geografia preocupada com a vida das pessoas, uma Geografia que tem o lugar de cada um como ponto de partida para olhar o mundo” (GUIMARÃES, 2014. p.42).

Este debate é necessário, pois ele demarca uma posição da Geografia da saúde *versus* Geografia médica, da saúde individual *versus* a saúde coletiva. Quando discuto a Promoção da Saúde Camponesa enquanto objeto da Geografia, e me posiciono como uma geógrafa para a saúde e não como uma especialista de Geografia Médica, estou falando de que Saúde?

Segundo Lacaz (1972), a Geografia Médica é a disciplina que estuda a Geografia das doenças, isto é, a patologia à luz dos conhecimentos geográficos. Por sua vez, a Geografia da Saúde é a integração da Geografia Médica com as contribuições da Geografia Crítica (ROJAS e BARCELLOS, 2003). Logo, “não seria papel da Geografia compreender os processos de adoecer e morrer de um grupo social, desde que não fosse possível demonstrar a determinação socioespacial de tais processos” (GUIMARAES, 2019, p. 122). Por causa dessa abordagem, mais do que uma Geografia da Saúde, estamos produzindo uma Geografia para a saúde. Uma Geografia preocupada com a vida das pessoas, com o modo de produção e reprodução social da saúde coletiva.

Tendo esse debate maior como referência, a presente dissertação de mestrado se propõe a refletir acerca da contribuição da Geografia para a saúde camponesa, o que perpassa a compreensão crítica do modo como essa comunidade ressignifica a saúde a partir de suas próprias experiências de vida. Compreendendo-a pelos pressupostos da Saúde Coletiva, a saúde camponesa que me proponho a dissertar desenha-se enquanto uma visão ampliada, a

partir da qual a saúde é uma pauta a ser realizada por um projeto de sociedade proposto pelas camponesas. O projeto de sociedade, proposto pelas camponesas, considera a centralidade das mulheres e da questão racial, tendo em vista que o sistema capitalista nega a classe trabalhadora, e assim o campesinato. O sistema se estruturou na opressão combinada, pois as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo.

Assim, o projeto de sociedade camponesa se pauta na Reforma Agrária Popular, o que envolve a soberania alimentar, a educação do campo, traz o feminismo frente ao sistema patriarcal, e o antirracismo ao sistema colonial branco. Logo, entendo que a saúde camponesa é o resultado e o resultante do feminismo camponês, pois é uma produção social decorrente do enfrentamento das mazelas causadas pelo sistema-patriarcal-capitalista-racista (SAFFIOTI, 1969), que nega os diversos sentidos coletivos da saúde.

Dessa maneira, a saúde coletiva é resultado da compreensão de que a saúde se desenha no bojo social como um produto, resultado das condições de existência de uma pessoa ou um grupo. Por causa disso, a saúde camponesa é concebida enquanto promoção da saúde e não como prevenção de doenças (como faz a Medicina). É preciso explicar melhor essas diferenças.

A promoção da saúde é produzida pela materialidade de práticas de saúde a partir das quais se desenham práticas de vida e não de morte, de saúde e não enfermidade. Para compreender essas práticas há duas concepções de promoção da saúde que precisam ser diferenciadas: a promoção da saúde tradicional e a nova promoção da saúde.

A promoção da saúde tradicional é proveniente da conceituação de Leavell e Clark (1976) como um elemento primário de atenção à medicina preventiva (CZERESNIA, 2003; BUSS, 2003), que visa aumentar o bem-estar através da prevenção de doenças. Assim, ao valorizar o modelo biomédico, essa abordagem tradicional de promoção da saúde tem provocado um imaginário de culpabilização, uma vez que as pessoas seriam vítimas de seus próprios hábitos.

Em contrapartida, a denominada “Nova promoção da saúde”, baseada no entendimento de que há uma ruptura entre prevenir e promover a saúde (NUTBEAN, 1986), pontua a necessidade de explicitar que a promoção da saúde não é sinônimo de Prevenção de Doenças. Pelo contrário, a promoção

teria como horizonte, ou meta, a eliminação permanente, ou pelo menos duradoura, da doença porque buscaria atingir suas causas mais básicas, trazendo elementos do ambiente, e não apenas evitar que as doenças se manifestem nos indivíduos e nas coletividades (LEFEVRE e LEFEVRE, 2004).

Tendo a concepção da nova promoção da saúde como referência, para entender a Promoção de Saúde camponesa, é preciso vê-la como mudança de paradigma, de deslocamento do foco na doença para o que se entende e produz como saúde. A entrevistada **D.** elucida o que as camponesas, entendem por saúde:

*“Quando uma pessoa é saudável? Quando ela tem perspectiva de vida, quando se alimenta bem, quando tem a capacidade de sonhar, então as pessoas são saudáveis, porque quando ela perde a capacidade de sonhar ela não é mais saudável, ela perdeu a alegria a esperança, aí entra vários fatores”. (Entrevistada **D.** Paraíba- BRA, 2018).*

Em suma, com base nesse relato, a saúde camponesa é a perspectiva pautada pela promoção da saúde, podendo ser compreendida enquanto um movimento ideológico que surge em resposta à excessiva medicalização no interior da sociedade, partindo da valorização do “conhecimento popular” e da participação social (BUSS, 2000 e 2003). Como nos traz Stotz e Araujo (2004, p. 07), é a promoção que “define como requisitos e condições para a saúde: paz, educação, moradia adequada, alimentação saudável, renda suficiente, ecossistema estável, justiça social e equidade”. Como nos conta **D.**, e também, a entrevistada **M.** o conceito de saúde sempre esteve ligado à esperança de se manter vivas e ao acesso à terra e água, ao vínculo com a natureza:

*“Bem, o conceito de saúde que historicamente possuía nas comunidades, desde o vínculo com a natureza e as plantas, bem como preventivo curativo de muitas coisas, mas também, entendendo esse conceito de saúde de estar bem, de poder ter uma vida saudável em toda a sua dimensão, acontece que dizemos: “bem, precisamos de acesso à terra e à água para produzir alimentos saudáveis”⁶ (Entrevistada **M.** Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora).*

⁶ “bueno el concepto de salud que históricamente se tuvo en las comunidades, desde el vínculo con la naturaleza y las plantas como también preventivas curativas de un montón de cosas, sino también, entendiendo ese concepto de salud desde el estar bien, de poder tener una vida sana en toda su dimensión, que pases eso nosotros decimos:” bueno necesitamos el

Conforme nos evidencia a fala da entrevistada, o trabalho, assegurado pelo acesso à terra e a água, é categoria fundante para constituir-se enquanto um recurso de criação de uma sociedade saudável por meio da promoção da saúde. Todavia este trabalho deve ser assegurado tanto para os homens quanto para as mulheres, principalmente para as mulheres não brancas, afim de reparar a exclusão histórica delas⁷.

Considerando que as formas de vida, de trabalho e de lazer devem ser fontes de saúde (VERDI e CAPONI, 2005, p. 85), e que o trabalho deve constituir-se num recurso para a criação de uma sociedade saudável, a terra, e consequentemente a água- pares indissociáveis- para o campesinato se dá como um instrumento de trabalho e a terra=água devem ser promovidas, principalmente, pela reforma agrária ampla e popular para que se possa compreender que o acesso à terra é a água é o acesso ao trabalho, logo o primeiro passo para a ampla Promoção da Saúde.

Falar de ampla Promoção da Saúde, pela reforma agrária popular e feminista, é falar de trabalho para o campesinato. Este fato demanda a análise da situação em foco como uma concepção ampla de trabalho (ANTUNES, 2008). Desta forma, para que se consiga uma análise do sentido do trabalho, é preciso compreender o trabalho como categoria fundante, enquanto dimensão ontológica do ser, para além da subversão feita pelo capitalismo ao sentido ontológico do trabalho, quando transforma o trabalho fundante em trabalho alienado.

Logo, “o trabalho é o resultado de um pôr teleológico através do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.05) e, esse movimento é também um movimento de reprodução social da saúde (GUIMARÃES, 2015). O sistema capitalista gera uma exclusão da condição ontológica do ser social e, o impedimento da reforma agrária ampla, popular e feminista, é a materialização das bases do sistema capitalista no campo, o qual inviabiliza a realização do trabalho, “como momento fundante de realização do ser social” (ANTUNES, 2010, p. 144).

acceso a la tierra y al agua para poder producir alimentos sanos" (Entrevistada M. Mendoza-ARG, 2018)

⁷ Esta passagem será melhor explicada no capítulo 02.

No clássico estudo de Dejours (1992) sobre as causas do sofrimento e os conceitos de normalidade no trabalho, o autor demonstra que o sofrimento é inevitável e ubíquo ao trabalho alienado, pois as relações de trabalho dentro do sistema capitalista despojam o (a) trabalhador (a) de sua subjetividade, excluindo o (a) sujeito (a), configurando assim, “como o espaço de luta que ocorre o campo situado entre, de um lado, o bem-estar, e, de outro, a doença mental ou a loucura” (DEJOURS, 1992, p.153). É por isso que ao longo da história o nexo do trabalho se dá enquanto patologia e não enquanto saúde (SIMON e GUIMARÃES, 2016).

Desta forma, o trabalho, principalmente para as mulheres camponesas, deve ser compreendido como o “movimento de restabelecimento do sistema de mediações de primeira ordem”, através do qual é possível reproduzir as necessidades basilares dos seres humanos, o que nos distingue enquanto seres sociais da mera reprodução biológica de outras formas pré-humanas de vida (ANTUNES, 2009). Porque olhar todo esse processo a partir das trabalhadoras?

Marx (1867) já nos alertava sobre o trabalho mal pago exercido pelas mulheres. Porém, são as feministas marxistas que apresentam o salto da compreensão da classe pela divisão sexual do trabalho. Como nos ensina Federici: “a história das mulheres é a história das classes” e, desta forma “mulher” é uma categoria de análise legítima (FEDERICI, 2018, p.31). Segunda a mesma autora, a “feminização da pobreza” acompanhou a difusão da globalização e adquiriu um novo significado, sendo o primeiro efeito do capitalismo sobre a vida das mulheres⁸. Afinal,

A saúde não constitui campo separado da realidade social; pelo contrário, faz parte de uma realidade complexa que expõe simultaneamente problema e intervenção, o que demanda conhecimentos distintos e ao mesmo tempo integrados. Isso torna a análise qualitativa em saúde especialmente importante (MOEDO, LARROCCA, CHAVES e MAZZA, 2008, p.649)

Essa precarização se evidenciou nos relatos orais, ponto de partida para compressão do fenômeno espacial inserido nas falas e memórias das

⁸ Este fato é demonstrado pelo trabalho de Diana Assunção (2013), segundo o qual a precarização tem rosto de mulher e, essa situação ainda se verifica nos dias de hoje, especialmente na América Latina.

peessoas, extraídos dos trabalhos de campo em Mendoza e Paraíba. No Brasil foram ouvidos e transcritos 7 relatos de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo 5 mulheres e 2 homens. Na Argentina participaram 8 pessoas, sendo 7 mulheres e 1 homem, militantes da Unión de los trabajadores Rurales Sien Tierra (UST-MNCI).

O recorte da pesquisa no Brasil se desenhou através das indicações das lideranças que viviam em territórios conquistados e consolidado pelo MST no Estado da Paraíba. As primeiras entrevistas foram feitas em novembro de 2017, no Assentamento Oziel Pereira, localizado no município de Remígio. Já em junho de 2018, fui recebida no Assentamento José Antônio Eufrosino, localizado no município de Campina Grande e no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, no município de Lagoa Seca.

Em julho de 2018 cheguei na Argentina, e iniciei os campos de observação e compreensão da realidade semiárida e desértica, como também para compreensão da organização política e cultural do país. Após os campos exploratórios, começaram os campos de resistência camponesa, na província de Mendoza. Já em novembro de 2018, com contatos consolidados com a UST-MNCI, as primeiras entrevistas foram feitas na Sede Oeste e na Escuela de Agroecologia Campesina- UST, no departamento de La Valle. Posteriormente foram feitas entrevistas no departamento Carmensa, ao sul de Mendoza, na Sede leste localizada no departamento de Tunuyan, e encerradas em janeiro de 2019 com a última entrevista na fábrica da sede Leste- UST, em La Valle.

Através das histórias das mulheres participantes da pesquisa, se evidenciou que em períodos de crise política e/ou econômica, as mulheres da classe trabalhadora do campo são muito impactadas. Para compreender essa problemática, ao longo dos meses no mestrado, retornei aos clássicos da Geografia Agrária, da Geografia Regional e da Geografia Política, mas trabalhei principalmente com as Geografias ditas “marginais”, a partir das quais as novas gerações de geógrafas e geógrafos têm ganhado o destaque necessário. Afinal, para a compreensão dos fenômenos, a Geografia precisa se reinventar frente aos problemas postos pelo mundo atual. Daí a formulação de novas abordagens como da Geografia da Saúde, da Geografia do Trabalho e das Geografias Feministas e de Gênero.

Tive a preocupação de destacar neste trabalho autoras e autores latino-americanos, valorizando a nossa produção continental. Sendo assim, a pesquisa se baseou na perspectiva de produção de ciência decolonial, que tem Quijano como principal pensador. Compreendo que a heterogeneidade da realidade econômica, social e civilizacional latino-americana não pode ser apreendida somente pelas categorias marxistas. Tampouco acredito que as categorias liberais modernas e republicanas responderiam às demandas da realidade da formação socioespacial (SANTOS, 1979) do Brasil e da Argentina. Assim, agrego para essa discussão outros autores decoloniais, mas também marxistas e feministas, o que configurou nesta dissertação a proposta de diálogo entre autores, como um grande desafio.

Foi nessa busca por autores que se preocupam com a Geografia para e na América Latina que reencontrei o professor Milton Santos, na condição de exilado na França em 1971, quando escreveu *O Trabalho do Geógrafo do Terceiro Mundo*. Nessa obra ele se propõe a pensar a América Latina a partir da criação dos espaços derivados. Segundo Santos (1971), nos países subdesenvolvidos como Brasil e Argentina, os espaços se organizam e se reorganizam em relação a interesses distantes, com necessidades exógenas e, principalmente, por parâmetros importados, não sendo levado em conta as necessidades aqui presentes, a partir dos tempos internos. Esta análise veio ao encontro do que penso.

Com o passar dos meses, comecei a refletir acerca desse processo enquanto o contraespaço do campesinato, sendo este o contraespaço da ação do excluídos, como propõem o Ruy Moreira (2014), mas, também, como práticas de promoção da saúde. Assim, essa questão do contraespaço ganhou centralidade na dissertação, uma vez que remete à resistência pela promoção da saúde, pois ela alinha as lutas e práticas das camponesas, como a soberania alimentar e a luta por equidade de gênero como fruto das lutas locais, que conformam a Via Campesina, como luta mundial.

A Via Campesina vem sendo estudada há alguns anos por diversos pesquisadores e pesquisadoras que compreendem que se trata de uma materialização dos Movimentos Transnacionais (EDELMAN e BORRAS JR., 2016). Por causa disso, a Via Campesina tem como principal característica a

composição heterogênea, através das múltiplas identidades estruturadas em uma constituição fluída em busca de um propósito em comum, de uma luta em comum.

Criada em 1993 e, atualmente, composta por 182 organizações/movimentos presentes em 81 países, a Via Campesina tem como o objetivo principal a construção de um modelo de agricultura radicalmente diferente do modelo de Agronegócio através de práticas contra hegemônicas como a agroecologia e fundamentando-se no conceito de soberania alimentar. Para a Via Campesina a soberania alimentar significa, principalmente, dar prioridade aos alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente adequados ao mercado doméstico, recuperando e fortalecendo o conhecimento e as práticas das comunidades camponesas (VIA CAMPESINA, 2018).

O movimento camponês acredita que a soberania alimentar só pode ser alcançada construindo-se a unidade e a solidariedade entre a grande diversidade de organizações camponesas e de agricultores de todo mundo, abarcando na luta pela soberania alimentar: a bandeira da reforma agrária, do direito universal ao uso da água, das questões de gênero, raça e etnia. Portanto, para que conquistem a soberania alimentar, as comunidades camponesas precisam ter uma luta unificada, como a Via Campesina, contra o patriarcado e o capitalismo, e a estrutura criada para os separar e dominar. Afinal, a realidade concreta de mulheres e homens camponeses, fortalecida por uma bandeira comum, nos evidencia o processo de viver e morrer frente ao sistema patriarcal-capitalista-racista (SAFFIOTI, 1969).

Nas diversas falas registradas na pesquisa, histórias e memórias que aqui se encontram, percebe-se a importância da luta das mulheres na criação da UST- MNCI, durante crise dos anos 2000 na Argentina, como também o protagonismo de mulheres na luta que se iniciou 1984, com a criação do MST no Brasil e sua consolidação no estado da Paraíba, em 1988. Sendo assim, durante a pesquisa se evidenciou o papel da mulher camponesa na produção de práticas de saúde, como reprodução da economia do cuidado, culminando na criação do Feminismo Camponês e Popular.

Este feminismo vem sendo construído como projeto político e social na América Latina (TÁBOAS, 2017), na instância da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC- Via Campesina) e foi incorporado pelos dois movimentos nos dois países estudados. Por causa disso, esses movimentos assumiram como grito de ordem em 2010, que “*sem feminismo não há socialismo*”, e demonstram, através dos relatos das mulheres participantes, como o Feminismo Camponês e Popular se encontra em todos os países que compõem a Via Campesina, chegando assim, em diferentes escalas, por ser uma diretriz para o movimento mundial de camponesas e camponeses, que se articula em rede.

A valorização das vidas (não só a vida do homem “branco”) se conquista, principalmente, por meio de uma construção histórica de resistência das mulheres, o que se materializa na luta diária de se manter com esperança de alcançar à saúde. Isso reforça a ideia de Canguilhem (1976, p. 100) de que o vivo somente se revela na “experiência de estar vivo”.

Um outro conceito importante que emergiu da análise da luta camponesa em escala mundial é o de interseccionalidade. Segundo Kimberlé Williams Crenshaw, criadora deste conceito, a interseccionalidade correlaciona as consequências estruturais, como dois ou mais eixos de subordinação e opressão, “especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas” (CRENSHAW, 2002, p. 117).

Demonstrarei ao longo dos capítulos- através de documentos e também dos relatos orais das mulheres participantes da pesquisa- que o conceito de interseccionalidade nos ajuda a compreender a conformação dos movimentos pertencentes à rede de movimentos globais, como o Movimento Unión de los Trabajadores Sin Tierra (UST), na província de Mendoza na Argentina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado da Paraíba, no Brasil.

O movimento campesino ganha notoriedade nas práticas de promoção de saúde pela sua busca de alternativas para produzir e se reproduzir, apresentando as práticas contra-hegemônicas- antipatriarcais, anticapitalistas e antirracistas- do local à escala global, a partir da constituição de La Via

Campesina. As práticas de promoção da saúde camponesa são, na maioria dos casos, invisibilizadas e, quando são visibilizadas são criminalizadas, por não serem concepções e práticas condizentes com os principais agentes econômicos mais poderosos da nossa sociedade.

Ruy Moreira afirma que o desafio para nós geógrafas e geógrafos é:

saber ler o sentido e o significado do que dizem as imagens, que fazem do espaço a categoria por excelência de explicação do mundo como história. Desafio de mudar sempre de novo. E com isso habilitar-se à contemporaneidade espaço-temporal da sociedade do presente (MOREIRA, 2015, p.22).

Por isso, as artes (da capa, das aberturas de capítulo e organogramas) foram feitas por Maria Frizarin, que assim como eu, é uma mulher comprometida em mudar as estruturas da formação socioespacial do patriarcado que estrutura a América Latina. A função dos desenhos que abrem cada capítulo é de explicar o oculto por meio do aparente (MOREIRA, 2015). As imagens possuem a capacidade de mostrar aos olhos do observador aquilo que ele habitualmente olha, mas não vê (GOMES, 2017, p. 27).

Sendo assim, as capas deste trabalho exigem a contemplação e o exame acurado do objeto da descrição. A partir da sensibilidade promovida pelas imagens, podemos identificar as maneiras, de pensar e de fazer aquilo que chamo de Geografia (GOMES, 2017).

Afinal, forma é conteúdo, como já dizia Milton Santos (1978), sendo assim, a forma deste trabalho foi pensada para ser também conteúdo, não só complemento da teoria, logo os desenhos que abrem cada capítulo, os organogramas, os mapas e as fotografias foram pensadas para “ser capaz de dar conta de explicar o visível pelo invisível, vice e versa, o invisível, entrelaçando o visto e o dito dialeticamente” (MOREIRA, 2015, p.20) e, assim, são componentes do conteúdo.

Em suma, nesta dissertação demonstro, a partir da pesquisa qualitativa, a interseccionalidade da luta pela terra e pela água, na América do Sul, o que culmina na produção de contraespaços, como materializações das práticas de saúde feministas, e por consequência contra hegemônicas e revolucionárias. Discuto também como essa produção de contraespaços é uma

alternativa feminista ao sistema patriarcal-capitalista-racista, reproduzido no campo do Brasil e da Argentina pelo modelo do agrohidronegócio.

A CONSTRUÇÃO DA HIPÓTESE

A hipótese inicial, presente no projeto de pesquisa, foi de que:

Os camponeses e as camponesas de Mendoza e do semiárido paraibano, articulados pela Via Campesina e na sua luta por terra e água, têm as práticas de promoção da saúde como estratégia de resistência e reprodução da vida.

A hipótese do projeto foi reformulada após o aprofundamento da bibliografia e, principalmente, após os primeiros trabalhos de campo e análises dos primeiros relatos orais da pesquisa. Desta forma, a hipótese central mudou para:

As camponesas e camponeses de Mendoza e do semiárido paraibano, articulados pela Via Campesina, criaram contraespaços promotores de saúde. Ao articularem suas lutas por terra e água com o feminismo, a partir do conceito de soberania alimentar, as práticas de promoção da saúde popular se tornaram estratégias de resistência e reprodução da vida.

SOBRE OS CAPÍTULOS

No capítulo I - *Um estudo comparado a partir da vivência marcada por subjetividades*; apresento os caminhos e descaminhos da pesquisa, evidenciando, principalmente, o que deu certo, com o foco na realização dos trabalhos de campo. Disserto sobre a importância de se recuperar o método comparativo e a *práxis* na ciência geográfica, demonstrando através da bibliografia como esse método foi abandonado com a ascensão da Geografia crítica no Brasil. Em seguida faço uma reflexão a respeito da importância da pesquisa qualitativa em estudos da Geografia da Saúde. Em especial, destaco a necessidade de uma postura sensibilizante em pesquisas que se propõem a estudar como as sujeitas passam pelo processo de viver e morrer. Por fim, este capítulo apresenta o sentimento vivido nos momentos de campo, com uma breve descrição das entrevistadas e dos nossos encontros, bem como o sentimento de - perceber-se estranha, e como a estranheza foi a necessária para o desenvolvimento desta pesquisa em dois países diferentes.

No capítulo II - *La Via Campesina: o contraespaço produzido pela promoção da saúde camponesa*; disserto sobre as lutas da Via Campesina que instigam e promovem mudanças profundas na sociedade. Relaciono a promoção da saúde camponesa com a produção de contraespaços que promovem a vida feminina, da escala corporal, local, regional e mundial. Para isso, tenho como ponto de partida o conceito de Ruy Moreira de contraespaço (2014) para adequá-lo ao que denomino de contraespaço feminista do campesinato, o que é uma ideia um pouco diferente da proposta original do autor. Disserto sobre a importância da América Latina na Via Campesina- pela Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) para a produção do contraespaços decoloniais, bem como, o reconhecimento dos movimentos de luta pela terra, na América do Sul, que se articulam em rede e produzem a garantia de vida camponesa pela interseccionalidade. Discuto como as mulheres camponesas recriam, com esperança e utopia, um projeto diferente do que o sistema que as oprime, um projeto de base latina que vem

construindo o Feminismo Camponês e Popular frente o patriarcado-capitalista-racista que potencializa a violência para com as mulheres no campo.

Já no capítulo III - *O contraespaço argentino e brasileiro; a UST- MNCI e o MST-PB*, demonstro como a luta camponesa, no semiárido brasileiro e no semiárido argentino, articularam-se para combater a opressão sobre classe, gênero e raça nos espaços de seus países e, assim criam contraespaços. Discorro, brevemente, na perspectiva de produção de ciência decolonial, a heterogeneidade da realidade econômica, social e civilizacional para compreender a formação socioespacial do Brasil e da Argentina. Disserto sobre a conformação de contraespaços criados pela fundação dos movimentos camponeses. Sobre o contraespaço da Paraíba apresento a importância histórica das Ligas Camponesas e formação do MST no estado. Sobre movimento Argentino disserto brevemente sobre o MNCI, movimento que atua nacionalmente dando maior enfoque a UST, movimento que atua, principalmente, em Mendoza e constrói contraespaços ainda invisíveis, até mesmo para a Geografia agrária.

Por fim, o capítulo IV: *Práticas de promoção da saúde camponesas: a escola, as sementes crioulas e o acesso à água*, tem como foco as práticas de saúde que mais apareceram nos relatos das mulheres camponesas que vivem no semiárido e foram participantes da pesquisa. Discorro sobre as semelhanças e diferenças das práticas de estocar água- pelas cisternas e estocar sementes- pelas casas e bancos de semente. Demonstro que estocar é garantir a produção na terra através da compreensão de se produzir almejando a soberania alimentar. O capítulo se propõe a demonstrar as práticas de promoção da saúde através das escolas encontradas nos dois movimentos e a preocupação com a educação das camponesas e camponeses, como ferramentas de promover vidas através da emancipação do triplo sistema de opressão do sistema atual que afeta diretamente as vidas das mulheres camponesas nas regiões semiáridas da Paraíba-BRA e de Mendoza-ARG.

Boa Leitura!

CAPÍTULO 1



UM **ESTUDO COMPARADO** A PARTIR DA **VIVÊNCIA**
MARCADA POR **SUBJETIVIDADES**

*“Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei”*

(Luiz Gonzaga Do Nascimento / Herve Cordovil)

Este capítulo visa especificar os procedimentos metodológicos desta pesquisa a partir das vivências experimentadas nos trabalhos de campo e da perspectiva do realismo crítico.

Minha vida, ao longo dos meses do mestrado, foi andar pelo Brasil e pela Argentina. Este fato se evidenciou no momento de análise e escrita da presente dissertação. Afinal, existe uma diferença crucial entre o ir a campo e escrever sobre o campo. Sendo assim, disserto sobre algumas das diversas reflexões e contribuições sobre procedimentos de trabalho de campo e a importância dos atos de observar e descrever a realidade, de forma sensível, para a compreensão do fenômeno social, o qual se desenha como objeto de pesquisa.

Irei discutir a seguir as bases metodológicas que sustentaram este processo investigativo, partindo da reflexão da necessidade de se pensar em comparação dentro da ciência Geográfica, como bases para desenvolver o estudo para além do meu país de origem - o Brasil; voltando então os estudos clássicos da ciência geográfica, mas também demonstrando a importância de se pensar em metodologias sensibilizantes para compreensão da realidade.

Elucidarei como o processo de pesquisa depende da postura da pesquisadora frente às dificuldades encontradas, mas, principalmente, de se encontrar e se reencontrar dentro dos procedimentos metodológicos estabelecidos no projeto. Sendo assim, pretendo evidenciar como o método se desenha como uma “luz”, sempre que tudo parece estar “escuro” no processo de produção de dados da realidade. Mas os procedimentos metodológicos não podem ser tomados como um caminho rígido, sendo necessário o conhecimento da realidade para a sua adequação e validação.

1.1. Método comparativo e a *práxis* na ciência geográfica

Segundo Chauí (1995), o método é um instrumento racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos. Mas para isso, em um primeiro momento, precisei perguntar: o que é comparar?

Para Barros (2007, p.04) comparar é uma forma específica de propor e pensar as questões, sendo este “um gesto espontâneo e uma prática que o homem [e a mulher] exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha” (BARROS, 2007, p.04).

Já para Schneider e Schmitt (1998, p.02), “a comparação aparece como sendo inerente a qualquer pesquisa no campo das ciências sociais”, sendo que do “ponto de vista conceitual, dois aspectos principais fornecem os elementos para a compreensão de tal procedimento de análise: similitude e diferença” (BRANDÃO, 2012, p.170). Acredito que a tarefa de comparar se tornou mais fácil quando tomei como princípio a noção de que a análise da diferença diz respeito ao ato de lançar perguntas sobre “isto” em contraposição ao que é “aquilo” (BRANDÃO, 2012), de forma que “a comparação define propriedades, atributos, assim como, classifica para identificar as variações empíricas do fenômeno em diferentes realidades” (ALVES e SAHR, 2015, p.08).

Como afirmam SCHNEIDER e SCHMITT (1998):

O que se espera, é que o método comparativo, se bem aplicado, possa servir como uma bússola para que o cientista social consiga realizar sua viagem explorando os caminhos que se abrem no decorrer do processo de investigação sem se afastar demasiado, no entanto, de um trabalho sistemático sobre as interrogações que o motivaram no início de seu trabalho (p.36).

Devido a estas características, os estudos comparados foram muito importantes para o desenvolvimento das ciências sociais, particularmente da sociologia. Comte, Durkheim e Weber, como precursores desta ciência, utilizaram a comparação como instrumento de explicação e generalização,

ainda que de modo diferenciado entre eles (SCHNEIDER e SCHMITT 1998, p. 02).

Para Durkheim (2007), tem-se que “a sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a sociologia mesma, na medida em que ela deixa de ser puramente descritiva e aspira a explicar os fatos” (p. 142). Para esse autor, não se deve ignorar o real parentesco das coisas e sua respectiva natureza, já que só se explica comparando (ALVES e SAHR, 2015, p. 10). Weber não se baseia no paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas na comparação entre casos históricos, tomados em suas diversidades e singularidades (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998). Dessa forma os sociólogos tenderam para um maior aprofundamento da aplicabilidade da metodologia comparativa (ALVES e SAHR, 2015, p.16).

A importância do método comparativo tem sido crescente nas ciências humanas e, como nos conta Barros (2007, p. 04): “a História Comparada atinge neste início de novo milênio como um campo consolidado, construído meticulosamente sobre o território da complexidade e recebendo um interesse crescente da historiografia profissional”. Marc Bloch teve grande importância como sistematizador deste método, sendo que com ele a História comparada adquire uma especificidade historiográfica, que consiste em buscar as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998 e BARROS, 2007).

O primeiro a propor de modo explícito e sistemático o uso de estudos comparados em Geografia foi Ritter, com o desenvolvimento em 1817 da sua principal obra intitulada Geografia Comparada. Outros autores considerados clássicos da Geografia - tais como Paul Vidal de La Blache, Alexander von Humboldt e Richard Hartshorne, traziam em seu cerne a abordagem comparativa como amparo metodológico fundamental (BRANDÃO, 2012). Apesar dessa preocupação com estudos comparados pelos autores clássicos da Geografia “no último terço do século XX, essa disciplina foi a que menos avançou na formulação de contribuições de cunho metodológico para a abordagem comparativa” (BRANDÃO, 2012, p. 182).

Cabe ressaltar que a comparação foi muito negligenciada pelas geógrafas e geógrafos, por nos remeter à fundamentos da ciência positiva,

assim, menosprezam as “origens” de seu próprio fazer geográfico e do quanto esse procedimento de pesquisa contribuiu para o avanço de nossos olhares sobre o espaço, sobre o tempo, sobre as semelhanças e as diferenças e nas relações que envolvem o “nós” e os “outros”. Tal situação pode ser explicada pela falta de discussão acerca deste procedimento metodológico entre os geógrafos mais proeminentes da vertente crítica, com raras exceções como a obra “O espaço do cidadão” de Milton Santos (BRANDÃO, 2012).

Ruy Moreira (2014), ao dissertar sobre “Ciência e *Práxis* em Geografia”, elucida que é frequente nas pesquisas da Geografia a diluição do eixo metodológico no eixo lógico, confundindo-se a investigação com o uso de técnicas como a quantificação, a análise dos sistemas e modelos. Para ele, esse percurso errôneo injeta nos resultados grande força lógica e mostra-se incapaz de permitir o salto de qualidade da explicação científica. Sendo assim, o autor propõe enquanto práxis na Geografia:

“[...] analisar os modos de produção dominante e dominados à medida mesmo que se investiga estrutura e movimentos do espaço, uma vez que investigando a organização do espaço em verdade está-se investigando a forma como se inter-relacionam as relações de classe no seu todo. E sua compreensão significa a compreensão da própria dialética da sociedade, uma vez que as lutas de classe são a essência do seu movimento, o motor que está por de trás de seus processos e formas. [...]” (MOREIRA, 2014, p. 58).

Neste sentido, esta pesquisa, enquanto um estudo geográfico comparado, serve sobretudo,

[...] à tentativa de elucidar aspectos relativos à dialética das experiências induzidas ou diretamente capitaneadas por esses agentes hegemônicos em suas tentativas de promover a homogeneização dentro de heterogeneidades espaciais, bem como à análise dos posicionamentos opostos, resultantes, por sua vez, da ação de agentes locais (BRANDÃO, 2012, p. 181).

Assim, as análises comparadas para os estudos regionais abriram o leque para estudar como as sujeitas vivem o mundo e não somente em que mundo elas vivem, apreendendo-se novas práticas espaciais de poder e de regionalizações (ALVES e SAHR, 2015), do ponto de vista das sujeitas. Daí a importância das metodologias qualitativas.

1.2. A pesquisa qualitativa: a necessidade de sensibilização e empatia

Ao eleger a pesquisa qualitativa como eixo condutor da presente dissertação, defino uma postura política-geográfica frente à construção de dados do real, pois:

No caso da Geografia, [a pesquisa qualitativa] tratam-se de pesquisas que tem seu foco no sujeito, mais do que nos espaços. São pesquisas que se perguntam pelas práticas espaciais, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geograficidade de pessoas e grupos sociais (TURRA NETO, 2012, p. 2-3).

Porém, ao trabalhar com a pesquisa qualitativa nesse estudo da Geografia da Saúde, tenho como ponto de partida os relatos de vida. Assim, mais que “coletar dados, organizá-los e fazer as análises”, o desafio é de compreender que a vida de cada pessoa que entrevistei é travada pela luta de vencer o sofrer, para se manter viva!

Entendo assim, que “ouvir a voz das (os) sujeitas (os)” é trazer a luz os fenômenos sociais- carregados de emoções, sentimentos e, principalmente, de sofrimento- expressos pelos relatos entra o dito e não dito. É por isso que, ao longo dos trabalhos de campo, se desvendou a necessidade de adquirir a compreensão e sensibilização do sofrimento, processo esse que vou abarcar como metodológico presente no processo de pesquisa. Foi possível visualizar - e assim dissertar, que tanto no processo saúde-doença, que está inserido no processo de viver-morrer das entrevistadas, como o processo de sofrimento da pesquisadora ao lidar com os relatos, eu me reconheço como participante do processo de pesquisa e não mera enunciativa do fenômeno.

Acredito que a história de vida e o depoimento oral se inserem no quadro mais amplo da história oral como instrumento de análise do real. Porém, com o acúmulo de teoria e a chegada a campo, se descortinou a mim que a história de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa e é, normalmente, determinada pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida (BORN, 2001). Já o relato oral é utilizado para captar eventos específicos que a pesquisadora pretende focar no trabalho, portanto, geralmente é mais curto em questão de

tempo ao se inserir na história oral- o relato oral não tem perguntas fixas como explica Harres (2009):

Em história oral, dificilmente trabalhamos com um quadro de perguntas fixas, isso porque **o interesse é estimular o processo de rememoração, o qual tem um fluxo próprio que inclui cadeias de associações reveladoras da lógica interna do depoimento**. Recomenda-se não propriamente uma entrevista, mas uma conversa livre em que a pessoa é convidada a falar de um assunto de interesse comum (HARRES, 2009, p. 10 - grifos da autora).

Sei que na história de vida a pesquisadora deve deixar a narradora falar e não intervir o máximo possível, enquanto no depoimento a pesquisadora é quem dirige a entrevista, da forma mais favorável a obter os dados que necessita (ALVES, 2010). Por isso, considero que a abordagem da história de vida é uma importante fonte de aproximação das mulheres camponesas, uma vez que estas são invisibilizadas e inaudíveis para a sociedade. Porém, apesar da pesquisa se desenhar nas premissas da história de vida, a realidade dos trabalhos de campo se mostrou adversa a essa metodologia, uma vez que nem sempre havia tempo hábil para eu construir as relações de confiança para que as sujeitas contassem suas vidas.

Muitas pesquisas foram feitas em duplas, outras foram feitas individualmente. Algumas foram feitas em lugares silenciosos (como salas e quartos), outras foram feitas em quintais (com cabras e galos). Em alguns momentos as mães estavam com os filhos, na rotina diária da economia do cuidado e outras estavam sozinhas. Nem todas as coletas de relatos foram feitas nas mesmas condições, mas todas tiveram o mesmo propósito de conhecer, compreender e comparar as histórias dessas mulheres dentro dos movimentos de luta camponesa.

Desta forma, foram feitos registros de relatos orais, quando visei captar a memória individual para compreender o fenômeno social do qual a vida das mulheres fazia sentido. Para isso, utilizei um gravador em todas as entrevistas, visando facilitar as transcrições futuras e não perder detalhes pela falha da memória da pesquisadora. A transcrição dos depoimentos em português foi feita por mim, já as em espanhol foram feitas por colegas da Geografia, sendo estas, em sua maioria, mulheres argentinas e revisadas por mim, visando a análise minuciosa das falas e a veracidade do que foi gravado para o que foi

transcrito. Todo este material transcrito pode ser encontrado nos apêndices desta dissertação.

É importante ressaltar que o número das participantes foi definido de acordo com método de saturação, no qual as entrevistas se encerram somente quando os depoimentos não demonstram mais nada de relevância para os objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa.

Os relatos foram agrupados por conteúdo das narrativas através da recuperação da memória das entrevistadas, visando o ordenamento destes relatos em conjunto a fim de encontrar categorias discursivas, representando os contextos que tratassem da temática das concepções e práticas contra-hegemônicas de promoção da saúde das comunidades camponesas nos dois países. Dessa forma, sempre procurei não perder o viés da comparação, tendo como categorias basilares: saúde, educação, feminismo, sementes crioulas, modos de produção camponesa.

Reconheço que a memória tem uma dimensão individual, sendo que muitos de seus referentes são sociais, os quais permitem que a pesquisadora consiga ver para além da memória individual (CHAUÍ, 1995). Ao captar a memória individual pelos relatos orais, visei compreender o fenômeno social no qual a pessoa está inserida. Porém, é necessário que se apreenda a potencialidade da totalidade a partir da memória intersubjetiva, da memória compartilhada, da memória coletiva para a compreensão destas memórias como representações sociais.

Ao explicar a análise do fenômeno a partir de suas representações sociais, estou deslocando a análise para um outro nível que não se centra mais no sujeito individual, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social. Assim, o problema não está em abandonar o indivíduo, pelo contrário, “o problema central é reconhecer que, ao analisar o social enquanto totalidade, onde o social envolve uma dinâmica diferente de um simples agregado de pessoas” (JOVCHELOVITCH, 1995, p.79).

Para isso, acredito que a sensibilidade foi a principal ferramenta frente às adversidades de fazer o campo e, também, a dificuldade de realizar as análises comparadas das representações sociais que as camponesas estão inseridas como o fenômeno social totalizante nos dois países. Digo mais, essa

é uma habilidade que pode ser conquistada, se tornando assim, uma atitude no processo de pesquisa.

Foi necessário a empatia na Paraíba, foi necessária empatia em Mendoza. Foi necessário compreender o sofrer para poder utilizar o sofrer em potencial de mudança social, a partir dos relatos de vivências presentes na temática. A compreensão que a empatia era o motor da inquietude como pesquisadora, era o motivo da ansiedade, do choro, o qual eu não precisava segurar durante as entrevistas. Também do choro como expressão do meu sofrer, nas diversas noites que tentava buscar formas de alcançar a equidade em uma sociedade produtora de iniquidades de gênero, de classe e de etnia.

Desta forma, a sensibilidade foi trabalhada para se tornar uma postura/atitude frente ao fenômeno social escolhido, pois “O acesso ao conhecimento não nos é dado diretamente pela sensibilidade” (GOMES, 2017, p.33). E “o verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro [...]” (MINAYO, 2012, p. 623), o que para nós pode e deve ser entendido como processo de empatia. Afinal,

A sensibilidade nos informa e nos guia, mas já é conformada por categorias, as quais, embora frutos do entendimento, são elaboradas, pensadas e testadas pela experiência no mundo. Assim, pensamos como categorias definidas pelo reconhecimento da variedade das coisas existentes, dependemos delas para pensar (GOMES, 2017, p.33).

Por falar em sensibilidade, julgo ser importante trazer à luz o meu sofrimento enquanto pesquisadora, longe da proposta de diminuir o sofrimento das entrevistadas. Compreender o sofrimento em todas as etapas que constituem a pesquisa exigiu uma capacidade de reflexão sensível sobre a pluralidade das esferas da vida humana, inseridas na complexidade dos fenômenos sociais emaranhados no tecido social, do qual também faço parte!

Esse processo de descoberta tornou-se evidente que fazer pesquisa qualitativa é uma relação entre sujeitas. No caminhar da pesquisa, eu me reconheci como mulher. Este reconhecimento se deu no processo de me entender como silenciada pelo patriarcado, dentro e fora dos espaços rurais (por onde fiz os trabalhos de campo), sendo o impulso desse encontro comigo

mesma, os relatos das próprias entrevistadas e as análises posteriores dos campos com o orientador, o qual teve papel fundamental em ajudar a desvelar o emaranhado de emoções que o campo despertava. Assim, pude compreender que o fenômeno social que eu escolhi (ou que me escolheu) necessitava de um envolvimento emocional maior e por isso o teve!

O objeto de pesquisa está inserido na fala e nos silêncios, como constructos um do outro, e que dentro da pesquisa qualitativa só se chega ao “objeto” a partir do que lhe é enunciado. A enunciação das mulheres não é o objeto em si, mas o fenômeno social compreendido e aprendido nos relatos! Estar no “olho no olho” de uma mulher que conta sua vida é o que demanda a postura sensibilizante, pois tomada pelos sentimentos diversos, as mulheres choram, sorriem, dizem e não dizem em uma “dança” com o misto de emoções no qual os sentimentos se revelam como parte fundamental dos relatos.

O silêncio começou a ser constante em relatos na Argentina e no Brasil. Com o aporte da obra “Formas do Silêncio” de Eni Puccineli Orlandi (2007), compreendi que “o silêncio intervém como parte da relação do sujeito com o dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível ao sujeito a elaboração de sua relação com os outros sentidos” (p.89).

Segundo a mesma autora; o silêncio não fala, o silêncio é! Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é. De forma que, “o silêncio não está disponível à visibilidade não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 2007, p. 32). O silêncio faz parte do espaço de símbolos e simbologias. Ele faz parte do espaço potencial presente no ato da coleta de relatos, pois, como explica Sandra Jovchelovitch:

“O espaço potencial é, portanto, o espaço dos símbolos. Símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é que eles significam uma outra coisa. [...] Através de símbolos, coisas diferentes podem significar umas às outras e podem mergulhar umas nas outras; eles permitem uma variabilidade infinita e, ainda assim, são referenciais. Assim, é da essência simbólica- da atividade do espaço potencial o reconhecimento de uma realidade compartilhada- realidade de Outros.” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 74 - grifos da autora)

Ao escutar a vida da outra, e o (s) sentimento (s) da outra, com uma postura sensibilizante, eu me envolvi. Pois, é necessário “no contexto, interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos” (PESSÔA, 2012, p. 11) na qual a pesquisa qualitativa em Geografia da Saúde coloca em voga as vivências, como a falta ou com a presença de privilégios produzidos por uma sociedade desigual- produtora de iniquidades.

Enfim, conhecer e reconhecer os privilégios enquanto pesquisadora foi essencial. Julgo essa a sensibilidade necessária no processo de pesquisa. A partir do reconhecimento dos meus privilégios frente à uma realidade distinta, eu compreendi que a empatia era a principal ferramenta utilizada nesta pesquisa qualitativa.

1.3. Os trabalhos de campo: os encontros e aprendizados no mundo real

A pesquisa de campo me levou a buscar referências sobre essa experiência enriquecedora. Uma referência importante foi Minayo. Para ela, “o recorte que a pesquisadora faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (MINAYO, 1994, p. 53). Outra autora importante foi Dirce Suertegaray (2002), a qual diz que a pesquisa de campo é processo, alimentada pelo desvendar das contradições e, assim, cria nova consciência do mundo. As concepções dessas duas pesquisadoras me levaram a pensar no papel da geografia como o “desvendar das máscaras sociais”, como nos diz Ruy Moreira (2014).

Segundo Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti (2011), pesquisar é buscar e chegar ao campo em busca de respostas espaciais. Quando Chiapetti (2011) discorre sobre a importância da pesquisa de campo, ela apresenta o pensamento de Rosália Duarte (2002), que nos diz que a pesquisa de campo é uma busca feita por uma pesquisadora, cujo olhar dirige-se para locais já conhecidos por muitos, mas sempre com uma maneira diferente de olhar e de pensar determinada realidade a partir da experiência e da apropriação do conhecimento, os quais são muito pessoais!

Por isso, é tão importante pensarmos o conhecimento enquanto processo, como propõe Dirce Suertegaray (2002), pois o processo que alimenta a pesquisa em si é também alimentado por outros conhecimentos anteriores e posteriores, sendo este o caminhar da ciência. Concordo com Evans-Pritchard (1978, p. 302), ao afirmar que “quando o pesquisador [a pesquisadora] volta do campo, e tem que escrever um livro sobre a sociedade que estudou, é que “a importância de uma fundamentação teórica geral sólida começa a se revelar”, ao mesmo tempo o entendimento acerca do papel do trabalho de campo, muito se aproxima de Cecília Minayo (1994):

“(...) é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. **O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho.** Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas político-sociais” (MINAYO, 1994, p. 64- grifos da autora).

Logo, ir a campo é sentir, é observar com todos os cinco sentidos! Essas sensações despertadas no campo não são tão evidentes quando se tenta escrever sobre elas. Escrever sobre o trabalho de campo é apresentar as formulações sintéticas e expositivas do que permeou a vivência de observar, escutar, descrever, comparar, analisar e interpretar. E como essas questões foram provocadas a partir das comparações (inevitáveis) das experiências vividas nos trabalhos de campo na Paraíba (Brasil) e Mendoza (Argentina)!

Com a realização dos trabalhos de campo no Brasil e na Argentina, foi possível reavaliar os métodos e aprofundá-los. As entradas a campo nos dois países permitiram compreender a importância da base teórica sobre estudos comparados, bem como compreender melhor o método dialético, pois “o fato de que a maior parte dos fenômenos não possam ser explicados de forma isolada é uma consequência da complexidade destes fenômenos na realidade, assim como de sua indissociabilidade na totalidade” (FLICK, 2009, p.23).

Para isso, o desconhecido foi um grande motivador desta pesquisa, do começo ao fim. A realidade camponesa espacializada no semiárido era avessa à minha vivência, tanto no Brasil e quanto na Argentina. Na Paraíba ou em

Mendoza, o diferente era o motor de inquietude, e a injustiça social para com as mulheres camponesas era o impulso de continuar pesquisando. Mas, principalmente, a beleza das histórias de luta das mulheres, era o que atraía para o “sentido da novidade”.

Por isso, fiz questão de descrever o recorte empírico da pesquisa, descrevendo, um pouco, com base nos meus diários de campo como foram os encontros e como eram as mulheres que me encontrei para escutar os relatos orais. Afinal, as mulheres ainda são invisibilizadas e nós (pesquisadoras) somos treinadas a falar do geral para chegar nas sujeitas, as quais “ganham voz” somente nos apêndices, precisamos inverter essa lógica tradicional, pois as histórias das mulheres são fundamentais para a compreensão do fenômeno, sendo assim, as mulheres são apresentadas neste primeiro capítulo.

Ainda sobre o processo empírico, relato o processo de chegada a campo nos dois países, demonstrando as particularidades encontradas nos dois ambientes de acordo com as vivências experimentadas nos dois movimentos - MST e UST. Os trabalhos de campo foram feitos com três propósitos. O primeiro foi de observar e compreender a paisagem semiárida. O segundo foi de observar e compreender a organização do movimento camponês em diversas escalas. E, por fim, o terceiro propósito teve como foco o registro de relatos orais de mulheres militantes de movimentos camponeses localizados em ambiente semiárido e pertencentes à Via Campesina.

Desta forma, foram diversos campos dedicados à observação da paisagem nos dois países, na província de Mendoza e no Estado da Paraíba. Como também campos de observação da organização dos dois movimentos, UST e MST, para que pudesse tecer comparações das práticas de resistência e de promoção da saúde, na luta por terra e água e soberania alimentar, principalmente, do protagonismo feminino nestas lutas que compõem o contraespaço camponês.⁹

⁹ Isso será melhor debatido no capítulo seguinte.

1.4 Chegada à campo no Brasil

Os primeiros trabalhos de campo foram feitos na escola Nacional do MST- a Escola Florestan Fernandes, localizada no município de Guararema-SP. Durante toda uma semana de junho convivi na escola com militantes de diversos estados brasileiros, e também com militantes de diversos países, pertencentes à movimentos vinculados a Via Campesina.

Logo em seguida, na Paraíba, os campos foram realizados em duas partes. No começo da pesquisa, em novembro de 2017, com trabalho de observação da paisagem semiárida do estado, para melhor compreensão da formação socioespacial da região. Em um segundo momento, neste mesmo mês, quando foram registrados relatos orais.

Voltei à Paraíba em junho 2018 e, assim, completei os registros de relatos orais com militantes do MST-PB através da saturação dos conteúdos nos relatos. Por mais que os campos de 2018 tinham o direcionamento de registrar relatos, a observação da paisagem e a preocupação de compreensão da estrutura do movimento continuava acontecendo.

Em 2017, o trabalho de compreensão da formação socioespacial paraibana foi realizado com apoio da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que sempre disponibilizou o veículo para atividades de campo. O maior trabalho de campo foi junto à disciplina de Geografia da Paraíba, ministrada pela Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, foram 03 dias e 02 noites percorrendo o estado de “ponta à ponta”. Saímos da cidade de João Pessoa e fomos até o município de Souza, extremo oeste do estado.

De acordo com a aula de campo, a região semiárida do estado da Paraíba é equivalente a 87,4% do território do estado e abrange 170 municípios no total. Parte dos municípios do semiárido paraibano estão inseridos na região de menor índice pluviométrico do Brasil, como o município de Coremas (Foto 01), onde pude caminhar por um dos maiores açudes do estado, que no momento do trabalho de campo não tinha nem uma gota de água. É importante ressaltar que o clima do semiárido também sofre a influência do El Niño, interferindo principalmente no bloqueio das frentes frias vindas do sul do país, o que dificulta a instabilidade na região. Dessa forma, o

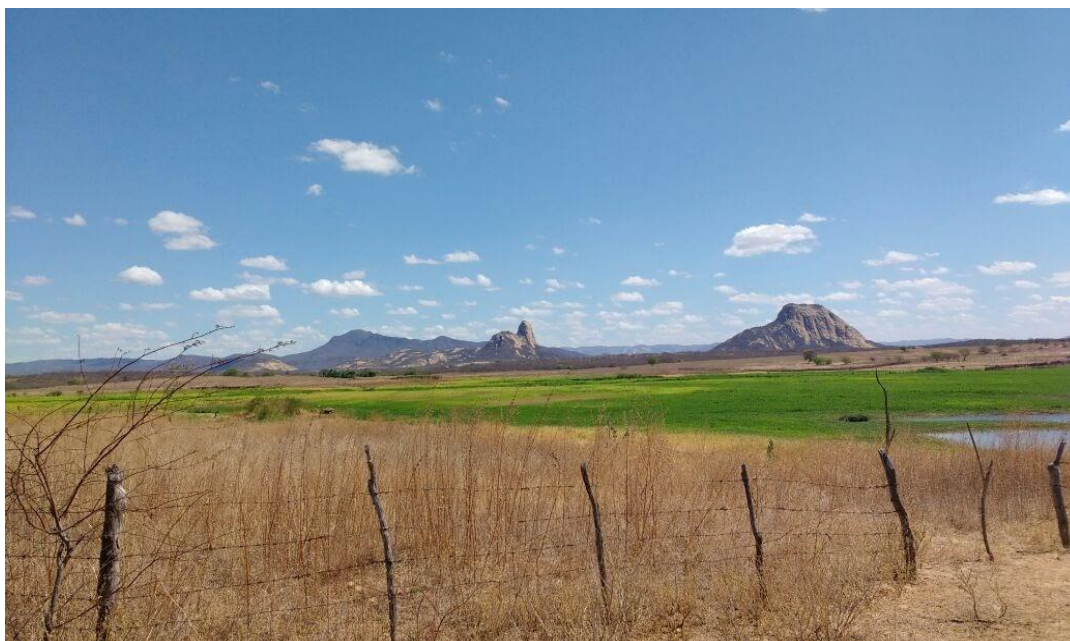
problema da seca está intrínseco não apenas ao baixo volume de água decorrente das precipitações, mas também à sua distribuição ao longo do tempo e do espaço (SIMON e ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2017).

Foto 1: A seca no estado. Açude sem água. Município de Coremas-PB.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2017.

Foto 2: Inselbergs Paraibanos e o determinismo hídrico na caatinga, município de Patos-PB.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2017.

Foto 3: A realidade do sertanejo ao ter que buscar água. Município Campina Grande-PB.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

Após as atividades de observação da paisagem, foi estabelecido o primeiro contato com o MST. Através do trabalho de campo da disciplina Geografia da Paraíba foi possível conversar com alguns assentados do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa - PIVAS e compreender um pouco melhor a resistência camponesa e as conflitualidades da criação e consolidação de assentamentos em áreas semiáridas com criação de disponibilidade hídrica através de perímetro irrigados, que foram destinadas aos grandes latifundiários do Estado (REGALA,2019).

Este campo exploratório também foi importante para a compreensão das metodologias qualitativas, as quais exigem a criação da relação de confiança. Como se pode ver nas fotos 04 e 05, muitas pessoas estavam presentes, chegamos com uma van com alunas e alunos, duas pesquisadoras e uma professora universitária. Era nítido que o número de pessoas intimidava os assentados a contar seus relatos de vida. Mesmo adverso, este campo foi fundamental para compreender as resistências camponesas em áreas de conflito direto por água, bem como a importância das mulheres do MST, sempre lembradas e pontuadas nos relatos deste campo.

Foto 4: A universidade chega a realidade do MST-PB. Trabalho de campo em Souza-PB.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2018.

Foto 5: Campo exploratório sobre resistência camponesa e convívio com a seca, assentamento do MST-PB, município de Souza-PB.



Fonte: Acervo Pessoal, novembro de 2017.

Ao voltar para João Pessoa, capital do estado, entrei em contato com o setor de comunicação do movimento, através de uma aluna da graduação em Geografia da UFPB, que era militante do MST. A partir deste contato consegui os telefones de mulheres militantes no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira MST-PB, em Lagoa Seca- PB, as quais já estiveram nas posições de liderança no estado, que me direcionaram aos referidos assentamentos e ao próprio Centro de formação, como se pode ver no mapa 01 e no quadro 01.

A partir daí, em 2017 foram muitos campos, muitos dias percorrendo o semiárido, analisando a paisagem e registrando relatos orais. Mas ainda ficou a sensação de insuficiente, por ser uma realidade muito adversa da minha experiência de vida, como relatado anteriormente na introdução, mas principalmente pelo grande número de assentamentos no estado, o que me remetia à sensação de muitas pessoas e muitas histórias não conhecidas. O MST-PB tem várias frentes de atuação e o tempo para produzir uma pesquisa desse porte no mestrado é insuficiente para abarcar todas as frentes e conhecer toda a história do movimento. Assim, era preciso foco!

Desta forma, recorri ao Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira MST-PB, em Lagoa Seca- PB e este foi um importante ponto de apoio aos trabalhos de campo, tanto em 2017 quanto em 2018. Afinal, foi através do setor de educação do movimento que tive um direcionamento para militantes orgânicas, e pude realizar registros de relatos orais de grande relevância para a pesquisa.

O recorte da pesquisa se desenhou através das indicações das lideranças que viviam em territórios conquistados e consolidados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-PB). As primeiras entrevistas foram feitas em 2017, no Assentamento Oziel Pereira, localizado no município de Remígio. Já em 2018, fui recebida no Assentamento José Antônio Eufrosino, localizado no município de Campina Grande e no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, no município de Lagoa Seca, ver localização no mapa 1.

MAPA 1: Localização dos trabalhos de campo com coleta de relatos orais com militantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado da Paraíba- Brasil.



Fonte: IBGE, 2017; SUDENE, 2017. Elaboração: Autora (2019).

Destaco no quadro abaixo, quadro 1, somente os campos com finalidade de busca de relatos orais. Foram ouvidos e transcritos 7 relatos de militantes do MST-PB, sendo 5 mulheres e 2 homens. Todas as mulheres eram mães, ocupavam posições de liderança em seus assentamentos e algumas ocupavam posições de liderança em lutas estaduais (como no setor de produção, educação e saúde). Cabe ressaltar que **DI** era a atual responsável pelo Centro de Formação e já tinha sido liderança estadual do MST-PB, e que somente **GI** não era assentada, mas era militante e atuava no Centro de formação a 10 anos.

Quadro 1: Informações gerais sobre os relatos orais de militantes do MST-PB.

DATA	NOMES	ESTADO CIVIL	FILHOS	LOCAL
11/ 2017	AD.	Casada	02	Assentamento Oziel Pereira Remígio-PB
11/ 2017	ELE.	Casado	03	Assentamento Oziel Pereira Remígio-PB
11/ 2017	IN.	Viúva	05	Assentamento Oziel Pereira Remígio- PB
06/ 2018	JQ. e AB.	Casados	03	Assentamento José Antônio Eufrosino Campina Grande-PB
06/ 2018	DI.	Solteira	01	Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira Lagoa Seca-PB
06/ 2018	GI.	Solteira	02	Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira Lagoa Seca-PB

Fonte: Diários de Campo. Organização: Autora, 2019.

1.4.1. As mulheres do MST-PB

Entrevistada AD

A primeira mulher a participar desta pesquisa foi **AD**. Uma mulher com cerca de 55 anos, com uma energia contagiante. Foi indicada por outras mulheres do MST, por ter uma história orgânica junto ao movimento, atuando ativamente em diversas frentes, **AD** é mãe, avó, esposa e militante do MST desde de 1999. Contou sua história marcada pela luta, pontuou diversas vezes a dificuldade de conciliar a criação dos 4 filhos e a vida militante.

Sua casa era rodeada de flores que nasciam de diversos vasos de suculentas em sua agradável varanda, após muitos minutos me explicando cada espécie, ela me convidou para entrar, ali já com o gravador ligado conversamos sentadas em sua sala. Por ser uma mulher extremamente ativa, durante toda a nossa conversa ela trazia elementos para contar a história de sua vida, apontava para fotos dos filhos e netos, sempre cheia de orgulho.

AD atuou até 2013 em frentes do MST que exigiam muitas viagens, como vocês podem ler nas páginas 242 nos apêndices, a partir deste ano, já com 14 anos de militância intensa e externa ao lote, ela resolveu “se afastar” e ficar próxima dos filhos. Mas, como podemos perceber em sua história, este foi somente outro capítulo de luta de sua vida, pois dentro do assentamento ela ajudou a fundar o grupo de mulheres, lutou pela estrutura do Banco de Sementes, que hoje ajuda a coordenar e começou a trabalhar na cooperativa do assentamento.

Quando terminamos a conversa **AD** me acompanhou até o banco de sementes, onde ela era coordenadora, me explicou o funcionamento do BSC em detalhes. Após a caminhada pelas proximidades da casa me indicou as outras entrevistas, com **ELE** e **IN**, seus vizinhos, companheiros de luta e, principalmente, “militantes orgânicos com histórias importantes” como ela mesma disse e eu anotei em meu caderno de campo.

Entrevistada IN

Uma mulher idosa, com “73 anos de vida no mundo”, mãe de 12 filhos. Referência no movimento pelos muitos anos de militância ativa no MST, ela me contou por 44 minutos como foi vencendo as diversas batalhas para se manter viva!

Sentamos em uma cadeira no quintal de sua casa, na sombra de árvores. Naquele espaço estávamos juntas de suas plantas e alguns dos seus animais, era uma linda paisagem semiárida, a qual ela sempre se remetia, apontando para o céu, para os animais durante sua fala ela exemplificava a sua história, buscando na memória detalhes. Era um ambiente agradável, ventada bastante e juntamente da sombra da árvore, amenizava o calor que fazia naquele dia.

IN me contou as suas histórias marcantes, eram tantas que ela mesma misturou várias enquanto contava uma. Me contou que viveu seis anos (1997-2003) na “lona preta” junto dos filhos e como sofreu até conseguir a casa que vive hoje. Sua fala tinha como ênfase o sofrimento, principalmente para criar os 10 filhos, dos 12 que ela teve sobreviveram 10, dos quais ela muito se orgulha de 3 terem se formado e continuarem estudante e militando. Um dos filhos de **IN**, era a atual liderança do Estado da Paraíba, o outro **ELE**, entrevistado da pesquisa, era referente para assuntos de organicidade do MST-PB.

Ela trouxe ênfase para plantas como remédio, para a produção agroecológica, pontua durante a fala, a necessidade de trabalhar na terra, e como através da união com militantes ela teve uma vida melhor que sua infância, a qual foi marcada pela extrema pobreza.

Conversar com **IN**. era como conversar com uma avó, uma mulher cheia de conselhos de luta. Essa foi umas das histórias mais interessantes, intensa e difícil de transcrever, como pode-se ver nas páginas 257-271. Dona **IN** tem sua fala marcada pelo sotaque carregado e pelas palavras e expressões regionais, a transcrição visou ser a mais fiel possível à gravação, por isso para compreender algumas das palavras precisei de ajuda de mulheres paraibanas.

Entrevistado ELE

O segundo entrevistado foi **ELE**, vizinho de **AD**. e filho de **IN**. Homem de 30 anos, jovem, filho de assentada, casado, pai de dois meninos e militante ativo do MST. A conversa foi feita no quintal, assim como sua mãe, ele me recebeu em uma sombra fresca. Durante toda a entrevista tivemos outras pessoas participando, sua esposa estava presente do começo ao fim e não quis conversar, pois estava amamentando o filho mais novo e não se sentia confortável para participar da pesquisa dizendo: “estou a pouco tempo no MST”. Em outro momento seu filho maior ficou sentado no colo dele, escutando atentamente cada palavra que o pai dizia.

ELE. cresceu no assentamento, como ele mesmo diz “não abandonei o campo”. Não tem um lote, pois como ele mesmo aponta, seus pais são idosos e quem mantém a terra do lote produzindo hoje é ele e a esposa. ELE se formou em agroecologia na UFPB em 2016, remonta esse período na faculdade a partir da vivência de ser Sem Terra.

No momento da nossa conversa tinha acabado de voltar de um intercâmbio de experiências militantes na Itália. Foi levar a história e experiência do MST para outros movimentos da Europa, contou detalhes dessa aventura que marcou sua vida, como andar de avião pela primeira vez, ter contato com outras línguas etc.

Sua fala durou 65 minutos e, é nítido nesta transcrição que no começo ele têm uma fala bem organizada, a qual parece ensaiada, pelo costume de falar para outras pessoas sobre o MST, visto que ele é uma referência. Com o passar dos minutos “se solta”. Seu relato foi fundamental para entender o funcionamento do MST no estado e no Brasil. Remonta os processos organizativos do assentamento, e pontua assim como AD e IN a questão da educação e da formação dos militantes como fundamental, para o assentamento e para o MST como um todo. Essa conversa se encontra a partir da página 271.

Entrevistada DI

DI, foi indicada por muitas mulheres do MST, para participar da pesquisa, afinal era uma das lideranças no estado, conhecida por todas. Ela me recebeu na entrada da escola, caminhamos. Conversamos sobre a pesquisa e sobre a importância da escola para o MST. Ela me direcionou para uma das salas de aula, e ali gravamos este relato.

Ela é gaúcha e conta sua história de chegada ao movimento desde sua infância no sul marcada pela Teologia da Libertação, no convento que vivia. Apesar de ter ido morar no Nordeste há 30 anos para ajudar a fundar o MST no estado da Paraíba, ainda tinha seu sotaque sulista bem marcado. Mora na Paraíba há 16 anos. Nos últimos quatro anos, tem se dedicado ao Centro de Formação. Ela foi uma das primeiras mulheres a articular e coordenar o setor de educação e formação do MST-PB: “sempre fui uma formadora no MST”. Seu relato foi grande, com um rico conteúdo, que não pode ser totalmente explorado na dissertação, mas abriu agendas de pesquisa. Ela era historiadora militante, então sua fala traz elementos marcantes do MST com uma análise paraibana da conjuntura atual proveniente da formação do país.

DI, foi umas das entrevistadas que mais trouxe relações entre as práticas de saúde, trazendo a saúde como esperança, a agroecologia como uma forma de pensar e vinculou estas bandeiras com o espaço da escola e com a produção das mulheres, como se pode ver entre as páginas 291-304.

Entrevistada GI

Apesar do relato de **GI** ser curto, eu tive a oportunidade passar algumas horas com ela no Centro de Formação do MST. Ao longo dessas horas, nós almoçamos juntas e ela me contou a história da construção do Centro a pedido da **DI**. Ao longo das horas caminhamos pelo extenso terreno, onde ela me contou ricas informações sobre as instalações e sobre funcionamento do local.

GI, era uma mulher com aparência de mais jovem do que seus quase 40 anos. Sorridente e animada, foi umas das entrevistas que trouxe as visões externa do MST e também internas. Ela faz uma fala comparativa do começo

ao fim de seu relato. Ela explica que não era militante, e que conheceu o MST depois de um estágio que a Universidade exigia.

GI, começou a trabalhar na escola a convite de **DI**, logo no primeiro dia de funcionamento, e assim começou a militar com o MST. Em suas falas ela traz as dificuldades e as vantagens de ser militante, trazendo a relação com a família e as conflitualidades de ter se tornado militante.

Ela era mãe, e em um dos pontos do relato traz a preocupação com a condição de trabalhadora da filha, mostrando a mesma relação de trabalho como emancipador que **Di** relatou. Com a **GI** pude conhecer melhor as instalações da escola bem como seu funcionamento político-financeiro.

Entrevistada AB e JQ

A entrevista com **AB** e **JQ** foi feita em julho de 2018, no assentamento José Antônio Eufrosinho, território do MST no Município de Campina Grande-PB. Os dois eram casados, a quase 10 anos, como revelado neste relato. **AB** era mais velho, tinha 72 anos, e **JQ** tinha 35, a diferença de idade dentro do casal foi comentada somente uma vez.

A nossa conversa foi feita na varanda da casa, em um ambiente agradável e ventilado. Nesta entrevista mais conversamos, na verdade eu pesquisadora mais ouvi, ao longo dos minutos eles iam contando um pouco mais da vida individual, do casal e do movimento., como se pode ver a partir da página 311.

Esta pesquisa foi reveladora, principalmente sobre as sementes. Os dois, **AB** e **JQ** são referentes das sementes da paixão e coordenam o banco de sementes da comunidade e estão muito inseridos nos debates políticos.

Ele, **AB**, conta em detalhes como chegou ao movimento e como ele o formou para as ações coletivas, **JQ** também traz suas memórias de quando entrou no MST e ela, tem uma fala marcada pela luta feminina.

O momento da entrevista foi interessante, no começo somente **AB** falava, **JQ** fazia poucos comentários, do meio ao fim **JQ** começou a falar mais e se percebe que há um grande respeito a fala tanto dela para ele quanto dele para ela.

1.5 Chegada à campo na Argentina

Na Argentina tudo foi diferente. Cheguei em julho de 2018 para ficar 6 meses e cheguei sozinha!¹⁰.

Os primeiros 3 meses morei na província de San Juan. Frequentava a Universidad Nacional de San Juan (UNSJ), principalmente as reuniões do Grupo de Geografia Médica. Estes primeiros meses foram de adaptação, para aprender o espanhol e realizar atividades de observação de campo com a finalidade de conhecer a realidade do país e buscar bibliografias.

Foram feitos muitos trabalhos de campo dedicados tanto à observação e compreensão da realidade semiárida e desértica, como também para compreensão da organização política e cultural do país. Muitos pensavam que eu estava fazendo “turismo” ao me aventurar a conhecer as famosas “bodegas” de vinho (foto 6) e também os grandes diques (foto 7). Mas era muito nítido para mim, para meu orientador no Brasil e também para o meu tutor na Argentina, que ao conhecer as “bodegas” com amplo acesso à água, fomentadas por capital estrangeiro, eu estava compreendendo a estrutura agrária daquele país.

Somente nos últimos 03 meses que consegui realizar campos com a Unión de los Trabajadores Sin Tierra (UST- MNCI) no semiárido da Província de Mendoza. Cabe destacar que todos os campos da Argentina foram complicados. Durante os meses que morei na província de San Juan, entrei em contato com movimentos de povos originários que lutam pela terra na província. Porém, muitos não se reconheciam como camponeses, fugindo assim de um dos pontos importantes para gerar a comparação.¹¹ Desta forma, demorou, ou melhor, necessitei desses 3 meses de busca ativa de movimentos sociais na província de San Juan, até chegar à conclusão que era melhor eu buscar a UST em Mendoza.

¹⁰ Os trabalhos de campo foram realizados a partir da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior-BEPE/FAPESP, sob tutoria do Professor Doutor Jorge Amancio Pickenhayn.

¹¹ A universidade que me acolheu (UNSJ) não tem uma larga tradição em estudos de Geografia Agrária pela lógica da luta de movimentos sociais camponeses e, assim, quase nenhuma aproximação com movimentos sociais de luta camponesa na região, sendo que, muitas vezes, companheiros da Geografia diziam que não havia campesinato organizado na região de Cuyo (Mendoza, San Juan, San Luis).

Foto 6: Bodega Andeluna, Tupungato, Mendoza- Argentina.



Fonte: Acervo pessoal, setembro de 2018.

Foto 7: Dique de Potrerillos, Mendoza- Argentina.



Fonte: Acervo pessoal, setembro de 2018.

A chegada à Union de los Trabajadores Sin Tierra (UST), em Mendoza, se deu pelos *sites* da Via Campesina, os quais levavam ao Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), movimento este que a UST compõe em nível provincial. Assim como no Brasil, a escola do movimento foi um dos principais pontos de apoio dos trabalhos de campo. Após encontrar o endereço da Escuela Campesina de Agroecología da UST-MNCI na *internet*, entrei em contato com a REDE DATALUTA¹², onde consegui o contato com um dos militantes da UST e, somente assim, comecei a conhecer e pude me aproximar do movimento mendocino.

Os primeiros trabalhos de campo que realizei com a UST fui sozinha. Eu tinha apenas o telefone e o endereço da casa de um dos militantes, que residia em no departamento de Tupungato. Nem mesmo sabia qual era o seu rosto, ou como chegar a sua casa, me joguei ao desconhecido! Fui recebida por um almoço com professoras e professores da escola do movimento. Após este almoço, saí com o contato de telefone, o telefone de **MA**, que trabalha na escola do movimento e participou dos relatos sobre a UST.

Foram três visitas à província de Mendoza, até eu me mudar de San Juan para a capital de Mendoza. O primeiro campo, campo exploratório em Tupungato relatado acima, a segunda à escola onde encontrei **DA** e **MA**. e, posteriormente a fábrica da UST em La Valle, quando conheci a **V.** e a **M.** articuladoras do grupo de gênero do movimento que me possibilitaram os outros contatos.

¹² O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente.

Foto 8: Cartaz da entrada da Escola Camponesa de Agroecologia (UST/MNCI) na estrada, RUTA 40



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2018.

Foto 9: Entrada da Sede da UST em La Valle, Mendoza.



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2018.

Na época dos três campos exploratórios eu morava em San Juan, província ao lado de Mendoza, e viajava 172 km de ônibus para passar poucas horas com as militantes da UST e criar vínculos de confiança e de comparação tanto da paisagem semiárida como de resistência camponesa. Analisava atentamente pelas janelas a mudança da paisagem, e aproveitava cada parada da linha do ônibus para descer e experimentar as paisagens vistas pelos vidros, as quais me impressionaram pela similitude com o semiárido nordestino. A única e principal diferença nas paisagens mendocinas era a presença majestosa da Cordilheira do Andes e de grandes extensões desérticas.

Foto 10: Paisagem semiárida na Ruta 40, estrada principal para ir de San Juan à Mendoza



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2018.

Após os campos exploratórios, começaram os campos de resistência camponesa. Já com contatos consolidados com a UST, participei de reuniões do movimento, principalmente das reuniões de gênero do movimento (foto 11). Também participei de marchas e manifestações do movimento, como na foto 12.

Foto 11:Reunião do Grupo de Gênero da UST, San Rafael- Mendoza.



Fonte: Acervo Pessoal, novembro de 2018.

Foto 12: Presença da UST na manifestação feminista contra a violência para com as mulheres, Capital de Mendoza



Fonte: Acervo Pessoal, novembro de 2018.

Os campos com a UST foram diversos. Me envolvi muito mais do que com o MST no Brasil. Como me mudei para Mendoza, em novembro de 2018, tinha facilidade de participar ativamente das reuniões do movimento e acompanhar a agenda de luta do grupo de gênero. Percorri diversas sedes, conheci diversas mulheres. Eu era a primeira geógrafa a fazer uma pesquisa de mestrado com a UST e este fato- ser uma mulher na Geografia estudando mulheres- é o que me fez desenvolver relações de afeto tão próximas às militantes.

Tanto as marchas feministas que aconteciam na capital da Província de Mendoza, como as reuniões do movimento que eu participava fazia com que eu me envolvesse pelo propósito de conhecer mulheres para as entrevistas e, assim, fiz amizades! Nestes encontros coletivos eu marcava os encontros individuais, que culminaram nos relatos orais que compõem o quadro de mulheres entrevistadas da pesquisa, ver quadro 02.

Os campos em Mendoza para coleta de relatos orais foram realizados em sua maioria nas diferentes sedes da UST. Alguns foram feitos nas casas de camponesas e também na Escuela Campesina de Agroecologia da UST-MNCI. Tanto as sedes como as casas visitadas estão em diferentes regiões e departamentos da província (mapa 02).

MAPA 2: Localização dos trabalhos de campo com coleta de relatos orais com militantes da Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) na provincia de Mendoza- Argentina, 2019.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN), 2017; Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST). Elaboração: Autora (2019).

No quadro 02 abaixo, estão destacados somente os campos com finalidade de busca de relatos orais, os quais pude lograr com a participação de homens e mulheres nesta pesquisa. Porém, a presença de mulheres foi muito forte, participaram 8 pessoas, sendo 7 mulheres e 1 homem, militantes da UST. Destaco que **DM**, o único homem entrevistado na Argentina, era uma liderança da sede sul da UST, sendo este o principal motivo de ter participado. Assim como na Paraíba, quase todas as mulheres que participaram da pesquisa eram mães

Quadro 2: Coleta de relatos orais com militantes da UST, por data e local

DATA	NOME	Estado Civil	Filhos	LOCAL
11/ 2018	DA. e MA.	Casada/ Solteira	02/ 00	Escuela de Agroecologia Campesina- UST. La Valle, Mendoza.
11/ 2018	VP. e M.	Casada/ Casada	03/ 02	Sede Oeste- UST La Valle, Mendoza.
12/ 2018	KA.	Solteira	01	Sede SUR- UST. Carmensa, Mendoza.
12/ 2018	DM.	Solteiro	00	Casa campesina- UST. Carmensa, Mendoza
12/ 2018	EM.	Divorciada	01	Finca Mate Cosido- UST. Tunuyan, Mendoza.
01/ 2019	AL.	Casada	05	Sede Leste- UST. La Valle, Mendoza.

Organização: A autora, 2019.

1.5.1. As mulheres da UST-MNCI

Entrevistadas DA e MA

DA e **MA** foram as primeiras mulheres que entrevistei na Argentina, elas me deram panoramas gerais sobre o movimento e sua organização. Durante este relato as duas mulheres focaram na Escola e na educação do movimento como um todo, partindo dos princípios pedagógicos construídos na Via Campesina. Elas conduziram suas falas e memórias para remontar a história da escola e, pontuavam todo tempo, como a escola era um dos principais espaços de formação do movimento.

Elas conversaram comigo em um dos espaços externos desta escola, como uma conversa descontraída, tomando mates e vendo a paisagem. Passamos horas conversamos, tanto que a entrevista gravada se nota que **MA** já estava conversando anteriormente e continua remetendo-se a conversa anterior, como se pode ver na página 345 nos apêndices.

DA, é uma mulher transexual- ela apresenta neste relato a importância de ter estudado na escola antes de ser militante, demonstrando como a escola é a porta de entrada para a organização, demonstra mais a sua história dentro do movimento, enquanto **MA** estava mais focada em contar sobre a UST.

As duas eram jovens, e as duas tinham sintonia em suas conversas. Conto que após estes relatos pude encontrar mais **MA**, principalmente nas marchas que a UST estava compondo, nessas oportunidades conheci seus filhos, bem como, pude conversar um pouco mais com ela. A **DA** eu encontrei quando fui me despedir antes de voltar ao Brasil, mas não tivemos mais tantas oportunidades de conversar.

Entrevistadas V e M

Elas foram as mulheres camponesas que mais me acompanharam na Argentina, e foi com elas que consegui os contatos seguintes, elas me acompanharam do começo ao fim da pesquisa. **V** e **M**, foram designadas pelo próprio o movimento para me conduzir na pesquisa, por serem as duas coordenadoras do coletivo de gênero.

Bem, neste primeiro encontro, elas ainda não sabiam muito o que eu buscava, e me deram um panorama geral desde a fundação da UST até os dias de hoje. No depoimento que segue podemos perceber como o coletivo de gênero tem construído críticas importantes para a UST, as quais foram exploradas na pesquisa.

Diferente de muitos outros relatos, este é quase uma conversa sobre a UST e não tanto uma história de vida, o que é contraditório afirmar que não há a vida delas nas páginas que seguem, tendo em vista que as duas eram militantes deste movimento e ao contar a história da UST contavam suas próprias histórias.

V e **M** foram muito pacientes com o meu “portunhol”, se esforçavam para me compreender, pois acreditavam muito no potencial da pesquisa. Elas me acolheram de forma incrível, algo perceptível no relato que segue nas páginas 326 a 344. As duas são mulheres muito comunicativas o que ajudava no andamento da entrevista e da pesquisa como um todo.

Elas eram mães e tive a oportunidade de conhecer todas as filhas e filhos, em manifestações e em alguns almoços que elas prepararam para que eu conhecesse suas casas. Elas eram vizinhas, o que facilitava muito a comunicação e a convivência com elas. E, com toda certeza elas foram as mulheres que mais convivi durante os meses que estive fazendo campos na Argentina, nós nos falávamos quase todos dias, pessoalmente ou por telefone.

Entrevistada Ka

Não há dúvidas que a história de KA foi a mais dura da pesquisa.

Ka, era jovem, uma mulher de 21 anos, mãe solo de um menino 1 ano, com uma vida marcada pela violência extrema- o estupro na infância, e a violência doméstica pelo ex-marido.

Neste relato ela contou sua vida, entre lágrimas, as quais compartilhei em diversos momentos, foi uma conversa dura para nós duas, ela por contar e eu por ter contato com sua história. **Ka**, foi recomendada pelo coletivo de gênero, não sabia de sua história, o que sabia era que ela era importante para as mulheres da UST. Apesar de eu estar hospedada na casa de sua mãe, onde DM morava, não sabia quem era **KA**, sempre retrata pela família como uma “outra!”. Foi somente no momento da entrevista que compreendi os laços familiares de **DM** e **KA**, irmãos.

A entrevista não foi feita na casa da mãe de **KA** ou de sua mãe, e sim, na casa de uma tia dela. O local foi ela que escolheu, era um domingo e as pessoas que me receberam fizeram um churrasco, pois nesse dia eu voltava pela noite, era uma despedida.

Ka chegou, toda a família estava reunida se calou com sua chegada, perguntei onde ela queria conversar, e ela me disse que na sala, como ela disse “longe de todos e tudo”. Assim, longe do resto da família, ela com seu filho nos braços me contou em detalhes suas memórias mais sofridas e seus sonhos. Quando agradei seu relato, página 379, ela me disse:

“Pelo contrário, está aí para ser contado. Ajude a dar força a outras mulheres, força para sair. Com um pouco que tem pode avançar. Assim seja de um grão de areia ou seja muito você pode avançar”

Entrevistado DM

Ele foi o único homem que participou desta pesquisa na Argentina. Era jovem, mais novo que eu, com uma história marcada pela violência infantil. Apesar de ter me recebido em sua casa por 02 noites, tive mais contato com sua mãe e suas irmãs, pois ele estava com altas demandas de trabalho quando cheguei. **DM.** era a liderança da UST no departamento de General Alvear, e como me explicou, neste departamento não havia comercialização de alimentos da UST, pela distância das fábricas, mas havia trabalho de base e articulação para a conquista de terras e, principalmente, para a formação de crianças, que era onde ele trabalhava mais ativamente.

Ele relutou a me conceder um relato gravado, era um homem tímido, não gostava de contar sua vida, e existia também o estigma criado sobre esta pesquisa, como eu tinha sido indicada pelo coletivo de gênero ele acreditava que eu estava buscando somente histórias de mulheres. Em uma das noites que estava hospedada em sua casa, após muitas horas de conversa sobre a pesquisa e o real motivo de eu ter ido até seu departamento, ele me disse: *“liga o gravador!”* e assim começamos, foi um relato rápido o que está gravado e transcrito nas páginas 373 até a página-378.

Entrevistada EMI

Meu primeiro encontro com EMI foi durante uma manifestação da UST na cidade de Mendoza em prol da Finca Mate Cosido. Ela se apresentou e disse que queria participar da pesquisa, pois **V.** e **M.** tinham comentado com ela sobre e, pedido para que ela me contasse sua história. Naquele dia combinamos o nosso segundo encontro para gravar seu relato. Passei todo um dia na Finca Mate Cosido, sede da UST em Tupungato, onde ela mora, acompanhei sua rotina diária de mãe, militante da UST.

EMI, era jovem, alegre e muito sorridente e comunicativa, a conversa não tinha muitos silêncios. Apesar de ter passado toda a manhã conversando com ela sobre a UST e sobre a organização do MNCl, não sabia muito de sua história até este relato ser gravado naquela tarde.

Entrevistei **EMI** poucos dias depois de conhecer a **KA**, e percebi que ela tinha a mesma vontade de contar sua história para outras mulheres por ter

sofrido muito com a violência doméstica. Quando os piores episódios de violência aconteceram em sua vida ela já estava inserida em espaços de militância, e tinha chego a Mendoza, à UST para lutar por terra e produção quando sofreu os episódios de violência extrema com seu antigo marido.

No relato, transcrito nas páginas 388 a 400, foi possível analisar melhor como funciona o coletivo de gênero na UST, a partir das estratégias feministas criadas para que **EMI** saísse da situação de violência que estava inserida e também para compreender as ações feministas da organização da UST. É um rico relato!

Entrevistada ALI

No dia desta entrevista a sede oeste está passando por uma grande limpeza e organização. Cheguei 3h antes da entrevista para ajudar as mulheres, que tinham como meta do dia revitalizar o espaço destinado para as crianças, onde os filhos e filhas das trabalhadoras da fábrica brincavam durante a jornada de trabalho. Estavam trabalhando nessa missão muitas mulheres da UST que conheci ao longo dos meses, algumas das entrevistadas também estavam presentes, todas estavam animadas em saber que eu ia gravar a conversa com a **ALI** antes de voltar para o Brasil.

ALI era uma das referentes mais conhecidas na UST, por ser uma das fundadoras do movimento era conhecida pelas outras como “luchadora”. Foi minha última entrevista na Argentina, dias antes de eu ir embora consegui marcar com ela um encontro. Ela estava relutante em gravar seu relato de vida, me disse diversas vezes por telefone que não tinha muito o que me contar, e foi da insistência de **V.** e **M.** que ela aceitou me encontrar.

Ela trabalhava no administrativo da fábrica, e mesmo estando de férias fez questão de gravar dentro da fábrica da sede oeste, a fábrica mais antiga e onde mais mulheres trabalhavam. Não há dúvidas que o relato de ALI foi extremamente importante para esta pesquisa, como uma das “luchadoras”, ao me contar a sua história me contava a história da UST e vice-versa. Ela era uma mulher mais velha. Tinha uma energia incrível, era extremamente comunicadora demonstrava durante nosso encontrar estar feliz por contar a sua história, que se encontra nas páginas 389-401. Ela trazia a entonação

de uma amiga me dando conselhos sobre emancipação, e sim foram ótimos conselhos para uma jovem mulher!

1.6. Dois países diferentes e um mesmo sentimento

A palavra subjetividade descende da palavra subjetivo que significa: “referente ao sujeito; que está somente no sujeito; que se passa somente no interior do espírito de uma pessoa (FERNANDES et. al, 2001). Este capítulo é marca do que para mim foi subjetivo, pois

O homem[a mulher] constitui sua subjetividade mediante ao processo de apropriação dos conhecimentos construídos historicamente, desenvolvendo assim, suas funções psicológicas superiores, tais como raciocínio lógico, pensamento abstrato, capacidade de planejamento, entre outras funções. Esse é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da subjetividade e está assentado, também na relação com outros homens [outras mulheres] (AITA; FACCI, 2011, p. 36).

Desta forma, a subjetividade foi construída na relação com as outras mulheres. Quando me aventurei a esses encontros, admito que imaginei que seria fácil! Revelo que no começo eu acreditava, fielmente, que elas, as mulheres camponesas, eram as “outras”. Porém, descobri que eu era tão estranha para elas quanto elas eram para mim: eu também era a outra para elas, eu era a “menina” vindo de São Paulo, a sudestina! E naqueles momentos de encontro me dei conta de como é difícil ser estranha!

Ao chegar no primeiro campo em Mendoza, já em dezembro de 2018, foi uma experiência muito diferente...cheguei sozinha! Uma “nena”¹³ brasileira, dizendo que fazia uma tal pesquisa de Geografia da Saúde. Apesar de eu ter sido indicada por outros amigos do Brasil, eu era novamente, e até de forma mais intensificada, a estranha!

Na Paraíba eu era a sudestina, a paulistana! Em Mendoza eu era a brasileira! Em todos os campos eu era o motor da curiosidade. “Abrir a boca” gerava risos... Meu sotaque sempre denunciava minha origem e, este sotaque

¹³ Nena é um adjetivo feminino para bebê, nessa entonação era depreciativo.

de brasileira paulistana que gerava curiosidade era a forma de “quebrar o gelo” e contar um pouco sobre mim!

Eu reconheço hoje a importância desses movimentos de troca como ricos, os quais só foram possíveis com o PERCEBER-SE ESTRANHADA!¹⁴ Imagine, uma pessoa que você não conhece em sua casa, falando sem parar e fazendo diversas perguntas? Mais que explicar a pesquisa, era necessário doar a minha história para receber, eu precisava contextualizar a minha experiência de vida!

Certamente, Carlos Rodrigues Brandão (2007) em seu texto “Reflexões sobre como fazer trabalho de campo”, ajudou-me a compreender a necessidade da sensibilidade e da afetividade como uma condição necessária a ser estabelecida entre a pesquisadora e as entrevistadas, ao expor que o trabalho de campo é uma experiência de vivência, marcada por subjetividades.

Assim, dois grandes aprendizados foram gerados com o reconhecimento de perceber-me como estranhada. O primeiro, o que parecia ser o mais óbvio, mas se evidenciava a cada entrada a campo é que eu não era camponesa, muito menos paraibana e/ou mendocina.

Ao chegar com sede em casas que não tinham água, muito menos água potável! Chegava com fome em casas que não tinham as refeições diárias asseguradas e, assim convivi com situações adversas à minha vida, as quais se misturavam com as práticas cotidianas de sofrimento relatada pelas entrevistas; me dei conta que eu nunca conseguiria expressar a vivência dessas mulheres, sujeita desta pesquisa! Afinal, eu poderia ir embora quando quisesse e comprar uma garrafa de água e um prato de comida no caminho. Este reconhecimento como pesquisadora que chega e vai embora, foi um diferencial crucial e deve ser sempre ressaltado e lembrado.

Tive campos que duraram poucas horas na casa de uma família, que compartilharam comigo as verduras do quintal e se desculparam por não ter a “mistura” (a carne). Tive campos que duraram todo um dia e a família me servia

¹⁴ O primeiro trabalho que vi a autora percorrer sobre *Perceber Estradada* foi o de Juliana Grasiéli Bueno Mota, em sua tese intitulada: Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-*tekoha* - Dourados/MS, 2015.

o “mate”¹⁵, pois a água disponível não era tratada e eles diziam que se me servissem água em um copo eu ficaria doente. Assim, se eu tomasse o mate, onde a água é fervida, eu me manteria sem sede e sem doenças! Também tive campos que durou todo um fim de semana, em comunidades isoladas no semiárido mendocino, onde sem hotéis na cidade, me hospedei na casa de lideranças que, literalmente, me deram a cama, pois eu era a visita.

Essas experiências, apesar de terem sido importantes para a compreensão do fenômeno social investigado, se fizeram para além de experiências de pesquisa, se tornando experiência de vida. Aprendi, depois de alguns erros anteriores, que não se pode recusar comer ou beber na casa das camponesas, pois apesar de não ter o suficiente para dividir, a minha recusa era uma ofensa. E quando vamos na casa de alguém, tudo que não queremos é ofender a anfitriã, não é mesmo?

O outro grande aprendizado dessa pesquisa foi o reconhecimento que não existe relatos orais ruins ou bons! O que existia era a minha imaturidade de reconhecer as expectativas depositadas no campo e as quebras de expectativas me decepcionavam, não porque o relato foi ruim, mas nem sempre eu ouvia o que esperava ouvir e assim, precisava me reinventar nas análises.

Este reconhecimento se deu no processo de análise e escrita, quando me deparei com muitas horas de entrevistas transcritas e precisava reconhecer nos relatos os dados de similitude e diferença do fenômeno social sem que esta pesquisa se transformasse em duas - uma do Brasil e outra da Argentina. Nos dois países tive mais relatos femininos do que masculinos. No total foram 12 mulheres e 03 homens. Acredito que a força de relatos femininos teve dois motivos; sendo o primeiro o fato de eu ser uma mulher pesquisadora. Porque digo isso?

Tanto no Brasil quanto na Argentina, eu fui recebida nos movimentos e “cuidada” por todos. Este “cuidada” se refere ao fato das mulheres que me receberam se preocuparem comigo nas idas aos assentamentos e sedes dos movimentos. De forma que, visando a minha segurança, as mulheres que me

¹⁵ Bebida típica da Argentina, uma espécie de chá, feito com água fervida em contato com a erva mate. Matear na Argentina é um ritual e um costume que se compartilha em momentos diversos.

receberam em suas casas e espaços de trabalho me encaminharam principalmente a casa de outras mulheres, por ser mais “seguro”.

No Brasil, por exemplo, os primeiros contatos de pesquisa foram feitos a partir de indicação das amigas e amigos pesquisadoras/pesquisadores que me encaminharam contatos de mulheres nas lideranças. Estas mulheres me abriram uma rede de contato, e a princípio, não era tão evidente a participação ativa de mulheres. Mas estas mulheres eram as que estavam à frente do MST nas diferentes brigadas, desde lideranças nos assentamentos até lideranças no estado da Paraíba e todas, sem exceções, me perguntavam sobre a minha segurança e se preocupavam. Muitas mulheres participaram dessa pesquisa e a participação não era somente nos relatos orais aqui expostos, foram muitas ligações e mensagens por *whatsapp* para chegar à coleta de relatos orais das camponesas.

Era notória a preocupação de pessoas para participar na pesquisa que fossem “orgânicas” no MST e também na UST, como forma de compreensão da história do movimento a partir de suas falas. Porém, só pude perceber o número de mulheres que participaram e a importância dos movimentos de indicar mulheres nas análises posteriores de todos os campos.

Havia a necessidade da minha segurança nos campos, mas também a necessidade de evidenciar as mulheres camponesas latinas na dissertação, sendo esta uma demanda das camponesas argentinas e brasileiras ao relatarem a importância de se trazer a luta feminina e feminista dentro dos estudos sobre o campesinato na Geografia.

Na Argentina, com a UST, esta demanda foi mais evidente e mais comentada. A UST tem a diretriz que toda pesquisa e/ou pesquisadora que pretende estudar o movimento tenha uma “tutora”, como especificado na fala abaixo. Assim,

“Tem sido parte da organização e cada uma das pessoas que vieram fazer uma tese, houve um delegado da organização que acompanhou o processo. Digamos que é uma questão orgânica, portanto, nesse sentido, não é se diz ou não, ou concordar ou não com coisas que, para nós, não sei, as bases de avaliação do envio de pessoas para nós e mostramos as luzes e sombras de nossa construção, somos bem-vindas,

digamos los limites, senão não conseguimos continuar caminando” (MA. Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora)¹⁶

No meu caso, foram duas lideranças que fazem parte da coordenação do coletivo de gênero, **V.** e **M.** Esta foi uma atitude política do coletivo de gênero de me guiar para as entrevistas orgânicas e, principalmente, evidenciar a caminhada das mulheres na construção e consolidação da UST. Meu corpo de mulher permitiu-me no momento do campo a aproximação. As marcas de ser um corpo feminino que se jogou no desconhecido, fez com que esta pesquisa fosse tanto delas – as outras! - como minha, uma pesquisa que partiu da demanda real, produzida em relação, se tornou o nosso grito!

¹⁶ “he sido parte de la organización, y cada una de las personas que han venido a hacer tesis, ha habido un delegado de la organización que acompañaba el proceso. Digamos, es una cuestión orgánica, entonces, en ese sentido, no es por si dice o no, o acuerdo o no con cosas que para nosotros, no sé, las bases de evaluación de enviar personas a nosotros y nosotros mostramos las luces y las sombras de nuestra construcción, son bienvenidas digamos los limites, sino no podríamos seguir caminando” (Entrevistada MA. 24/11/2018, Escuela de Agroecología Campesina- UST, La Valle, Mendoza).

CAPÍTULO 2



LA VIA CAMPESINA -
O CONTRAESPÇO PRODUZIDO PELA
PROMOÇÃO DA SAÚDE **CAMPONESA**

Nas páginas que seguem disserto sobre a criação e espacialização atual da Via campesina (LVC); bem como, suas principais bandeiras de luta; garantia de território, reforma agrária, soberania alimentar, educação no campo e o feminismo. Tais bandeiras são analisadas neste trabalho através de suas materialidades como práticas de promoção da saúde camponesa.

Para isso, abro um debate sobre o conceito de contraespaço, considerando o debate de Ruy Moreira (2002;2014) sobre a formulação original deste conceito que representa “a ação das excluídas”. Discuto também porque eu reelaborei a ideia original de Ruy Moreira de contra espaço para a ideia de contraespaço campesino, que tem no protagonismo das mulheres camponesas importantes fundamentos de resistência em saúde. Essa reelaboração tem como base a resposta decolonial e também feminista à formação socioespacial (SANTOS,1987) do continente Latino-americano, fazendo uma análise crítica da conformação e consolidação do sistema de dominação-exploração que instalou-se com a invenção da América latina para consolidação do sistema de opressão “patriarcado-capitalismo-racismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60) em todo mundo.

Discuto sobre a importância da criação da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a sua espacialização atual. Enfoco na representatividade de movimentos na América do Sul, tanto em números como em representatividade, na conformação da CLOC e da LVC a partir da interseccionalidade, conceito de Kimberlé Crenshaw,(2002) pela representatividade de movimentos presentes nas realidades estudadas.

Adentro a discussão da violência patriarcal no campo, na perspectiva estrutural do sistema de opressão patriarcal, sendo incorporado pelo capitalismo racista, o qual perpassa a vida das mulheres camponesas. Apresento a alternativa camponesa, a resposta ao tripé de opressões que afetam as mulheres entrevistadas e que criam, no âmbito da CLOC, o Feminismo Camponês e Popular como um projeto político (TÁBOAS, 2017).

2.1- Via Campesina: o contraespaço produzido pelas práticas feministas de promoção da saúde

A Via Campesina foi criada em 1993, especificamente em maio deste ano, com a presença de 46 líderes de movimentos, no encontro promovido em Mons- Bélgica (DESMARAIS, 2013, p. 109). Cabe destacar que neste momento havia uma predominância de 20% de lideranças masculinas e 80% femininas (DESMARAIS, 2013), o que demonstra a força das camponesas organizadas em rede na conformação do movimento internacional.

Após a sua criação oficial, como estratégia da Via Campesina, foi realizada uma Comissão Coordenadora, composta exatamente por um representante de cada uma das respectivas regiões do mundo presentes. Havia cinco pessoas de diferentes movimentos; como a *Solidariedade Camponesa da Polônia*, pela Europa Oriental; a *European Coordination Via Campesina* (CPE), pela Europa Ocidental o Movimento Camponês das Filipinas (*Kilusang Magbubukid ng Pilipinas – KMP*), pela Ásia, a *Asocode*, pela América Central, Caribe e América do Norte e o *MST*, movimento estudado com ênfase nesta pesquisa, foi o representante da América do Sul¹⁷; (DESMARAIS, 2013, p. 109).

E assim, nasce a Via Campesina, tendo como seu objetivo principal: construir um projeto de sociedade baseado em um modelo de agricultura radicalmente diferente do modelo agrícola de acumulação de terras para a produção de *commodities*, o agronegócio. Através de práticas contra-hegemônicas propostas pelos diversos movimentos, as lutas da Via Campesina começaram a valorizar a água, se ater que o modelo radicalmente proposto pela Via tem que se contrapor o monopólio da terra e da água por grandes empresas capitalistas, sendo assim Agrohídronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Descrita como pertencente ao grupo de movimentos antiglobais, por ter em seu cerne a luta e ação em escala mundial (RIBEIRO, 2016), a Via Campesina é também uma materialização dos Movimentos Transnacionais

¹⁷ Cabe destacar que hoje, Diego Monton, liderança da UST, é o representante da América do Sul na Comissão de Coordenadora de LVC em 2019.

(EDELMAN e BORRAS JR., 2016), tendo como principal característica a composição heterogênea. Através das múltiplas identidades camponesas, estruturadas em uma constituição fluída com um propósito em comum, se constitui enquanto uma rede de lugares que se rebelam (RIBEIRO, 2016), uma vez que as suas práticas contra-hegemônicas são pautadas a partir de bandeiras de lutas que emergem de suas bases e se desenham como revolucionárias. Tais bandeiras são compreendidas na presente dissertação de mestrado como práticas de promoção da saúde camponesa, sendo estas: a *reforma agrária ampla e popular*, o *território*, o *feminismo*, a *educação popular no campo*, e a *soberania alimentar*, representada no organograma 01.

As práticas foram identificadas em documentos oficiais, mas também, nos relatos de vida das mulheres que participaram da pesquisa, apresentadas no terceiro capítulo e quarto capítulo. Entendemos que estas práticas, lidas por alguns pesquisadores como contra-hegemônicas¹⁸, promovem saúde. Afinal, o elo dos 182 movimentos que pertencem a LVC, é sem dúvida, se manterem vivos. Para se manter vivos aquelas e aqueles que todo o tempo são oprimidos, seja pelo patriarcado, pelo capitalismo ou pelo racismo, ou tudo junto e combinado, a Via Campesina entende a necessidade de uma reforma agrária popular em todo o mundo, compreendendo a formação socioespacial de cada país, e elencando a produção no campo com bases na agroecologia, sendo esta a base para se alcançar a soberania alimentar dos diversos povos.

Por sua vez, a soberania alimentar, para LVC, significa dar prioridade à comida e não ao *commoditie*, sendo estes alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente adequados ao mercado doméstico (VIA CAMPESINA, 2018).

A Via Campesina apresentou a proposta de soberania alimentar como bandeira de luta na II Conferência Internacional, realizada em Tlaxcala, México, no ano de 1996. Esta conferência focou seus esforços na discussão dos efeitos

¹⁸ VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico. **Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.
BATISTA, Ândrea Francine. Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. 2013.
NASCIMENTO, Aline Cristina; ROCHA, Rosimary Gomes; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Movimentos contra-hegemônicos: o papel da mulher na agricultura camponesa. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 214-233, 2018.

da crise global do capitalismo e sua relação com a oferta e a demanda de alimentos, pensando e pontuando criticamente a “questão da fome no mundo” (COCA 2016; BORRAS JR, 2008; WITTMAN 2011). Desta forma, a soberania alimentar foi apresentada como uma alternativa à segurança alimentar¹⁹ e como uma proposta de desenvolvimento do campo baseada em princípios camponeses e indígenas. Essa concepção supõe:

novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes e à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 25).

Ao se posicionar pela soberania alimentar dos povos, o campesinato reconhece as distintas formas de alimentação produzida, valorizando assim, o labor na terra, longe da homogeneização alimentar proposta pelo sistema capitalista, valorizando a produção cultural para a obtenção de recursos individuais, familiares e coletivos em distintos espaços camponeses, portanto a soberania alimentar é a luta para se viver sadio, é promoção da saúde (LIMA, 2014).

Existe um protagonismo das mulheres na Via Campesina como um todo. Afinal, as mulheres são estratégicas para a soberania alimentar, devido à importância travada nas lutas e conquistas do movimento camponês, como o próprio documento oficial traz:

Estamos determinados a criar economias rurais que são baseadas no respeito por nós mesmos e a terra, à soberania alimentar e ao comércio justo. **As mulheres desempenham um papel central para a casa e a soberania alimentar da comunidade.** Portanto, elas têm o direito inerente de recursos para a produção de alimentos, terra, crédito, capital, tecnologia, educação e serviços sociais, além de igualdade de oportunidades para desenvolver e empregar suas habilidades. Estamos convencidos de que o problema global da insegurança alimentar pode e deve ser resolvido. A soberania alimentar só pode ser alcançada através da solidariedade e da vontade política de implementar alternativas (VIA CAMPESSINA, 1996, não paginado, tradução nossa, grifos da autora).

¹⁹ A discussão sobre o conceito de segurança alimentar *versus* soberania alimentar se encontra, aprofundada, na introdução do capítulo 04

Organograma 1:Promoção da saúde pela Via Campesina.



Fonte: Viacampesina.org, 2019.

Elaborada por Maria Frizan e organizado pela autora, 2019.

Entender a Via Campesina como contraespaço, um espaço que promove a vida, não só para as mulheres camponesas, mas, para toda a sociedade, é a contribuição geográfica que tento fazer a esta luta de caráter global e transnacional, uma luta que se configura como feminista, antiburguesa

e antirracista. É compreender que as lutas locais que conformam a Via Campesina alimentam a luta mundial que engendra a vida pelo existir, pois a realidade concreta de mulheres e homens camponeses, fortalecidas (os) por uma bandeira comum, nos evidencia o processo de viver e morrer frente ao espaço atual concebido pelo “sistema patriarcal-capitalista-racista” (SAFFIOTI, 1987).

E isso passa pela reflexão a respeito da concepção de espaço que fundamenta esse projeto político de sociedade. Segundo Ruy Moreira, vivemos desde o final do século XX o que denominou de “mal-estar geográfico”, devido a necessidade emergente de compreender a relação entre espaço e existência (MOREIRA, 2007). Para ele, foi no capitalismo que a ciência separou os seres humanos do espaço.

Nesse processo tornou-se hegemônico pensar que os seres humanos estão no espaço, mas não são espaço. Ao colocar a questão de Gênero, e a importância das mulheres nessa luta, a Via Campesina dá a sua contribuição para inverter essa lógica, uma vez que o corpo das mulheres e a corporeidade do feminino são frutos das interações sociais e passou a ganhar centralidade no debate.

São, portanto, os movimentos sociais, como o movimento camponês, que começa a romper com a suposta dicotomia seres humanos/espaço. Pelo contrário, os seres humanos fazem parte do espaço, são também espaço. Enquanto espaço, as sujeitas encontram em seus corpos as marcas dessa luta, e daí que podem ser compreendidos enquanto contraespaço. Assim, o contraespaço do campesinato é representado na *práxis* cotidiana da construção do projeto de sociedade diferente, o espaço geográfico configurado pela luta feminista e por soberania alimentar, como diferente do atual.

A compressão principal que tenho sobre o espaço geográfico é que este constitui-se de tensão, o que possibilita a leitura geográfica desse processo (MOREIRA, 2010). Pelos diferentes corpos que o constituem e produzem o espaço, os corpos importam nas experiências espaciais. Por causa disso, como propõe a geógrafa Haraway (1988), todas as formas de conhecimentos são “conhecimento situado e corporificado”. Claro que o espaço hegemônico é o resultado da materialidade dos interesses de reprodução do

capital, porém não podemos olhar as práticas de produção do espaço pelo capital sem compreender que se utilizou de um antigo sistema de opressão, o patriarcal e criou um novo, o racismo oriundo do colonialismo.

O patriarcado é o caráter masculino do contrato original (HARTMAN, 1979) ou seja, “é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 57). O fato de viver em uma sociedade que se estrutura em práticas de poder que institui os homens como superiores das mulheres, está diretamente relacionada às práticas culturalmente desenvolvidas pela divisão de gênero masculino e feminino. Este sistema de opressão conta com a idade aproximada de 5.000 anos. É um “sistema de dominação-exploração”, onde dominar e explorar são faces da mesma moeda. Este sistema está em permanente transformação e ele extrapola o núcleo família –pai, marido- e atravessa a sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2004; 2015).

No tocante ao racismo originado pelo colonialismo, me apoio em Aníbal Quijano, que diz que: ideia de raça foi criada para dar legitimidade à imposição da conquista europeia sobre outros continentes. Sendo assim, a legitimidade da estrutura colonial se dá a partir da formação do discurso binário- bem como o patriarcal- o qual temos dois polos o inferior e o superior, pela raça, pela cor! O racismo foi criado para garantir a dicotomia e subalternidade daquele que é colonizado por aquele que é colonizador. Neste sentido, a noção de raça, se dá pela sua diferenciação, serviram para naturalizar as violências colônias (QUIJANO, 2005).

Logo, a ideia de que o capital é um sistema de homogeneização absoluta é nula. Afinal, “o capital domina e se apropria de formas heterogêneas de trabalho e exploração” (QUIJANO, 1991, p. 53), realizada por corpos de diferentes gêneros e diferentes raças/etnias, não sendo mais aceitável compreender que o espaço geográfico é o resultante das práticas econômicas, e somente delas, engendradas pelo capitalismo. Este espaço geográfico condicionado somente pela lógica economicista não serve ao campesinato, pois o espaço atual, este espaço tensionado, é o produto social e econômico que tem a sua base material desenvolvida pela interseccionalidade das opressões- dominações, logo do sistema patriarcal, capitalista e colonial. Como os seres humanos também são a corporificação do próprio espaço, e não

apenas estão no espaço, as marcas desse processo de opressão-dominação estão nos próprios corpos, cuja a história interessa para o presente estudo.

De outra forma, o contraespaço do campesinato é sonhado dentro do modelo do socialismo, trazendo a agroecologia e o feminismo camponês e popular como instrumentos de se conseguir o espaço diferente do atual. A Via Campesina como contraespaço não consegue barrar o caminho do agrohidronegócio, mas propõem um novo caminho: “o caminho da camponesa”, como se remete o nome em espanhol adotado pelo movimento transnacional.

Para afirmar que a ação dos excluídos, do capitalismo, gera um contraespaço (MOREIRA, 2014) apresento as bases materiais de contestação das representações dominantes de projeto social a partir das práticas espaciais interseccionais, que faz o movimento camponês, trazendo para a análise as leituras de feministas marxistas não ortodoxas.

Para se construir as bases de contestação do projeto social vigente, a Via Campesina compreende que o capitalismo está em constante mudança, e, assim como este se reinventa, os espaços dos movimentos precisam se reinventar.

Por muito tempo nós, na academia, focamos em compreender o capitalismo somente pela divisão classista que este modelo impõe, sem levar em consideração que dentro da visão de classe existem corpos os quais foram subordinados pela diferenciação de gênero e de raça/etnia. Compreender, principalmente na Geografia, que a sociedade capitalista se sustenta em um tripé de opressão, que se interseccionam, é uma tarefa que nós mulheres estamos pautando em diversos estudos²⁰.

O campesinato organizado tenta subverter as três principais estruturas, dando maior foco à subversão da estrutura patriarcal, que assola principalmente as mulheres não brancas²¹ no espaço criado pelo capitalismo. A

²⁰ As obras feministas com a perspectiva classistas mais utilizadas nesta pesquisa são: Heleieth Saffioti (1979; 2004); Angela Davis (1981; 1989); Silvia Federici (1998; 2012); Kimberlé Crenshaw (2002); Elisabeth Souza-Lobo (2011); Maria Lugones (2014); Mirla Cisne (2014).

²¹ Mulheres não brancas é a categoria utilizada pela Maria Lugones no seu texto “Colonialidade y género: hacia um feminismo decolonial” onde as mulheres não brancas são as mulheres que sofrem com a colonialidade do poder.

materialização dos sistemas de opressão-dominação dos seres pelo binarismo, constituiu a disputa por este espaço, que é proveniente de um sistema de objeto e de ação de uma sociedade de classes, machista e racista.

Desta forma, o campesinato não teria como se manter vivo, principalmente as mulheres camponesas provenientes de países escravocratas, como as mulheres latinas, sem elaborar formas de contra opressão, ou melhor sem desenvolver práticas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracista.

Ao explorar os corpos femininos da classe-que-vive-do-trabalho no campo (THOMAZ JUNIOR, 2005), o sistema não cria condições para a existência de relações espaciais distintas da estrutura de classe imposta e nem mesmo aceita relações econômicas distintas do agrohidronegócio. Frente a isso, ao não pertencimento ao espaço patriarcal, capitalista e colonial - o campesinato mundial se organiza para criar o contraespaço das camponesas e dos camponeses.

Invisibilizar as camponesas, dentro e fora da academia, é uma estratégia com base nos processos de desapropriação e precarização da classe trabalhadora do campo e que chega de forma mais agressiva e cruel nas mulheres, que não tem seu direito de ser mãe, *luchadora* e produtora de comida e não de *commodity*. Assim, o contraespaço produzido e vivido pelas mulheres do campo existe porque não há uma luta única. Ele finda por estar presente, porque se faz enraizado na materialização da rede de movimentos em movimento, onde temos diversas lutas com um inimigo em comum, que se articulam para criar o contraespaço, atuando, principalmente, no enfrentamento do neoliberalismo dentro e fora dos espaços rurais- opressor das diversas formas de viver no mundo. Compreendemos que a luta campesina em diversas escalas cria o contraespaço quando entende que a particularidade/especificidades do lugar e dos corpos se utiliza destas como potência para se recriar enquanto união pela figura do ser camponesa e camponês na Via Campesina.

Estes dois lados, opostos - espaço hegemônico e padronizado pelos agentes do patriarcalismo, capitalismo e colonialismo *versus* contraespaço estabelecido pelas experiências contra-hegemônicas; camponeses *versus*

latifundiário - localizados em uma mesma sociedade- em uma mesma configuração do espaço rural, é o que causa a tensão necessária para se pontuar a questão agrária de forma emergencial, na luta entre as potencialidades da promoção da saúde camponesa e a morte anunciada.

É por isso que nós compreendemos as camponesas reivindicarem em seus “gritos de guerra” a luta pela vida! Como apresenta Mitidiero Junior (2018), a reivindicação de VIDA alarma a nós pesquisadoras/pesquisadores a olhar, atentamente, para o que demonstra a evolução das reivindicações ao longo dos anos de luta dos movimentos sociais de camponeses. Destaca o autor que a sociedade capitalista tem reforçado disputas de “territórios de vida contra territórios de morte” e de “projetos de vida” contra “projetos de morte”. A luta pela terra foi incorporada pela luta pelo território e, a luta pela vida hoje é a síntese de se lutar por terra e por territórios engendrada pelas camponesas.

Via Campesina é isso: rebeldia em movimento (FELICIANO 2003; RIBEIRO, 2016), é produção de saúde pelo anseio da construção de um contraespaço que promove vida, é o grande número de movimentos sociais camponeses organizados em uma única bandeira - o que é ser camponesa - que procuram acabar com a estrutura patriarcal, colonial e imperialista, pois para a camponesa “a terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos” (IANNI, 1990, p.28).

Enfim, resistir na terra implica um conjunto de embates políticos e econômicos que afetam a reprodução da vida e logo, a saúde do homem e da mulher do campo, no intenso processo de viver-adoecer-morrer, o qual todos nós temos que enfrentar. Para as mulheres camponesas e latinas, esse processo se faz de forma muito dolorosa.

Sendo assim, a Via Campesina é caminho, como bem-dito na escolha do seu nome, mas não um qualquer, é percurso com trilhas e sangue latino, como bem explicito, na escolha do espanhol em contramão do inglês, representando o alto número de organizações latino-americanas (81 movimentos dos 182 no mundo), representando assim 44,5% dos movimentos que compõem o movimento mundial.

A Via Campesina é um contraespaço pois é rede de luta por um espaço heterogêneo, rebelde, saudável e de esperanças. Em suma, se

desenha como a expressão do movimento da sociedade, que não aceita mais o discurso de que a camponesa morreu. É a resposta ao neoliberalismo, organizada pelas camponesas a partir de suas práticas cotidianas que ganham força e luta na lógica mundial.

Enfim, a Via Campesina (LVC) foi organizada a partir da compreensão da classe trabalhadora do campo, que se entende como camponesa e que estabelece uma rede de rebeldia ao sistema patriarcal capitalista e racista. Assim, propõem um modelo de agricultura radicalmente diferente e, por causa disso, é um ato de rebeldia a criação deste contraespaço por aquelas que foram silenciadas, omitidas e invisibilizadas no sul global.

2.2 O nascimento da Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC): contraespaço decolonial na América Latina

“Para um geógrafo [geógrafa] que trabalha para ou num país subdesenvolvido, isto é muito importante: um estudo sem interesse para as populações desses países encerra o risco de estragar o prestígio do país de onde o geógrafo é originário (sobretudo se se trata de um país subdesenvolvido), assim como o da própria Geografia” (SANTOS, 2013, p.67).

A nossa formação socioespacial é proveniente do estupro. Chocante? Sim, mas a verdade é essa! Nascemos do estupro, da violência e da violação das mulheres que aqui viviam, as mulheres que aqui estavam foram afetadas diretamente:

Como se vê, foram múltiplos os papéis da mulher indígena. Abusadas sexualmente, exploradas como escravas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos. Trabalhavam na roça e com os cuidados da casa e da família, donde provavelmente herdamos nossos mais fortes hábitos de higiene. Foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando este foi conveniente. Geraram, em seus ventres os primeiros mestiços brasileiros (LACERDA, 2010, p. 44).

Nesse contexto de violência extrema para com as mulheres não brancas, a Europa só se afirmou como centro geopolítico e cultural no mundo moderno a partir da constituição da América enquanto periferia colonial (1492),

pois as riquezas que aqui estavam, iam para além do ouro e da prata, era a riqueza da tropicalidade e do trabalho escravo que geravam a acumulação de riquezas dos colonizadores (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.16).

Mesmo com o fim do colonialismo, a conformação dos Estados da América Latina deixou as “feridas” da colonialidade (QUIJANO,1991) e as marcas do homem branco controlando o poder. A manutenção deste poder seguiu o padrão da homogeneização do trabalho, como explica Rita Laura SEGATO (2014):

América latina es heterogénea no sólo porque en ella conviven temporalidades historias y cosmologías diversas, como ya fue dicho, sino porque abriga una variedad de relaciones de producción.... Se configuró así “un nuevo patrón global de control del trabajo” y, a su vez, nuevo “patrón de poder” (SEGATO, 2014, p. 23).

Dentro desse tecido social, a sociedade latina americana carrega consigo uma carga histórica de luta por direitos à vida, à saúde, ao trabalho e à terra como resultantes das formas de se manterem vivos, dentro dessa formação socioespacial danosa à classe trabalhadora, a qual se cria com bases na escravidão, na reprodução do racismo e, também, pelos imigrantes, que em sua maioria constituíam a classe trabalhadora explorada de seus países de origem.

Quando a sociedade latina americana reconheceu os motivos de suas mazelas sociais, provenientes da sua criação/invenção, começaram a compreender como a dita modernidade nos gestou como oprimidas triplamente. Assim, demonstra e grita, através dos estudos decoloniais e pelos “movimentos da sociedade” (QUIJANO, 1998) ou movimentos sociais, como a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC), como temos carregado uma carga histórica de luta por direitos à vida, de reexistir vivas frentes aos massacres dos colonizadores:

A CLOC é constituída formalmente no congresso realizado em Lima, Peru, de 21 a 25 de fevereiro de 1994, com a participação de 84 organizações em nível continental. O ano 1994 foi emblemático para os movimentos populares da região latino-americana, devido os sinais de reativação das lutas sociais, particularmente no campo, contra as políticas neoliberais que desdobraram nas ações do agrohidronegócio. O cenário de lutas começa com

a revolta zapatista em Chiapas-México, a segunda revolta indígena no Equador, as marchas dos *cocaleros* na Bolívia, as mobilizações pela reforma agrária no Paraguai, na Guatemala e no Brasil, entre outras manifestações.

Embora a CLOC tenha nascido oficialmente em 1994, sua história começou a ser registrada anos antes, sob o impulso de organizações camponesas ainda não organizadas internacionalmente pela Via Campesina, que encontraram a necessidade de articular um contra espaço próprio e autônomo na América Latina e Caribe. Este impulso de organização continental se deu pela realização da "Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular" (1989-1992). Esta campanha foi organizada por organizações indígenas camponesas da Região Andina e do Movimento dos Sem Terra (MST) do Brasil (CLOC, 2019).

A CLOC está vinculada a La Via Campesina, como sub-rede, articulando 81 movimentos dos 182 no mundo, representando assim 44,5% dos movimentos que compõem o movimento mundial, sendo a rede latina de camponeses dentro da La Via Campesina, é a expressão necessária de ver a unidade a partir da diferença para que exista. Ao longo de sua história, a CLOC ajustou suas definições políticas, mecanismos de coordenação e princípios organizacionais próprios e também alinhavados com a luta mundial de camponeses representados pela Via Campesina. Os movimentos latinos de camponeses se reúnem ao longo dos anos baixo congressos da CLOC.

Em 1997 foi realizado o II Congresso realizado em Brasília. Em 2001 realizaram o III congresso no México D.F., já o IV Congresso foi em Guatemala em 2005. O V Congresso foi realizado em Quito em 2010, o VI foi realizado em Buenos Aires- Argentina, em 2015; e o VII aconteceu em 2019, em Habana-Cuba.

As demandas sociopolíticas, econômicas e culturais que foram usurpadas dos camponeses ressurgem nos congressos, pois, a partir de um movimento social que é expressão de uma ação coletiva, de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural (GOHN, 2009, p.14). Enfim, a CLOC- LVC é expressão de resposta da sociedade latina às feridas coloniais aqui deixadas e profundamente sentidas por nós mulheres latinas com maior veemência. Mignolo (2014) nos explica como a modernidade é a geradora das nossas feridas, abertas pela colonização:

La modernidad produce heridas coloniales, patriarcales (normas y jerarquías que regulen el género y la sexualidad) y racistas (normas y jerarquías que regulen la etnicidad), promueve el entretenimiento banal y narcotiza el pensamiento. Por ello, la tarea de hacer, pensar y estar siendo decolonial es la sanación de la herida y de la viciosa compulsión hacia el “querer tener” desprendernos de las normas y jerarquías modernas es primer paso hacia el re-hacernos. (MIGNOLO, 2014, p. 07)

De que forma a Geografia brasileira pode se posicionar diante desse processo de reprodução do poder colonial do homem branco nas jovens nações latino-americanas?

Como nos alerta Milton Santos, na epígrafe, a produção acadêmica deve estar à serviço das populações do país de origem da geógrafa, para não estragar o prestígio do país de onde a geógrafa é originária. Essa perspectiva me levou a me perguntar porque, nós brasileiras, não conseguimos propor e compor teorias de prestígio para o Brasil dentro de uma união latina?

Para pensar essa invenção europeia da “América Latina”, alguns autores foram importantes como Florestan Fernandes (1981), com a teoria do capitalismo dependente e a dependência cultural, Celso Furtado (1974), com o colonialismo mental e Aníbal Quijano e Mariátegui, (1991), Perspectiva da Coloniadade do Poder.

Estes autores introduziram um “giro” na história do pensamento crítico latino e mundial. Assim, eles propõem uma reconfiguração do discurso da história das relações de América Latina com a estrutura de poder mundial, fundamentando um novo paradigma para estudar e compreender o poder hegemônico a partir das nossas latitudes e não mais nas latitudes advindas do Norte. Assim, ao propor compreender a América Latina a partir do olhar do colonizado, “busca se solidarizar com seus irmãos também colonizados e que se entusiasma com o movimento histórico real de superação do colonialismo” (COSTA, 2010).

Se os movimentos sociais são o movimento da sociedade em si, o que lutar por vida, principalmente feminina, no campo latino quer dizer que a violência está enraizada na nossa história, pois a subordinação da nossa terra e do nosso povo ao domínio do colonizador constituiu a primeira forma de luta

pela terra, uma vez que ainda somos “desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1984, p. 03).

Assim, como uma violência à vida, observamos a existência de movimentos sociais de luta pela terra-território-vida, uma luta e construção de contraespaços. Baseados na utopia de se viver feliz e saudáveis, o campesinato cria contraespaços locais, regionais e mundiais que se contrapõem às amarras do capitalismo, estabelecendo-o como inimigo a ser erradicado.

Organograma 2: Promoção da saúde pela CLOC-Via Campesina



Fonte: Viacampesina.org, 2019.

Elaborado pela Maria Frizan e organizado pela autora, 2019.

Conclui-se do exposto acima que a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina) é um dos exemplos de articulação continental que promove o contraespaço e constituem a luta mundial na Via Campesina. Hoje, conta 16 anos e representa 84 organizações de camponesas e camponeses de 18 países da América Latina e do Caribe, os movimentos que a constituem propõem uma força social mobilizadora presente em todos os espaços que oferecem propostas alternativas de contraespaços no nível do nosso continente.

A CLOC é aliada direta da Via Campesina Internacional em nosso continente, e através de questões de trabalho, promovem saúde ao realizar as ações necessárias para contraespaços de articulação e mobilização para combater o sistema patriarcal e capitalista que destrói a vida de camponeses e camponesas.

Dessa maneira, a CLOC oxigena as lutas da Via Campesina, pois representa a maioria de movimentos da rede mundial e discute pela vivência de outros corpos como o sistema patriarcal-capitalista-racista é ainda mais forte por aqui, na América Latina. Frente a isso, não há possibilidade de ignorar que contraespaços de camponeses promovem saúde - logo vida- na América Latina, se tornando um objeto de pesquisa que exige o comprometimento da comunidade geográfica.

2.2.1. A Via Campesina Sul-americana: um caminho interseccional de produção social da saúde

Em um estudo feito por Annette Desmarais em 2013 já se notava a maciça presença de movimentos vinculados à Via Campesina principalmente na América do Sul. A América do Sul tem destaque pois, em 2013 representava 24,39% do total de movimentos de LVC, sendo 40 movimentos (DESMARAIS, 2013). Em 2019, a Via Campesina possui 182 movimentos em todo o mundo, na América Latina, no âmbito da CLOC, foram identificados 81 movimentos sendo que 40 destes estão especializados na América do Sul, ver organograma 3.

Organograma 3: Representatividade de movimentos Sul-Americanos na LVC, 2019.



Fonte: Viacampesina.org, 2019.

Elaborado pela Maria Frizan.e organizado pela autora, 2019.

Nesse conjunto temos movimentos camponeses indígenas, negros, de jovens, de mulheres entre outros. Sendo assim, para se compreender o movimento do contraespaço é preciso identificar as diferenças, e não somente as semelhanças, como foi feito na Via Campesina e na CLOC .

Arturo Escobar (2015) afirma que a luta na América Latina vai além da luta por reforma agrária. Mais do que isso, é uma luta por existência. Raul Zibechi (2003) nos demonstra a diferença dos movimentos do “ser” e do “não ser” evidencia as lutas em singularidades, por diferenciações, todas engajadas em uma mesma luta, luta por terra com espacialidades produzidas por manejos de modos camponeses diversos.

Considerarei assim, que as questões colocadas pelos feminismos subalternos a partir “da visão da mulher do Terceiro Mundo” seja a melhor síntese do cruzamento entre marxismo, pós-colonialismo e feminismo. Sendo assim, devemos ter claro que, com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração e que mesmo que separamos em três sistema para compreendê-lo, “na realidade concreta eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-capitalismo-racismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60). Afinal

[...] essa fusão é uma unidade não harmônica; o patriarcado e o racismo são mecanismos que (des)equilibram o processo produtivo e são capazes de maximizar os lucros capitalistas, atuam de forma conveniente à conservação da estrutura de classes (TÁBOAS, 2018, p. 67)

Assim, ao trazerem à “luz da ciência” debates sobre experiências vividas e vivenciadas nos países não centrais, os quais trazem como forma de enfrentamento o cotidiano como disputa de poder, as reflexões feministas trazem a criatividade das sujeitas em suas lutas por se manterem vivas pois;

Produzir uma Geografia feminista decolonial implica a difícil tarefa de pensar a partir de lugares não centrais e produzir pesquisas por entre as fissuras do poder da tradição epistemológica e da ordem global editorial (SILVA, ORNAT e CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 26).

Por isso, a interseccionalidade se apresenta como conceito chave para entender a diferença e não cometermos a falácia de subcodificar a luta dos movimentos por terra e por território e vida, na América do Sul.

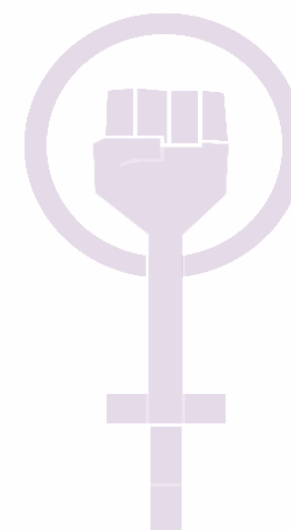
A interterseccionalidade se faz necessária para demonstrar que existem diferentes dimensões dentro de uma mesma luta, a luta camponesa. Estas dimensões presentes nos movimentos não devem ser reduzidas umas às outras, de forma que muitas das lutas se encontram e se coincidem como uma grande luta: por terra e território e vida, não sendo necessariamente, luta por reforma agrária a bandeira apresentada por todos.

Como exemplo dessas particularidades de modos de vida camponês, dos conhecimentos situados e corporificados (HARAWAY, 1988), temos a luta de alguns dos movimentos que se autodenominam indígenas, como aqueles presentes na Argentina, que são de interesse para o presente dissertação de mestrado, sendo estes: Coordinadora de Campesinos, Indígenas y Trabajadores Rurales (COCITRA); Consejo Asesor Indígena (CAI); Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), nesta investigação representado pela Unión de los trabajadores Rurales sin Tierra (UST-MNCI). Um fato importante é que só existe um movimento que se autodenomina negro - Coordenação Nacional das comunidades quilombolas (CONAQ), que está presente no Brasil.

Desta forma, organizei o quadro 03 como uma representação dos movimentos que clamam por terra, por modos de vida camponeses diferenciados, sendo um quilombo que se diferencia de uma terra denominada indígena, e uma terra indígena se diferencia de outra, segundo as nações que pertencem. Todos eles apresentam no cerne de sua luta, o manejo específico, cultural, ancestral sobre a terra e por seguinte sobre o território.

Movimientos Camponeses da América do Sul que compõem La Vía Campesina, 2018

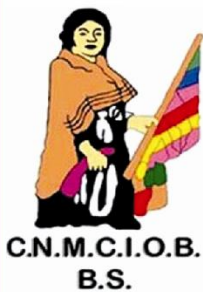
Fonte: Viacampesina.org, 2019. Organização: a autora.



URUGUAY	Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU)							
VENEZUELA	Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ)	Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (FNCEZ)						
PERU	Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas de Peru (FENMUCARINAP)	Confederación Nacional Agraria (CNA)	Confederación Campesina del Perú (CCP)					
COLOMBIA	Coordinador Nacional Agrario (CNA)	Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA)	Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT)					
BOLÍVIA	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" (FNMCB)	Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)	Confederación sindical de comunidades interculturales de Bolivia (CSCIB)	Movimiento de Trabajadores sin Tierra (MST)				
CHILE	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)	Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda	Consejo Nacional de Productores de Chile (CONAPROCH)	Confederacion Ranquil				
ARGENTINA	Coordinadora de campesinos, indígenas y trabajadores rurales (COCITRA)	Consejo Asesor Indígena (CAI)	Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI)	Asociación de Pequeños productores del Noreste de Córdoba (APENOC)	Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)			
PARAGUAI	Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI)	Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI)	Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC)	Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)	Movimiento Agrario y Popular (MAP)	Organización de Lucha por la Tierra (OLT)		
EQUADOR	Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN)	Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE)	Confederación de Pueblos, Organizaciones indígenas Campesinas del Ecuador (FEI)	Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC)	Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (FNCEZ)	Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino de Ecuador (CONFUNASSCE)		
BRASIL	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Coordenação Nacional das comunidades quilombolas (CONAQ)	Movimento de Trabalhadores sem Terra (MST)	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)	Pastoral da Juventude Rural (PJR)	Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)	

Dentro destas diferenciações, destaco as diferenças corporais como manifestações de lutas. Outro fato que me chama atenção nas diferenças de corpos é o crescente número de movimento de mulheres camponesas, SOMENTE mulheres. Este fato se desenhou como curioso, pois dentro de uma grande bandeira de luta dos movimentos das camponesas articulados do local ao global pela LVC, vemos presente a queda do capitalismo alinhavada com a queda do patriarcado, como forma de enfrentamento conjunta. Como podemos observar, mais especificamente no quadro 04, temos na LVC da América do Sul 05 movimentos com “mulheres/mujeres” em seu nome.

Quadro 4: Movimento de mulheres Camponesas na América Do Sul que compõem La Via Campesina, 2018

MOVIMENTO DE MULHERES CAPONESAS DA AMÉRICA DO SUL QUE COMPÕEM A VIA CAMPESINA, 2018				
URUGUAY	BOLIVIA	CHILE	PARAGUAI	BRASIL
Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU)	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" (FNMCB)	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)	Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
				
Fonte: Viacampesina.org, 2019. Organização: a autora.				

Acredito que o fato de existir esses movimentos específicos de mulheres não muda a posição dos outros movimentos da LVC, sendo que a bandeira feminista está presente tanto nos movimentos só de mulheres como nós movimentos mistos, demonstrando assim, que a LVC internacional e sul-americana reconhece e legitima a luta das mulheres que decidem lutar somente com mulheres.

A diversidade é representada na composição dos movimentos. Como podemos observar no quadro 04, os movimentos articulados por um ideal

comum apresentam as mulheres, os indígenas, os jovens e também a luta pela água, como o movimento dos atingidos por barragens (MAB) e os movimentos de pescadores, pois cada movimento ou organização articulado pela Via Campesina tem uma função específica na luta camponesa, cuja diversidade fortalece a construção do movimento mundial (RIBEIRO, 2016).

Em contrapartida, observa-se nos países da América do Sul a expansão de empreendimentos de empresas transnacionais, no contexto denominado por Santos (2003) de globalização perversa, o que resultou no aumento crescente do lucro e do poder dessas grandes empresas a partir da sua massiva entrada no campo. Em resposta a esse processo de dominação e homogeneização do espaço econômico e social, nasce o contraespaço como um pulso de esperança que envolve experiências de mobilização e lutas de resistência cultural, econômica e social, aproximando movimentos sociais por causas comuns como: moradia, terra, água, saúde, gênero, raça, etnia etc.

Por sua vez, apesar da importância da obra de Milton Santos, acredito que para que se possa compreender os lugares onde ocorrem as lutas da Via Campesina, especificamente na América do Sul, precisamos ir além da tão conhecida teoria Miltoniana para o lugar de “acontecer solidário”, ou como “sede de resistência”. Isso porque os movimentos se articulam em diversas escalas, articulando-se localmente, regionalmente, nacionalmente, e conseguinte reconhecimento na escala mundial. Porém, essa articulação de escalas na Via campesina só acontece porque se constroem a relação de múltiplos lugares, com lutas diferentes e não necessariamente simultâneas.

Assim, não existe um único lugar para a camponesa e para o camponês e não existe uma ideia única de lugar como possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo. Para compreender esse aspecto da realidade, me embasei nas ideias de Doreen Massey (2000). Segundo essa autora, o lugar é uma espécie de constelação de relações sociais, que não está estático e sim em processo, não tem fronteiras ou limites e assim, não tem “identidades” únicas. A autora nos traz a especificidade do lugar como resultante de uma história longa, internalizada, de forma que a globalização não acarreta em homogeneização e sim, em singularidade de lugares, “o lugar se constrói a partir de uma constelação particular de relações

sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular” (MASSEY, 2000, p. 184).

A mulher camponesa, principalmente ao sul da linha do Equador, ainda é a bandeira na mão, marcha, ocupação e reivindicação! Não foi difícil ver a presença das camponesas organizadas em reivindicações na Paraíba - Brasil, em Mendoza-Argentina, na América Latina e no mundo. As camponesas²² resistem como movimentos em rede e, se apresentam, como representação atual e histórica de lutas. Tais lutas estão sempre em torno da necessidade de se manterem vivas, não só a elas, mas também suas famílias- representada sempre pela preocupação para com suas filhas (os).

É aí que podemos relacionar a promoção da saúde camponesa com a produção de contraespaços que promovem a vida feminina, do local, regional ao mundial. Afinal, esta dissertação visa compreender a luta por SAÚDE, por se manterem vivas, através das práticas de promoção da saúde feministas e femininas que compõem o que eu defendo ser: o contraespaço, produzido e vivido pelas mulheres e homens que compõem a Via Campesina no continente Sul americano, a CLOC e a Via Campesina internacional.

Os movimentos que me deram a base real da discussão é o movimento argentino, MNCI - Movimiento Nacional Campesino Indigena (MNCI), a partir da Unión de Trabajadores Rurales sin Tierra (UST –MNCI), movimento local da província de Mendoza e o movimento brasileiro, Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), a partir do MST-PB no estado da Paraíba. A base concreta desta dissertação foi construída pelo protagonismo das mulheres, pelas falas destas camponesas que participaram da pesquisa, as quais serão aprofundadas e expostas nas páginas que seguem.

²² Apesar de eu ter presenciado o debate da existência ou não da camponesa como sujeita social em diversos espaços, eu não vejo a necessidade de problematizar essa questão contrapondo autores para discussão -existe ou não- mais que o debate do nome dessas atoras sociais, o que me importou nesse capítulo, e importa em todos os outros, é demonstrar que tais lutas instigam e promovem mudanças profundas e a nós, pesquisadoras (es), geram esperança e utopia em uma sociedade diferente da que temos hoje.

2.3-O patriarcado violento no campo e a necessidade da construção do Feminismo Camponês Popular

“Não há como ter uma reforma agrária real sem enfrentar o patriarcado”

(Entrevistada V. Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora ²³)

O patriarcado não é uma condição humana, é uma condição histórica. Para compreender este sistema de opressão de mais de 5.000 anos, temos de compreender qual é a base material que hoje sustenta o gênero masculino ter superioridade pelo feminino. A opressão patriarcal permanece e se articula com as conexões de outras opressões sociais. Por isso, as violências sofridas pelas mulheres do campo devem ser sempre analisadas em duplas, do capitalismo se apropriando do patriarcado como base do seu sistema de dominação-exploração, porque não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer (CASTRO, 2000).

Não posso negar, perante os relatos, e também pela análise dos documentos oficiais, que as camponesas latinas tomaram consciência da classe e da condição de gênero e que a condição de dominadas triplamente, pela incorporação do racismo, demandam lutar contra o sistema patriarcal-racista-capitalista. Afinal, a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos modelos do sistema capitalista reforça ainda mais as mulheres como alvos das crises. M, deixa isso bem nítido quando afirma que : *"o mais concreto e cotidiano de todos os dias, qualquer situação daqueles em estado de crise os primeiros afetados são as mulheres"* (Entrevistada M. Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora).²⁴

²³ "No hay posibilidad de una reforma agraria real, de un buen vivir si no trabajamos la cuestión de las violencias, que es enfrentar al patriarcado como base para el capitalismo también, siendo un desafío que en los últimos años la organización se ha propuesto más fuertemente, no sin resistencias" (Entrevistada V. Mendoza-ARG, 2018).

²⁴ "lo más concreto y cotidiano de todos los días, cualquier situación de esas en un estado de crisis las primeras afectadas son las mujeres" (Entrevistada M. Mendoza-ARG, 2018).

A exploração de classe e opressão de gênero no campo estão intrinsicamente relacionados à necessidade de lutar pela emancipação feminina. Esta é uma constatação do próprio movimento mundial, de que se emancipar humanamente perpassa compreender o óbvio: que a emancipação deve ser tanto para os homens quanto para as mulheres. Logo, as mulheres camponesas se dão conta que não podem utopizar um novo projeto de espaço - um contraespaço - sem considerar que a emancipação humana da sociedade, depende da necessidade de desbiologizar as desigualdades de sexos, sendo pensada como equidade de gênero e não somente a igualdade, pois ainda hoje, o patriarcado oprime as mulheres em diversas escalas.

As camponesas, ao contarem suas histórias para mim, pontuavam a pressão violenta do sistema patriarcal em suas vidas, desde a infância até a vida adulta. Dessa forma, as mulheres camponesas de diversas regiões do mundo, articuladas em rede pela Via Campesina, vislumbram a possibilidade de mudança pela constituição cotidiana do contraespaço. Em suma,

O capitalismo e a emancipação da mulher caminham em vértices opostos, já que a preservação do sistema depende da força de trabalho feminina e de mecanismos que assegurem a sua submissão, como a hierarquização dos salários, os contratos flexíveis, etc. A chave para entender a questão da mulher está na gênese social e histórica que compreende um correlato duplo entre exploração e opressão. Ambas são indissociáveis. **O Sujeito transformador deve resgatar o papel histórico da mulher nos processos revolucionários** e nos momentos em que sua luta se combina com a luta pela emancipação de toda a humanidade, tanto na teoria como na prática (FUSER, 2010, p. 44 - grifos da autora).

Para Cisne (2015, p.139) “[...] a reivindicação das mulheres por direitos humanos não é recente e resulta da necessidade de buscar dignidade, contrapondo-se a um sistema patriarcal que as nega violentamente e cotidianamente”. Por sua vez, Maria Lygia Quartim de Moraes, pensadora feminista e marxista, enfatiza que o marxismo sozinho não explana por completo da chamada “questão da mulher”, porém dá bases importantes para isso. Ao voltar no livro de Engels “A origem da família da propriedade privada e do Estado²⁵”, ela enfatiza que neste livro que condição social da mulher ganha

²⁵ Friedrich Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, obra publicada em 1884, a origem da sujeição das mulheres não estaria em causas biológicas – a capacidade reprodutora ou a constituição física –, mas sociais. Apesar de Engels se debruçar

um relevo especial. “Homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Neste sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da opressão específica” (MORAES, 2000, p. 89).

Por isso, para compreender o patriarcado, reproduzido no seio do próprio movimento que formula o contraespaço, me utilizei do conceito de “nó”, desenvolvido pela socióloga marxista Heleith Saffioti, compreendendo que o espaço hegemônico é formado por três subestruturas: gênero, classe, raça/etnia, já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição separado (2015, p.133). Assim,

não há, de um lado, a dominação patriarcal, e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de um outro de exploração. Por esta razão usa-se aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração [...] não há dois processos, mas duas fases de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 2004, p.138)

Pensar uma sociedade equitativa é pensar em uma sociedade que não seja materializada na violência e na opressão gerada pelo patriarcado. É notório que “o patriarcado representa tanto uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004, p.60). Como se pode notar a violência sofrida e relatada pelas mulheres da pesquisa, os relatos centram-se principalmente no âmbito privado - a casa, o lote - mas se expande e se intensifica no âmbito público como posições de liderança e espaços de fala nos movimentos²⁶.

Como Silvia Federici demonstra em sua obra o “*Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*” (2017), desde a consolidação do capitalismo, foi realizado um grande feminicídio - a caça às bruxas, desvalorizando o trabalho das mulheres da época, controlando os corpos e matando as mulheres. A autora também afirma que a “feminização da pobreza”

sobre a emancipação da mulher, a partir de uma visão econômica, ele traz pontos importantes onde a principal pontuação que faz é a mulher como a primeira propriedade, a partir da supremacia do homem como *pather* família, a partir da substituição da filiação feminina pela masculina e do direito hereditário materno pelo paterno. Assim, ao discutir a questão do nascimento da família patriarcal, Engels põem em xeque o nascimento da propriedade privada a qual modifica toda a estrutura da sociedade, sendo assim, a propriedade privada, para ele, constitui a raiz do patriarcalismo do Estado patrimonialista.

²⁶ Os espaços de silenciamento nos movimentos serão explicados no capítulo 03.

acompanhou o desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres como uma difusão da globalização. (FEDERICI, 2017, p.37).

De acordo com Sassen (2008), a globalização atual adquiriu enfoque partir da década de 1980, mas a globalização em si faz parte da sociedade desde o século XVI. A globalização foi analisada segundo Milton Santos (2000) como “o ápice da internacionalização do mundo capitalista, cujo resultado é a combinação do estado da técnica e da política para assegurar o mercado global”. A globalização é perversa para as mulheres, pois esta é vendida como fábula, onde “o modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno” (SANTOS, 2000, p.107). A perversidade tem como seus braços principais; a Democracia de Mercados e o Neoliberalismo, os quais “são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver” (SANTOS, 1994, p.19), as formas de viver femininas.

Ao longo dos anos vimos amplo debate sobre o conceito de gênero nas ciências sociais, porém, este conceito sem vincular no tempo e no espaço, ou seja, com a sociedade patriarcal, não apresenta as relações de poder, de dominação-exploração do masculino pelo feminino. Sendo assim, falar sobre FEMINISMO se faz necessário, pois não podemos considerar o gênero como um conceito “neutro”, pois, sem contextualizar a estrutura social que sustenta os gêneros, não conseguimos vincular este conceito a emancipação humana (SAFFIOTI, 2004) (TÁBOAS, 2018). Portanto, o Feminismo aparece como marco de injustiça- da opressão combinada entre sexo-gênero:

Feminismo parte da constatação, portanto, de que os sistema sexo-gênero conhecidos- os sistemas patriarcais- estruturam relações hierárquicas entre os homens e as mulheres no seu conjunto (SILIPRANDI, 2015, p.37).

O Feminismo pode e deve ser analisado como uma teoria reflexiva e emancipatória, uma teoria militante, e um método pois,

Entender o feminismo é entender que as múltiplas formas em que se conecta e se reproduz a opressão das mulheres nunca foram evidentes e nem de sentido comum; ao contrário, foram o resultado visível de intensos processos coletivos de elaboração de novos “marcos de injustiça” (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p.63- tradução da autora).

Essas relações teóricas e práticas ficaram evidentes nos trabalhos de campo realizados, que mostram a acumulação organizacional feminista como prática política das mulheres nos movimentos sociais do campo, da escala local ao internacional. As entrevistas realizadas demonstram o reconhecimento das sujeitas sobre a violência que elas sofrem como o produto do sistema patriarcal, capitalista e racista que vivemos. As mulheres estão reinventando a história, revolucionando conceitos e práticas, se levantando, construindo e não desistindo- *esperançando*, como nos ensina Paulo Freire com seu verbo *esperançar*, pois se juntam, agregam formas renovadas de organizações para refazer o presente e projetar um futuro, *um contraespaço que promove vidas femininas e masculinas*.

As mulheres organizadas na UST e no MST pontuaram a violência de classe e a violência gerada pela falta de terra e as faltas de condições para permanecer no campo, demonstrando assim, o porque esta violência de classe afeta mais intensamente as mulheres camponesas.

O Feminismo Camponês e Popular é o contraespaco produzido e vivido no cotidiano das camponesas e camponeses. Esta análise está baseada na materialização nas falas das mulheres camponesas, principalmente das latinas, que participaram desta pesquisa e também nos documentos oficiais da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo e da Via Campesina como um todo.

O projeto almejado pelo Feminismo Camponês e Popular se refere a uma sociedade livre do patriarcado e do capitalismo, pautando assim, uma sociedade construída pelo feminismo e pelo socialismo. Este feminismo foi analisado pela categoria trabalho, vinculando o feminismo camponês e popular à luta capital-trabalho, e também pela centralidade das discussões sobre poder, um projeto para a emancipação humana, tal como propôs Táboas (2018). Assim,

“O Feminismo Camponês Popular reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência a dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizadas por mulheres camponesas latino-americanas; é uma tarefa cotidiana, e como tal, tem seus princípios, táticas, estratégias e elaborações conhecidas por mulheres militantes”. (TÁBOAS, 2018, p.124)

Existem poucas referências sobre esta conceituação, sobre este projeto social, das mulheres camponesas. Sendo assim, evidencio o Feminismo Camponês e Popular, contribuindo para a conceituação deste, através das bases do meu olhar geográfico. O feminismo camponês e popular, na prática sempre existiu, pelas formas de se pensar a agricultura a partir de um olhar feminino que não abre mão de questionar o lugar subordinado ocupada pelas mulheres, sendo assim:

“O feminismo sempre existiu, em diferentes sentidos. No sentido mais amplo do termo, sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram do seu injusto e amargo destino sob o patriarcado, e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor (DE MIGUEL, 2002, p.09)

Coloco à luz do debate geográfico a compreensão deste fenômeno como resultado das lutas engendradas pela Via Campesina, que se materializa tanto em escala local, pelas falas das mulheres da UST e do MST, quanto em escala de América Latina, pelos documentos oficiais das Assembleia Latino-americana de Mulheres da (CLOC/Via Campesina), quanto nas declarações oficiais das Assembleia Internacional de Mulheres da rede mundial da Via Campesina.

2.3.1. O Feminismo Camponês e Popular e sua origem latina

Logo na I Assembleia Latino-americana de Mulheres, realizada antes da II conferência da CLOC, em Brasília- Brasil no ano de 1997, as mulheres pontuaram a necessidade da aprovação da paridade de gênero na participação da organização latina, garantindo 50% de participação de mulheres em atividades de capacitação, seminários e eventos internacionais.

Já em 2000, durante a III Conferência da Via Campesina, em Bangalore- Índia, composta por 43% de delegadas, a I Assembleia Internacional de Mulheres da LVC, registra a demanda latina e aprova um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade na comissão coordenadora da Via Campesina, garantindo mais mulheres em posições de representação na rede transnacional (DESMARIAS,2011).

No ano seguinte, 2001, a II Assembleia Latino-americana de Mulheres, realizada na Cidade do México, contava com 180 mulheres delegadas de 16 países, representando 36 organizações pertencentes a CLOC. A declaração oficial pontua a rejeição de planos repressivos, neocolonialistas e antidemocráticos que estavam sendo impostos na América, por meio do Plano Colômbia e do Plano Puebla Panamá, demonstrando que este feminismo também luta pelo viés decolonial.

Desta forma, a declaração das mulheres da CLOC chega em âmbito mundial e adentra a II Assembleia Internacional de Mulheres, o que aconteceu em 2004, na cidade de São Paulo- Brasil. Foram as mulheres da Via Campesina que lançaram a “Campanha de Sementes, patrimônio da humanidade”, reconhecendo, assim, a demanda das mulheres latinas pela valorização do papel crucial exercido por elas de guardar, preservar e melhorar as sementes crioulas. Como se pode ver na ilustração oficial da campanha (Figura 01) à frente de uma marcha há uma mulher negra, bem como a representatividade de pessoas de diversas culturas e, também, meninas representando a importância das mulheres jovens nesta luta.

Figura 1: Ilustração oficial da Via Campesina Internacional sobre a campanha de sementes.



Fonte: Viacampesina.org

Na III Assembleia Latino-americana de Mulheres da CLOC, aconteceu em 2005 no Guatemala, havia delegadas de 19 países. Naquela ocasião, as camponesas latinas sinalizam a participação das mulheres como fundamental para o avanço do movimento camponês e declaram resistência ativa e permanente ao modelo agroexportador e à transnacionalização da agricultura, especialmente o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Declaram, assim, permanente mobilização contra o livre comércio, a imposição das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Acordos de Livre Comércio impostos pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Pela primeira vez pontuam em uma declaração o termo feminicídio, definindo-o como: “expressão mais grosseira de patriarcado”.

Como reflexo destas ações, em 2008, a Via Campesina lança a campanha “BASTA de Violência contra as Mulheres” (Ilustração 02) durante a III Assembleia Internacional de Mulheres, em Maputo- Moçambique. A principal discussão das mulheres com essa campanha é o combate à violência doméstica, como uma das principais formas de violação dos direitos humanos das mulheres. Elas também colocaram em pauta a saúde mental, a integridade física e patrimonial. As mulheres camponesas pontuaram nesta declaração a violência de classes e, também, a violência gerada pela falta de terra e as faltas de condições para permanecer no campo, demonstrando assim, o porque esta violência de classe afeta mais intensamente as mulheres camponesas.

Figura 2: Ilustração oficial da Via Campesina sobre a campanha “Basta de Violência para com as Mulheres”.



Fonte: Viacampesina.org

Não há dúvidas que esta campanha tem um impacto gigantesco dentro e fora do movimento e tem se tornado uma das campanhas mais arriscadas e difíceis, pois, como demonstra a ilustração oficial, esta campanha não é só de mulheres, mas de camponesas e camponeses.

A campanha é permanente e tem a sua expressão máxima no dia 25 de novembro²⁷, dia mundial de luta pelo fim da violência contra a mulher. Sendo assim, a campanha lançada em 2008 permanece viva há 10 anos porque ainda não foi suficiente para demonstrar e mudar a realidade das mulheres camponesas, que precisam suportar a violência dentro de sua própria casa, na família e comunidade, e até mesmo nas organizações.

O conceito Feminismo Camponês e Popular surge na *IV Assembleia Latino-americana das Mulheres do Campo* em 2010, em Quito-Ecuador. Neste momento, o feminismo, que vem sendo construído na prática do movimento camponês em rede, ganha um nome e a partir dos acúmulos dos encontros latino americanos e mundiais, as camponesas estruturam com maior veemência o porquê de sua importância, bem como os seus inimigos. Em 2010 foram aprofundadas as análises na perspectiva feminista dentro do movimento camponês latino e, com a declaração final deste encontro, se evidenciou o projeto de sociedade almejado pelas camponesas latinas ao afirmarem que: "Sem feminismo, não há socialismo! ".

Os homens não são nossos inimigos. Nossos inimigos são o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e nosso feminismo camponês é essencial para lutar contra eles (Declaração da IV Assembleia Latino-americana das Mulheres do Campo)

Conforme procurei pontuar acima, o Feminismo Camponês Popular foi sendo construído como um projeto político (TÁBOAS, 2018), um contraespaço²⁸, centrado em eliminar as forças combinadas de dominação-exploração das mulheres como um todo mas, especificamente, as

²⁷ Em 25 de novembro de 2018, eu estava em Mendoza- Argentina e participei junto com as camponesas de marchas pela cidade, era notório a presença de homens camponeses, sendo este um dia de luta do movimento camponês e não só das mulheres camponesas.

²⁸ O contraespaço existe porque combate principalmente as opressões estruturais do espaço hegemônico atual, representadas pelo agrohidronegócio. A realidade das mulheres latina está entrelaçada com a formação socioespacial do nosso continente colonizado como demonstrado no capítulo 02, por isso o feminismo camponês e popular se estrutura na assembleia de mulheres da CLOC, e não diretamente nas assembleias internacionais da Via Campesina.

camponesas. As forças combinadas do patriarcado, capitalismo e do racismo no campo, são expressas principalmente pelo agrohidronegócio, principal agente do espaço hegemônico atual. Já o contraespaço das mulheres camponesas se materializa nas ações cotidianas dos movimentos que pertencem a Via Campesina.

Três anos depois, em 2013, foi realizado a IV Assembleia Internacional de Mulheres, durante a VI Conferência da Via Campesina, na Indonésia, com a comemoração dos 20 anos da Via Campesina. Na declaração oficial da assembleia de mulheres, as camponesas denunciaram com vigor a luta contra o neoliberalismo, o patriarcado e o colonialismo. Pontuaram também a construção do Feminismo Camponês e Popular, exigindo o reconhecimento da diversidade de mulheres que compõe a rede de movimentos transnacional. Como resultado dessas articulações políticas das lideranças feministas, a declaração oficial destacou as mulheres como produtoras históricas da agricultura e da alimentação, destacando-as como as principais responsáveis da produção nos países mais pobres a partir da defesa da biodiversidade locacional.

A V Assembleia de Mulheres Latino-americana do Campo, foi realizada na Cidade Autônoma de Buenos Aires – Argentina, 2015. Com quase 400 delegadas de 18 países da América Latina. As camponesas que constituem a CLOC reforçaram o protagonismo como as que iniciaram a agricultura e, pontuaram pela primeira vez nas declarações oficiais, a importância delas como as que transmitem o conhecimento da medicina ancestral. As mulheres camponesas latinas se posicionam contra ameaças militaristas e de golpe contra os povos de Cuba e Venezuela, que hoje são especialmente ameaçados pelos Estados Unidos e apoiam os processos de paz na Colômbia, e assim pontuam a importância do Feminismo Camponês e Popular como luta contra “qualquer sistema de opressão que ponha em risco a vida, os bens naturais e os ecossistemas”.

Um reflexo da implementação do Feminismo Camponês e Popular como projeto político e bandeira de luta camponesa tem se refletido no bojo das organizações político-regionais. A coordenação latino-americana CLOC – LVC, a precursora deste projeto político, registrava em 2017 mais mulheres líderes do que homens. As camponesas também reforçam a necessidade da

igualdade de homens e mulheres no acesso à terra como forma de superar a pobreza e a discriminação, exigindo a Reforma Agrária Integral e a Soberania Alimentar com justiça de gênero engendradas pelas mulheres da América Latina.

Em 2017, aconteceu a IV Assembleia Internacional de Mulheres, em Derio, País Basco. Neste momento, mulheres camponesas de diversas partes do mundo ressaltam que são fatores-chave no avanço de estratégias políticas e organizacionais para o futuro do movimento internacional. Trazem a emigração de mulheres e meninas intimamente ligadas ao empobrecimento e os níveis de violência, bem como, a necessidade de não haver a discriminação dos países receptores para com as emigrantes, sendo este um objetivo de luta fundamental das camponesas e camponesas da Via Campesina. Conforme o próprio evento:

Es por eso que estimuladas por los debates de las mujeres de América Latina y su proceso de construcción de una propuesta política para construir las bases del “Feminismo Campesino y Popular” nuestra Asamblea ha tomado como un reto también expandir este debate en las organizaciones de La Vía Campesina a nivel internacional (Declaração da IV Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina).

O mais recente encontro de mulheres foi em junho de 2019, no âmbito do VII Congresso da Coordenadoria Latino-Americana de Organizaciones del Campo (CLOC-LVC), onde se realizou a VI Assembleia de Mulheres Latino-americana do Campo, em Havana, Cuba. Estavam presentes cerca de 200 delegadas e delegados da CLOC e as mulheres representaram 51%. Neste momento, as mulheres retomam o que em 2010 afirmaram, que “sem feminismo não há socialismo”, e fazem uma leitura crítica desse momento histórico em que vivemos no continente, pontuando que o *slogan* hoje muda para: **com o feminismo construímos o socialismo!**. Elas pontuaram com veemência que o Feminismo Camponês e Popular vem sendo construído há 10 anos na América Latina e que este feminismo é necessário, pois precisa construir a memória feminista dentro dos movimentos. Segundo elas:

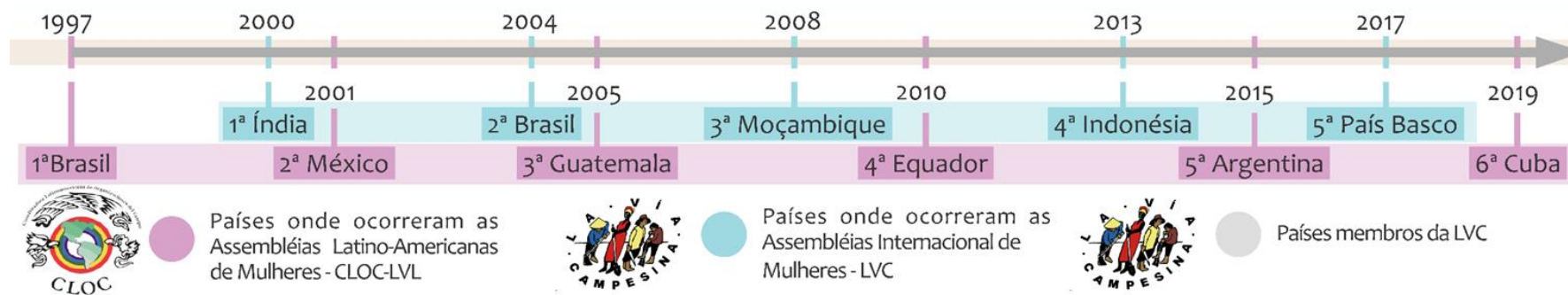
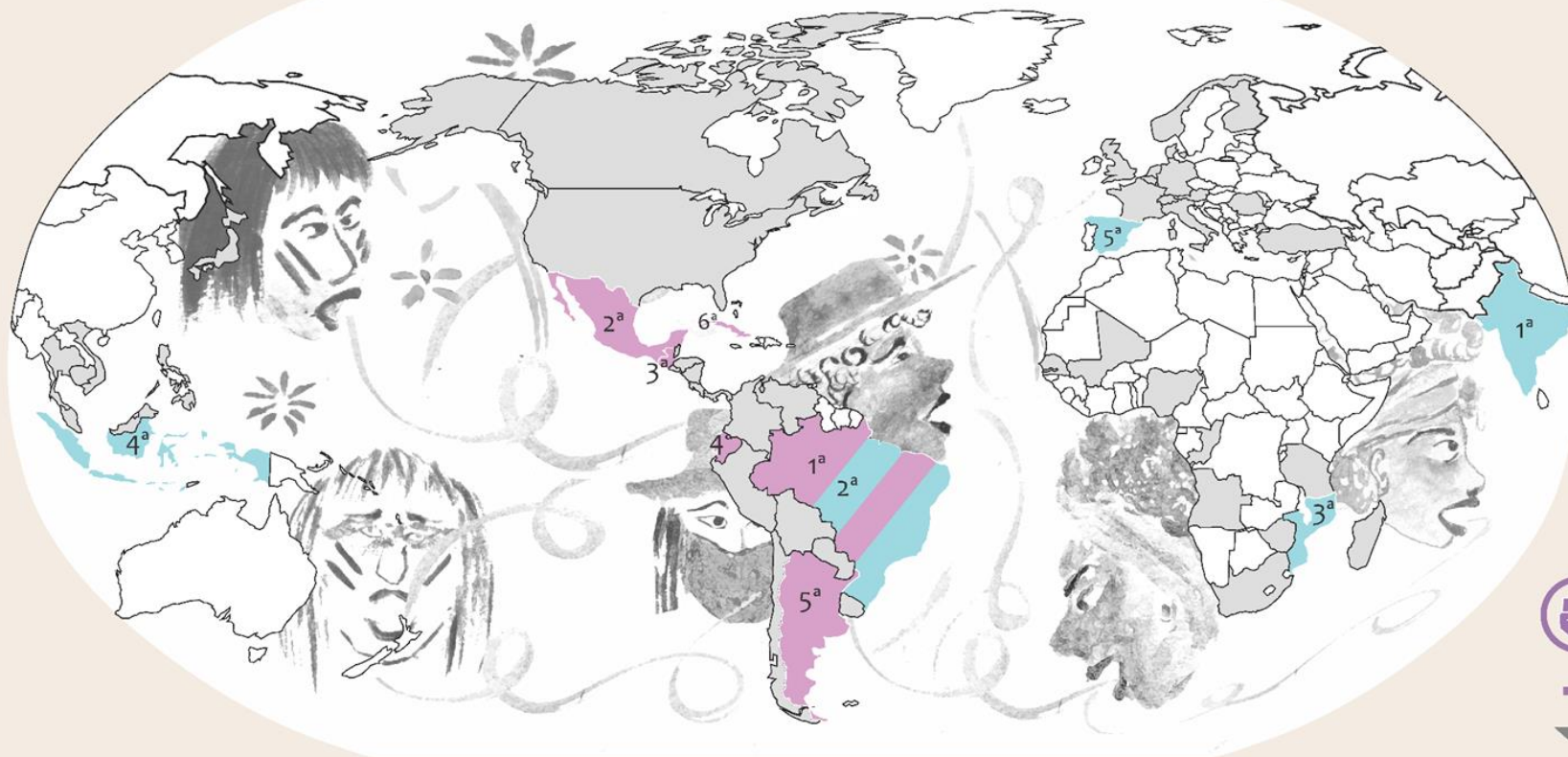
Las mujeres del campo, luchamos por una sociedad equitativa e igualitaria que transforme las relaciones de poder que han marcado la subordinación de las mujeres y principalmente de las que vivimos en el medio rural, bajo condiciones de pobreza y discriminación, que nos han sometido a políticas patriarcales, sistemas de explotación de las transnacionales del agronegocio, los desplazamientos, migraciones forzosas y a la violencia. (CLOC-VIA CAMPESINA, 2019)

Sendo assim, dentro deste quadro histórico, representado na figura abaixo, as mulheres latinas e caribenhas, pertencentes à Via Campesina, desenvolveram coletivamente o conceito de "Feminismo Camponês e Popular". Este conceito é muito presente nos movimentos locais estudados (UST e MST), pois com a criação do conceito e estratégias de implementação destes nas escalas locais, se (re)criou a forma de enfrentamento do chamado social-patriarcalismo e do machismo que atinge a vida das camponesas.

A Via Campesina traz em seus documentos oficiais, e também nos seus meios de comunicação (como o *site*: Viacampesina.org) que essa luta do feminismo camponês é uma luta popular contra o sistema patriarcal-capitalista-racista. Assim, o Feminismo Camponês e Popular, criado pelas mulheres da CLOC, chega no âmbito global pela incorporação deste na rede mundial.

Desse modo, a concepção feminista que vem sendo construída na prática, altera a visão da vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo na América Latina. Afinal, a construção de um feminismo com uma perspectiva camponesa e popular se dá a partir das vivências cotidianas de opressão que engendram a luta pela emancipação humana, não só de mulheres, pois elas percebem que para serem emancipadas precisam lutar contra o sistema patriarcal-racista-capitalista e, ao mesmo tempo, serem reconhecidas pelo próprio movimentos pelas suas conquistas.

Sede das Assembléias de **Mulheres Camponesas** da **CLOC**
e da **Via Campesina Internacional** ao longo dos anos.



Organização: Carolina Russo Simon

Elaboração Gráfica: Maria A. Frizarin Cipriano

2.3.2. Violência doméstica e a necessidade do feminismo no campo

“Eu acho que de todas as coisas que você escreveu lá, garanto que a maioria é violência, violência, violência. Eu acho que todo caso que é capaz de começar a falar sobre outra coisa e depois aparece, queira ou não, aparece” (Entrevistada **KA**-Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora).²⁹

KA tinha razão. Quase tudo que eu ouvi e escrevi sobre as práticas de promoção da saúde camponesa está relacionado com o enfrentamento da violência. A promoção da saúde camponesa geradora de contraespaços feministas são resultado das diversas formas que as mulheres encontram para lutar contra as violências geradas pelo patriarcado, que atravessam todas as vidas femininas que tive contato nesta pesquisa. Os trabalhos de campo realizados me mostram a acumulação organizacional e política das mulheres nos movimentos da Paraíba e de Mendoza, em escala local e, principalmente, na escala internacional -Via Campesina, pelas formas de garantir a participação das camponesas em espaços de liderança dos movimentos, que elas fundaram. As entrevistas realizadas demonstram o reconhecimento das sujeitas sobre a violência que elas sofrem como produto da materialização do sistema patriarcal, capitalista e racista que vivemos em nossas próprias casas, em nossos núcleos familiares.

As mulheres organizadas na UST e no MST pontuaram a violência de classe e a violência gerada pela falta de terra e as faltas de condições para permanecer no campo, demonstrando assim, o porquê esta violência de classe afeta mais intensamente as mulheres camponesas. Me mostraram também que apesar de lutarem contra a violência estrutural, foram alvos desta violência em sua casa, pela violência doméstica.

Afinal, em uma realidade concreta as contradições se expressam nas diferentes dimensões da realidade. Seria muito ilusório pensar que a construção de uma agenda de luta feminista dentro de movimentos de luta pela reforma agrária, exterminaria a violência doméstica sofrida pelas camponesas. Afinal, o patriarcado é a expressão da opressão sobre corpos não masculinos. Ainda que em diretrizes

²⁹ “Yo creo que de todas las cosas que vos escribiste ahí te aseguro que la mayoría es violencia, violencia, violencia. Creo que cada caso que va capaz empezando a hablar de otra cosa y después va a saltar, quieras o no, va a saltar” (Entrevistada **KA**-Mendoza- ARG, 2018)

internacionais se assume o Feminismo Camponês e Popular como projeto político que sustenta o contraespaço camponês, há muito o que se fazer para concretizá-lo no cotidiano das camponesas que ainda apresenta a submissão e diversas formas de violência contra as mulheres em suas comunidades.

O primeiro contato com este feminismo camponês e popular, como projeto político construído que apresenta suas bases e princípios consolidados, foram apresentados para mim pelas mulheres argentinas, especificamente pelo coletivo de gênero da UST. Porém, o feminismo camponês e popular já estava presente na pesquisa desde os primeiros campos, realizados em 2017 na Paraíba. Pela fala das mulheres do MST *“não somos também mulheres fáceis de desistir da luta”* (Entrevistada **AD-**, PARAÍBA-BRA,2017).

Sendo assim, recorro aos relatos das entrevistadas no Brasil e me dou conta das similitudes de práticas feministas nas falas das mulheres do MST. Tais falas foram re-analisadas, agora pela violência, articulando as falas com autoras que se preocuparam em discutir o patriarcado, o capitalismo e o racismo, principalmente aqui na América Latina.

As camponesas que participaram desta pesquisa me apresentaram memórias diversas, e as mais sofridas estavam permeadas pela temática da violência doméstica. Ao mesmo tempo, as falas revelam a força do feminismo camponês e popular, pois era evidente a necessidade que elas tinham de evidenciar as estratégias de subversão dessas submissões ao longo dos anos, tanto nas suas vidas individuais, quanto coletivas, dentro dos casamentos e dos movimentos nos dois países.

Dentre os relatos de violência física, também se destacam alguns vividos na infância, outros já na vida adulta, com pais ou maridos violentos. Até mesmo as memórias mais duras de uma infância marcada por estupro eu tive contato. Enfim, foram diversos relatos que poderia analisar.

As camponesas se preocuparam em evidenciar a superação destas violências relatando, quase sempre, o que aconteceu depois da tomada de consciência coletiva do MST e da UST. Sendo assim, se fez necessário um refinamento nas análises para compreender o “não dito” ou o “dito rápido”. Um exemplo disto era a submissão como problema central nas relações matrimoniais e,

assim, me relatavam como era se sentir escravas. O que **ALI** disse com o sentir escrava?

Escrava para **ALI** era o fato de sentir-se privada da liberdade, estar submetida à vontade de um senhor (primeiro o pai e os irmãos e depois o marido), a quem pertenceu como propriedade. **ALI** é uma das fundadoras da UST, conhecida como luchadora³⁰, pontuou diversas vezes como se sentia presa ao “ter que pedir permissão” para sair de casa. Apesar do nome patriarcado nos remeter a pai, *pathar*, é o agente social marido que se constitui antes que a figura do próprio pai, pois hoje a figura forte é a do marido, de forma que: “a limitação da autonomia, o controle da sexualidade e a apropriação do corpo, dos produtos do corpo e da força de trabalho das mulheres pelos homens são características do patriarcado”. (PULEO, 1995, p. 51).

Tanto **V, M, ALI, EMI e KA** (na Argentina), quanto **D, IN, AD e GI-** (no Brasil) relatam o cotidiano com seus filhos pequenos, evidenciando o trabalho doméstico e a economia do cuidado como componentes da sua jornada de trabalho. Como dizia **ALI**, era “sem fim” e não era reconhecida como trabalho, por isso, se sentia como uma escrava, da casa, dos seus oito filhos e do marido. A entrevistada **D.** nos ilustra bem a economia do cuidado, principalmente com os filhos, sendo esta condição limitante da vida feminina, mas também como motivador para sair em busca de melhorias na condição de se reproduzir socialmente no sistema de opressão patriarcal:

“A sociedade machista traz a responsabilidade da mulher cuidar do filho, todos os dias estar com os filhos, ter que deixar na escola, pegar na escola... isso te limita a ficar em um lugar mais fixo. Então as mulheres nos assentamentos, isso começa a limitar elas também, elas não podem sair muitos dias, elas têm uma tarefa diária, porque numa sociedade patriarcal, o pai não vai levar as crianças na escola, se preocupar que tá na hora da escola, que tem que dar comida pra criança ir pra escola, sobra para as mulheres isso. Então, ela, dentro do assentamento, vai se organizar porque quem acaba resolvendo os problemas das crianças, da educação dos filhos, da alimentação são elas, então elas vão buscar o coletivo para resolver esses problemas” (Entrevistada **D**, 2018, Paraíba-BRA).

30 Luchadoras, é a forma que as mulheres da UST reconhecem as primeiras mulheres que articularam o movimento em Mendoza-Argentina.

A base material fundamental do patriarcado é a divisão sexual do trabalho. Sendo assim, a separação do que é “trabalho de homem” e o que é o “trabalho das mulheres”, no qual o do homem tem o maior valor agregado, os homens se apropriam do trabalho e do tempo das mulheres, não só como indivíduos, mas em nível da sociedade (HELENA HIRATA, 2014). Sendo assim, o capitalismo se utiliza da divisão sexual do trabalho, a partir do qual o trabalho é o que gera produção, troca e valor agregado, o trabalho é o que gera a subsistência, seja pelo trabalho pago no mercado ou não pago - como o cuidado com a alimentação e com as filhas e filhos. Sendo assim, a economia capitalista para funcionar precisa do trabalho das mulheres, como o trabalho doméstico, ou como “servidão voluntária” (HIRATA, 2014). Um dos elementos nucleares do patriarcado é o controle da sexualidade feminina. Assim, o marido desempenha a figura que o contrato social estabelecido se sustenta, agente central do controle da sexualidade feminina, para assegurar a fidelidade da esposa. Nos dizeres de Saffioti,

Abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai [...] a figura forte é a do marido, pois é nela que o contrato sexual dá a luz. (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

Podemos ver na fala a seguir a supremacia do homem como- o marido, que dentro dos movimentos migratórios do Nordeste dos anos 60, o homem saiu de casa e a **IN.** ficou responsável pelo cuidado com a casa, com os filhos e com o trabalho “na enxada”:

*“Óia, meu marido, só, era daqui do Nordeste, daqui da Paraíba do Rio de Janeiro, tem trinta viagens, trinta viagens, meu marido. E eu cá no cabo da enxada cuidando, quando chove a gente bota o roçado, planta, limpa, planta e colhe. Era meu marido lá, e eu aqui com os meninos trabalhando na enxada, os meninos desse tamainho, esses menino mesmo que eu to te dizendo. Era tudo na enxada trabalhando, no sofrimento, no sofrimento. E o tanto que eu lutei, e eu tive dez ainda, dez filhos (Entrevistada **IN**, Paraíba-BRA, 2017).*

ALI tem 55 anos, aparenta ter muito mais pela pele marcada do Sol e pelas diversas memórias que me contou. A nossa entrevista foi feita na fábrica da UST - o local que ela escolheu - e sentamos juntas na sala da administração, onde ela

trabalha e, diversas vezes, **ALI** se referia aquele espaço como o lugar da libertação, o lugar, como conceito geográfico³¹:

“Eu acho que se eu não estivesse na organização, eu não estaria ... Eu não trabalharia, eu não seria tão livre, seria o que muitos dizem, ou dona de casa e nada mais.” (Entrevistada **ALI**, Paraíba-BRA, 2017)

E assim, ela termina a entrevista reforçando que sem a organização, a qual ela ajudou a fundar, ela não seria tão livre. Hoje a principal motivação de **ALI** é que as suas companheiras, as mulheres mais novas que trabalham no movimento, sejam libertas do sentimento de submissão. Me contava o que dizia as mais novas, como um conselho para mim, mulher jovem, que lhe escutava: “não pode pedir permissão, tem que dizer vou a tal lado” ³².

Existiram dois casos de violências que mais me atravessaram no processo de realização das entrevistas e das análises posteriores. **EMI** e **KA**, jovens mães, feministas e militantes da UST, que encontram bases concretas no movimento para hoje serem divorciadas das situações de violência doméstica que viveram com os antigos maridos.

EMI teve sua história marcada pela violência doméstica, vivida mesmo dentro da inserção na UST-MNCI. Foi a partir da intervenção do movimento no ciclo de violência que **EMI** conseguiu se divorciar do pai da sua filha. Como ela contou, o antigo marido era, e ainda é, um homem extremamente violento:

“Lembro-me que, em um momento, em um tempo, eu já estava separada e ele vinha, entrou em minha casa, chutou tudo, e me bateu, capaz; então alguém sempre tinha que estar comigo e alguns dias eu tinha que sair da minha casa. Então, eu ia para a casa de uma companheira, ficava lá por alguns dias e bem, em um desses dias ele entrou e tacou fogo em todas as

³¹ O lugar é o papável, que recebe os impactos do mundo, sendo assim, o lugar é controlado remotamente pelo mundo. “É no lugar que vemos emergir territórios, onde identidade e diferença se confrontam e se relacionam, mediadas pela materialidade, onde as diferentes formações de espaço negociam sua primazia e os sentidos atribuídos à materialidade e aos outros” (TURRA NETO, 2015, p.55). No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade efetiva da comunicação, logo da troca de informação e, enfim, da construção política, “o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil” (SANTOS, 1994, p.19).

³² no podés pedir permiso, tenes que decir voy a tal lado” (Entrevistada **ALI** Mendoza-ARG, 2019).

minhas roupas, jogou fora toda a comida, tudo ... bem, muito difícil. Até que lhe disseram [militantes da UST] para deixar a província [Mendoza] e retornar a Buenos Aires. E se foi. Até aí. Bem ... E então eu fui capaz de sair de toda essa situação”. (Entrevistada **EMI**, Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora)³³

A UST, desde o caso de violência doméstica sofrida pela **EMI**, pontuou uma série de diretrizes para lidar com a temática dentro do movimento, sendo uma delas reunir rapidamente militantes mulheres e homens para acompanhar a mulher e o homem em conversas separadas, mas com a perspectiva feminista construída dentro do movimento, o qual foi fundado pelas mulheres.

Assim, como aconteceu com **EMI**, uma separação por violência doméstica, **KA** também passou por isso. Nos dois casos a UST tomou como diretriz garantir a retirada das mulheres das casas em que viviam a violência e levá-las a lugares seguros, como a casa de outras militantes. Outra ação que se repetiu, tanto para **EMI** quanto para **KA**, foi organizar formas de emancipar financeiramente essas mulheres das relações financeiras com os maridos violentos. Sendo assim, as mulheres trabalham dentro do próprio movimento, principalmente nas fábricas, onde recebem um salário fixo pelo trabalho para a organização:

“A fábrica também tem sido um espaço de contenção para mulheres, temos jovens companheiras com problemas de gênero por parte de seu pai ou irmão; portanto, na fábrica, ela serviu para que os parceiros fossem um espaço de contenção e, ao mesmo tempo, como digo a você também como um espaço de economia ... porque é para coletar um pouco de salário e você é melhor, e dentro de tudo o que você está formando para os companheiros” (Entrevistada **ALI**, Mendoza-ARG, 2019)

Dentre essas diversas formas de violência contra as mulheres, a que mais choca é o estupro. Um verdadeiro tabu social, pois o estuprador muitas vezes dorme na sua casa, e este fato se evidenciou nas memórias de **KA**. Ela me trouxe as dores profundas de uma menina que cresceu em uma casa marcada pela violência

³³ Me acuerdo que, en un momento, en un tiempo, yo ya estaba separada y él venía, entraba a mi casa, pateaba, rompía todo y me pegaba, capaz; entonces tenía siempre que estar alguien conmigo y algunos días me tenía que ir de mi casa. Entonces me iba a la casa de una compañera, me quedaba ahí unos días y bueno, él uno de esos días entró y prendió fuego a toda mi ropa, me tiró toda la comida, todo... bueno, muy duro. Hasta que le dijeron que se vaya de la provincia y se vuelva a Buenos Aires. Y se fue. Hasta ahí. Bueno... Y ahí después pude salir de toda esa situación (Entrevistada **EMI**, Mendoza-ARG, 2018).

doméstica - “eu via como meu pai espancava a minha mãe” quando criança foi estuprada pelo tio e, chorando, relatava que seus pais não acreditavam que seu tio havia estuprado.

Uma mulher jovem, 21 anos, com aparência de bem mais velha, sentou-se comigo na sala de sua tia e abriu a sua história e também a história de muitas outras mulheres do campo mendocino, argentino e latino. Com os olhos marejados e a fala rouca, ela reviveu suas memórias por mais de hora. Tanto para ela quanto para mim, foram as memórias mais duras de se visitar. Choramos juntas e nos abraçamos e, ali naquele momento da entrevista entendi que eu não era só a pesquisadora do Brasil, eu era uma mulher que escutava outra mulher. Suas memórias marcadas pela violência e a sua utopia era não deixar seu filho crescer com violência como ela cresceu:

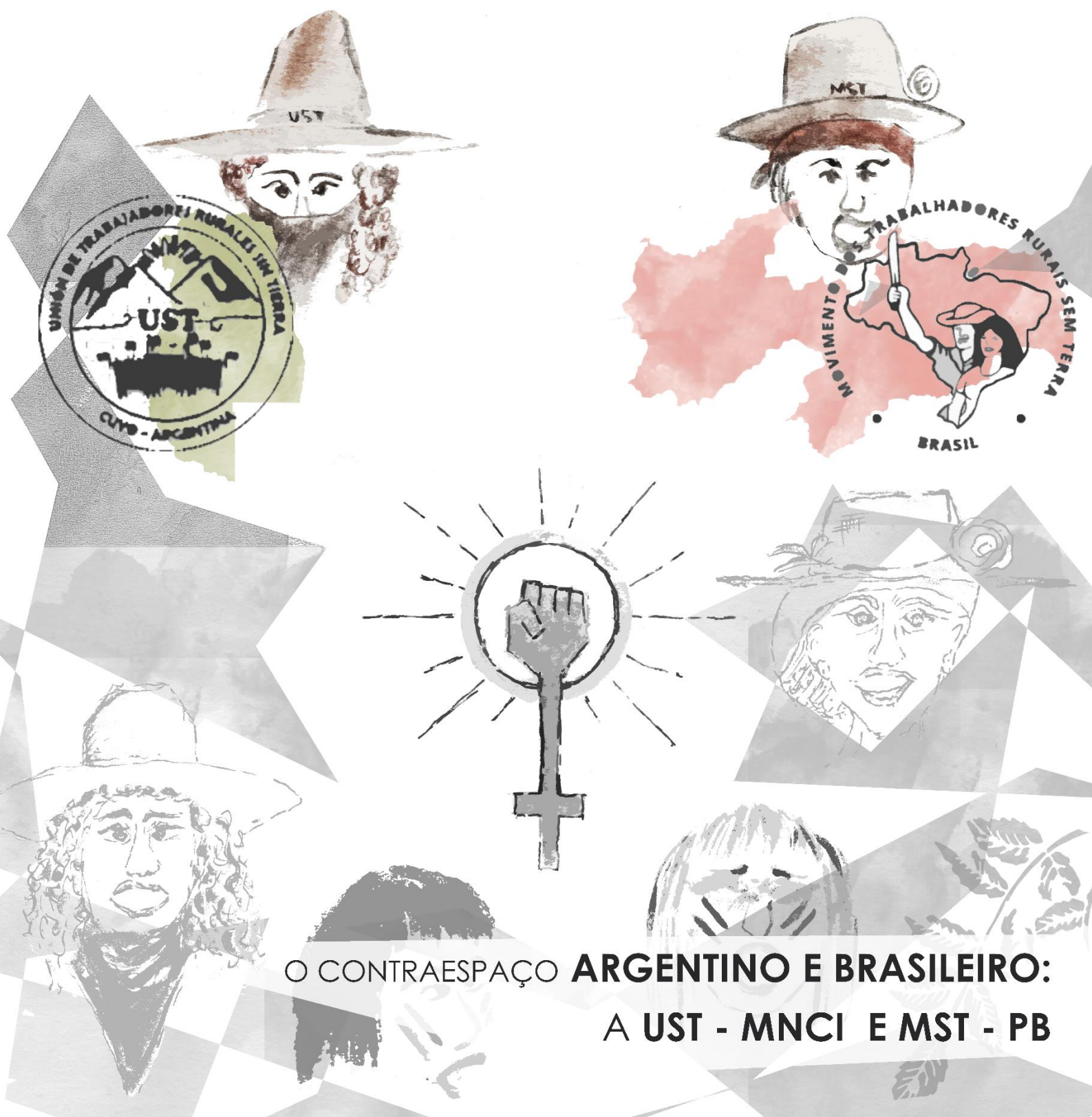
“Quando me separei me disse: por que meu filho tem que passar por isso? Se eu vivi e não quero que ele isso passe também. Não quero continuar sendo espancada, não quero continuar sendo maltratada” (Entrevistada KA-Mendonza-ARG, 2018- tradução da autora)³⁴

O patriarcado invade toda a sociedade, hierarquizando-a de forma que suas bases são sustentadas pela divisão sexual do trabalho, controle dos corpos - por poder entre gêneros - o qual se sustenta, principalmente, pela violência. A pesquisa demonstrou, dolorosamente, que tais contradições perpassam também aqueles que lutam e sonham pelas mudanças sociais.

Conclui-se a partir das memórias expostas que o patriarcado é o inimigo das mulheres, uma vez que é o que nos mata, nos estupra e nos adoece. Mas da mesma forma que este sistema de dominação por gêneros é incorporado por outros, tão ruins quanto este- capitalismo e racismo, globalizando-se, a luta antipatriarcal também globaliza-se a luta classista e antirracista. Através das (os) filhas (os), surge a necessidade das mulheres saírem de situações de violência no âmbito privado e, assim, articuladas comecem a propor não só um remédio para este enfermo, mas também a erradicação desta doença através do feminismo camponês e popular dentro das práticas de resistência da UST e do MST.

³⁴ “Cuando yo me separé, me dije: porqué mi hijo tiene que pasar esto? si yo lo viví y no quiero que el lo pase también. No quiero seguir siendo golpeada, no quiero seguir siendo maltratada” (KA Entrevistada KA-Mendonza-ARG, 2018)

CAPÍTULO 3



O CONTRAESPACÇO **ARGENTINO E BRASILEIRO:**
A UST - MNCI E MST - PB

“É isso que o movimento faz, ele vai em busca dos direitos, uma boa saúde, uma boa educação uma boa moradia, sobreviver e viver, ter terra para planta, criar... e criar seus filhos, poder ter terra para sobreviver dela, é isso que o movimento faz, mas a mídia não mostra esse lado” (Entrevistada JQ, Paraíba-BRA, 2018).

O espaço sul-americano é marcado por feridas históricas. No caso do espaço brasileiro as feridas são provenientes da empresa colonizadora de Portugal, já na Argentina as feridas são provenientes da empresa colonizadora da Espanha. Desde a colonização europeia, a razão do mercado se expande no campo brasileiro e argentino criando racionalidades que impõem um “mundo rural sem mistérios” (SANTOS, 1996, p.304). Com a globalização, baseada na intensa especialização agrícola, os espaços rurais da América do Sul são ainda mais homogeneizados a partir de racionalidades³⁵ criadas sob as exigências do capital econômico longínquo que impõem o motor do consumo e da produção para hegemonizar os espaços (SANTOS, 1996).

Porém a globalização promove, dialeticamente, a produção da “irracionalidade”, ou como Milton Santos nomeou- contrarracionalidades, as quais são compostas pelas novas socialidades e novos modelos de ação “entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias”, que baseados na crítica da racionalidade- através do uso da técnica e da experiência de escassez, promovem uma adaptação criadora à realidade existente, o que constitui a “uma racionalidade paralela, divergentes e convergentes ao mesmo tempo” (SANTOS, 1996, p.309).

Essa racionalidade paralela, feminina e feminista, que promove a saúde foi primeiro encontrada em trabalhos de campo e posteriormente foi teorizada. Quando eu realizei as primeiras entrevistas eu percebi que não era só uma produção e reprodução de corpos em um espaço já existente e sim, uma racionalidade paralela. O movimento camponês produz um espaço diferente do espaço da racionalidade dominante, sendo este um contraespaço nutrido pela utopia, e a esperança de sair da escassez.

Como nos explica Ruy Moreira (2014), o contraespaço se configura como ação dos excluídos que pontuam qualquer outra forma de valor-trabalho, que não

³⁵ Essas racionalidades produzem o que Milton Santos chamou de “espaços derivados” na obra *O Geógrafo do Terceiro Mundo*, publicada em 1978.

somará no projeto da globalização capitalista, e assim, agirá como um contraespaço, uma negação geográfica. Segundo o mesmo autor:

O contraespaço vem então na forma de ação dos excluídos dessa configuração. São várias as formas como estes se expressam, muitas das quais as de defesa dos modos de sociabilidade até então preservados nos velhos nichos de assentamento, onde se movem a contrapelo da espacialidade das grandes empresas, agora fomentada na marcha expansiva da acumulação rentista. No campo, são as movimentações das comunidades que aparecem barrando o caminho expansivo da intervenção territorial do agronegócio (MOREIRA, 2014, p.24.).

Para Oslender (2010), os contraespaços são o resultado de uma luta política, são espaços a serem construídos em uma política de resistência. A possibilidade desses contraespaços ocorre quando um espaço diferencial surge em oposição ao espaço abstrato do mundo capitalista. Segundo ele, podemos compreender e analisar o contraespaço, através da experiência vivida por este na criação do espaço diferencial de Lefebvre (1991).

O contraespaço é um projeto de sociedade encabeçado pela Via Campesina, são espaços promotores de saúde, é espaço baseado na contraracionalidade do sistema patriarcal, classista e racista, por isso pauta a sua produção e reprodução a partir da construção da valorização do feminino e do feminismo, com práticas revolucionárias em escalas locais.

Neste capítulo o contraespaço é materializado na produção histórica dos movimentos camponesas nos dois países, Brasil e Argentina, de produzirem contraracionalidades cotidianamente, através da “descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência” (SANTOS, 1996, p.310).

Apesar de o Brasil e a Argentina apresentarem processos de formação socioespacial similares, por serem produtos da implementação da colonização europeia e da globalização perversa, apresentam diferenças na produção de seus espaços hegemônicos e, por conseguinte, em suas contraracionalidades. Desta forma, este capítulo adentra a discussão do capítulo anterior, para demonstrar que o contraespaço camponês é a resposta, “a ação das excluídas” à um espaço hegemônico, que se instaurou a partir do triplo sistema de opressão/dominação.

Sendo assim, logo na primeira parte deste capítulo faço uma breve análise da formação socioespacial de cada país, com ênfase na Paraíba (Brasil) e na província de Mendoza (Argentina). Esta análise da formação do estado e da província não tem a pretensão de ser o foco central do trabalho. O que pretendo é facilitar a avaliação do objetivo deste capítulo: compreender o movimento camponês, em cada país e em cada estado/província, como produtores de contraespaços que promovem saúde através de práticas que valorizam a vida camponesa.

Na segunda parte do capítulo disserto sobre os movimentos nacionais, de forma breve, para subsidiar o entendimento do contraespaço em produção no estado da Paraíba- Brasil, fomentado pela luta do MST-PB; assim como na província de Mendoza- Argentina pela UST-MNCI. Procurarei demonstrar que tais processos são a materialização da promoção da saúde em duas particularidades históricas. Afinal, o MST chega no estado da Paraíba em 1988, e a UST é fundada em 2001. Estes marcos cronológicos são extremamente importantes a nível de comparação, pois há uma diferença de 13 anos, o que impacta diretamente na organização destes movimentos.

3.1. Formação socioespacial brasileira: um olhar sobre a Paraíba

A formação socioespacial proveniente da colonização portuguesa produziu características fundamentais do modelo de Brasil “agroexportador”. Com a sua formação historicamente agrária, se conformou principalmente pela instalação da empresa colonizadora visando à exploração do “novo” território, desprovido de ouro e prata, muito menos das boas terras litorâneas para o seu uso e cultivo, a partir dos braços e conhecimentos dos povos nativos que aqui se encontravam, aplicando assim, o trabalho escravo nas terras que se chamariam Brasil.

As chamadas *terras do sertão*, situadas na região semiárida do Brasil, também viriam servir ao modelo de exploração latifundiária e monocultora adotada pelo empreendimento português nas Américas (HOLANDA, 1984). Como demonstramos na introdução e no capítulo 01, nós escolhemos o Estado da Paraíba para compreender a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no semiárido.

A Paraíba é um estado brasileiro situado na região Nordeste. É o 6º menor estado do Brasil e limita-se a Norte com o Rio Grande do Norte, a Sul com Pernambuco, a Oeste com o Ceará, e a Leste com o Oceano Atlântico. Sua área é de aproximadamente 56,5 mil km² e sua população é estimada em aproximadamente 3,9 milhões de habitantes (IBGE, 2016). A capital do estado da Paraíba é João Pessoa e suas cidades mais importantes são; Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Guarabira, Monteiro e Itaporanga.

A região semiárida do estado da Paraíba é equivalente a 87,4% do território paraibano e abrange 170 municípios. A região semiárida paraibana apresenta como características principais as irregularidades na distribuição espaço-temporal das chuvas, com altas taxas de evapotranspiração, solos rasos, substrato rochoso cristalino, vegetação predominante é a Caatinga entre outros aspectos próprios da região semiárida.

A formação espacial do Brasil começou efetivamente com o ciclo da cana-de-açúcar. Esse cultivo veio após a exploração do pau-brasil, sendo a Zona da Mata nordestina a região onde o ciclo de fato se instalou e se consolidou. Desta forma, é no ciclo da cana que se institui a sociedade brasileira, desde a sua origem como

uma sociedade cuja elite agrária tem um peso político significativa, o que pode ser considerada uma diferença “da forma urbano-mineradora de ocupação da colonização espanhola” (MOREIRA, 2014, p. 15).

Ao se tratar diretamente da ocupação nordestina, essa aconteceu, principalmente, no sentido leste-oeste, do Litoral em direção ao Sertão. No litoral, ela baseou-se na produção da cana-de-açúcar, de forma que a cana se alastrou pela Zona da Mata, pois a sua lucratividade era alta para a coroa, que exportava o açúcar brasileiro para a Europa. Desse processo, “resultou uma divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção do açúcar e o interior (Agreste e o Sertão), para a produção do gado e de gêneros alimentícios” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 32). Já ao longo do século XIX o algodão foi se firmando enquanto cultura, e em alguns anos superou o quantitativo das exportações de açúcar.

Esta economia colonial se deu tanto com base na exploração da sociedade sobre a natureza quanto do ser humano sobre o próprio ser humano. Como nos explica Holanda (1984), a introdução do trabalho escravo indígena no Brasil era o melhor recurso no primeiro momento, em comparação a introdução de escravos africanos. Assim, “nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares que se valia o indígena em suas plantações” (HOLANDA, 1984, p. 18).

Porém, as marcas da exploração do ser humano sobre o ser humano continuaram e se agravaram, e seus reflexos são vistos até hoje. O trabalho escravo negro constituiu o suporte da atividade açucareira por três séculos e representou uma parcela significativa da população. Afinal, no fim do período escravocrata, os negros representavam 13% da população (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Com relação à exploração sobre a natureza, esta tem sido agravada gradativamente, como podemos ver no quadro geral de escassez de água atual, pois, não é a falta de chuva o problema, uma vez que não chove pouco. Sobre esse assunto, Duque (2007) nos informa que a média anual de chuva no semiárido nordestino varia de 300 a 800 mm, mas é preciso considerar sua irregularidade e as grandes secas que ocorrem concentradas em um “inverno” de três a quatro meses por ano. Outro aspecto importante são as perdas da evaporação nessa região, que são três vezes maiores do que o volume de águas trazidas pelas chuvas.

De fato, o que importa é que o Semiárido nordestino é representado por características únicas, tanto sociais quanto físicas. Segundo a mesma autora (DUQUE, 2007), o semiárido apresenta hoje uma extensão territorial de cerca de 900.000 km², abrangendo cerca de 70% de todo o Nordeste brasileiro. Em relação ao seu subsolo, este é constituído por 70% de rochas cristalinas, o que torna o lençol freático salobro e favorece a salinização da terra em casos de irrigação mal controlada, sendo este um problema recorrente desde a época da colonização. A camada do solo é bastante superficial, impedindo a penetração mais profunda, caracterizando assim a cobertura vegetal chamada Caatinga (mata branca), que faz parte de uma estrutura morfoclimática que só existe no Brasil.

Esta região foi marcada pela produção de gado e gêneros alimentícios, e teve a grande propriedade como a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural (MOREIRA e TARGINO, 1997). Ao se tratar diretamente do semiárido paraibano é importante ressaltar que este “não constitui uma realidade homogênea, dada e acabada, mas um produto heterogêneo da ação diversificada do homem [ser humano] sobre a natureza” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 26).

Antes da exploração da região por grandes empresas, desde a grande empresa colonizadora, depois pelos senhores de engenho e hoje pelos representantes do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010), os povos tradicionais conviviam com essas condições, as quais foram agravadas pelas formas de cultivo da terra e desrespeito aos ciclos naturais (como o ciclo da água). Sendo assim, “(...) as formas de exploração têm sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e reestrutura” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 19).

Assim, as articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais tecem um “ambiente de vida” bastante adverso à sobrevivência da classe trabalhadora do campo paraibano (MOREIRA e TARGINO, 2007). Nesta região, observa-se a crise hídrica, em uma marca histórica de falta de acesso à água, a qual se encontra agravada atualmente pela entrada das agressivas práticas do agronegócio, gerando assim muito mais conflito pela luta das comunidades camponesas ao acesso à água para garantir sua permanência na terra.

3.2. O contraespaço na Paraíba: das Ligas Camponesas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

“Reforma agrária na lei ou na marra”

-Lema das Ligas Camponesas

Esta dissertação não tem a pretensão de ser um estudo focado na sua organização e organicidade do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores da Geografia Agraria brasileira³⁶. O que interessa aqui é a compreensão das práticas de saúde contra hegemônicas forjadas pelos movimentos camponeses, que ainda carece de maiores estudos.

A classe trabalhadora do campo, principalmente na década de 40, foi submetida a todas as formas de exploração do latifúndio. Devido a isso, o campesinato começa a se organizar visando a emancipação e independência do trabalho na terra, pois:

“Para o homem [e a mulher] do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.295).

Segundo Moreira e Targino (1997), o surgimento das Ligas Camponesas na década de 40, confere a busca pelo ser camponês pela dignidade do labor na terra, a possibilidade de se reproduzir a partir do trabalho, modificação da natureza e do próprio ser, e por consequência da saúde. Afinal, o que configura o camponês é a terra, sua vida.

³⁶ Para mais informações ver, dentre outros:

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. 1988.;

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.;

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde**. São Paulo, 2003.;

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Ser camponês, ser operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Geografia e trabalho no século XXI**, v. 2, p. 130-167, 2006.

As Ligas Camponesas nascem em 1940, na contramão do projeto de governo ditatorial vigente de Getúlio Vargas. De acordo com Manuel Correia de Andrade (1986), no livro “Lutas Camponesas no Nordeste”, a organização das Ligas Camponesas teve forte influência do antigo Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro. O autor acredita que para a tomada de poder e a criação de um projeto socialista, era necessário que o operariado juntamente com o camponês constituíssem uma frente de luta.

A década de 40/50 representa o período pós-guerra mundial, e a consolidação das relações capitalistas no campo brasileiro. Nesse contexto, a expansão exponencial da pecuária e da monocultura de cana-de-açúcar representou a entrada agressiva dos incentivos capitalistas no campo. Por sua vez, a fundação das Ligas Camponesas representava a luta contra a perda de direitos dos camponeses.

A primeira Liga Camponesa foi criada em 03 de janeiro de 1946 no bairro de Putinga na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco. Ela era dirigida por José dos Prazeres. Ainda em Pernambuco, é importante reviver a memória de Josué de Castro, deputado do Estado na época, e com grande influência na organização da Liga Camponesa, não só como militante e ativista, mas também como intelectual a partir da produção do livro “Geografia da Fome”.³⁷

A primeira liga camponesa da Paraíba foi fundada no município de Sapé, em 1958, a partir da liderança de João Pedro Teixeira e sua companheira Elizabeth Altino Teixeira. Seu surgimento está diretamente relacionado com a instalação da monocultura do plantio de cana-de-açúcar na região, onde os camponeses sofriam condições desumanas de trabalho. Muitos chegavam a morrer de fome, passando por diversos meios de tortura, em uma falsa relação de subsistência, mascarando o trabalho escravo que eram submetidos.

³⁷ Em “Geografia da Fome”, Josué de Castro trata sobre a fome nos Estados brasileiros e denuncia a subnutrição e o escasso acesso a água e comida na região do semiárido do Nordeste, tendo sua produção acadêmica uma notória importância para a reafirmação da luta pela terra.

Nesse contexto de precarização do trabalho no campo, segundo Moreira, Targino e Meneses (2001), as ligas camponesas tinham 9 estratégias de ação e organização:

- 1- A realização de comícios e passeatas
- 2- O apoio aos trabalhadores ameaçados de expulsão das propriedades
- 3- A luta contra o cambão
- 4- A assistência jurídica aos camponeses
- 5- A disponibilização de serviços de saúde
- 6- O combate ao analfabetismo
- 7- A luta pela reforma agrária
- 8- A luta pelos direitos trabalhistas e pela sindicalização
- 9- A procura de apoios externos

A organização no início se deu de modo informal, através de conversas e visitas escondidas nas fazendas, para a discussão e articulação do movimento, sendo fundada legalmente em fevereiro de 1958, sob a denominação de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Sapé (HAN, 2006). Após sua estruturação, a Liga se organizava através de estratégias de ação e a organização das ligas, que foram se disseminando por outros municípios da Zona da Mata e do Agreste, sendo a do Sapé, o centro de todo movimento.

Não demorou para que o líder do movimento, João Pedro Teixeira, fosse preso e torturado e, posteriormente, assassinado, sob ordens dos grandes latifundiários da época, culminando em um silenciamento forçado do movimento e da memória, cujo os vestígios e documentos escritos foram misteriosamente desaparecidos.

Após o assassinato de seu companheiro, Elizabeth Teixeira assume a liderança da organização no município de Sapé, passando a ser alvo de repressões, chegando a ser presa em diversas ocasiões. Numa de suas voltas para casa,

descobre que sua filha comete suicídio por acreditar que sua mãe sofrera o mesmo destino do pai. Passa boa parte de seu tempo na clandestinidade, após o golpe militar brasileiro de 1964, quando adotou o nome de Marta Maria Costa, se refugiando em São Rafael (Rio Grande do Norte) (BANDEIRA; MIELE e SILVEIRA, 2012). Permaneceu nesta situação até 1981, quando encontrada pelo cineasta Eduardo Coutinho, que retomara as filmagens do documentário “Cabra Marcado Para Morrer”, e foi morar em João Pessoa, onde reside até hoje.

Desta forma, o projeto das Ligas Camponesas sempre foi na contramão da lógica do mercado rural que estava se instalando no país, cujo principal projeto estava assentado na terra enquanto mercadoria, o produto enquanto exportação, deixando assim de lado a produção camponesa de subsistência e a produção de alimentos para o amortecimento da fome.

Segundo Stedile e Fernandes (2005), com seu lema de luta era “Reforma agrária na lei ou na marra”, constitui-se como referência da luta pela reforma agrária para o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) no Brasil, atualmente. Destas intensas lutas camponesas nordestinas, com lideranças camponesas paraibanas, tivemos a semente plantada que hoje é representada pela grande presença de assentamentos de reforma agrária no Brasil, conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O nascimento do MST no Brasil está relacionado com o acúmulo de lutas dos povos originários que aqui estavam antes da chegada dos homens brancos e, das Ligas Camponesas.

O MST foi se estruturando a partir de suas estratégias de ascensão à terra e organização dos desapropriados para a conquista de seu “pedaço de chão”. O movimento se articulou por setores, sendo que cada um deles assumiu uma função específica dentro da luta do movimento nacional, envolvendo uma estratégia comum de identidade do ser *Sem Terra*, de lutar para que esta “essência” continue existindo. Todos os setores têm o mesmo “nível” de importância para luta, alguns são mais “ativos” do que outros, no sentido de demandarem mais atividades ao longo do tempo, como por exemplo, o setor de educação frente o setor de acampamento de bancos.

Os setores do movimento são:

- | | |
|---------------------------|--------------------------------|
| ➤ Frente de Massa | ➤ Acampamentos |
| ➤ Formação | ➤ Marchas |
| ➤ Educação | ➤ Jejuns e greves de Fome |
| ➤ Produção | ➤ Ocupação de prédios públicos |
| ➤ Comunicação | ➤ Acampamentos nas cidades |
| ➤ Projetos | ➤ Acampamento diante de |
| ➤ Gênero | Bancos |
| ➤ Direitos Humanos | ➤ Vigílias |
| ➤ Saúde | ➤ Manifestações nas grandes |
| ➤ Finanças | cidades |
| ➤ Relações Internacionais | ➤ Luta pela reforma agrária |
| ➤ Ocupação de Terras | ➤ Transformação social |

O que interessa especificamente na presente dissertação é o fato de que, atualmente, o MST é um dos maiores e mais bem articulados movimentos de mulheres e homens da Via Campesina. Com 35 anos de existência, o MST é um dos maiores exemplos de luta pela terra na América Latina. Baixa a figura do “ser Sem Terra”, o movimento se organizou em 24 dos 27 estados do Brasil (ver mapa 02) e até o ano de 2019 o movimento conseguiu com que cerca de 350 mil famílias³⁸ que conquistassem a terra por meio da luta, da ocupação e da organização dos trabalhadores rurais.

³⁸ Segundo o site oficial do movimento: <https://mst.org.br/nossa-producao/>

MAPA 2: Espacialização do MST no Brasil em 2018.



Fonte: IBGE, 2019 e MTS, 2018. Organização: Autora, 2019.

O que se explicitou na fala das militantes do MST na pesquisa é que praticamente todas já tiveram passagens por mais de um dos setores do movimento, seja em escala nacional ou local (o próprio assentamento), o que demonstra a indissociabilidade destes setores na luta. Todas e todos trabalham juntos frente a mesma utopia- a Reforma Agrária Ampla e Popular para um projeto de Brasil diferente.

O Movimento visa um projeto de país para todas e todos os trabalhadores, não apenas para os Sem Terra. Frente a isso, nos últimos anos o MST tem se articulado com diferentes organizações sociais que compartilham da mesma ideia, aproximando-se de partidos políticos, ONGs, movimentos de lutas urbanas entre outros setores que almejam um país mais democrático. Por isso é tão importante a construção e manutenção da identidade de ser Sem Terra. É a partir desta identidade construída por todos os setores e em todas as escalas - que mesmo depois de assentadas, as famílias permanecem organizadas no MST, trabalham em diversas frentes, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária Ampla e Popular.

Para isso, ao longo dos anos, o MST foi criando estratégias para possibilitar a posse da terra para o máximo de famílias possíveis, estabelecendo práticas contrahegemônicas de saúde- que tem garantido a permanência das mulheres camponesas na luta e assim, na terra, produzindo e reproduzindo o que denominamos de contraespaço. Segundo Fernandes (2000, p38), a primeira manifestação de organização das mulheres, surgiu logo no 1o. Congresso do MST no qual:

(...) as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

Porém, mesmo com a organização das mulheres em 1986, somente em 1989 as “Normas Gerais do MST” apresentaram um capítulo sobre a necessidade de articulação das mulheres, falando em estimular sua participação e combater todas as formas de preconceitos. Foi em 1996 que aconteceu o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se criou o Coletivo Nacional de Mulheres. Este

encontro foi um marco para o movimento, pois em 1994, apenas 10 mulheres participavam da direção nacional do movimento; em 1996, em apenas cinco. (HONÓRIO, 2005, p.3).

Segundo Schwendler (2015, p. 91), foi o formato de adesão familiar no Movimento que “insere a mulher na esfera pública, na luta política” e, assim, desde então, as mulheres sem terra, apesar de serem marcadas pela invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural (JALIL, 2013), vêm buscando formas de efetivarem sua participação política e, assim, também serem protagonistas do MST. Valenciano (2006) ressalta que:

As mulheres ligadas ao Coletivo de Gênero do MST possuem uma estratégia de desafiar os papéis tradicionalmente identificados como sendo de mulheres, tentando construir novos espaços e socialização e participação política, além de questionar outros assuntos que envolvem a classe trabalhadora na qual estão inseridas, como a criminalização de lideranças, lutas por melhores condições de moradia, saúde, educação, etc. (p. 38-39)

Segundo Varela (2003), o Movimento dos trabalhadores Sem Terra foi, e ainda é, um dos grandes responsáveis pela organização dos camponeses no estado, pois “a luta pela terra no estado não se restringe mais a luta para não deixá-la, ela se dilata na luta cotidiana para entrar na terra” (VARELA, 2003 p.138). Vejamos como ocorreu esse processo de luta contrarracionalidade patriarcal para a produção de um contraespaço na Paraíba, a partir de 1987.

De fato, conforme Fernandes (1999), desde de 1985, após o Primeiro Congresso Nacional do MST, já havia a intenção de se levar o movimento para o estado, pois nesta oportunidade participaram 25 camponeses da Paraíba. Entre os anos de 1986 e 1987, surgiu a secretaria estadual do movimento naquele estado. Mas a primeira ocupação de terras pelo MST na Paraíba ocorreu em 1989, onde já mais articulado no estado, o movimento conseguiu reunir 150 famílias de nove municípios para ocuparem a Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras, com 2400 ha (LAZARETTI, 2007).

Já em 1990 começaram os cursos de formação e articulação de base na Paraíba. Como se pode identificar na fala de D. o MST entra no estado ocupando terras e formando os militantes:

“Na Paraíba, mais localizado eu estou há 16 anos, porque aí o MST também foi se consolidando, montando a estrutura organizativa após a primeira ocupação, ampliando as ocupações, criando as estruturas. (...). A primeira porta de entrada, a minha porta de entrada, foi ajudar a fazer as ocupações, a segunda porta de entrada, ação foi as formações” (D. Paraíba- BRA, 2018).

O MST-PB está organizado em brigadas regionais, que segundo Oliveira (2010), são divisões espaciais com objetivo de facilitar o fluxo de informações, organização das ações em cada região do estado, além de propiciar a autonomia na tomada de decisões. A instauração de brigadas aconteceu desde 2005 no estado da Paraíba, o que correspondeu a uma concepção de estratégia de luta e organização estadual que facilitou a comunicação e fomento da luta em diferentes frentes. Segundo **ELE** “na história dos camponeses, as famílias trabalham organizadamente”, a partir do planejamento coletivo realizado anualmente em encontros estaduais, composto por representantes das brigadas, de diversas regiões:

“Olha vem, 5 do sertão, 5 do litoral, 5 do curimataú, mais 5 e assim vai... então a gente faz essas reuniões e também somos divididos como brigadas, por exemplo, aqui o Curimataú é um núcleo, a Várzea é outro núcleo, o Sertão outro. Em todo final de ano a gente faz o encontro Estadual do MST, onde junta todos os núcleos” (ELE- Paraíba- BRA, 2017).

Hoje, podemos perceber pelos dados produzidos pela Rede Dataluta, a grandiosidade deste movimento como produtor de contraespaço, pois o MST- PB, até 2015, apresentava 20.748 famílias em processo de ocupação de terras. Até 2015 foram criados 310 assentamentos de reforma agrária na Paraíba (Boletim Dataluta [DATALUTA], 2016).

Nesse processo, a inversão da lógica da sobrevivência camponesa para a vivência camponesa promovida pelo MST gerou a necessidade de um projeto

popular de transformação do Brasil a partir da produção de alimentos saudáveis, da luta por saúde, da educação; pelo fim do modelo patriarcal, capitalista e racista.

Outro ponto importante de se evidenciar é que o próprio movimento traz a saúde como bandeira, sai em defesa da saúde pública, uma luta para garantir o acesso mais democrático ao sistema de saúde brasileiro. O movimento está preocupado em garantir médicos, enfermeiros, entre outros profissionais de saúde para garantir a sobrevivência camponesa frente às enfermidades que as mulheres e homens do campo.

Porém, tanto o movimento quanto os trabalhos acadêmicos- de diversas áreas do conhecimento, relacionam a saúde com luta por reforma agrária pelas bases da saúde pública, compreendendo a saúde como “ausência de enfermos” e assim, ainda não deram “o salto” para a compreensão da saúde como bem-estar social, como construção do corpo como espaço e no espaço.

Desta forma, a dissertação visa construir, através das análises das práticas do próprio movimento, uma contribuição geográfica de compreensão da promoção da saúde camponesa, dentro dos princípios da saúde coletiva, como especificado no capítulo anterior. Essa formulação de promoção da saúde de base popular tem tido as mulheres camponesas como protagonistas, como veremos no próximo capítulo.

3.3. A formação socioespacial da Argentina: um olhar sobre Mendoza

A situação da Argentina analisada é semelhante ao analisado no Brasil, mas, obviamente, guarda suas particularidades. Proveniente da colonização espanhola, a Argentina é resultado de um intenso massacre dos povos originários empreendido pelas empresas colonizadoras, inicialmente representada pela Espanha no século XVI e, depois, no século XVIII e XIX, pela Inglaterra.

O território espanhol na América do Sul, onde deu origem à Argentina, apresentava uma população indígena estimada entre 10 a 30 milhões. Reconhecemos pela bibliografia consultada que o grande objetivo da colonização espanhola - e depois inglesa - era a mesma: incorporar ao território um conjunto de sistemas técnicos e políticos para “civilizar o deserto, acabar com os vestígios da 'barbárie' indígena e incorporar terras à produção” (SILVEIRA, 1999, p. 59). Apesar do fato deste processo fundado em “acabar com a barbárie indígena”, alguns mantiveram-se vivos. Assim os espanhóis se apropriaram do trabalho escravizado dos povos que ali estavam, conformando a classe trabalhadora do campo argentino com traços indígenas.

A Argentina teve três grandes movimentos colonizadores que estruturaram o território nacional: a corrente do Atlântico, que fundou Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes; a corrente do Alto Peru, que dá origem a Santiago del Estero, Córdoba e Tucumán; e a terceira, alvo de nosso estudo, a corrente do Oeste, que assentou os alicerces de Mendoza, San Juan e San Luis (SILVEIRA, 1999, p. 36), sendo esta a região denominada de Cuyo.

Os povos originários desenvolveram várias técnicas de apropriação e uso da terra, entre elas, os sistemas de cultivo em terraços e redes de irrigação integradas por aquadutos e barragens (SILVEIRA, 1999). Sabemos que as técnicas de abastecimento de água indígena foram utilizadas juntamente com a “modernização” europeia, para que a economia da região pudesse se consolidar como agroexportadora. No caso específico da região de Cuyo (onde Mendoza se localiza), tradicional pelas suas vinícolas, observa-se um grande rebatimento desses processos perversos, de frentes pioneiras do meio técnico-científico-informacional, graças ao modelo de agricultura de precisão, métodos de obtenção de água e de

irrigação, assim como os produtos químicos para melhorar os solos de grandes empresas chilenas e francesas que reorganizam a produção sobre bases científicas e alargam significativamente o circuito espacial de produção (SILVEIRA, 2005).

A província de Mendoza é abastecida por três Oásis. O Oásis Norte é formado pelos departamentos: Capital (Mendoza); Godoy Cruz; Guaymallén; Junín; Las Heras; La Paz; Lavalle; Luján de Cuyo; Maipú; Rivadavia; San Martín; e Santa Rosa. O Oásis Centro: San Carlos; Tunyán; e Tupungato. O Oasis Sul: San Rafael; General Alvear; Malargüe. Apesar de ter o abastecimento por 03 Oásis, esta região é fortemente marcada pela escassez de água. É dos contrafortes andinos que a província obtém o fornecimento de água, proveniente do degelo dos glaciares. Por causa disso, as condições de vida estão ligadas diretamente à cadeia montanhosa ali presente.

Como a empresa colonizadora tinha a necessidade de adensar tecnologicamente o território e suprir as necessidades da Europa, principalmente com o “couro, roupas, madeira, muares, charques, frutas e vinhos” (SILVEIRA, 2005, p. 179), a coroa espanhola necessitava de uma precoce urbanização em espaços considerados como “grandes vazios geográficos”. Para que estes se consolidassem, era preciso, portanto, “contribuir para a criação de mais e mais fluxos, que se tornavam atraentes para os capitais internacionais” (SILVEIRA, 1999 p. 80).

É neste contexto que a província de Mendoza cresce no cenário nacional e internacional, se tornando centro da economia da região cuyana. Juntamente com San Juan, especializou-se cada vez mais na produção de vinhos e frutas (SILVEIRA, 1999), demonstrando a característica agroexportadora da província como uma marca colonial.

Desta forma, compreendi que um dos pontos mais importantes ao se dissertar sobre o espaço mendocino é a questão da Terra-Água. O par terra-água deve ser tratada de modo indissociado, pois a noção de valor dada à terra está diretamente relacionada à questão do “Derecho de Riego”, pois as terras são classificadas entre com irrigação (riego) e sem irrigação (SOBREIRO FILHO, 2016).

Este fato foi muito marcado nas diversas falas das entrevistas, como explicitado nas falas de V. o conflito agrário da província está diretamente relacionado à água, pois “em um campo que não tem irrigação, então a possibilidade

produtiva desse campo é mas limitada” (Entrevistada V- Mendoza-ARG, 2018), este conflito é agravado pelas grandes empresas de viticultura.

Como explicado no trabalho de Silveira (2005) e reforçado no trabalho de Montañã et al (2005), a província se “especializou” na produção de vinhos, primeiro para o mercado interno do país, depois para a exportação e hoje, com a província sofre os agravos do processo de estrangeirização de terras ³⁹ (PEREIRA, 2019).

Os grandes latifúndios das províncias, comprados e administrados por estrangeiros, estão voltados para a produção de vinho. Tais latifúndios estão nas áreas irrigadas da província e as produções fora das áreas irrigadas se tornam espaços invisíveis⁴⁰, marcados pela subordinação e pela marginalidade, como explicita no trabalho de Montañã et al (2005). Segundo V.,

“Isso não significa que os empresários não querem expropriar, mas a possibilidade de desenvolver a vida de uma família é mais limitada, porque há animais, falta água. Por outro lado, as fazendas, que tem a irrigação sistematizada aqui em Mendoza, são territórios com muita riqueza, muito potencial.
“(Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018- tradução da autora)⁴¹

A Lei de Águas de Mendoza está dentro do Departamento Geral de Irrigação, desde 1884. Este departamento, o Departamento General de Irrigación, tem como função realizar a regulamentação de todos os assuntos referentes à repartição dos recursos hídricos para irrigação na província (SOBREIRO FILHO, 2016). O acesso a água foi muito presente nas entrevistas, especificamente o impacto da Ley de Aguas da província, pois o direito de irrigação ou não, implica

³⁹ Segundo a tese da Lorena Izá Pereira (2019), a estrangeirização de terras não se configura somente pela compra de territórios, seria o poder de estrangeiros sobre um território. Se configura na leitura geográfica como: controle exercido sobre uma empresa, ou por uma pessoa, sobre um território que não é o de sua nação, podendo ou não haver a compra de territórios –landgrabbing

⁴⁰ Para saber mais veja: Montañã, E., Torres, L. M., Abraham, E. M., Torres, E., & Pastor, G. (2005). Los espacios invisibles: Subordinación, marginalidad y exclusión de los territorios no irrigados en las tierras secas de Mendoza, Argentina. **Región y sociedad**, v. 17, n. 32, p. 03-32, 2005.

⁴¹ “No quiere decir por eso que no vengan empresarios a querer expropiarse, pero la posibilidad del desarrollo de la vida de una familia ahí es más limitado, porque hay animales, falta agua. En cambio, las fincas, lo que tiene riego sistematizado acá en Mendoza son territorios con mucha riqueza, mucha potencialidad. “ (Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018).

diretamente a sobrevivência das camponesas, se tornando uma bandeira de luta., como se podemos ver na fala de **M.**:

“Na província, apenas 3% têm direito à irrigação. Daqueles que têm direito à irrigação, metade é abandonada, mas não existe uma política do Estado, sempre foi uma demanda de nós, como organização e em geral do setor, de que justamente todas essas terras que tem a possibilidade de serem cultivadas, porque eles têm o direito à irrigação, o cultivo de alimentos, e não apenas o gado podem gerar programas para que as famílias que não têm direito à terra possam produzir. (...) Mas o Estado nunca avançou nisso, apenas para gerar uma reforma agrária disfarçada, se você quiser, porque é uma palavra ruim aqui” (Entrevistada **M**, Mendoza-ARG, 2018-tradução da autora).⁴²

Esta lei provincial concede o direito perpétuo de irrigação aos proprietários de terra, que não possuem a possibilidade de transmitir os direitos de água; ela também assegura o uso da água para a agricultura, impedido que seja direcionado para outro tipo de prática (SOBREIRO FILHO, 2016). Assim, apesar da água ser entendida como bem público, é considerado um direito inseparável do “derecho de propiedad” (MENDOZA, 2004, p. 24).

Em linhas gerais, quem é o proprietário da terra é quem tem o direito à irrigação para sempre. Agora, quem ocupou a terra, ou é somente posseiro, não tem direito à água, somente se pagar as dívidas de água do antigo proprietário. Assim, “as estruturas organizativas [burocráticas] da província mantêm laços hierárquicos e históricos que favorecem os detentores de capitais em detrimentos de grupos historicamente marginalizados e incluídos perversa e precariamente” (SOBREIRO FILHO, 2016, p.).

⁴² En la provincia solo el 3% tiene derecho a riego. De esas que tiene derecho a riego, la mitad está abandonada, pero no ha habido una política de Estado, siempre ha sido una demanda de nosotros como organización y en general del sector de que justamente todas esas tierras que tienen la posibilidad de ser cultivadas, porque tienen el derecho a riego o cultivo de alimento, y no solo ganadería puedan generar programas para que las familias que no tienen derecho a tierra puedan producir. (...). Pero el Estado nunca ha avanzado en eso, justamente de generar como una reforma agraria encubierta si quieres, porque es mala palabra acá “(Entrevistada M, Mendoza-ARG, 2018).

3.4 O contraespaço na Argentina: do MNCI à construção da UST

Neste contexto dos “espaços invisíveis”, o mais marcante é o Departamento de Lavalle, localizado no oásis norte, conhecido pelas “terras secas”. Segundo Montaña et al (2005) era o antigo centro de produção indígena, um espaço estruturado com base em sua subordinação funcional e, para estes autores, é um dos representantes de “Espaços invisíveis” das áreas áridas da América Latina. É tão invisível que nem mesmo os autores que escrevem sobre os espaços invisíveis escreveram sobre a resistência, marcada pela permanência destes povos indígenas, que hoje se reconhecem como camponeses indígenas, que articularam um movimento de mais de 17 anos chamado Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST- MNCI), com uma grande sede no Departamento de Lavalle.

A Unión de trabajadores rurales Sin Tierra (UST) é uma organização de base que se encontra especializada em diversos departamentos da província de Mendoza, na Argentina. A UST tem 17 anos e mais de 500 famílias de trabalhadoras rurais e trabalhadores rurais vinculadas a luta do movimento. O Movimento se auto declara camponês e indígena, pois está organizado “para construir uma sociedade que inclui todos” (UST-MNCI, sd.- mnci.org.ar). Este movimento é organizado dentro de um movimento nacional, chamado Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI). O MNCI nasce da profunda crise dos anos 2001, na Argentina, a partir dos problemas relacionados à despejos, precárias condições de trabalho e desemprego no campo em diferentes províncias do país, como demonstrado no mapa 03.

O MNCI nasce com o objetivo nítido de nuclear os camponeses e indígenas nos processos de conflitos territoriais, contra o avanço do agronegócio e do projeto do país com base no neoliberalismo. O surgimento deste movimento é também de questionamento do imaginário nacional, profundamente difuso, de que não há camponeses na Argentina, postulado difundido com a intenção de negar a existência do sujeito social camponês (PINTO, 2013).

Segundo o áudio referenciado no trabalho de Lucas Henrique Pinto (2013)⁴³, um dos poucos trabalhos sobre a temática, o 1º Congreso Nacional del MNCI”, realizado em Buenos Aires em setembro de 2010, o MNCI compreende a necessidade de junção do camponês e do indígena para realizar um enfrentamento frente às classes dominantes, que chegaram à Argentina e criminalizaram estes atores sociais a fim de eliminá-los dos territórios. Hoje o movimento compreende que o agronegócio é o gerador da pobreza e da marginalidade, como pode ser visto a baixo:

En nuestro país, desde los tiempos de la conquista las clases dominantes comenzaron a criminalizar al campesino y al indígena bajo una falsa idea de civilización y barbarie. Los sucesivos gobiernos fueron aplicando políticas bajo esa idea. La campaña del desierto, las dictaduras militares y el neoliberalismo de los noventa, han ido consolidando un estado que es funcional a los agronegocios que han intentado eliminar a la vida campesina indígena del territorio. Este proceso histórico ha configurado un modelo basado en el saqueo de los bienes naturales, permitiendo que las transnacionales extraigan las ganancias provocando altas tasas de contaminación y afectando también la salud humana y las fuentes de agua. El agronegocio se apropia del territorio campesino indígena, aumentando la pobreza y la marginalidad. Es un modelo que genera pobreza y hambre en un país que tiene todas las condiciones para alimentar a más de cuatrocientos millones de personas. Se ha concentrado desproporcionadamente gente en las ciudades, generando desequilibrios territoriales, con enormes gastos de energía, y masas campesinas que se transformaron en desocupados en las ciudades contrastando con millones de hectáreas de campos sin gente (MNCI, 2010 apud PINTO, 2013, p. 238).

O *Movimento Nacional Campesino Indígena* está localizado em 08 províncias da Argentina, com 07 movimentos articulados em rede, envolvendo mais de 20.000 famílias. O MNCI realiza encontros regionais e nacionais com periodicidade. Assim como o MST, o movimento tenta diminuir as distâncias geográficas e fomentar uma luta nacional. O movimento se divide por comissões regionais com 05 grupos de trabalho: Saúde; Formação; Comunicação, Território; Produção e Comercialização.

⁴³ “Conflictos ambientales y apropiación de territorios rurales em Brasil y Argentina, una análisis a partir de los actores sociales involucrados: estudio comparativo de la acción internacional de la Via Campesina” (PINTO, 2013)

MAPA 3: Espacialização do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI), por movimentos em nas províncias de Argentina em 2019.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN) - 2017; Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) - 2018.

Apesar da UST-MNCI ter 16 anos de história, ela ainda se constitui como “invisível” para a academia, principalmente na Argentina. No decorrer da presente pesquisa, foram exaustivas as buscas de bibliografia em bancos de dados nacionais e também mundiais, tanto em espanhol, como português e inglês. O fato é que não temos muitas referências bibliográficas sobre a organização, e nos poucos trabalhos que temos como o de Pinto (2013) ou de Domingues (2012), não é referenciada a organização de mulheres como fundamental para o surgimento deste contraespaço, que promove a saúde em diversos departamentos da província.

Como foi identificado na presente pesquisa, “El Grupo de Luchadoras” foram as primeiras mulheres que sonharam com um movimento camponês e indígena, localizado em uma área semiárida que pudesse produzir alimentos e, assim, vidas. Este fato se evidenciou a partir das entrevistas com as mulheres do movimento, que em suas falas relatam a criação da UST a partir das suas vivências. Foram as mulheres da UST que demandaram desta pesquisa o registro da história do movimento fundado por mulheres, mesmo que não fosse em profundidade. Segundo a entrevistada V:

“O que é tão comum no Brasil ocupar uma terra improdutiva, aqui custava muito, havia muito medo, o que vou fazer, não vou ter quem me paga o salário, quem vai me pagar os insumos para produzir, e bom; uma vida inteira trabalhando sob patrão. Quem disse: “vamos e vamos” foram as mulheres” (Entrevistada V, Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora).⁴⁴

As mulheres que se viam imersas nos males da profunda crise que açoitava o país, em 2001, que chegava na província de Mendoza, se organizaram como estratégia para se manterem vivas, diante das dificuldades econômicas e sociais da Argentina. Elas, trabalhadoras rurais sem terra, e, também *puesteras* (nome local para pequenas produtores pecuários), começaram a se reunir com o objetivo de buscar soluções para os problemas da comunidade (o principal desses problemas

⁴⁴ “Lo que en Brasil es tan común de ir a ocupar una tierra improductiva, acá costaba mucho, como que había mucho miedo, qué voy a hacer, no voy a tener quién me pague el sueldo, quién me va a pagar los insumos para producir, y bueno; toda una vida trabajando bajo patrón. Las que dijeron: “vamos y vamos” fueron las mujeres” (V).

era a fome). Assim, encontraram formas de produção e comercialização que pudesse melhorar a qualidade de vida delas e de suas famílias:

“Quando a organização começou, eram mulheres que se uniram para produzir para a crise, o que eu estava lhe dizendo que em 2001 havia uma grande crise, então era ir colher peras, ia colher tomates nas fazendas que não colhiam, elas traziam e elaboraram nas casas e depois foi dizer: “bem, como o grande problema era o trabalho”, a fábrica começou a ser montada, mas agora como é; habilitada e tudo deve ser feito por 5 anos” (Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018- tradução da autora)⁴⁵.

Quando as mulheres começaram a relatar suas histórias de vida, elas trouxeram o reconhecimento do pertencimento delas como camponesas a partir do nascimento e do lema da criação da UST. Segundo elas, a UST se organiza em torno da precarização do trabalho sofrida pelas mulheres, trabalhadoras rurais, que encontram no movimento uma forma de se verem livres e mais saudáveis pela conquista da liberdade de produção (sem patrão!)

Para acesso à terra (territorialização) para produção de modos de vida diferentes do que elas viviam:

“Um pouco do que foi o nascimento da organização, muita pobreza em lugares onde há terras improdutivas que não são usadas e depois também foi a luta, dizendo:” Produzir sem padrão, para um dia ter nossa terra. ” Isso tem muito a ver com a produção de alimentos e uma luta que não termina mais, não há possibilidade de uma vida boa ou buen vivir se você não puder acessar alimentos saudáveis, se estiver comprando

⁴⁵ “Cuando empezó la organización eran mujeres que se juntaron a producir para la crisis, lo que yo te decía que en el 2001 había una gran crisis, entonces era ir a juntar peras, ir a juntar tomate en las fincas que estaban, que no cosechaban, eso lo traían y elaboraban en las casas y después de eso fue decir: “bueno, como la gran problemática era el trabajo”, se empezó a armar la fábrica pero, ahora así como está; habilitada y todo deben hacer 5 años” (V).

alimentos de baixa qualidade. (Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018- tradução da autora)⁴⁶

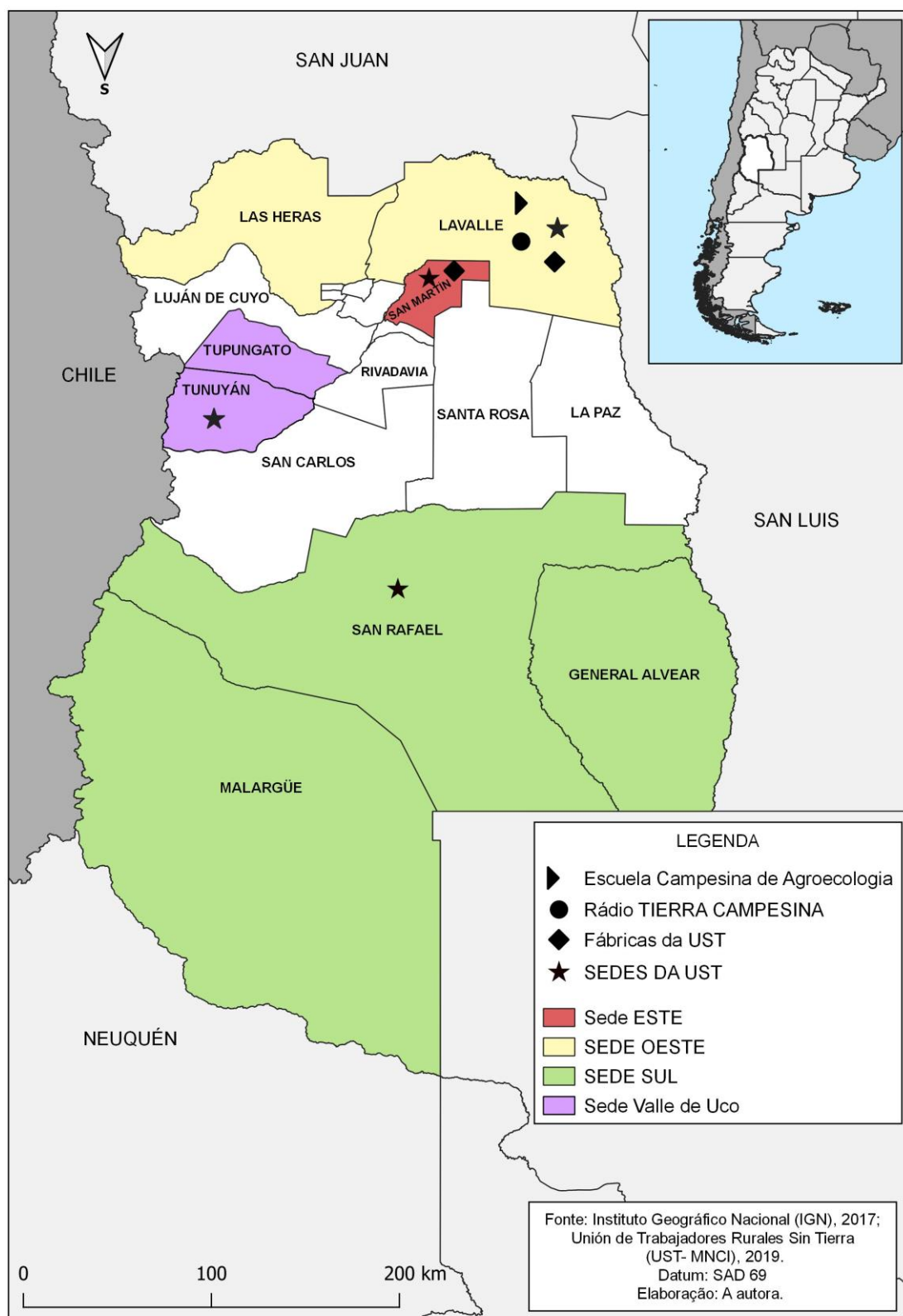
Hoje, a UST completa 17 anos com uma grande estrutura, como pode ser vista no mapa 05. São 5 sedes regionais, que espacializam as lutas em 08 departamentos da província de Mendoza. Esta estrutura criada visa, com a sua organização, um modelo diferente de sociedade, pautando o socialismo como modelo almejado.

A partir de produção e comercialização coletiva, o movimento começa a acessar a terra, mesmo em um país que não tem leis fixas para a reforma agrária, seguindo o mesmo lema dos seus primeiros anos: “produzir para não ter patrão para um dia ter a nossa terra”.

Outro ponto importante que apareceu no relato das mulheres, é que o movimento tem como liderança um homem, o qual hoje é o delegado da América Latina na Via Campesina, representando não só o movimento regional - UST, mas o movimento nacional MNCI e a América Latina na instância da CLOC. Este fato demonstra que as bases sólidas de luta que a UST vem construindo estão alcançando diferentes escalas.

⁴⁶ “Un poco eso fue el nacimiento de la organización, mucha pobreza en lugares donde hay tierra improductiva que no se usa y entonces fue eso también la lucha, el decir: “ Producir para no tener patrón, para un día tener nuestra tierra”. Eso tiene mucho que ver con la producción de alimentos y una lucha que no se termina más, no hay posibilidad de una buena vida o de un buen vivir si vos no podés acceder a alimentos sanos, si estás comprando alimento de mala calidad. (V).

MAPA 4: Espacialização da UST na província de Mendoza-Argentina.



Fonte: Unión de los trabajadores Rurales Sien Tierra (UST-MNCI), Instituto Geográfico Nacional (IGN-ARG). Elaboração: Autora, 2019.

Foto 13: Sede da UST do Valle do Uco, localizada no departamento de Tupungato, Mendoza-ARG.



Fonte: Acervo pessoal, dezembro de 2018.

Foto 14: Sede Oeste da UST, localizada no departamento de Lavalle, Mendoza-ARG.



Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019.

A Organização também tem uma rádio camponesa, localizada em Jocoli, localidade do departamento de Lavalle, Radio Tierra Campesina (89.1 FM). Com 09 anos de existência, essa rádio tem ajudado no processo organizativo do movimento, uma vez que veicula notícias pautadas pelas comunidades camponesas.

Foto 15: Radio Tierra Campesina (89.1 FM), UST-MNCI.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2018.

As mulheres relatam que a organização tem duas fábricas funcionando hoje. A fábrica de San Martín, com 5 anos, onde trabalham 05 mulheres, sendo estas assalariadas pelo próprio movimento e, a fábrica de Jocoli, que tem 10 anos, e nesta fábrica trabalham mais 08 mulheres na produção e também onde está localizado o setor de comercialização dos produtos camponês da UST. Estas fábricas tem como propósito produzir e comercializar para a UST, com seu corpo fabril basicamente

feminino, a fábrica também serve como emancipação econômica para mulheres que sofrem e/ou sofreram violência doméstica⁴⁷

Foto 16: Sede e Fábrica Leste da UST, localizada no departamento de San Rafael, Mendoza-ARG.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2018.

Temos uma fábrica onde todos querem trabalhar, alguém tem um problema; Eu não sei, até sobre violência de gênero e se aproxima da organização para pedir ajuda .(Entrevistada M. Mendoza-ARG, 2018-tradução).⁴⁸

Apesar de a fábrica ser um importante ponto de apoio para essas mulheres, existe uma grande contradição nas formas como o trabalho é visto neste espaço, o qual se configura muitas vezes como alienado e não como fundante para as mulheres que ali trabalham. V. e M. foram as entrevistadas que evidenciaram esse fato, colocando a fábrica como “*um dos grandes desafios que temos como organização*” (Entrevistada V. Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora); “que não

⁴⁷ No capítulo anterior, EMI e Ali, contou sobre como a fábrica é um meio de contenção para as mulheres!

⁴⁸ tenemos una fábrica donde todo el mundo quiere trabajar, alguien tiene un problema; no sé hasta de violencia de género y se acerca a la organización a pedir ayuda.(M. Mendoza-ARG, 2018-).

se transforme em que a organização passe a ser seu outro padrão (Entrevistada **M. Mendoza** -ARG, 2018- tradução da autora).

M. continua a discussão colocando a questão da militância alienante, e descortina em sua fala a relação de trabalho feminino-tempo-saúde:

“Existe um eixo ligado à questão da saúde, que eu acho interessante investigar, que é a questão do tempo, que horas temos para ...? Nós trabalhamos na questão de gênero: quanto tempo as mulheres têm para cuidar de si mesmas e se divertir? Não? Escolhido, bem, fica lá na última escala. Mas, também foi disso, a partir disso, das transformações que estamos dando, como é o uso do tempo nisso. Porque, às vezes, na organização, entramos em um ritmo para transformar tudo, que acaba sendo alienante, por isso é uma alienação militante”.
(Entrevistada **M. Mendoza** -ARG, 2018- tradução da autora)⁴⁹

Essas reflexões das mulheres que estão coordenando o grupo de gênero da UST, são importantíssimas, pois, retoma a discussão de trabalho e saúde, iniciada na introdução. Não há formas de compreender a saúde sem compreender as relações de trabalho estabelecidas. As mulheres continuam nesta discussão e apresentam qual a produção é feita na fábrica, a variedade de produtos e a comercialização destes:

“A produção de tomate, molhos, o tomate inteiro, néctar e algumas geleias que as companheiras fazem aqui e no leste, que é outra das áreas que temos. É em San Martín, ali há outra fábrica onde outras companheiras trabalham, cerca de 4 ou 5 companheiras e, na temporada algumas mais, onde a produção necessária é elaborada entre as duas fábricas e é

⁴⁹ Ahí, hay un eje unido al tema de salud, que me parece interesante de indagar, que es la cuestión del tiempo ¿Qué tiempo tenemos para...? Nosotros hemos trabajado en la cuestión de género ¿Qué tiempo tenemos las mujeres para el autocuidado, para el disfrute? ¿No? Elegido, bueno, queda ahí en la última escala. Pero, también fuera de eso, desde esto, desde las transformaciones que vamos dando, cómo es el uso del tiempo en eso. Porque, a veces en la organización entramos en un ritmo con tal de transformar todo, que termina siendo alienante, entonces es una alineación militante. (Entrevistada **M. Mendoza** -ARG, 2018)

trabalhada aqui, as companheiras vêm trabalhar todos os dias. Eles trabalham, cobram por suas horas de produção depende do debate que cada um tem. Essa produção é comercializada por meio de redes comerciais, feiras e todas as atividades que realizamos ”(Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018- tradução da autora).⁵⁰

Foto 17: Produtos produzidos e comercializados pela UST-MNCI



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2018.

Sobre a comercialização dos produtos produzidos pelo movimento, **V.** e **M** nos explicam que os produtos chegam à distintos lugares da Argentina, através das

⁵⁰ La producción del tomate, las salsas, el tomate entero, el néctar y algunas mermeladas las compañeras elaboran acá y en el este, que es otra de las zonas que tenemos. Es en San Martín, allí hay otra fábrica donde trabajan otras compañeras, unas 4 ó 5 compañeras y en la temporada algunas más donde se elaboran entre las dos fábricas la producción que hace falta y esa se labora acá, las compañeras vienen y trabajan todos los días. Trabajan, cobran por sus horas por la producción depende del debate que cada uno tenga. Esa producción después se comercializa a través de las redes de comercio, la ferias y todas las actividades que nosotras hacemos" (V).

redes de economia popular, as quais são articuladas pelo movimento nacional MNCI. Porém, elas relatam que a venda para o Estado ainda encontra dificuldade de articulação:

“Vendemos através do armazém ambulante e da La Posta, que agora é um grupo de colegas do UST e que estão comercializando em Mendoza, é como uma comercialização própria que agora temos que entregar em casa e enviar produtos para Buenos Aires, Rosário, para Córdoba. Tudo através de redes, tentando circuitos da economia popular. Às vezes, as vendas são feitas para outros espaços, mas acima de tudo, a ideia é essa. Algumas coisas são vendidas para o Estado, para o governo, mas é muito pouco, porque não se trata de compras públicas” (Entrevistada V, Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora).⁵¹

A União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (UST) expressa o reconhecimento da exploração do trabalho das populações assalariadas que organizadas passam a reivindicar a terra, ocupá-la e colocá-la em produção (DOMÍNGUEZ, 2012). A experiência da UST tem se caracterizado pela tentativa de agregar valor em uma cadeia de produção sob controle camponês. Podemos perceber que as camponesas organizadas produzem e comercializam a preços acessíveis para consumo em massa, através de redes de economias solidárias⁵². Mas, como afirma M., não há incentivo do governo provincial para a produção e nem para a comercialização dos produtos da UST, apesar de aportes legais para isso:

⁵¹ “Vendemos a través del almacén andante y la Posta, que es ahora un colectivo de compañeros de la UST y que están comercializando en Mendoza, es como una comercializadora propia que tenemos ahora que reparten a domicilio y mandamos productos a Buenos Aires, a Rosario, a Córdoba. Todo a través de redes, intentando circuitos de la economía popular. A veces, se hacen ventas a otros espacios, pero sobre todo la idea es esa. Se le venden algunas cosas al Estado, al gobierno, pero es muy poco, porque no está la cuestión de la compras pública” (V).

⁵² Este mesmo autor avalia esta ferramenta organizacional como pertencente ao processo de “Recampesinización en La Argentina Del SIGLO XXI” (DOMÍNGUEZ, 2012, 147-148.).

“[...] Mas a verdade é que o governo provincial diz apenas. Existe uma lei da Economia Social, que supostamente diz que você precisa se registrar como em um banco de dados e, aí depois, por exemplo, se precisar de salsa, eles dizem: “Quem fornece molhos? Ah, a UST. ” Mas, em nossa experiência, nunca te compram “(Entrevistada M, Mendoza-ARG,2018-tradução da autora).⁵³

Foto 18: Galpão da Fábrica de San Martín-Mendoza, 2018.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2018.

Sobre a conquista da terra, as mulheres relatam que nestes 16 anos tiveram somente duas grandes conquistas da organização, devido à falta de lei para a reforma agrária no país, que é distinta do Brasil. As mulheres relatam a experiência

⁵³ “[...] pero la verdad es que el Gobierno Provincial dice nomas. Hay una ley de Economía social, que dice supuestamente, que te tienes que inscribir como en un banco de datos y ahí después, por ejemplo, si necesitan salsa dicen: “ ¿quién abastece de salsas? Ah la UST”. Pero, nosotras en nuestra experiencia no te compran nunca “(Entrevistada M, Mendoza-ARG,2018).

de conquista jurídica a partir do direito de posse da terra, que na Argentina só pode ser regularizada a partir dos 20 anos de posse e da escritura. Nos dizeres de **M.**:

“Claro, aqui não é como no Brasil a questão da lei de reforma agrária. Aqui está a propriedade privada feita e direita, e é aí que rege todo o sistema jurídico. Lá, existe uma veia legal e é que, na Constituição Nacional e no Código Civil, está o reconhecimento da posse, na qual você, quando vive pacificamente por mais de 20 anos. Uma posse inicial de 10 é reconhecida, mas é bastante difícil combatê-la nesse sentido quando há um julgamento ou algo assim; na verdade, ela é reconhecida mais depois de 20 anos, porque é uma posse que já é igual à escrita como um papel. Então, para ser dono, você precisaria da posse e escritura essas duas coisas ”
(Entrevistada M, Mendoza-ARG,2018- tradução da autora).⁵⁴

Em uma das terras conquistadas pela UST, vivem diferentes famílias e é onde se encontra a escola do movimento atualmente, “Escuela Campesina de Agroecologia- MNCl”. Esta propriedade foi conquistada pela família de **ALI**, umas das mulheres que entrevistei e que pertence ao grupo formador do movimento- “El Grupo de Luchadoras”. **ALI** e sua família conquistaram a terra e colocaram para uso coletivo, o que se tornou uma diretriz a ser seguida na organização.

Trata-se de uma escola comprometida com os processos pedagógicos do campo e uma educação voltada para o campesinato, mas que também atende a sociedade mendocina em geral. A Escola está localizada em Jocoli, localidade do departamento de Lavalle. Esta escola será melhor explorada no capítulo seguinte, por envolver umas das práticas de promoção da saúde que compõem o contraespaço em geral.

⁵⁴ “Claro, acá no es como en Brasil el tema de la ley de reforma agraria. Acá está la propiedad privada hecha y derecha, y es donde se rige todo el sistema jurídico. Ahí, hay una veta jurídica y es que, en la constitución Nacional y en código Civil está el reconocimiento de la posesión, en la que vos cuando vivís pacificamente más de 20 años. Se reconoce una posesión inicial de 10, pero es bastante difícil pelearla en ese sentido cuando hay un juicio o algo, en realidad, se ha reconocido más después de 20 años, porque es una posesión que ya si equipara a la escritura como un papel más. Entonces, vos para ser dueño, necesitarías tener la posesión y la escritura, esas dos cosas” (Entrevistada M, Mendoza-ARG, 2018).

Os princípios organizativos da UST podem ser encontrados no site <https://campesinasdecuyo.wordpress.com/quienes-somos/>, dos quais destacamos os princípios com bases feministas, como: a Igualdade de gênero; participação representativa; divisão de tarefas; e articulação com movimentos que tem a mesma luta. Todos os princípios encontrados no *site* são:

- Horizontalidad: toma de decisiones colectivas, construcción colectiva. Toma de decisiones por consenso;
- Autonomía Política: nosotros construimos los principios, no depender de partidos políticos, iglesia, etc.;
- Construcción desde de las bases (cimientos);
- Igualdad: de genero, edad, opinión, tiempo en la organización, no discriminamos ni por estudio ni por dinero;
- Forma de producir: Soberanía Alimentaria, Convivir con el medio ambiente. No explotarnos entre nosotros, no exclusión, trabajo colectivo;
- Evaluación Permanente. Crítica, autocrítica;
- Suma Permanente;
- Acción. En Movimiento. Transformación. Involucrar todos los aspectos de la vida en la lucha cotidiana;
- Participación. Representatividad, División de tareas;
- Luchamos por lo que queremos, contra el capitalismo;
- Práctica de valores: Solidaridad, Compromiso, Confianza, Compañerismo, Cariño, Tolerancia, Coherencia, Transparencia, Respeto, Responsabilidad, Comunicación;
- Formación colectiva, desde la educación popular;
- Organización, sentirla como algo propio;
- Estudio de la realidad;
- Articulación con organizaciones que tienen las mismas luchas.

Este mesmo *site* também traz à luz do debate as principais lutas que a UST atua:

- Construir una nueva sociedad, más justa y ser más justos, generar igualdad de oportunidades;
- Reforma Agraria, defensa del territorio (tierra y agua y bienes naturales) y de nuestros derechos, lucha por los excluidos del campo. Acceso a la tierra y al agua para consumo y cultivo;
- Organizarnos para construir poder popular;
- Soberanía Alimentaria: poder producir alimento para nosotros y para el pueblo, otro modelo de producción, producción diversificada, demostrar que podemos producir dignamente sin patrón y no en forma individual sino como familias organizadas;
- Vencer al miedo y a la opresión;
- Que nos reconozcan como campesinos, por nuestros derechos a tener tierra y casa para vivir, producir y reproducir nuestra cultura;
- Acceder a nuestros derechos de salud, educación, techo y recreación.

Chamo atenção para o fato de que o movimento argentino, assim como o movimento brasileiro, pontua a construção de uma nova sociedade, sendo uma sociedade mais justa e com equidade, alcançada pela reforma agrária. O movimento, localizado na província de Mendoza, compreende no seu caminhar histórico de lutas de que o próprio movimento começa a estruturar-se pelo sonho da mudança da sociedade, sob a liderança de mulheres que almejam a reforma agrária como uma ferramenta de luta, pautada nos princípios feministas socialistas de igualdade de gênero e fim da sociedade classista.

CAPÍTULO 4



PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE CAMPONESAS:
A **ESCOLA**, AS **SEMENTES CRIOULAS**
E O **ACESSO À ÁGUA**

Este capítulo visa refletir a respeito das bandeiras da Via Campesina: a reforma agrária ampla e popular, a educação popular no campo, o feminismo, a agroecologia e a soberania alimentar⁵⁵ como promoção da saúde camponesa, a partir da materialidade das práticas encontradas em campo. Partindo da construção destas práticas pelas análises comparadas das entrevistas nos dois movimentos, MST (Brasil) e UST (Argentina), foram identificadas três práticas cotidianas semelhantes nos dois países, sendo estas: *estocagem de água* a partir das tecnologias sociais hídricas, principalmente pelas cisternas de placa, *estocagem de sementes crioulas*, pelos bancos e casas de sementes e a educação camponesa pelas *escolas dos movimentos*.

Foi possível comprovar, através dos trabalhos de campo, de observação e de busca de relatos orais, que as práticas de promoção da saúde das mulheres camponesas do semiárido brasileiro chegam à UST pela troca de saberes sobre a convivência com o semiárido, a partir da estocagem de água e sementes, bem como pelo saber construído pela pedagogia *Sem Terra*. Estas semelhanças de práticas se dão pela coligação dos movimentos à rede mundial, Via Campesina.

Evidencio o protagonismo do MST ao longo deste capítulo. O MST com seus 36 anos enquanto movimento nacional desenvolveu uma pedagogia do ser *Sem Terra*, a partir da ação ativa do setor de educação no movimento. O MST na Paraíba, com seus 33 anos, correlacionou-se com outros movimentos sociais e ONGs que tinham o saber -e a vontade de fazer acontecer- acerca das tecnologias sociais hídricas, as quais proporcionou às camponesas do estado a convivência com a realidade do semiárido.

Desta forma, compreendo que as práticas de promoção da saúde que estão no MST começam a ser implementadas na UST, são práticas de promoção da vida no semiárido, portanto, de promoção da saúde coletiva.

⁵⁵ Apresentadas no capítulo 02 pelos documentos oficiais estudos sobre temática sendo representadas no organograma 01

4.1 Práticas de promoção da saúde camponesa: educar e estocar

A importância de se pensar e se promover a saúde camponesa a partir de práticas espaciais que constroem o contraespaço está relacionada, diretamente, com a valorização da vida das sujeitas, a partir de uma leitura do espaço que as comunidades estão inseridas, gerando assim formas para o saber e o fazer, através da capacidade de resistência pelas ações de apoderamento.

A partir da discussão iniciada na introdução e aprofundada no capítulo 02, tomei como princípio que a *Promoção Da Saúde Camponesa* se dá como estratégia de privilegiar uma visão ampla e equitativa da realidade social do campo, a qual é marcada pela sua estrutura desigual pelo modelo patriarcal e reforçada pelo sistema capitalista de produção.

Não é por acaso que, tanto no MST quanto na UST, os projetos de nação visam alcançar formas de produção e reprodução da vida camponesa e, assim, da saúde, permeando a Reforma Agrária Popular, a Soberania Alimentar e o Feminismo. Afinal, não há como construir a ideia de promoção da saúde camponesa adequadamente e de modo prático, sem enfrentar duas questões fundamentais e interligadas: “a necessidade da reflexão filosófica e a consequente reconfiguração educacional e comunicacional, ligada às práticas de saúde” (CZERESNIA, 2003, p. 43). Vejamos como ocorreu esse processo.

Desde 1914, com a I Guerra Mundial, surge a necessidade de se pensar em estratégias de produção de alimentos para abastecer a população e, assim, evitar crises militares e boicotes. É deste contexto que surge o conceito de Segurança Alimentar. Estritamente ligado às estratégias militares, entende-se a fome como uma guerra, sem nenhum tipo de preocupação com o foco qualitativo- o foco nutricional daqueles que tem fome. Segurança alimentar ganha maior foco internacional com a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1945. Já em 1948 a alimentação torna-se direito humano fundamental, Declaração Universal dos Direitos Humanos (JALIL, 2009).

Começa assim, uma “corrida” para acabar com a fome e, a modernidade chega ao campo, pela industrialização da agricultura com o nome de *Revolução Verde*. No período de 1960-80, a produção agrícola aumentou exponencialmente, pelo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas e, principalmente, pela

especialização da produção vegetal e animal. Com isto provocou graves problemas sociais e ambientais, em particular nos países abaixo da linha do equador.

A chegada do capitalismo ao campo no Brasil e na Argentina, agora com o nome de agrohidronegócio, proporcionou uma concentração de terras ainda mais agressiva. Ao mudar a base técnica da agricultura, demonstra que a sua reprodução ampliada passa a depender menos dos recursos naturais utilizados e dos meios de produção de pequena escala e, cada vez mais, dos meios de produção gerados em um setor especializado da indústria, como agroquímicos, fertilizantes, defensivos, máquinas (DELGADO, 1985). Segundo Oliveira (2001): “(...) a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos (p. 186). O que destruiu as comunidades rurais- promovendo o êxodo rural e a perda de biodiversidade bem como, o aumento da dependência tecnológica para a produção.

Uma luta contra a fome foi travada, sob a necessidade de promover a segurança alimentar. Em nome desse ideal e, com apoio da mídia, o agrohidronegócio obteve apoio social para fazer o uso indiscriminado do “pacote tecnológico” e trouxe um apagamento das práticas tradicionais de manejo e cultivo. Como reforça Lorena Pereira (2019) a modernização agrícola foi e ainda é ditado pelas corporações do agronegócio, que dominam atualmente todo o processo produtivo, este controle se dá porque:

O capital controla o conhecimento e o acesso à informação, através do patenteamento de sementes e insumos e do discurso do agronegócio como único modelo de desenvolvimento possível. Esta dimensão legitima as ações do agronegócio através da criminalização de outras formas de relações sociais de produção. Considerar a multiplicidade de relações de poder é importante pois permite compreender as diferentes formas de acesso ao território pelo capital (PEREIRA, 2019, p.96).

Cabe destacar que este processo de modernização da agricultura brasileira foi concebido e planejado como contraponto às propostas de Reforma Agrária

gestadas nos anos 1950-1960, com o protagonismo das Ligas Camponesas⁵⁶. Segundo Alentejano,

“o discurso da modernização, se baseia na ideia de desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição da terra, contrariamente ao que defendiam os partidários da Reforma Agrária, para quem a democratização da terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária brasileira” (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

Como resistência a essa forma de produção capitalista que adentra o campo, as camponesas e camponeses apresentam práticas “alternativas” para se produzir no campo, como estratégias de produção que ajudam na manutenção da vida e, portanto, promovem a saúde coletiva.

As práticas camponesas de produzir dão uma nova conotação à terra, não sendo este mero sustentáculo de produção, mas parte fundante da vida. Ao pautarem a reforma agrária ampla e popular, como enfrentamento à estrutura latifundiária e excludente que temos hoje, os movimentos camponeses evidenciam a garantia de trabalho, sem “o pedaço de chão” o único bem, a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade a pequena produtora rural (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 295).

A partir do contexto de correlações de forças dos movimentos sociais do campo, em 1996, com a criação da Via Campesina, as bandeiras de reforma agrária compreendem que lutar pela terra demanda a luta por se manter na terra. Sendo assim, levantam as bandeiras por Soberania Alimentar e desenvolvem práticas cotidianas de se alçar a soberania da alimentação, não só no campo mas para toda a sociedade. A formulação e prática da busca por soberania alimentar perpassa a compreensão de que alimento não é mercadoria, como engendrado pelo agrohidronegócio. Pelo contrário, para movimento camponês, o alimento tem que ser considerado como um direito de todas as pessoas (WITTMAN, 2011).

Enfim a pauta da soberania alimentar nasce como proposta da Via Campesina em 1996, como resultado da compreensão do movimento camponês mundial em rede de que não existe segurança alimentar sem a promoção da

⁵⁶ Ver o tópico: 3.2. O contraespaço na Paraíba: das ligas camponesas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

soberania alimentar, pois a soberania alimentar não está focada apenas no resultado da produção, mas também no modo como ela se dá (COCA, 2016).

Este novo paradigma de produção coloca em voga a estrutura patriarcal e capitalista ao valorizar agricultura camponesa feminina como elemento fundamental para se pensar a promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável para o campo, através da produção sob bases de produção agroecológicas (COCA, 2016; SILIPRANDI, 2015).

A agroecologia é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como os problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção (HECHT, 2002). Como forma de produção, questiona não só métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, bem como "as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam" (SILIPRANDI, 2015, p.82). Como explicita a DI, na fala abaixo:

"a produção agroecológica, a agroecologia vai além do produto sem agrotóxico, ela vai além de produzir uma comida saudável. A agroecologia tem o dever de construir novas relações sociais de igualdade, igualdade né?" (Entrevistada D. Paraíba-BRA, 2017)

A agroecologia tem um caráter emancipatório porque propõe ver o progresso e o desenvolvimento de outro ponto de vista. Nesta forma de produzir e se reproduzir "se permite pensar a modernidade, principalmente no campo de outra forma, porque propõem a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o "cientista")" (SILIPRANDI, 2015, p.37). Sendo assim, tem no seu cerne a emancipação da mulher camponesa, exatamente por ser um modelo de produção que incorpora os diversos sujeitos e sujeitas sociais na modernidade.

Como já vimos esta invisibilidade do trabalho feminino no campo foi gerado pela instauração, ainda maior, de práticas patriarcais no campo, a partir do momento que o mundo maquinifica o trabalho feminino, com a "modernização do campo" pois

Quando as grandes companhias sequestram os alimentos e a água para fazer negócio com eles, destroem as economias das mulheres e os seus sistemas de conhecimento, e, à medida que aumenta a marginalização das mulheres, aumenta paralelamente a violência contra elas (SHIVA, 2006, p.160).

Maria Emília Pacheco foi a primeira autora a referir especificamente sobre a participação das mulheres na agroecologia em 1997, reconhecendo-as como sujeitas que fazem acontecer o espaço de produção, trazendo à tona a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura a partir da divisão sexual do trabalho, no qual o homem é o responsável pela chefia e pela produtividade social e as mulheres, que trabalham efetivamente para que isso aconteça, são sempre reconhecidas como *status* inferior por serem as extensões da mãe e da esposa e não trabalhadora efetiva da economia do cuidado. Nas palavras da autora:

São as mulheres que iniciam a “conversão” da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas com as propostas que tratam da saúde e da alimentação da família. Porém, em função da forma como se organizam as relações de produção e as relações familiares nesse tipo de agricultura [agroecológica], é comum que, quando o empreendimento comece a ter resultados positivos, o comando das atividades volte para as mãos dos homens (PACHECO, 1997, p.27)

Na Paraíba e em Mendoza, pode-se identificar experiências concretas de apoderamento feminino para se alcançar a soberania alimentar pela produção agroecológica, a partir da criação de práticas de estocagem de água e de sementes. A partir do acesso à água, os movimentos sociais e ONG's, principalmente da Paraíba, começaram a pensar outras formas de se garantir a permanência na terra pelo paradigma de convivência com o semiárido. A transição de pensamento pelo resgate ancestral do ato de guardar entrou em comunhão com intercâmbios de saberes sobre modos de produção agroecológicos, visando buscar a soberania alimentar das comunidades rurais do estado brasileiro e da província Argentina.

As camponesas do semiárido brasileiro se engajam na luta de transformar o imaginário social de que no semiárido não se produz e reproduz a vida; humana, vegetal e animal, trazendo à tona formas de convivência com a seca. Ao buscarem por estratégias de coexistência mais harmoniosa da sociedade com as características do meio ambiente, as mulheres demonstram que é possível uma convivência com o semiárido a partir da estocagem, sendo esta uma construção de uma resistência.

Compreende-se que para se alcançar a soberania alimentar, tanto no Brasil quanto na Argentina, deve-se transpassar as barreiras sociais construídas pelo patriarcado e reforçadas com a modernidade agrícola engendrada pelo capitalismo no campo. Como as mulheres dão a vida e cuidam da vida, as mulheres camponesas tem abertura para a agroecologia pelo cuidado da terra e da água, bem como das sementes, sendo encarregadas, e também a alguns homens do campo, como guardiãs de uma “memória biocultural” (PULGA,2008). Afinal,

A soberania alimentar do país começa com a independência do produtor em dispor, ou de suas próprias sementes, ou de poder adquiri-la facilmente, saindo, assim, da dependência das sementes vendidas pelas multinacionais” (MACHADO, 2003, p. 249-250).

Enfim, promover saúde camponesa é promover a convivência com a realidade local, promover o semiárido como vida camponesa e não como morte. A Promoção da saúde se dá como estratégia de privilegiar uma visão ampla e equitativa da realidade a partir da educação (institucional ou não) e como “uma forma de desenvolver o exercício da cidadania e, desse modo, favorecer atitudes que levem à melhoria das condições de saúde e vida” (BYDLOWSKI, WESTPHAL y PEREIRA, 2004, p.18).

A promoção da saúde, enquanto práticas efetivas, foi analisada visando a valorização da vida. Promover a saúde é promover a interpolação de estratégias por parte do Estado com políticas públicas saudáveis, da comunidade com reforços de ações comunitárias, dos indivíduos através do desenvolvimento de habilidades pessoais (BUSS, 2009). Logo, promover não só a saúde, mas também as vidas, que envolvem, por um lado ações de âmbito global e, por outro lado, a singularidade e autonomia dos sujeitos (CZERESNIA, 2003).

4.2- Cisternas - a promoção da vida feminina pelo estoque de água

Historicamente, o semiárido nordestino foi produzido como o espaço sem vida e sem esperança. Como discuti no capítulo 3, a formação socioespacial do qual faz parte a Paraíba foi hegemonicamente desenvolvida por práticas de dominação dos latifundiários, que sempre interferiram na possibilidade de vida dos camponeses. Como visto no capítulo anterior, as condições climáticas da região são cruéis, pois apresentam longos períodos sem precipitação, acarretando assim, em longos períodos de seca. Tais secas foram retratadas por muitos anos, não só na literatura, mas também em políticas públicas, como algo a ser combatível. Assim, começam as políticas de “combate à seca”, com a criação de diversas agências públicas “armadas” para uma guerra contra a natureza na região.

Como podemos perceber na literatura acerca da realidade paraibana, a gestão das secas e das águas, trabalhadas por exemplo na dissertação de José Carlos Dantas, demonstram que a seca deixa de ser um fenômeno meramente físico para se tornar um fenômeno que unifica as questões da natureza e da sociedade. Nas palavras do autor;

A seca provoca implicações distintas na região semiárida pelo fato de influir sobre sujeitos e territórios com características também distintas, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, deixando de ser um fenômeno meramente físico para se constituir enquanto um fenômeno que unifica questões da natureza e da sociedade (DANTAS, 2017, p.47).

Foi nesse contexto que o campesinato encontrou alternativas de *convivência com o semiárido*, concretizado em políticas públicas a partir de práticas socialmente produzidas, que pressupõem a *valorização da cultura do estoque*, especialmente, o estoque de água para diversos usos - consumo humano, produção de alimentos e para servir aos animais. O ato de estocar faz parte das estratégias construídas coletivamente para garantir o acesso a água, e chegar à soberania alimentar, sendo esta a principal estratégia na luta contra a desigualdade social.

A “Convivência com a seca” visa o enfoque da vida nas condições socioambientais específicas da região semiárida, a partir dos seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender a lidar com esse ambiente,

buscando assim uma vida em comunhão juntos às condições naturais do lugar (MACIEL e PONTES, 2015; DUQUE, 2007; PONTES; MACHADO, 2009;).

Exemplo desse fato pode ser mencionado a partir da grande seca vivida no semiárido brasileiro em 1993. Naquela ocasião, o movimento camponês (MST e outros) ocupou a SUDENE, (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), exigindo providências eficazes para amenizar os danos sociais. A discussão ganhou força e ações coletivas de organizações levaram à criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), rede organizada em fóruns nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). Segundo entrevista com **D**,

*“A ASA que tem poucos movimentos sociais dentro dela, são mais ONGs, então vamos lá, né, devagarzinho, sentindo o terreno, mas eles também nos olham com olhos aguerridos, mas eles, jogando uma pitadinha da luta... Mas a gente construiu boas articulações, nesse caso, eu acho que a Via Campesina tem dificuldade de engrenar por essas várias características, temos esse desafio de ajudar, mas não podemos nos meter muito e temos insistido em busca da unidade, e todo mundo sabe que sozinho não vai ninguém nessa conjuntura, a conjuntura nos obriga a ter unidade, isso é importante, nessa desgraça toda de golpe, o que restou é a busca da unidade” (Entrevistada **D**- Paraíba-BRA, 2018).*

A articulação de movimentos sociais e ONG's na Paraíba, preocupado com o cenário histórico de exploração dos latifundiários sob a classe trabalhadora rural, que usavam a água como moeda de troca para a vida, cria a ASA-PB. Essa entidade passa a atuar como um sujeito político em defesa dos pequenos agricultores do estado, a partir de tecnologias sociais hídricas de baixo custo e fácil implementação (DUQUE, 2007).

A principal tecnologia social hídrica trabalhada por ela hoje são as cisternas de placa, dentro do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)”. Este

programa iniciou-se no ano de 2001, através de um Projeto Piloto financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a construção de 500 cisternas, transformou-se em política pública, em 2003, por meio do Programa governamental “Fome Zero” (PONTES, 2013; NEVES et al, 2010)

As cisternas de placa são feitas para estocar água. Como nos conta **GI.**: “A cisterna é feita praticamente toda de ferro, ela só recebe 4/ 5 quilos de cimento. Uma faixa de uns 05 cm de concreto”. Uma cisterna, como a da foto abaixo (foto 20), pode armazenar até 16 mil litros de água. Como me contou **AD**, uma cisterna armazena água para cerca de 2 meses, sendo usada todos os dias, para as necessidades humanas básicas, como beber, comer, tomar banho etc.

Essas Tecnologias Sociais Hídricas tem o objetivo de realizar mudanças nas estruturas sociais das populações do semiárido, tendo como base um processo simples de captação e armazenamento de água da chuva, visando o abastecimento de residências no período de estiagem, sendo estas de tecnologias são de baixo custo econômico e de fácil acesso a todos. (COUTINHO, 2010).

Foto 20: Cisterna de placa em construção no Centro de Formação do MST-PB.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

Em 2019, o semiárido brasileiro apresentava 619.943 cisternas com capacidade de armazenar 16 mil litros. Na Paraíba encontram-se construídas 78.373 cisternas, segundo dados oficiais encontrados no *site* da ASA⁵⁷. Apresenta-se assim uma,

Iniciativa de uma organização civil que se tornou uma política pública, coloca-se como o início de uma nova interação sociedade-natureza, ou seja, se o Semiárido não pode se transformar numa região úmida, pode-se mudar a forma de vida da população que nele convive (PASSADOR, 2010, p.72).

Acesso à água promove a vida feminina, porque as mulheres, por serem responsáveis pelo trabalho doméstico na divisão sexual do trabalho, são apresentadas como as principais gestoras da água (SOARES, 2009; VIEIRA, 2010; PONTES, 2013).

⁵⁷ Ver site: <https://www.asabrasil.org.br/>

Figura 4: Cisterna de placa no assentamento rural do MST no município de Campina Grande- PB, Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).



FONTE: Trabalho de campo, junho 2018.

Sendo assim, o impacto das cisternas na vida das mulheres é gigantesco. Segundo Pontes,

pode-se dizer que, na prática, além da questão da saúde, a água acessível perto de casa durante todo o ano é outra importante conquista, minimizando as longas caminhadas, quase sempre feitas por mulheres e crianças, que os sertanejos faziam em busca de água (PONTES, 2013, p.20).

Desta forma, ter água no quintal, com potabilidade, é um salto na qualidade de vida das mulheres, como explicitado com a fala de **IN.** e também de **AD.:**

*“Aí nós bebíamos água dos açudes, que os cavalos mijavam lá dentro, tomava banho lá dentro, cagava dentro d’água que a gente tomava banho. Agora, nós estamos aí, tem as cisternas, daí quando não tem água a pessoa vai e compra uma garrafa d’água, bota dentro e vai bebendo” (Entrevistada **IN**, Paraíba-BRA, 2017).*

*A uns 3 quilômetros daqui tinha uma açudinho pequeninho, água doce e limpa, então a gente saía para lavar roupa e para buscar água pro consumo de casa, então olhe... era um sofrimento, algumas pessoas com tempo foram adquirindo um jumentinho para carregar água, então botava uns barril nele e trazia, outras pessoas não tinha condições então era na carroça ou na cabeça. Com a chegada dessas cisternas, aí a gente aprendeu a dar valor a água, a água tava na porta, mas a gente viu o que a gente sofreu pra buscar água e botar a água dentro de casa. (Entrevistada **AD**, Paraíba-BRA, 2017)*

Este programa hídrico visa melhorar a qualidade de vida, saúde das mulheres e de suas famílias, pois o processo de seleção coloca as mulheres chefes de família como primeiras na lista para acesso às cisternas. O P1MC segue os seguintes critérios (CGU, 2011):

- Mulheres chefes de família.
- Famílias com crianças entre zero a 6 anos.
- Crianças e adolescentes que vão à escola.
- Adultos com idade igual ou superior aos 65 anos.
- Deficientes físicos e/ou mentais.

Segundo Coutinho (2010), o conceito de Tecnologia Social se fundamenta na coletividade, como um conjunto de técnicas e procedimentos associados às formas de organização que aplicadas nas esferas comunitárias, familiares e associativas, representam soluções para os problemas locais. A autora nos explica como as cisternas de placa são mais que objetos construídos. Elas representam a autonomia conquistada na gestão da água por aquelas e aqueles que recebem, pois vivenciam este processo de construção de conscientização, como explicitado:

As comemorações realizadas ao fim de cada etapa demonstram que as Tecnologias Sociais em foco, são muito mais que objetos construídos, são demonstrações de que a comunidade pode concretamente gerir os instrumentos que viabilizam a sua convivência com o local (COUTINHO, 2010, p.75).

Promover a sua saúde e de sua comunidade, a partir da construção de sua cisterna, possibilita mudanças em busca de uma qualidade de vida e bem-estar. Ao participar da construção das cisternas, as mulheres camponesas se apoderam dos rumos de suas próprias vidas, gerando a inclusão e participação no controle das suas próprias condições de saúde, a partir da gestão da sua água, no seu quintal (SIMON e ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2017).

É claro que o grande capital, em aliança com agentes do Estado, iria gerar entraves para a disseminação de tecnologias sociais relacionadas ao apoderamento da população. Em um trabalho anterior, analisei junto com Araújo Segundo Neto (2017) o impacto das políticas de acesso à água no estado e a divergência entre as cisternas de placa do programa P1MC e as “novas” cisternas de polietileno pelo programa Água Para Todos.

Foi constatado a presença de cisternas de polietileno adentrando o semiárido, e trazendo novamente a água como moeda de troca para vida comunitária no estado da paraíba. Neste trabalho constatamos que o

“Programa Água Para Todos”, fomentado pelo antigo Ministério da Integração Nacional, gerou o discurso de “universalização do acesso à água” devido à rapidez para implementação, distribuindo cisternas de plástico por diversos municípios, sem ser necessário o envolvimento da comunidade na construção das instalações, como no caso das cisternas de placa.

Porém, as cisternas de polietileno acabam sendo um grande problema, uma vez que negam a promoção da saúde em sua plenitude, que seria o envolvimento da comunidade na capacitação e construção da tecnologia social. Ao negar a experiência de construção da sua cisterna também é negado a construção de sua conscientização do uso da água capitada para a tomada de decisão e gerenciamento da água.

Outro ponto preocupante é a qualidade da água da cisterna de polietileno. As mulheres relataram que a água para cozinhar e para beber é a partir de cisternas de placa, ou por compra dos serviços de carros-pipa que abastecem as cisternas, quando acaba o estoque da água da chuva, deixando a água das cisternas de polietileno para usos secundários, como nos serviços domésticos (limpeza de casa, lavagem de roupas etc.). Como se pode perceber na figura abaixo, as cisternas de polietileno apresentam deformações no material, pois são de plástico e estão expostas ao sol.

Figura 5: Cisternas de placa versus cisternas de polietileno.



Fonte: SIMON e ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2017.

Desta forma, entendemos, no trabalho POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AOS RECURSOS HÍDRICOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE: Programa Água Para Todos versus Programa Um Milhão De Cisternas (P1MC) no semiárido do estado da Paraíba (SIMON e ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2017) que as cisternas são uma forma de se promover o acesso à água, porém umas são produtoras de saúde e outras não. Afinal, a saúde das mulheres camponesas depende de uma corresponsabilidade, a qual é reforçada pela participação ativa no processo de gestão do uso da água.

Ainda sobre a grandiosidade das cisternas de placa enquanto promotoras de vidas, principalmente femininas, na Argentina tive uma surpresa!

Em uma das sedes da Unión de los Trabajadores Rurales Sien Tierra, especificamente na sede do *Valle del Uco*, localizada no departamento de Tupungato, encontrei uma cisterna de placa (foto 21). Esta cisterna era exatamente igual às cisternas de placa da Paraíba, mesmo material (ferro e cimento) e capacidade de 16 mil litros.

Foto 21: Cisterna de placa na sede da UST, localizada no departamento de Tupungato, Mendoza-ARG.



Fonte: Acervo pessoal, dezembro de 2018.

Neste trabalho de campo, a entrevistada **EM.** que me acompanhava, me contou que a cisterna foi construída através de uma capacitação de militantes do MST à militantes de um movimento da província de Córdoba, que fazem parte do Movimento Nacional Campesino Indígena- MNCI, assim como a UST.⁵⁸ Depois que os cordobeses aprenderam a fazer as cisternas com os brasileiros, levaram o conhecimento para dentro do movimento nacional argentino e, começaram a expandir os conhecimentos adquiridos acerca desta tecnologia social hídrica, chegando à Mendoza.

Segundo **EM.** esta foi a primeira cisterna da província de Mendoza, construída em 22 de fevereiro de 2017, data marcada na própria cisterna, mas outras cisternas seriam construídas em outros departamentos. Segundo a entrevistada, as cisternas foram pauta nas reuniões da UST, como forma de estocagem de água.

Este fato foi marcante para a pesquisa, pois demonstra não só a capacidade de articulação em rede destes movimentos, mas também a capacidade de promoção de vida feminina pelo acesso a água para além das fronteiras brasileiras.

⁵⁸ Un grupo de compañeros nuestro. Nosotros somos parte de una organización a nivel nacional que es el Movimiento Nacional Campesino Indígena. Un grupo de compañeros de otra provincia, que es la provincia de Córdoba, se fueron a formar a Brasil con compañeros y compañeras del MST para aprender a hacer estas cisternas de placa que se hace como con moldes y cemento, digamos, los moldes son de hierro, pero con esos se van haciendo placas de cemento. Y se hace un pozo y se va poniendo todas esas placas y bueno, después se va haciendo (**EMI**, Mendoza- ARG, 2018).

4.3 Soberania alimentar- a promoção da saúde pelo estoque de sementes

Mais recentemente, os conhecimentos tradicionais, fundamentais para a soberania alimentar, começaram a ser pautados como estratégias de se manter a saúde da população. Surge assim, a necessidade de se evidenciar e de analisar a importância das sementes não modificadas, que não precisam de veneno - as sementes crioulas.

Do Brasil à Argentina, resgatar as sementes crioulas é ter o que plantar, é projetar o futuro e, acima de tudo é uma preocupação feminina. Tradicionalmente, as mulheres guardam, preservam e melhoram naturalmente as sementes crioulas, as quais são passadas de geração em geração. Com o advento do capitalismo no campo, guardar as sementes virou uma forma de resistência ao modelo desenvolvimentista da agricultura. Guardar suas sementes crioulas em estoques é uma forma de não se submeter ao “pacote transgênico” da agricultura, que se alto denomina como moderna.

Assim, são dos movimentos camponeses as raízes de políticas de preservação e disseminação de sementes como ferramentas de fortalecimento da soberania alimentar. Ao perceber a riqueza genética das sementes, que são adaptadas principalmente às secas das regiões semiáridas, as mulheres se deram conta da riqueza de saberes camponeses em produzir vida. Portanto, foi iniciado nos dois movimentos, MST e UST, formas de promover vida à das mulheres e suas famílias, a vida da classe trabalhadora do campo, a partir de políticas de guardar, preservar e colocar para uso as sementes crioulas.

Como apresentado em trabalhos anteriores,

“é necessário entender que a lógica da convivência com o semiárido vai além do que apenas o “acesso à água”, constituindo-se por meio da construção de processos de vivência entre as comunidades, possibilitando a existência de alcançar a promoção da saúde” (SIMON e ARAÚJO SEGUNDO NETO 2017, p.16).

Acredito que ao analisar políticas públicas alcançadas pela organicidade de movimentos sociais, chegamos à aplicação das teorias acerca dos sentidos e às concepções da promoção da saúde, que sempre são

tratadas no ambiente acadêmico e pouco são apresentadas como propostas possíveis, com exemplos.

Na Paraíba a resistência contra-hegemônica e promotora de saúde se chama *Semente da Paixão*, e como me ilustrou **AB**, elas são da paixão pelo amor que os camponeses e camponesas têm por elas. Assim, a paixão é o cuidado do camponês, é se sentir pertencente ao movimento como guardião de um saber e de um sentimento, como relato de **AB**.

*“Porque você é apaixonado por aquele milho, entendeu? A minha mãe, meus avós, bisavó, guardava aquele milho por paixão aquele milho. Era bom, de qualidade, puro sem veneno e sem nada!” (Entrevistado **AB**, Paraíba-BRA, 2018)*

Em 1990 surgiram os Bancos de Sementes Comunitários (BSC), que funcionavam como estoques coletivos, resultantes da articulação do MST com ONG's da região. As camponesas começaram a buscar formas de se manter vivas as sementes crioulas na Paraíba e, no início dos anos 2000, se criou a rede Sementes da Paixão (PAULINO e GOMES, 2014).

Tive a oportunidade de conhecer uma dessas experiência de Banco comunitário de sementes em Cajá, localizado na agrovila do assentamento Oziel Pereira em Remígio-PB. A proposta deste banco de semente é explícita na fala de ELE:

“nas comunidades tem os bancos de semente, para que as pessoas não vendam as sementes e não comprem dos atravessadores, por um preço mais caro. Então no banco de sementes têm um apoio, se você produziu, você guarda... espera dar um valor, um valor adequado e também guarda para um próximo inverno” (ELE, Paraíba-BRA, 2017).

O Banco de sementes é um produtor de vida nessas regiões pois, como conta **AD**., uma das mulheres envolvidas na coordenação do banco do assentamento Oziel Pereira na Paraíba, o BSC surge para suprir a falta de

lugar para guardar as sementes frente à falta de água, o período chamado na região de “o inverno”, marcado por poucas precipitações. Para isso, são realizadas reuniões de formação daquelas que vão coordenar,

“quando organizou o banco a gente fez uma formação de 3 semanas seguidas, cada semana com 2 dias e a gente tirou uma coordenação para tomar conta. Então tem um grupo de jovens que também é responsável, tem um grupo de mulheres organizado que produz alimento que também é responsável e uma coordenadora que é representante do polo sindical, que mora no assentamento também” (Entrevistada AD. Paraíba- BRA, 2017.).

Essa agenda feminista proporcionou a visibilidade da situação das mulheres camponesas, que não acessam as condições básicas de vida para elas e para suas famílias. E foram essas mulheres que vincularam o trabalho, a terra, o gênero e a saúde, com o conceito de soberania alimentar. Foram essas lideranças de mulheres camponesas que reconheceram que no sistema capitalista patriarcal branco o alimento tem sido utilizado como um recurso de poder e não uma forma de se manter viver sadio. As mulheres demonstram isso em seus *relatos*:

“E por essas características, quando tu chega nos próprios assentamentos, quem é que cuida da horta? Quem é que cata ovo? Quem é que vive na produção da existência humana? São as mulheres que produzem a comida. Os homens, eles não produzem comida, eles querem algo que dê renda, porque eles acham que são responsáveis pelo dinheiro da casa. Só que na agricultura é ao contrário, certo? É a comida na mesa” (Entrevistada D- Paraíba-BRA, 2018).

São as mulheres que pontuam a saúde como meta a ser alcançada por uma sociedade socialista e feminista camponesa e popular:

"[...] mas também, entendendo esse conceito de saúde de estar bem, de poder ter uma vida saudável em todas as suas dimensões, você passa o que dizemos:" bem, precisamos de acesso à terra e à água para produzir alimentos saudáveis" (Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018- tradução da autora).⁵⁹

Faz parte da identidade das mulheres camponesas o papel de produzir alimentos diversificados. **AD** reforça esse protagonismo das mulheres na produção de espaços que visam o alimento:

"Então aqui era um espaço onde a gente começou a construir as casas a plantar as árvores, porque eu acho que uma família só tem vínculo com o espaço a partir do momento que ela começa a plantar as suas fruteiras, por que ali que é meu pé de laranja, meu pé de cajá... cada um já cria um vínculo com aquele espaço" (Entrevistada AD- Paraíba-BRA, 2017).

Em suma, "ao longo da história, têm sido estas mulheres camponesas, indígenas, negras e da floresta que vem preservando as sementes, produzindo alimentos e cuidando da natureza" (PULGA, 2008, p 226).

Mas o banco não está aberto sempre. Quando ele entra em funcionamento, as coordenadoras avisam à comunidade que estão distribuindo sementes, e assim, aqueles que desejam as sementes crioulas guardadas têm que garantir seu funcionamento para o próximo período de plantação, devolvendo trazer sempre mais do que pega:

⁵⁹ *"[...] sino también, entendiendo ese concepto de salud desde el estar bien, de poder tener una vida sana en todo su dimensión, que pases eso nosotros decimos:" bueno necesitamos el acceso a la tierra y al agua para poder producir alimentos sanos" Entrevistada V, Mendoza-ARG,2018-*

*“Funciona assim, você pega um saco de milho mas tem que trazer dois! Que é para manter o banco. Agora... ele leva planta, traz os dois sacos, mas nem sempre ele plantou com a paixão a semente. Ai a gente testa a paixão. Ele não vem puro. Eu tenho que cuidar, por que daqui a pouco não tem mais não. É muito difícil minha filha, o teste é caríssimo, como vou confiar em quem não tem paixão?” (Entrevistado **AB**, Paraíba- BRA, 2018).*

A entrevistada **AD** complementa dizendo:

“se pegou 1L, traz um 1,5L se pegou 15 kg traz 20 kg, se pegou 10 traz 15, sempre trazendo uma quantidade maior para que a gente possa estar aumentando o número de sementes” (Paraíba- BRA, 2017).

É um fato que com a construção do banco de sementes, as agricultoras têm a oportunidade de plantar uma maior biodiversidade de sementes de qualidade, pois estas estão adaptadas às condições edafoclimáticas do semiárido, fazendo a manutenção do estoque de sementes adaptadas,

[...] as sementes dos produtores correspondem a um grande número de variedades, são adaptadas ao ecossistema (resistentes à seca) e, além do mais, produzem alimentos que agradam o paladar dos consumidores locais (DUQUE, 2009, p. 311).

Além disso, as mulheres participam de reuniões sobre a importância das sementes crioulas, os malefícios dos transgênicos e assuntos voltados para agricultura familiar. É notória a articulação da rede de sementes proporcionando a convivência com a seca do semiárido, transformando a vida das mulheres do campo uma realidade possível, pelos os intercâmbios de experiências promovidos pelas guardiãs de sementes (BARRETO, 2004).

Os bancos valorizam a figura da produtora e conscientizam o coletivo sobre a importância da gestão das sementes. Estes bancos geram contraespaços de saúde, porque uma coletividade adquire poder de decisão,

capacita-se e habilita-se para promover seu autodesenvolvimento, através das suas práticas cotidianas de reexistir ao sistema capitalista, “graças a estratégias que incluíam: informação, formação e capacitação, intercâmbios, resgate da autoestima e estímulo à participação, organização solidária” (DUQUE, 2007, p.03).

Por sua vez, a rede de sementes da ASA, presentes na Paraíba sob o nome de *Sementes da Paixão*, chegam a 88 BSC em todo o estado - segundo o site oficial da ASA. A Sementes da Paixão foi implementada primeiro como rede de BSC e depois como política pública. A implementação da rede de sementes só foi possível pela união de forças dos movimentos sociais e organizações paraibanas, como exemplo o alinhamento do MST-PB por assessoria técnica prestada pela AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável e, hoje, tanto o MST quanto a AS-PTA pertencem a ASA-PB.

O passo seguinte foi a implantação de uma legislação estadual sobre o assunto, cujo o protagonismo da ASA-PB foi fundamental. Fortalecida pelas mulheres camponesas, levou a rede de sementes e procurou agir o âmbito governamental. Por meio de suas ações institucionais, encontrou apoio político para a formulação, aprovação e implantação da Lei Estadual Nº 7.298/2002- Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários.

Assim, a Luta camponesa por direito de guardar suas sementes para produzir sua vida, começa a ganhar força e a partir das experiências da ASA/PB, estas experiências são levadas para o âmbito nacional por meio da Articulação dos movimentos nacionais e ONG dentro da ASA-Brasil. Foi assim que, no ano seguinte, 2003, foi possível aprovar e implementar a Lei Federal Nº 10.711/2003, Lei de sementes e mudas (CUNHA, 2013).

Campos (2008) explica que a manipulação de sementes pelos camponeses integra a história da agricultura mundial, sendo uma prática cultural que sempre lhes garantiu autonomia.

Uma vez que o sucesso dos BSC no estado e em todo país, passaram a prejudicar os interesses, o grande capital do setor agroindustrial, que criou formas de ampliar o mercado de sementes transgênicas e obrigar os

camponeses e as camponesas a comprarem o pacote transgênico (SIMON, REGALA e MARTINS, 2017).

Em um dos momentos do trabalho de campo, tomei conhecimento das estratégias usadas pelo grande capital de sementes transgênicas alinhavados com o Estado e, também produtores de agrotóxico, para se manter os camponeses “presos” ao um sistema de distribuição das sementes que tenta enfraquecer as articulações contra hegemônicas. Uma destas forma é denunciada por **AB**, quando relata que o governo os “obrigam” a pegar as sementes transgênicas para poderem garantir o direito de se aposentarem como agricultores rurais;

“Eles querem dar produção lá pros americanos, pros Estados Unidos, pra da produção pros outros. Pra que? Eu planto 8 hectares de milho do governo eu planto com 4 sacos. E vou lá pegar, é para assinar um livro, que somos cadastrados, pra no dia que quiser se aposentar a gente ter a prova que é agricultor, a prova do livro que eu peguei as sementes do governo. É de dá vergonha...”
(Entrevistado **AB**, Paraíba-BRA, junho de 2018).

Bancos Comunitários de Sementes possibilitam a preservação dos recursos genéticos locais, contribuem para a segurança alimentar das comunidades e fortalecem a organização dos grupos, incentivando a participação e a solidariedade (GARCÍA, 2004, p. 8)

Figura 6: Banco de Sementes Comunitário no assentamento rural do MST no município de Remígio- PB, articulado na Rede de Sementes do Semiárido



Fonte: Trabalho de campo, junho 2017.

Na Argentina a questão das sementes não apresenta a mesma articulação que no Brasil. As mulheres camponesas de Mendoza não vêm a reexistência possível sobre o nome banco, e sim como casa. Casa de sementes, segundo **MA.**, é um lugar, banco é para “tirar dinheiro”:

“Aquí nós, eu faço um esclarecimiento, dizemos casa de sementes, porque banco se refiere a qual, o banco entrega dinehiro. Você entende? ... é chamado de lar! [...] Não está à venda porque é do movimento, mas o nome tinha a ver com isso” (Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora)”⁶⁰

A casa de sementes da UST que visitei ainda não estava terminada, e ficava dentro da escola do movimento (foto 22), o que demonstrava que mesmo com 16 anos, a organização ainda não tinha conseguido um lugar fixo para as sementes, estando estas estocadas nas casas das camponesas.

Quando perguntei às camponesas sobre a existência de outras casas de semente dentro do movimento nacional, o MNCI, elas me responderam que não é uma política comum, pois como explicou **MA**, as sementes na Argentina são transportadas pelos militantes, como política de troca, não sendo fixos como os Bancos da Paraíba,

*“[...] o banco de sementes não é uma casa fixa, mas uma casa móvel, que viaja por todas as comunidades, organizações. As sementes estão sempre em movimento” (Entrevistada **MA**- Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora)⁶¹*

60 “acá nosotros, te hago una aclaración, le decimos casa de semillas, porque banco hace referencia como a que uno, el banco entrega plata. ¿se entiende?...se llama un hogar! [...] No está en venta porque es del movimiento, pero el nombre tenía que ver con eso” (MA).

61 “[...] el banco de semillas no es una casa fija, sino una casa rodante, que va viajando por todas las comunidades, las organizaciones. Siempre las semillas están en movimiento” (MA).

Foto 22: Casa de sementes em construção na Escola de Agroecologia da UST-MNCI.



Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2017.

As mulheres da UST reforçam que a preservação das sementes se deu como uma das diretrizes construídas na rede internacional, na Via Campesina. Na realidade

“[...] como tudo nasce, faz parte do conceito que construímos como Via campesina, essa disputa entre dois modelos de concepção de agricultura e boa parte do modelo de agricultura camponesa tem a ver com a recuperação de sementes, sim, para nós, a semente é vida, é cultura, é multiplicação, é continuidade “(MA-Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora.)62

62 “[...] en realidad como todo nace es parte del concepto que hemos construido como Vía campesina, esa disputa de dos modelos de concebir la agricultura y bueno parte del modelo de la agricultura campesina tiene que ver con la recuperación de las semillas, sí, para nosotros la semilla es vida, es cultura, es multiplicación, es continuidad “(MA).

Enfim, é necessário entender que as diretrizes do movimento internacional se atentam para o protagonismo das mulheres, principalmente em guardar as sementes crioulas, seja em casas ou em bancos e, que o propósito é o mesmo: promover saúde através do apoderamento da população em produzir sem ter que se submeter ao pacote tecnológico do campo.

O que se evidencia nos projetos de guardar, preservar e reexistir com as sementes crioulas, tanto da paixão quanto em movimento, é promover a lógica da convivência com o semiárido, constituindo-se por meio da construção de processos de vivência entre as comunidades, possibilitando a existência de alcançar a promoção da saúde (SIMON e ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2017).

Diante dessa conjuntura, podemos perceber que está se iniciando o processo na Argentina de recuperação das sementes. Apesar dos movimentos serem articulados, quando eu mencionei a lei de semente provenientes da luta do MST junto da ASA, nenhuma das militantes da UST tinha conhecimento sobre este fato.

É evidente que as práticas de promoção da saúde do MST estão mais consolidadas. Afinal, o movimento brasileiro tem o dobro de idade que o argentino e, no Brasil, o MST é muito reconhecido pela sua resistência, o que tem ajudado a produção de um contraespaço promotor de saúde. Na Argentina, a UST está sozinha, sem suporte das universidades, sem visibilidade, se apoiando apenas nas experiências distantes, como a experiência brasileira.

4.4 A escola e a Promoção da Saúde Camponesa

“Vamos pra escola!”, porque ali que acontece coisas, acontece a mística. Isso também faz parte de um projeto, quando você constrói algo, uma perspectiva de futuro e quando você faz ações com uma perspectiva de futuro as pessoas também se alimentam desse espírito de esperança” (Entrevistada **DI**. Paraíba- BRA, 2018).

A escola é o *lócus* da promoção da saúde (SANTOS e LIMA, 2017). É onde as políticas educacionais espacializam-se, o que tem implicações diretas sobre o bem-estar individual e coletivo, afetando não só os militantes que ali frequentam, mas o movimento ao qual ele faz parte e, a comunidade de seu entorno. Por isso, não foi por acaso que muitos dos encontros proporcionados nos trabalhos de campo ocorreram nas escolas e, tais trabalhos de campo foram os únicos pré-determinados da pesquisa (como especificado no capítulo 01), porque a saúde e a educação são pares indissociáveis.

No Brasil realizei trabalhos de observação, e também cursei uma disciplina sobre questão agrária na América Latina, do mestrado acadêmico em Geografia na escola nacional do MST, a *Escola Nacional Florestan Fernandes*⁶³, localizada no município de Guararema- São Paulo. Esta escola é um dos pontos estratégicos para o movimento nacional e também para a Via Campesina como um todo.

Especificamente na Paraíba, realizei trabalhos de observação e de registro de relatos no *Centro de formação Elizabeth e João Pedro Teixeira*, no estado da Paraíba, que é uma escola estratégica para a organização do MST não só para o estado, mas também para todo o nordeste brasileiro.

Na Argentina fui realizar atividades de observação e registro de relatos orais na *Escuela de Agroecologia* MNCI-UST, localizada na província de Mendoza. Esta é a escola nacional do MNCI e, assim como a escola do MST,

⁶³ A vivência de uma semana na ENFF foi fundamental. Com a inserção nas atividades do MST dentro da escola, eu pude compreender melhor o modo de vida camponês e a educação popular. As relações de amizade construída nesta vivência acadêmica permaneceram e proporcionaram uma rede de contato construídas com militantes do MST de diversas partes do Brasil.

essa unidade escolar recebe militantes de diversos movimentos que compõem a rede internacional de camponesas e camponeses.

O primeiro fato que chama atenção nas escolas visitadas são os conjuntos de símbolos da luta camponesa. Nas escolas haviam bandeiras, algumas hasteadas, outras penduradas, e o que mais chamava atenção era a organicidade e a pertença dos movimentos enquanto rede. A bandeira verde, a bandeira da La Via Campesina, sempre estava presente. Como se pode ver na foto 23, a bandeira do movimento brasileiro está presente na escola da UST, na Argentina, ao lado da bandeira da CLOC e da Via Campesina, representando a união da rede de camponeses.

Foto 23: Bandeiras na escola da UST representando a conectividade dos movimentos.



Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019.

A Via Campesina, como um projeto maior, se materializa nesses contraespaços, geradores da educação popular e camponesa, de diversas formas. As escolas, nos dois países, seguem o projeto político pedagógico da Via Campesina, de forma que, como um espaço de trocas de experiência e construção coletiva, as escolas se encontram vinculadas às lutas mundiais. Ali

sempre se trabalha com o a realidade local de cada escola, como explicito na fala de M, coordenadora da escola da UST :

"Ou seja, é característico da nossa realidade, mas nutrido pelos princípios pedagógicos que comungamos e construímos na Via" (Entrevistada M- Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora)⁶⁴.

Os dois movimentos visitados encaram a consolidação das escolas, pelo projeto político pedagógico da Via Campesina, como o respeito a cultura e saberes populares, pois:

"É conceber o direito à educação, então em um nível e modalidade no campo, onde se vive, respeitando sua cultura, seu conhecimento popular, agroecologia, produção; todos esses elementos são um componente forte nesta escola, o mesmo que a alternância que pode representar, não é que, entendo eu, no início possa ter sido; mas tem mais a ver com educação relacionada à vida "(Entrevistada M- Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora).⁶⁵

Nas escolas do MST e da UST-MNCI, eu via, sentia e respirava a luta revolucionária camponesa. Afinal, se a escola é um *lócus* de promoção da saúde, nela espacializam-se as ideias que fomentam a contrarracionalidade e assim, geram o contraespaço. A escola fomenta atitudes e ideias emancipadoras (FREIRE, 1999), para o ser, para a família e para comunidade como um todo.

A partir da compreensão de Paulo Freire sobre os caminhos para se emancipar pela educação não opressora (FREIRE,1999), os movimentos tomam

64 "O sea es propia de nuestra realidad, pero nutrida con los principios pedagógicos que comulgamos y construimos en la Vía" (M).

65 es concebir el derecho a la educación, entonces a un nivel y modalidad en el campo, donde uno vive, respetando su cultura, sus saberes populares, la agroecología, la producción; todo eso elementos es un componente fuerte en esta escuela, lo mismo que la alternancia que por ahí pueda representar no es que, entiendo yo que, en los inicios pueda haber sido; pero tiene que ver más con lo de la educación vinculada a la vida" (M).

as ideias do autor como o principal influenciador da educação e trazem suas ideias nos livros e nas paredes da escola, como forma de inspiração. Na escola da UST me deparei com suas paredes compostas de frases de Che Guevara, Paulo Freire entre outros (foto 24 e 25) - frases que inspiravam a lutar para parar o sofrer, causado pela sociedade classista.

Foto 24: Entrada do prédio principal da Escuela Campesina de Agroecologia-MNCI-UST.



Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019.

Foto 25: :Entrada lateral do prédio principal da Escuela Campesina de Agroecologia-MNCI-UST.



Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019.

Na escola do MST em São Paulo, Escola Nacional Florestan Fernandes (foto 26), se encontra quadros de sementes crioulas com rostos como de Florestan Fernandes e também outras figuras históricas para as lutas do país e da América Latina, como Carlos Marighella e Frida Khalo. Sendo assim, evidenciou-se que as escolas visitadas são espaços criados para os camponeses que à constroem, de forma que possam depositar significados condizentes com a família dos educandos e também com a comunidade militante que se vive.

Foto 26: Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema-SP.



Fonte: amigosennff.org.br/instalacoes/

A educação, nos dois movimentos, se apresenta como “sementes” de futuro e de esperança de forma que tem desenvolvido ao longo dos anos uma pedagogia que rompe com as práticas de dominação patriarcal-capitalista e racista. Sendo assim, a escola para os movimentos que lutam por terra e que constroem contraespaços são espaços de contrarracionalidades, de práticas revolucionárias.

A escolas agregam ideias e pessoas à luta antissistema, sendo o espaço que cria a identidade *Sem Terra* mas também espaços de mudanças profundas nas comunidades do entorno, as escolas são ações imediatas enquanto simbolismo, mas são também ações a longo prazo, partes de uma revolução pelo seu ponto estratégico no contraespaço promotor de saúde, pois, “ a promoção da saúde é o processo que dá ao sujeito maneiras de garantir maior controle sobre sua própria saúde” (LIMA; MALACARNE; STRIEDER, 2012, p.195).

Não por acaso, o movimento Sem Terra brasileiro desenvolveu uma pedagogia própria ao longo dos seus 35 anos de existência. Podemos

compreender melhor esta pedagogia pelos trabalhos acerca da temática com o MST - Brasil, como o trabalho de CALDART (2004):

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento vem formando historicamente o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia-a-dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal dessa pedagogia é o próprio movimento. Olhar para esta pedagogia, para este movimento pedagógico, ajuda-nos a compreender e a fazer avançar nossas experiências de educação e de escolas vinculadas ao MST (CALDART, 2004, p.95).

Como os camponeses trabalham e convivem em redes, a pedagogia *Sem Terra* desenvolvida no MST foi incorporada por alguns dos movimentos da rede de movimentos da América Latina, no âmbito da CLOC e por alguns movimentos pelo mundo, na Via Campesina. Desta forma, a pedagogia do MST estava presente na escola da UST, como bases da educação camponesa, e observado neste trabalho como um ponto chave para a promoção da saúde camponesa, pois se concretiza como um espaço de socialização de conhecimentos acerca da saúde coletiva do campo, para além das fronteiras nacionais do Brasil, chegando ao interior da Argentina na província de Medoza.

Como ressalta Arroyo, Caldart e Molina, “a educação do campo não fica apenas na denúncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado à a população trabalhadora do campo” (2014, p. 09). Os movimentos Sem Terra, MST no Brasil e a UST na Argentina, lutam pela reforma agrária e pela educação, porque compreendem que dicotomizar a luta pela terra e pela educação do campo significa rompimento de um projeto popular (NASCIMENTO, 2009).

Assim, no decorrer da pesquisa se evidenciou que as escolas dos movimentos são “*escolas para a classe trabalhadora*”, “*escola para a sociedade*”, como nos relatou **DI** sobre o Centro de Formação Elisabeth e João Pedro Teixeira do MST-PB,

“a escola tem esse desafio, de ter essa característica que seja uma escola teórica, mas que a prática seja uma prática de consistência do que sonhos e o que nós queremos pro futuro do nosso país” (Entrevistada DI-Paraíba-BRA, 2018).

A escola é a materialização das práticas de educação e saúde, é a construção de um espaço voltado para a formação do militante, não sendo este um espaço fechado, mas sim, aberto para todos e todas que queiram construir um projeto de sociedade diferente. Afinal,

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ele depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede como elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTTI, 2017, p,12)

A entrevistada **GI**. relatou como a escola foi um ponto de entrada dela no MST. A partir dos estágios da universidade que eram feitos na escola do movimento rompeu seus preconceitos e tornou-se militante. Foi pela escola que ela chegou no movimento e, resolveu ficar:

A minha contribuição na escola ela se deu a partir do momento quando eu comecei a contribuir no Núcleo De Extensão Rural Agroecológico, eu sou bacharel em Agroecologia e durante esses estágios supervisionados, tinha várias Organizações e nas escalas ninguém cria ir pro MST, então a atividade e tal organização, eu vou! (...) Comecei aí. Assim a princípio bem devagar, preconceituosa também com o movimento, eu não conheci o movimento era só aquela questão dá o que a mídia falava que a mídia mostrava. (Entrevistada GI. Paraíba-BRA, junho de 2017)

A escola da UST segue o mesmo pensamento apresentado por **DI** e reforçado na experiência da **GI**. sobre a escola do MST. A escola da UST “abriu as portas” para quem não era militante, porque o movimento acredita na

educação pública como uma mudança de consciência e também como uma porta de entrada na luta:

“Ferramenta para a educação no campo, (...) uma oportunidade para essa mudança de consciência, essas construções de consciência crítica e também organizativa, porque a partir do que muitos têm transitado na escola se somaram na organização e ao movimento” (Entrevistada M, Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora)⁶⁶.

A criação de escola é ponto estratégico dos movimentos, pois é na escola que reforçam os valores do trabalho e de solidariedade, que se constroem a identidade dos Sem Terra, como sujeitos que produzem os contraespaços. Como nos explica Neto (1999), a escola, do movimento tem como proposta contribuir para os rumos da história de toda a humanidade. Nas palavras do autor:

O movimento reivindica a construção de uma escola que se preocupe com a formação do cidadão-militante ou a formação do homem omnilateral. Uma escola, portanto, que contribua com os destinos da história da humanidade onde se educa partindo da realidade; uma escola onde o professor e aluno sejam companheiros e trabalhem juntos aprendendo e ensinando; uma escola que se organize criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentive e fortaleça os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tenha um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um mundo novo (NETO 1999, p.78)

Na Paraíba, **ELE** me contou, com detalhes, como a escola levantada no acampamento, que originou o assentamento, Oziel Pereira em Remígio-Paraíba, foi e ainda é importante para a organicidade do MST, pois *“a primeira coisa no acampamento é a construção de um galpão, para as reuniões e também para a formação de crianças, serve também como escola”* (**ELE**, Paraíba-BRA, 2017).

⁶⁶ “herramienta para la educación en el campo, (...) una oportunidad a ese cambio de conciencia, a esas construcciones de conciencia crítica y también organizativa, porque a partir de que muchos han transitado la escuela, se han sumado a la organización y al movimiento” (M).

ELE participa dos espaços de militância e educação desde criança, e pontua, com veemência, a importância da escola para seus filhos e para toda luta militante. O entrevistado reforçou diversas vezes em sua fala que ele e sua companheira tentam demonstrar para as crianças que a escola é tão importante quanto trabalhar e ter contato com o campo, *“evidente que jamais vou tirar um filho meu para ir trabalhar no campo de deixar de ir pra escola, não!”* (**ELE**, Paraíba-BRA, novembro 2017).

A alfabetização de crianças até adultos é uma das primeiras preocupações dos movimentos ao cooptarem militantes para serem *Sem Terra*. Como se pode ver na fala de **ALI**, na Argentina e de **AD** no Brasil, muitos dos militantes da UST e do MST não tinham terminado a escola, alguns não se alfabetizaram e a partir das escolas dos movimentos tiveram acesso à educação. Assim,

“porque não eram apenas os meninos, mas também as pessoas grandes que não conseguiram terminar o ensino médio e que conseguiram terminar lá. Foi um processo da escola muito importante ...” (Entrevistada **ALI**-Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora)⁶⁷.

Ressalta **AD** que chegou no acampamento do MST somente com a 6ª série e, por já saber ler e escrever bem, ela ensinava os outros acampados *“a conhecer as letras e escrever pelo menos o nome, porque era um grande número de analfabetos, que tinha na região”* (AD- Paraíba-BRA, novembro de 2017).

É notória a semelhança nos dois países dos dois movimentos. Na Argentina, relatou **ALI** que terminou seus estudos do ensino fundamental (primária na Argentina) dentro da organização, com incentivo das companheiras e também se aprimorou com um curso de costura, o qual ela tenta compartilhar o seu saber adquirido com outras companheiras. Com uma infância marcada pelo trabalho infantil, foi obrigada pelo pai a deixar a escola

⁶⁷ “porque no solo estaban los chicos sino también están la gente grande que no ha podido terminar su secundario y que lo ha podido terminar ahí. Ha sido un proceso de la escuela bastante importante...” (AL).

ainda nos seus primeiros anos, traz com dor e falas emotivas como deixar de ir para escola atravessou sua vida, e como o movimento foi decisivo para que ela completasse os primeiros anos de estudo.

Está não foi uma história “rara” muitos dos relatos presentes nos apêndices trazem as mesmas marcas como de **AB**, **JQ** e **ALI**, que pela extrema pobreza e a necessidade de trabalhar não estudaram na infância, mas conseguiram estudar com os movimentos. Já alguns relatos de militantes mais novos, **ELE**, **DM**, **KA**, se percebe que a escola sempre foi presente em suas vidas.

Os movimentos estudados apresentam a necessidade das militantes e dos militantes ascenderem cursos universitários, seja criando carreiras de nível superior, como “*Economia Social e desenvolvimento local*” e “*Licenciatura para a educação primaria do campo*”, no caso da UST, ou criando oportunidades de acesso às universidades públicas, como faz o MST, com os cursos do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Segundo Paula, Fernandes, Girardi e Messias (2015), o PRONERA foi criado em 1998 (10 anos após a criação do MST) é até o ano de 2011 tinha realizado 320 cursos de níveis de ensino para jovens adultos (EJA), ensino médio e ensino Superior, os quais envolveram cerca de 82 instituições de ensino, onde participaram cerca de 164.894 educandos. Especificamente no estado da Paraíba, até o ano de 2011, foram promovidos 21 cursos.

Portanto, muitos das entrevistadas ressaltaram suas formações e/ou a de seus filhos. Como exemplo temos **AD.**, que em 2017 se formou em pedagogia. Ela nos mostrou a semente deixada no acampamento que germinou no assentamento com esse relato:

“está concluindo agora 3 pessoas comigo, mas já tem gente formada em pedagogia, mas tem agroecólogo, agrônomo, historiador... então assim, eu acho que isso foi uma semente que o movimento deixou” (Entrevistada **AD**-Paraíba-BRA, novembro de 2017).

ELE apresentou várias vezes em suas falas a importância do movimento para o seu diploma de agroecólogo. Como ele pontuou: “*Porque se não fosse o movimento, eu não tinha acessado a universidade, porque também*

foi de incentivo dos militantes” (ELE, Paraíba-BRA, novembro 2017) Das 15 entrevistadas militantes, 1 tinha até o ensino fundamental 4 tinham até o ensino médio, 3 tinham cursos técnicos e 7 tinham cursos superiores.

Outro fato que não posso deixar de evidenciar sobre as escolas é a presença da causa LGBTQI+. As paredes da escola da UST apresentavam simbologias trans (foto 27) e os banheiros não possuíam identidade de gênero. Aliás, uma das coordenadoras da escola era uma mulher transexual- a **DA**.

Foto 27: Parede externa do Banheiro da Escuela Campesina de Agroecologia MNCI-UST com símbolo trans.



Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019.

Na Paraíba, com o centro de formação do MST, pude participar de uma atividade de Geografia e Gênero, uma aula da Professora Doutora Maria Franco (UFPB) com o coletivo de militantes LGBT+, foto 28. Estas atividades que vinculam o saber universitário, principalmente o saber produzido nas universidades públicas próximas, são comuns nas escolas do MST.

Foto 28: Aula de Geografia e Gênero com o coletivo LGBTQI+ do MST.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2017.

Diante do encontrado em campo e exposto aqui, posso afirmar que as escolas são espaços estratégicos de ações de promoção da saúde porque promovem a mudança dos contextos de vida, pois como nos explica **GI** “a escola propicia é a vivência! A gente tem vivência com vários tipos de coisas e pessoas” (**GI**, Paraíba-BRA, junho de 2018). A educação no campo e para o campo não foi o objeto de análise, mas fez parte do fenômeno social estudado pelos seus reflexos na estrutura do contraespaço que promove a saúde camponesa da Via Campesina.

4.5- Aspectos necessários para avançar na ampla saúde camponesa

A pesquisa é processo, alimentada pelo desvendar das contradições e, assim, cria nova consciência do mundo. Afinal, em uma realidade concreta as contradições se expressam nas diferentes dimensões da realidade. Seria muito ilusório pensar que a construção de uma agenda de luta feminista dentro de movimentos de luta pela reforma agrária, exterminaria a violência estrutural sofrida pelas camponesas ao longo dos 36 anos do MST ou dos 16 anos da UST.

Porém, como já posto no capítulo 02, apesar das mulheres serem reconhecidas como estratégicas para a soberania alimentar nos documentos oficiais da Via Campesina⁶⁸, oxigenando as lutas camponesas em diversas escalas (do local ao global), a violência patriarcal ainda não foi vencida dentro das próprias organizações.

Podemos ver que as contrarracionalidades, feministas e femininas, para produção de alimentos, principalmente em ambientes semiárido, pelo resgate ancestral da estocagem de sementes e de água não são suficientes para emancipar as mulheres em situação estrutural de violência. Por isso, destaco alguns aspectos contraditórios encontrados nos relatos de vida, os quais acredito que enfatizados, possam ser ações dos próprios movimentos e agendas para futuras pesquisas que se interessarem em contribuir na promoção da saúde das comunidades camponesas.

As camponesas se preocuparam em evidenciar em seus relatos a superação destas violências relatando, quase sempre, o que aconteceu depois da tomada de consciência coletiva do MST e da UST, como demonstrado ao longo dos capítulos.

Dentre as 12 mulheres participantes e muito material transcrito, escolhi apenas alguns, os que me chamaram a atenção para esses aspectos contraditórios do patriarcado, reproduzido no seio do próprio movimento que formula o contraespaço da luta camponesa e, assim, possam alcançar a ampla promoção da saúde.

⁶⁸ Ver o capítulo 02, especificamente na pág.93.

Sendo assim, se fez necessário um refinamento nas análises para compreender os aspectos contraditórios, regido pela racionalidade do patriarcado, os grandes desafios que ainda necessitam ser vencido pelos homens e mulheres camponesas para a implementação da ampla promoção da saúde.

O primeiro aspecto contraditório foi apresentado no relato de **AD**. Que apresentou o machismo frente à militância feminina em espaços do movimento como no assentamento, apesar de não ser tão escancarado nos contraespaços construídos e vivenciados pelas lideranças do movimento, a comunidade assentada já não tinha a mesma conscientização, demonstrando como a discussão do feminismo ainda não foi inserida como eixo nas práticas cotidianas das escalas locais:

*Mas em algumas comunidades a gente sente preconceito, porque você é mulher e só anda com homem, você não é namorada com ele, nem amiga da você é companheira de trabalho. No próprio assentamento, porque eu saia muito, muitas vezes os carros paravam aqui e só tinha homem e eu entrava de mulher dentro, então assim, questão do preconceito eu sofri mais no movimento não (Entrevistada **AD**. Paraíba-BRA, 2017)*

Com o relato de **V** e **M.**, temos um aspecto contraditório levantado pelas próprias entrevistadas, que, em um diálogo, elas refletem a questão do tempo e da saúde das mulheres que trabalham em espaços de produção e comercialização do movimento, como na fábrica da UST (ver página 164). Este aspecto é extremamente importante de ser investigado em profundidade, porque como as próprias entrevistadas colocam, as mulheres acabam se cobrando muito em produzir e levar o nome do movimento, gerando cargas excessivas de trabalho- dentro da racionalidade capitalista- gerando o que elas mesmas chamaram de: “*militância alienante*”.

Outro aspecto apareceu de forma sutil no relato de **AD**. quando ela pontua a relação construída com o cônjuge. Apesar dela pontuar que ele apoiava a militância dela como liderança diversas vezes no relato, ela não se

reconhece como agricultora, estando presente por um breve momento em sua fala. Por ser uma camponesa, mãe e militante em posição de liderança, as mulheres tem uma jornada de trabalho aumentada, seguida pelo sentimento de “culpa” por ter que viajar pelo movimento e “não ser uma boa mãe”:

“eu tô atuando no movimento, eu viajo, vou para reuniões eu reúno o povo eu articulo, mas meu esposo não. Ele é o agricultor da família. (...) Eu acho assim, neste momento eu faço uma reflexão, eu falhei muito com a minha família por causa disso”. (Entrevistada AD. Paraíba-BRA, 2017)

Apesar das dificuldades apresentadas, promover a saúde camponesa passa pelo processo de organização coletiva impulsionado pela articulação, necessária, de mulheres que reconhecem a escassez que estão submetidas e propõem a contrarracionalidade pelo resgate de práticas de resistência local, como estocagem, e conciliam a educação Sem Terra, com concepções feministas e socialistas as mulheres põem em cheque a discussão do conceito de promoção da saúde, se recriando a partir das bases clássicas deste, trazendo a questão do gênero, saúde e soberania alimentar para um modelo de sociedade diferente.

Ao concluir essa dissertação, tenho a sensação que ainda há muito o que “tornar visível” para academia referente à luta das mulheres camponesas por saúde na América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como acredito numa ciência comprometida com os interesses do povo, acredito que a Geografia é o compromisso com a realidade, não sendo uma ciência neutra, ou descorporificada, mas sim uma ciência que “desvenda máscaras sociais” (MOREIRA, 2014) e torna contraespaços invisíveis em visíveis. Desta forma, a presente investigação teve como objetivo estudar a promoção da saúde camponesa por meio da leitura geográfica do espaço atual.

A compreensão principal que construí ao longo do mestrado sobre o espaço geográfico é que este constitui-se de tensão (MOREIRA, 2010), principalmente pelos diferentes corpos que o constituem, o produzem e importam nas experiências espaciais. Ou seja, todas as formas de conhecimentos são conhecimentos, “conhecimento situado e corporificado” (HARAWAY, 1988). Portanto, o espaço geográfico atual é um conjunto indissociável de opressões combinadas sobre corpos, caracterizando este espaço como dinâmico e dialético. É claro que o espaço ainda é o resultado da materialidade dos interesses da lógica de reprodução do capital, porém não podemos olhar as práticas de produção do espaço pelo capital sem compreender que se utilizou de um antigo sistema de opressão, o sistema patriarcal, e criou um novo, o racismo (QUIJANO, 1988).

Nesta dissertação, para refletirmos sobre essas questões, foi evidenciada a relação direta do projeto político das mulheres latinas, o Feminismo Camponês e Popular, com as práticas de promoção da saúde camponesa, produtoras de contraespaços, por serem espaços de vida frente aos espaços de morte representados pelo capitalismo no campo, que no Brasil e na Argentina, foi lido como o agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Sendo assim, esta pesquisa demonstrou como as camponesas da província de Mendoza- Argentina e do semiárido do estado da Paraíba-Brasil, articuladas pela Via Campesina, criaram contraespaços feministas e decoloniais os quais são promotores de saúde, porque ao buscarem bases concretas de condições de vida, articulam suas lutas por terra e água com o feminismo, a partir do conceito de soberania alimentar.

Para isso, parti do real concreto. Com as idas à campo em dois movimentos de luta pela terra, em dois países diferentes, pude comparar. Utilizando das premissas do método comparativo, o “isto” em oposição ao

“aquilo” (BRANDÃO, 2010), compreendi como as mulheres camponesas estavam construindo as bases do contraespaço camponês da escala local a internacional, não sendo este contraespaço somente “a forma de ação dos excluídos” como conceito de Ruy Moreira (2014), mas um construaespaço decolonial, feminino e feminista que promove à saúde há décadas, “como uma forma de ação das excluídas” que criam contrarracionalidades (SANTOS, 1996).

Desta forma, a pesquisa compreendeu que o contraespaço produzido pelo campesinato é sonhado dentro do modelo do socialismo, pela a luta por terra e água, pela luta por soberania alimentar pelas bases de produção da agroecologia, pelo Feminismo Camponês e Popular e pela educação no campo e para o campo, sendo estes instrumentos de se conseguir o espaço diferente do atual. Tais lutas, estão sempre em torno da necessidade de se manterem vivas, não só a elas, mas também suas famílias- representada sempre pela preocupação para com suas filhas (os).

A viabilidade deste construaespaço de caráter internacional só é possível porque, as camponesas e camponeses, resistem como movimentos em rede, a partir da Via Campesina e, apresentam assim as mesmas lutas em diferentes locais, diferentes movimentos e isto foi comprovado pelos movimentos estudados, com o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil.

Para isso, busquei estabelecer um diálogo entre os relatos orais das mulheres camponesas da Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra- UST, espacializada pela província de Mendoza, pertencente ao MNCI na Argentina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST -PB espacializado no Estado da Paraíba, no Brasil, bem como, os documentos oficiais das assembleias de mulheres da CLOC e também da Via Campesina, estabelecendo relações analíticas entre os relatos e os documentos. Desta forma, pude compreender, pelas análises comparadas, como as camponesas vivem o mundo e não somente em que mundo elas vivem.

Sendo assim, se descortinou na dissertação a construção de um feminismo classista e antirracista, com uma perspectiva camponesa e popular, engendrado principalmente pelas mulheres camponesas latinas da Via

Campesina, no âmbito da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), que organizadas em redes se reproduzem a partir da esperança de mudar as vivências cotidianas de opressão/dominação, e, desta forma, promovem a Promoção da Saúde.

O Feminismo Camponês e Popular apareceu com esta nomenclatura pela primeira vez em 2010, em encontro de mulheres da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e, mesmo com 10 anos de existência, a academia ainda não se debruçou sobre este fenômeno com maior veemência. Ao longo da pesquisa se evidenciou que a Via Campesina não consegue barrar o sistema patriarcal- capitalista-racista (SAFFIOTI, 1987) que se expressa, tanto no campo brasileiro como argentino, quanto na casa das mulheres, que enfrentaram a violência doméstica desde a infância até a vida adulta, mesmo compondo os movimentos de luta pela reforma agrária.

Porém, é da análise comparada das 10h de entrevistas, gravadas e transcritas nos apêndices, que posso afirmar, enfim, que as práticas de promoção da saúde camponesa são tradicionalmente femininas e feministas, e existem muito antes da conformação do Feminismo Camponês e Popular como um projeto político (TÁBOAS, 2018) da Via Campesina. Pois, ao resgatar as memórias de lutas das mulheres da pesquisa, percebesse que o feminismo sempre esteve presente em suas trajetórias de vida e de luta, que mesmo sem ter este nome, as mulheres reivindicavam o direito da vida feminina livre de violência doméstica e estrutural, lutando incansavelmente pelo direito de trabalhar na terra e produzir comida, para assim, garantir a reprodução de suas famílias.

Como vimos com o levantamento da pesquisa, a Via Campesina propõem um novo caminho: “o caminho do camponês”. Porém, como demonstrado no capítulo II- ao buscar compreender a conformação da Via Campesina, evidenciou-se o protagonismo feminino, como a expressiva presença de 80% de lideranças mulheres em sua fundação já em 1993 e, também, o protagonismo latino, pela escolha do nome da “rede de movimentos antiglobais” em espanhol, em contramão do inglês. Descortinou-se assim a importância das mulheres da América Latina na Via Campesina, “ no caminho da camponesa latina”.

Neste contexto a pesquisa buscou compreender o papel da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) criada em 1994, a qual “oxigenou” as lutas da Via Campesina pelas demandas da produção de contraespaços interseccionais, ao acrescentarem as lutas decoloniais e feministas a agenda anticolonialista da rede mundial. Afinal, “as mulheres latinas, as não brancas, sofrem ainda mais com o sistema de gênero moderno colonial” (LUGONES, 2014, p.17), pois além da opressão da divisão biológica imposta pela organização patriarcal se apresenta o binarismo do colonizador sobre as colonizadas. Portanto, na América Latina, mulher e raça se interseccionam com maior evidencia no espaço da norma capitalista, devido à formação socioespacial (SANTOS, 1977) do continente, que tem suas bases escravocratas.

Como vimos no capítulo III, o MST é um movimento de 35 anos, que está presente na Paraíba há 32 anos, e desde seu primeiro congresso nacional a “questão de gênero”- de opressão entre gêneros pelo sistema patriarcal- já estava presente na agenda de discussão e luta do movimento. Vimos também que na Argentina, a UST foi criada em 2001, por um grupo de mulheres “luchadoras” que reivindicam o devido protagonismo feminino na constituição desta luta anticolonialista e antirracista na província de Mendoza. Os contraespaços descritos nos dois países trazem as MULHERES como principais articuladoras da luta pela reforma agrária ampla e popular, porém as mesmas ainda são invisibilizadas, e pior, elas ainda sofrem com a violência patriarcal dentro de suas casas e dentro dos próprios espaços dos movimentos que elas ajudaram a fundar.

E como as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, mas enquanto integrantes de uma totalidade, foi possível articular a representação que essas mulheres fazem do real, do espaço hegemônico atual- regido pelo tripé de opressão/dominação vivido pelas mulheres da UST e do MST como elas enfrentam as opressões e dominações em seus contraespaços. Sendo assim, comprovo no capítulo IV que práticas de convívio com a seca, são semelhantes nos dois movimentos.

Durante os trabalhos de campo pela Paraíba-BRA e por Mendoza-ARG, foi notório que as mulheres nos dois países estavam buscando formas concretas para *estocar água*, a partir da construção de cisternas de placa e, de

estocar sementes, pelas casas de semente, -sementes em movimento- sendo construídas na UST e pela rede já consolidada de bancos de sementes-*sementes da paixão*- no MST da Paraíba. As práticas de estocagem de água e sementes são práticas de resistência para garantir a soberania alimentar, pelas formas de produção agroecológica nas duas realidades semiáridas. Bem como, se evidenciou que as escolas dos dois movimentos são *locus* da promoção da saúde por produzir elementos-chaves para perpetuar as lutas, principalmente das mulheres.

Entender a Via Campesina como contraespaço gerador de saúde, conformado por movimentos de lutas pela vida, não só para as mulheres camponesas mas para toda a sociedade, é a contribuição geográfica que faço a esta luta de caráter global e transnacional, uma luta que se configura como feminista, antiburguesa e antirracista. É compreender que as lutas locais que conformam a Via Campesina alimentam a luta mundial que engendra a vida pelo existir, pois a realidade concreta de mulheres e homens camponeses, fortalecidas (os) por uma bandeira comum, nos evidencia o processo de viver e morrer frente ao espaço atual produzido pelo sistema patriarcal-capitalista-racista.

É por isso que o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), foi fundamental para demonstrar que existem diferentes dimensões dentro de uma mesma luta, a luta camponesa. Estas dimensões presentes nos movimentos não devem ser reduzidas umas às outras, de forma que muitas das lutas se encontram e se coincidem como uma grande luta: por terra, território e vida, não sendo necessariamente a luta por reforma agrária a bandeira apresentada por todos os movimentos que compõem a rede transnacional. Afinal, o contraespaço do campesinato sul-americano pertencente a Via Campesina, apresentou bases concretas de compreensão de como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de diferentes eixos.

Em suma, disserto desde a primeira página o quanto aprendi com as mulheres que fizeram parte desta pesquisa. As 12 histórias de mulheres camponesas que pude conhecer com os diversos trabalhos de campo, abriram-me a possibilidade de compreender o espaço atual como um espaço tensionado, sendo este o produto social e econômico que tem a sua base

material desenvolvida pela interseccionalidade das opressões/dominações do sistema patriarcal, capitalista e colonial. Como os seres humanos também são a corporificação do próprio espaço, e não apenas estão no espaço, as marcas desse processo de opressão-dominação estão nos próprios corpos, marcados pelas diversas violências cuja a história se revelaram neste presente estudo.

Por fim, o contato com as mulheres entrevistadas foi uma oportunidade rara. Ao trabalhar com relatos orais nesse estudo da Geografia para a saúde camponesa, assumi uma postura- política-geográfica frente à construção de dados do real, pois partindo dos relatos de vida, mais que “coletar dados, organizá-los e fazer as análises” precisei compreender o meu corpo de mulher neste processo de pesquisa e, assim evidenciei que “ouvir a voz das (os) sujeitas (os)” é trazer a luz os fenômenos sociais- carregados de emoções, sentimentos e, principalmente, de sofrimento- expressos pelos relatos entra o dito e não dito. Dar voz ao silêncio, trazer as falas de silenciadas para o corpo do texto e representar descritivamente parte de suas vidas, torna este estudo concretizado por várias autoras. Enfim, este trabalho foi pensado, e concretizado por várias mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, E, B; FACCI, M, G, D. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2011v17n1p32>

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da agricultura. **Dicionário de Educação no Campo**. Roseli Salete Caldart. et al. (Orgs.). São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALVES, Natália Cristina. **A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente-SP**. 2010. 94 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96754>>.

ALVES, Tanize Tomasi; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. O método comparativo em estudos regionais. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 6, n. 2, p. 3-19, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49260/751375140398>>

AMORÓS, Celia; DE MIGUEL ÁLVAREZ, Ana. **Teoría feminista (3 vols.)**. Madrid: Minerva, 2015.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 19-34, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.431>

_____. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 632-636, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000400003>

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, p. 231-238, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Atica, 1986.

ARROYO, Miguel Gonzales CALDART, Roseli. Sales. MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ASSUNÇÃO, Diana. **A precarização tem rosto de mulher**. 2. ed. São Paulo: Iskra, 2013.

B

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org). **Eu marcharei na tua luta!: a vida de Elizabeth Teixeira**. Campina Grande: Eduepb, 2012.

BARTRA, Armando. **El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida**. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de la Ciudad de México; Itaca, 2006.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. O empoderamento de comunidades e o desenvolvimento local. En: **XLII Congresso Da Saber, Cuiabá-MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional**, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/06P378.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BARROS, José D.'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História comparada**, v. 1, n. 1, p. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144>>.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, v. 3, n. 5, 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a11.pdf> > Acesso em julho de 2017.

BORRAS JR, Saturnino Marc. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 258-289, 2008. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1471-0366.2008.00170.x>> Acesso em 19 dez.2018.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 167-185, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6822>>. Acesso em Maio de 2017.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 19-42.

BUSS, Paulo Marchiori; CARVALHO, Antonio Ivo de. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2305-2316, 2009.

BYDLOWSKI, Cynthia Rachid; WESTPHAL, Márcia Faria; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Promoção da saúde. Porque sim e porque ainda não. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 1, p. 14-24, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000100003&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em maio de 2019.

C

CALDART, Roseli. Salete. A escola do campo em movimento In: ARROYO, Miguel Gonzales CALDART, Roseli. Sales. MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMPOS, Antonio Valmor de. Sementes de vida: pesquisa e propriedade intelectual. In: **Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen**, v. 9, n. 13, jun. 2008.

Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/389/701>>. Acesso em: 1 jun. 2008.

CANGUILHEM, Georges. **Lo normal y lo patológico**. Ciudad del México: Siglo XXI, 1976.

CASTRO, Mari Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 98-109, Campinas, 2000.

CGU. Controladoria Geral da União. **Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 3. Construção de Cisternas Para Armazenamento de Água**. Brasília: Secretaria Federal de Controle, 2011. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D-92792C014D92817259532F>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em Geografia humanista. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v6i2.4834>

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 14-33, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Estevan_Leopoldo_De_Freitas_Coca/publication/310461314_20_anos_da_proposta_de_soberania_alimentar_construindo_um_regime_alimentar_alternativo/links/582e4bfc08ae138f1c01d9d6.pdf> Acesso em: 21 dez. 2018.

COELHO, Débora de Moraes; FONSECA, Tania Mara Galli. As mil saúdes: para quem e além da saúde vigente. **Psicologia & sociedade**. São Paulo, SP. Vol. 19, n. 2 (maio/ago. 2007), p. 65-69., 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000200009>.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a América Latina. **Boletín Onteariken**, n. 10, p. 48-62, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-6445079-105/99>

COUTINHO, A. dos A. **Tecnologias Sociais como instrumento de gestão participativa: a experiência da comunidade Lajedo de Timbaúba-PB**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: out 2018.

CUNHA, F. L. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. Seropédica, 2013. 184f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. CZERESNIA, Dina; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 39-54.

_____. FREITAS, C. M. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. CZERESNIA, Dina; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 117-139.

D

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ocupações em Paraíba. Dados Consolidados, 2016. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf> Acesso em maio de 2019.

DANTAS, José Carlos. **Gestão da água, gestão da seca: a centralidade do açude no gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido**. 2018. Tese de Doutorado. UFPB.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Ed. 1992.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. Icone Editora, 1985.

DESMARAIS, Annette Aurelie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DOMÍNGUEZ, Diego. Recampesinización en la Argentina del siglo XXI. **Psicoperspectivas**, v. 11, n. 1, p. 134-157, 2012. Disponível: <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/167/202>.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível: < <https://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf> >

DUQUE, Ghislaine. Da abertura democrática à democratização efetiva: A experiência da Articulação do Semi-Árido na Paraíba. **Simpósio Observa nordeste**, v. 7, n. 3, s/p., 2007. Disponível: < <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2133> >

_____. Conviver com a seca: Contribuição da Articulação do Semi-Árido. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 17, p. 133-140, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v17i0.13417>

E

EDELMAN, Marc. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. The **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 959–978, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.876998>.

EDELMAN, Marc; BORRAS JR, Saturnino. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Rugby: Practical Action Publishing, 2016.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR, Saturnino M. (Org.). **Global land grabs: History, theory and method**. Abingdon: Routledge, 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.43540>.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**, p. 299-316, 1978.

F

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Witches, witch-hunting, and women**. PM Press, 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós – Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. Editora Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo, Brasil: Editora UNESP, 2009.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. **Fernandes (1972) Capitalismo dependente e classes sociais na América latina Zahar**, 1981.

FERNANDES, F; LUFT, C, P; Guimarães, F. M. **Dicionário Brasileiro** Globo. São Paulo: Editora Globo, 2001, p. 350.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 27ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do Oprimido. 2ª edição. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz & Terra, 1974.

FUSER, Marina Costin. Pra não dizer que não falei de Flora: o conceito de emancipação da mulher à luz do materialismo histórico. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI, 14-17 de setembro de 2010, Londrina. **Anais...**: Londrina, p. 36-44, 2010.

G

GADOTTI, M. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GARCÍA CARRASCOSA, María. **Experiências brasileiras com sementes crioulas: relato de uma viagem (bio)diversa**. 2004. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2004/05/280783.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017

GOHN, Maria G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9ª edição. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2009.

GOMES, Paulo César da Costa. Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. Bertrand Brasil, 2017.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. **Terra livre**, v. 2, n. 17, p. 155-170, 2015. Disponível em: < <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/344> >

_____. SAÚDE COLETIVA E O FAZER GEOGRÁFICO. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 42, p. 119-132, 2019. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6299> >

_____. **Saúde: fundamentos de Geografia humana**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

H

HAN, Antônio Maria Van. et al. Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar. João Pessoa: Idéia, 2006.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: < <https://philpapers.org/archive/harskt.pdf> >

HARRES, M. M. História Oral: algumas questões básicas. **Revista Anos 90**, v. 15, n.28, p. 99-112, 2008. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7960> >

HARTMAN, Heidi. Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex in Capitalist Patriarchy and The Case for Socialist Feminism. 1979.

HESSEN J. **Teoria do conhecimento**. Coimbra: Armenio Amado Editora, 1987.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

HOLANDA, Sergio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1984.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Acampamentos-novas relações de gênero (con) fundidas na luta pela terra. **Lutas Sociais**, n. 13/14, p. 147-159, 2005. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18675> >

I

IANNI, Octávio. **A nação das classes dominantes**. Classes e movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasil: Hucitec, 1990.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016. Estados. Recuperado de: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>>.

J

JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

JALIL, Laetícia Medeiros. As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Tese de Doutorado (

Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Brasil, 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. **Textos em representações sociais**, v. 5, p. 63-85, 1995. Disponível em:< <http://eprints.lse.ac.uk/id/eprint/2603> >

L

LACAZ, Carlos Silva; BARUZZI, Robert Geraldo; SIQUEIRA, Waldomiro. **Introdução à Geografia médica do Brasil**. São Paulo: Edgard Blucher, 1972.

LACERDA, Marina Basso. **“As mulheres no Brasil Colonial”**. Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. Rio de Janeiro, 2010. 114f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo et al. **A produção da ação coletiva no MST: Relações de poder e subjetividade**. 2007.

LEAVELL. H.; CLARK. E.G. **Medicina Preventiva**. McGraw-Hill Inc., São Paulo. 744 pp. 1976.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Promoção de saúde**. A negação da negação. Rio de Janeiro. Ed. Vieira e Lent, 2004.

LIMA, André Luis Ferreira. A Importância da Soberania Alimentar para a Promoção da Saúde nos Assentamentos da Reforma Agrária. **Hygeia**, v. 10, n. 18, p. 273-281, 2014. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/27001> >

LIMA, Dartel Ferrari; MALACARNE, Vilmar; STRIEDER, Dulce Maria. O papel da escola na promoção da saúde-uma mediação necessária. **EccoS Revista Científica**, n. 28, p. 191-206, 2012. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/715/71523339012.pdf> >

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em:< DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x> >

M

MACIEL, Caio Augusto Amorim; PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Seca e convivência com o semiárido: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste brasileiro**. Consequência, 2015.

Macedo, L. C., Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., & Mazza, V. D. A. (2008). Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 12, 649-657. v.12, n.26, p.649-57, jul./set. 2008

MACHADO, Eliel. Imperialismo, soberania e democracia na América Latina nos anos 90. **Lutas Sociais**, n. 9/10, p. 57-64, 2003. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18975>>. Acesso em novembro de 2018.

MARIÁTEGUI, José Carlos; QUIJANO, Aníbal. **Textos básicos**. Lima: Fondo de cultura economica, 1991.

MARX, Karl. O capital: livro 1, o processo de produção do capital. **São Paulo: Boitempo**, v. 894, 2013.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 176-185, 2000.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L.S. **Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia agrária**. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.279-291.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo, Brasil: Editora Contexto, 2007.

MENDOZA, 2004. Ley de aguas. Disponível em: <<http://www.irrigacion.gov.ar/dgi/es/ley-de-aguas>> . Acesso em Maio de 2019.

MIGNOLO, Walter D. Further thoughts on (de) coloniality. **Postcoloniality-decoloniality-black critique**: Joints and fissures, p. 21-52, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em <<https://www.semanticscholar.org/paper/Amostragem-e-satura%C3%A7%C3%A3o-em-pesquisa-qualitativa%3A-e-Minayo/13b7e132922d499678e7e74fcceb938aa7711f53>>

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 114, p. 1-23, 2017. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2017.pdf >

DA SILVA, Daniel Ignacio et al. Vulnerabilidade no desenvolvimento da criança: influência das iniquidades sociais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 28, n. 1, p. 58-66, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/3141>>

MNCI. “Documentos finales del 1° Congreso Nacional del MNCI”. Buenos Aires: septiembre de 2010 (extraído de material de audio grabado en la plenaria final del Congreso).

MONTAÑA, Elma et al. Los espacios invisibles: Subordinación, marginalidad y exclusión de los territorios no irrigados en las tierras secas de Mendoza, Argentina. **Región y sociedad**, v. 17, n. 32, p. 03-32, 2005. Disponible em: < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-39252005000100001&lng=en&nrm=iso>

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Marxismo e feminismo**: afinidades e diferenças. Crítica Marxista, n. 11, p. 89-97, Campinas, 2000.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, n. 10, p. 72-93, 2012. Disponível em:< <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424> >

MOREIRA, Ruy. O paradigma e a ordem: genealogia e metamorfoses do espaço capitalista. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. 13, 1999.

_____. **Pensar e ser em Geografia: Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, p. 105-118, 2007.

MOREIRA, Ruy. Teses para uma Geografia do Trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, v. 11, 2002.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. Editora Contexto, 2010.

_____. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil**. São Paulo: Consequência, 2014.

_____. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. **Terra Livre**, n. 6, 2015. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/75>>

N

NASCIMENTO, C. G. D., & MARTINS, L. C. (2009). Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo e Políticas Públicas Para Além do Capital: Hegemonias em disputa**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília-UNB. Neto, 1999

NEVES, R. S. et al. Programa Um Milhão de Cisternas: Guardando Água Para Semear Vida. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 7, n. 3, p. 7-11, out. 2010.

NUTBEAM, Don. Health promotion glossary. **Health promotion international**, v. 1, n. 1, p. 113-127, 1986.

O

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 12, p. 3-113, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i12p3-113>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

OSLENDER, Ulrich. La búsqueda de un contra-espacio:¿ hacia territorialidades alternativas o cooptación por el poder dominante. **Geopolítica (s). Revista de estudios sobre espacio y poder**, v. 1, n. 1, p. 95-114, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/GEOP1010120095A>>

P

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. FASE, Desenvolvimento sustentável, **Revista proposta**, n. 71, p. p30-38, 1997.

PASSADOR, Claudia Souza; PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, p. 65-86, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3203>>

DE PAULA, Ricardo Pires et al. Educação e Direitos Humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo. **Revista Interdisciplinar de**

Direitos Humanos, v. 3, n. 2, p. 15-41, 2015. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/283> >

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 517-528, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032015000300517&script=sci_arttext Acesso em março de 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. " **A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)**. 415f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), 2019.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682> >. Acesso em fevereiro 2017.

PINTO, Lucas Henrique. **Conflictos ambientales y apropiación de territorios rurales en Brasil y Argentina, un análisis a partir de los actores sociales involucrados**: estudio comparativo de la acción internacional de La Vía Campesina. Bernal, 2013. Tese (Doutorado em Ciencias Sociales Y Humanas) - Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

PONTES, E. T. A estreita relação entre mulher e água no semiárido: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 14-21, 2013. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3247> >

PONTES, E. T. M.; MACHADO, T. A. **Programa Um Milhão de Cisternas Rurais no Nordeste Brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido**. ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Enga, 2009. p. 1-25.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica AGB-TL**, v. 1, n. 3, p. 5-26, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344> >. Acesso em junho de 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PRIETO, M. del R. "Caminos y comercio como factores de cambio ambiental en las planicies áridas de Mendoza (Argentina) entre los siglos XVII y XIX", **Revista Theomai, Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo**, n. 2, p. 03-14, 2000. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero2/artprieto2.htm>. Acesso em: nov. 2018.

Q

QUIJANO, Aníbal. **La colonialidad del poder y la experiencia cultural latinoamericana. Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, p. 139-155, 1998.

_____. **Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina**. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais, Buenos Aires: Clacso Livros, 2005.

QUIJANO, Aníbal. MARIÁTEGUI, José Carlos; **Textos básicos**. Lima: Fondo de cultura económica, 1991.

R

REGALA, Raísa Maria. **Perímetro irrigado das várzeas de Sousa: conflitos territoriais, resistência camponesa contra o uso de agrotóxico**. Dissertação. F. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, 2019.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **Por uma rebeldia mundial?** Formação e ação territorial da Via Campesina no Brasil. Presidente Prudente, 2016. 323f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

ROJAS ÍÑIGUEZ ROJAS, Luisa; BARCELLOS, Christovam. Geografía y salud en América Latina: evolución y tendencias. **Revista cubana de salud pública**, v. 29, n. 4, p. 330-343, 2003. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662003000400007>. Acesso em Março de 2017.

S

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Quatro Artes, 1969.

_____. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

_____. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas sociais**, n. 27, p. 82-100, 2011. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18733>>. Acesso em: 28 jan 2019.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, São Paulo, p. 59-79.1997.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, v. 5, n. 9, p. 103-109, 2000.

SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO, p. 02-8, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092>>. Acesso em junho de 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, São Paulo 2013.

SANTOS, Flávia de Oliveira; LIMA, Samuel do Carmo. **Promoção da Saúde com intersetorialidade e mobilização social**. Uberlândia (MG), Aline Editora, p. 44-45, 2017.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights: From medieval to global assemblages**. Princeton university press, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória? **Caderno Crh**, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007 >. Acesso em outubro de 2018.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em:<>. Acesso em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf. Acesso em janeiro de 2017.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

SHIVA, Vandana. Guerras por água: privatização, poluição e lucro. **São Paulo: Radical**, 2006.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Editora UFRJ, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99. 1995. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> >

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200003>. Acesso em dezembro de 2018.

SILVA, Armando Corrêa da. A Geografia dos Sujeitos. **Seleção de textos. AGB**, São Paulo, n. 10, 1985.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Org.). **Diálogos Ibero-Latino-Americanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades** Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2017.

SILVEIRA, Maria Laura. Argentina: do desencantamento da modernidade à força dos lugares. SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVEIRA, María Laura. Um país, uma região. Fim de século e modernidade na Argentina. **Formação (Online)**, v. 1, n. 6, p. 65-74, 1999. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1168> >. Acesso em: maio de 2017.

SIMON, Carolina Russo; GUIMARÃES, Raul Borges. GEOGRAFIA, TRABALHO E SAÚDE-O SENTIDO DA VIDA NA FALA DE SUJEITOS COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v17i2.4512>

SIMON, C. R; ARAÚJO SEGUNDO NETO, F. V. Políticas públicas de acesso aos recursos hídricos e Promoção da Saúde: Programa Água Para Todos versus Programa Um Milhão De Cisternas (P1MC) no semiárido do estado da Paraíba. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Curitiba-PR, Brasil. **Anais...**: Curitiba, 2017.

SIMON, Carolina Russo; MARTINS, Lucas Araújo; DE SOUSA REGALA, Raísa Maria. "SEMENTES DA PAIXÃO" COMO PRÁTICA ESPACIALIZADA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE. In ____ Anais online do XIX ENG, 2018. João Pessoa-PB.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Presidente Prudente, 2016. 440f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

STEDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. Brava Gente – **A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2005.

STOTZ, Eduardo Navarro; ARAUJO, José Wellington Gomes. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 05-19, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000200002&script=sci_abstract&lng=pt >. Acesso em junho de 2017.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>

T

TÁBOAS, Ísis. Métodos jurídicos feministas e o (des) encobrimento do direito no cotidiano das mulheres. **A violência de Gênero nos Espaços do Direito: narrativas sobre o Ensino e Aplicação do Direito em uma Sociedade Machista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 337-352, 2017.

TÁBOAS, Ísis Menezes. **É LUTA.Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência**. Editora Lumen Juris, Brasília, 2018.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A dignidade roubada e a barbárie: um espectro ronda nossas vidas. **Revista Espaço Aberto**, v. 1, 2002. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/786/809> >

_____. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). **Revista Tamoios**, v. 1, n. 1, 2005.

_____. Por uma "cruzada" contra a fome e o agrohidronegócio—nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 08-34, 2008. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637> >. Acesso em abril de 2017.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 92-122, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>. Acesso em: jun. 2019.

TURRA NETO, N. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 22-28 de julho de 2010, Belo Horizonte. **Anais...: Belo Horizonte**, p. 01-12, 2010.

V

VALENCIANO, R. C. **A Participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006.

VARELA, Francisco. **A Questão Agrária nacional e a Reforma Agrária na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2003.

VERDI, Marta; CAPONI, Sandra. Reflexões sobre a promoção da saúde numa perspectiva bioética. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 82-88, 2005. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072005000100011&script=sci_abstract&lng=pt >

VIA CAMPESINA. **Comprender lo feminismo en la lucha campesina**. Via Campesina, 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/comprender-feminismo-la-lucha-campesina/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

VIA CAMPESINA. **Declaración de la II ASAMBLEA INTERNACIONAL DE MUJERES RURALES**. São Paulo, 12 y 13 de junho de 2004. Disponível em <https://viacampesina.org/es/declaracion-la-ii-asamblea-internacional-de-mujeres-rurales/> Acesso em: 03 fev 2019.

VIA CAMPESINA. Tlaxcala: **Declaracion de La Via Campesina**. Via Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/>. Acesso em Janeiro de 2018.

VIEIRA, R. **O gênero e a gestão da água no semiárido da Paraíba: o caso da Comunidade de Lajedo de Timbauba** – Soledade/PB. 2010. Dissertação (Mestrado) – EdUFPB, Paraíba, 2010.

W

WITTMAN, Hannah. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society**, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/233698051_Food_Sovereignty_A_New_Rights_Framework_for_Food_and_Nature> Acesso em: set. 2018.

Z

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. **Osai**, v. 9, p. 185-188, 2003. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osai/osai9/zibechi.pdf> >. Acesso em dezembro de 2018.



“Aqui nós, eu faço um esclarecimento,
dizemos casa de **sementes**,
porque banco se refere a qual,
o banco entrega dinheiro.
Você entende? ...

é chamado de lar! [...]

Não está à venda porque é do movimento,
mas o nome tinha a ver com isso”

(Entrevistada MA- Mendoza- ARG, 2018- tradução da autora)”

“Quando uma pessoa é saudável?

Quando ela tem perspectiva de **vida**,
quando **se alimenta bem**,
quando tem a capacidade de sonhar,
então as pessoas são **saudáveis**,
porque quando ela perde a capacidade de
sonhar ela não é mais **saudável**,
ela perdeu a **alegria** a **esperança**,
aí **entra vários fatores**”.

(Entrevistada DI. Paraíba- BRA, 2018).



“Feminismo.

Eu como posso te contar [...].

Não temos mais a obrigação de silenciar,
quando eles nos disseram que ficaríamos em silêncio com um olhar.

Agora não, agora

uma mulher agarra a sua resposta,

fica firme e, se possível, avança sozinha;

Não depende mais de alguém.

Sou a favor disso, que estamos nos fazendo ouvir.

E mesmo assim muitas coisas estão acontecendo também ”

(KA, Mendoza-ARG, 2018 - tradução da autora).

“Por que meu filho tem que passar por isso?

Se eu vivi e não quero que isso aconteça também.

Não quero continuar sendo espancada,

não quero continuar sendo maltratada ” (KA).



APÊNDICES

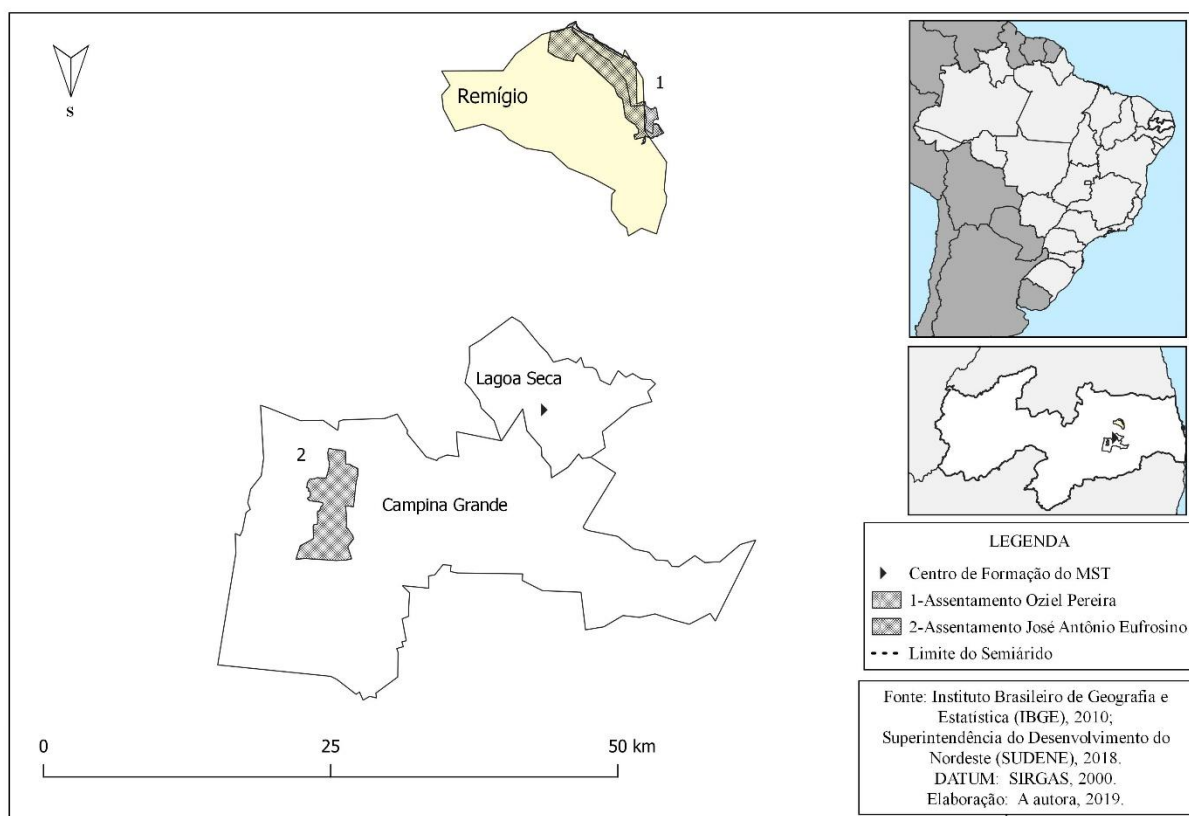
I - ENTREVISTAS REALIZADAS NA PARAÍBA-BRASIL

1.1. Município de Remígio

Em novembro de 2017 realizei as primeiras coletas de relatos orais no Brasil. Os encontros com as militantes foram no município de Remígio, nas dependências do Assentamento Oziel Pereira, um dos primeiros territórios da região conquistado pelo MST-PB.

A Entrevistada **AD.** era vizinha de **ELE** que vivia nas terras de **IN.**, sua mãe.

Mapa 5:Localização do município de Remígio, Paraíba- Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010; Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2018. Elaboração: A Autora, 2019.

1.1.1.AD.

Pesquisadora: A senhora aceita que eu grave esta entrevista?

AD.: Com certeza.

Pesquisadora: A senhora me conta tudo que a senhora quiser me contar...

AD.: Na realidade eu sou filha de camponês né? Sou filha de camponês que já veio, onde o pai já era camponês, então assim... É uma geração que sempre foram camponeses, só que antigamente as pessoas, até a época do meu pai, eles trabalhavam de *meeiro* ou se não arrendado.

Ai na época de meu pai, ele conseguiu juntar um dinheiro, ele comprou uma propriedade pequenininha, ele tinha 8 filhos, então a gente morava todo mundo nesta propriedade e eram 4 hectares. Foi onde a gente cresceu, casamos, continuamos morando, e as famílias foram construindo as casas, e chegou um momento que a gente viu que a gente tinha onde morar mas não tinha onde trabalhar...

Então foi ai que agente foi buscar um outro espaço, onde a gente pudesse morar e trabalhar e criar vínculos ali, junto com a nossa família.

Na época quando surgiu esse acampamento aqui meu pai soube, como ele tinha muito filho dependendo da pequena propriedade que ele tinha ele procurou saber como era esse acampamento, o que as pessoas faziam se ele podia confiar de mandar os filhos né!?

Então assim, ele conheceu o Movimento Sem Terra, gostou da proposta do movimento e ai ele voltou para casa e orientou que a gente viesse, que era um espaço onde a gente ia conseguir um pedaço de terra e a gente ia ter condições de sobreviver....

Pesquisadora: Em que ano que foi isso?

AD.: Foi em 1999. Eu já era casada e já tinha 3 filhos, o mais velho tinha 8 anos e a mais nova tinha 2 anos. Ai eu vim...

Na época, o movimento estava organizando a escola do acampamento. Eu só tinha o 6º ano, mas o nível de escolaridade da comunidade era mais baixo ainda que o meu, então eu fiquei ensinando o EJA. Era as pessoas aprender a

conhecer as letras e escrever pelo menos o nome, que era um grande número de analfabeto, que tinha na região.

Só que o movimento ele dá a oportunidade de você entrar na educação e também incentiva o estudo. Na época surgiu o magistério, em Bananeiras uma cidade próxima daqui, na Universidade Federal, e eu fui indicada para fazer o curso de pedagogia então eu fui e meu esposo ficou no acampamento.

Só que este acampamento, foi um processo muito rápido, como já era uma área que já tinha sido vistoriada, tinha dado improdutivo pelo INCRA, mas as famílias do município não tinham coragem de enfrentar o fazendeiro.

Então o que aconteceu, na marcha de 1999, quando o Movimento Sem Terra saiu de Cajazeiras, no sertão da Paraíba com destino a João Pessoa, fazendo todo esse percurso a pé, ela passou por Remígio, e soube que tinha essa propriedade, então eles fizeram um levantamento nas comunidades carentes, e descobriu que as favelas de Remígio eram origem dessas fazendas que tinham no município.

Então, os fazendeiros expulsaram essas pessoas de dentro da propriedade para essas pessoas não terem o direito à terra, então essas pessoas foram se organizando, então Remígio tem 3 favelas, então são as três maiores propriedades do município que aqui tinha 180 famílias morando, então... O Fazendeiro depois que saiu aquela lei que os agricultores morando depois de 5 anos tinha direito a posse, então antes de legalizar eles colocaram todos os agricultores para fora. Então foi todo esse histórico...

O MST prometeu que quando a marcha chegasse em João Pessoa eles voltavam para ajudar essas famílias a ocupar essa fazenda, e foi o que aconteceu. No final de setembro de 99 eles chegaram em Sapé, que era uma cidadezinha próxima a João Pessoa resolveram que os militantes jovens iam voltar para organizar essas famílias, então foi uma ocupação com 200 famílias aqui.

Mas já era improdutivo né? Então o processo já estava meio caminho andado, já faziam 2 anos que tinham sido vistoriadas. Isso foi em setembro, em dezembro de 99, setembro, outubro, novembro... 4 meses depois a terra foi desapropriada, e já deu confiança aos acampados que ali era uma terra que eles tinham conquistado.

Mas já era um momento muito difícil né?! Porque a gente conviveu na Era de Fernando Henrique viu que ele maltratava muito as pessoas que lutavam pela Terra. Ele inventou o processo do crédito fundiário, o banco da terra, o programa terra pelo correio, aqueles que os agricultores se cadastravam para ter direito a uma terra. Então tudo isso ele fazia para atrapalhar os acampamentos. E muitas famílias foram desistindo como ele não investia no assentamento, só deu a terra, mas não investia no assentamento, então muitos não tinham condições de construir sua casa, montar seu lote e sobreviver ali dentro, então eles foram embora.

E as famílias que vieram de fora, tipo a minha família que veio eu, veio minha irmã, meu irmão, os 3, veio tios, veio primos... alguns tios foram embora, alguns primos foram embora. Então a minha família permaneceu, porque assim era questão de sobrevivência, eu tinha 4 filhos, minha irmã tinha 4 filhos, meu irmão era solteiro mas pretendia casar né!? Então assim... a gente precisava de um espaço maior para criar nossos filhos. Então a gente ficou, então tem gente em Bananeiras, Araras... as famílias que vieram de fora que trouxeram a família, matricularam em escolas... estas famílias permaneceram no assentamento. Então seguraram o assentamento durante 5 anos, morando como se fosse, um acampamento, mas na realidade era um assentamento, mas não era estruturado.

Na véspera das eleições, aonde foi a primeira eleição que LULA (ênfase ao falar) ganhou, que ele viu que ia ganhar né?! As pesquisas dizendo que Lula ia ser eleito e tudo mais, aí começaram a investir no assentamento, foi aí que começou a construir as casas...construíram a casa para ver se a gente votava no partido deles novamente, foi aí que a gente começou a criar um animo e acreditar, realmente, que a Reforma Agrária estava acontecendo naquele momento, 2003 a gente construiu a casa, 2003 e 2004 começamos em dezembro de 2003 e terminamos a casa em 2004.

Então aqui era um espaço onde a gente começou a construir as casas a plantar as árvores, porque eu acho que uma família só tem vínculo com o espaço a partir do momento que ela começa a plantar as suas fruteiras, por que ali que é meu pé de laranja, meu pé de cajá... cada um já cria um vínculo com aquele espaço.

No decorrer deste tempo fui fazer magistério, engravidei do quarto filho, mas continue no magistério, mas no decorrer deste curso eu desisti, faltava um ano para concluir o magistério, neste tempo eu fazia o supletivo para ter o fundamental, porque eu tinha que ter o fundamental completo, eu terminei o fundamental, mas não terminei o supletivo, então neste tempo eu parei de estudar. Fiquei só com o fundamental, desisti do magistério me afastei um pouco do movimento, então eu, praticamente eu voltei a trabalhar no processo do assentamento, com a família, o lote, estruturação, aí foi no momento que foi surgindo os créditos, a gente foi estruturando o lote, porque este espaço que a gente mora aqui é só a casa, o nosso lote não é aqui, o nosso lote fica a uns 5 quilômetros daqui, este aqui é um assentamento muito longo, porque ele tinha 3 mil hectares então ele é muito comprido. Fica distante os nossos lotes..., mas eu nunca deixei de ficar na luta.

Nesta época estava sendo organizado um fórum de assentamentos, de quatro municípios Areia, Pilões, Serraria e Remígio e eu fazia parte da coordenação deste fórum fazia parte de atividades do próprio sindicato rural do município, então eu sempre estava envolvida na luta.

Em 2005, eu volto a atuar no Movimento Sem Terra, nesta volta a gente quando começa a trabalhar no movimento volta toda aquela vontade de estudar, porque você parou no tempo e viu que os companheiros seguiram... então eu voltei a fazer o ensino médio, mas para mim era muito difícil porque eu viajava muito, eu sempre estava me afastando da escola muitos professores não entendiam, então eu não consegui concluir o ensino médio, eu parei. Com a chegada do ENEM, esse ano não tem mais, mas até o ano passado o ENEM certificava o Ensino Médio, dependendo da sua nota se fosse acima de 5 você tinha, aí eu consegui atingir a nota e consegui meu certificado de ensino médio, então a partir daí eu disse; - não, agora eu vou continuar! Eu entrei na faculdade, estou terminando pedagogia agora em dezembro (2017), neste decorrer do tempo meus filhos foram crescendo.

Uma coisa que eu vejo muito interessante neste assentamento, além de elas lutarem pela terra elas aprenderam a ter valorização pelo espaço, então assim, por onde você andar aqui por essas casa, você vê que a agroecologia está presente, são pessoas que não trabalham com os agrotóxicos e respeitam a natureza, então... eles foram criando valores que não tinham, quando eles

vieram eles desmatavam, eles usavam agrotóxicos, não respeitavam até a própria água que era escassa, assim estragava... hoje já tem todo um conhecimento e um cuidado.

E uma coisa que o movimento deixou muito forte aqui no assentamento foi a questão da escola, nós temos duas agrovilas no assentamento, então nós fazemos uma avaliação deste dois espaço, porque aqui o movimento atuava mais, nesta agrovila que tinha 30 famílias, na outra eram 20 mas eram algumas pessoas do movimento que ficavam lá que não deram a mesma importância na educação, então essa agrovila aqui todos sabem ler e escrever, se conta as pessoas que não sabem assinar o nome, é porque tem alguma deficiência, mental ou intelectual, a gente fazendo as contas a gente vê que são 2 famílias, isso é muito pouco.

A juventude aqui tem o nível de escolarização deles é de ensino médio com ensino técnico é o assentamento da região é o assentamento que mais tem técnico agrícola que mais tem gente formada, aqui nesta agrovila nós temos pessoas formadas em pedagogia, que está concluindo agora 3 pessoas comigo, mas já tem gente formada em pedagogia, mas tem agroecólogo, agrônomo, historiador... então assim eu acho que isso foi uma semente que o movimento deixou.

A criança daqui você não encontra fora da escola, completou 4 anos vão para creche para começar o ensino, da creche já continua na escola, isso pra mim foi uma semente, muito boa a semente que foi deixada.

Aí eu lembro que uma pessoa me fez uma pergunta uma vez: - Como vocês podem dar conta do movimento e ao mesmo tempo dar conta do lote?

Aí eu disse: - eu tô atuando no movimento, eu viajo, vou para reuniões eu reúno o povo eu articulo, mas meu esposo não. Ele é o agricultor da família.

Se você vê num assentamento, o casal todos os dois atuando no movimento eles deixam o lote um pouco para trás, agora se um está no movimento e outro está no lote, pode ter certeza que o que fica da conta do lote...

Mesmo que não esteja presente o que está no movimento, porque quem está no movimento tá sempre viajando né?! Mas quando volta tem o apoio daquela pessoa que ficou, então eu acho que isso... é o que faz um agricultor assentado com a família contribuir no movimento e da conta o lote, hoje não... hoje eu contribuo em algumas ações do movimento, mas eu não sou tão

frequente como eu era antigamente, porque eu faço uma reflexão assim, muitas vezes eu deixei minha família em segundo plano, para seguir com o movimento.

Hoje não, a minha família vem em primeiro lugar, o movimento é importante para mim, é, mas a minha família é muito importante, mesmo... que hoje eu estou em casa só com um filho, tem um que está no movimento faz parte da coordenação de juventude do movimento do estado, atuante, não para em casa. A outra casou, o mais velho está no Rio de Janeiro e hoje eu estou só com o caçula. Mas quando eu posso reunir todo mundo, para mim, naquele momento eles são mais importantes que qualquer coisa. Não sei se é pela carência que eles sentiam de você deixar eles e ir para o mundo, chegou uma época que eu só vinha em casa trocar a roupa da mala, lavar aquelas e seguir viagem. Quando eles falam eu sinto assim, uma certa magoa deles, no momento que eles precisavam de mim e eu não estava em casa, então por isso assim que eu digo que ser militante do Movimento Sem Terra não é fácil!

Quando chega aqui algum militante eu faço de tudo para que ele se sinta bem, porque eu sei o que aquelas pessoas elas estão sentindo naquele momento, o que eles estão deixando para trás para estar trabalhando em prol de um coletivo, e vejo o seguinte, eu como agricultora tenho um antes, de entrar no movimento que era uma pessoa que trabalhava num espaço pequeno de terra, não podia criar galinhas, não podia fazer uma festa na minha casa, porque incomodava a família... Eu vejo assim, o antes e o depois, a pessoa só tinha onde morar e não tinha onde trabalhar onde meu marido tinha que trabalhar fora, trabalhava como ajudante na prefeitura de Lagoa de Roça e eu trabalhava em uma escola, então a gente não vivia da terra, só da terra. Hoje não, hoje eu vivo do assentamento. Esse ano mesmo eu tô como secretária do Copterra, que é uma entidade que dá apoio a algumas ações do Movimento Sem Terra, mas a renda vem do assentamento, o que eu trago é o extra, minha maior renda é do assentamento.

A gente está sentindo uma queda muito grande, antes a nossa produção era comercializada, através do PNAE e do PAA, a maior parte, e hoje a gente está vendo a queda muito grande. O projeto do PAA que a gente fez, a gente não pode fazer tudo, a gente não pode colocar tudo porque não tinha recurso, o PNAE os agricultores querem vender o produto mais a prefeitura não tem o

dinheiro todo para comprar, a gente viu que onde a gente vendia a maior parte da produção a gente viu uma queda financeira, então a gente tem que está aí... atrás de outras rendas.

Meu esposo ele faz feira, eu participo de feiras de eventos também, quando vai para os eventos eu produzo artesanato também, plantas de cactos, eu sempre tô, além disso levo a produção do assentamento, que são batata, feijão...

Pesquisadora: Que mais você produz no seu lote?

AD.: De tudo um pouco, a gente produz certos produtos em grande escala como a batata doce, o milho e o feijão em grande escala, mas a outra coisa em pouca escala, como jerimum, fava, quiabo, macaxeira, coentro, cebolinha, alface, tem coisa que é por época... verduras em pouca escala, porque tem a que é para casa e para o comercio e a outra só para a casa mesmo. Mas de tudo a gente produz, Fava os feijões são de várias espécies...maxixe não, esse dá na terra mesmo. Coentro, cebolinha, alface, tem coisa que é de época mesmo, mas assim de tudo a gente planta um pouco.

Pesquisadora: O que você precisa comprar no mercado?

AD.: Açúcar, o arroz, macarrão, que as coisas que a gente não produz né, o óleo... até o próprio óleo a gente está substituindo por outras coisas, por exemplo a banha do porco, que é a questão do óleo está fazendo mal, então consumir menos, porque a gente só encontra óleo transgênico, então a gente esta tentando mudar... a alimentação saindo da margarina... eu estava até brincando aqui, que meu esposo estava fazendo um estoque na geladeira de margarina, ai eu disse não vou deixar ele comprar porque ninguém estava comendo... então assim, a gente vai criando uma certa consciência que a família também vai participando né!?

Pesquisadora: Você falou que na época do acampamento já estava com dois filhos né!?

AD.: Com três.

Pesquisadora: Certo. E outro foi quando?

AD.: Eu já estava aqui, hoje ele está com 17 anos.

Pesquisadora: E como foi criar os filhos dentro do acampamento?

AD.: Pra mim? Foi tranquilo, pra mim era um espaço aonde eu me sentia tranquila de ver ele ali, porque era um lugar, lugar onde as pessoas se respeitavam, as crianças eram amigas né?

Hoje os que vieram de fora tipo a minha filha né!? Alguns vizinhos casaram e permaneceram no assentamento, e a gente vê os nossos netos convivendo junto. Eu me sentia mais segura convivendo no assentamento do que propriamente se fosse na cidade.

Pesquisadora: Eu vi que você tem uma cisterna? Conta um pouquinho sobre ela.

AD.: Eu tenho duas cisternas, eu tenho essa daí que foi a primeira, que foi do programa 1 milhão de cisternas, que foi o primeiro programa, do primeiro ano que Lula liberou o programa 1 milhão de cisternas, o sindicato de Remígio, o sindicato dos trabalhadores, através do Polo Sindical e da AS PTA, conseguiram um número de cisternas, era muito pouca.

AD.: Assim, aqui nós temos 50 família e veio 12 então era pouca. Então nós nos reunimos e fizemos uma reunião para mostrar que era muito pouco pro município, pra comunidade e vimos que precisávamos gerar mais a partir das que a gente tava ganhando. Então nos organizamos um fundo rotativo, onde todo mês a gente punha uma pequena quantia que era para juntar um valor e construir outra, a gente ainda fez isso até umas 23 cisternas, quando tava nas 23 cisternas do assentamento, chegou uma demanda que deu para atingir todo mundo, então a gente tinha aquele recurso girando. Então a gente disse não vamos mais fazer cisternas, o sindicato não quer porque era da comunidade e era para construir cisternas, aí foi aí que a gente fizemos o fundo de dela, aí na comunidade aquele recurso foi girando, fomos comprando tela para comprar galinha, fomos comprando ovelhas, fomos comprando galinha... então é o dinheiro que ainda existe, se precisar a pessoa procura o coordenador do grupo e diz: - eu to precisando para isso.... aí vai empresta aí a pessoa tem que devolver pro dinheiro não parar, então pra nós essas cisternas foi uma benção porque, quando a gente chegou aqui tem um açude lá embaixo. Mas ele é muiiito salgado, dava pros animais beber e agente trazer pra lavar banheiro, mas nem pra tomar banho prestava, os cabelo da gente ficava tudo duro.

A uns 3 quilômetros daqui tinha uma açudinho pequenininho, água doce e limpa, então a gente saía para lavar roupa e para buscar água pro consumo de casa, então olhe... era um sofrimento, algumas pessoas com tempo foram adquirindo um jumentinho para carregar água, então botava uns barril nele e trazia, outras pessoas não tinha condições então era na carroça ou na cabeça. Com a

chegada dessas cisternas, aí a gente aprendeu a dar valor à água, a água tava na porta, mas a gente viu o que a gente sofreu pra buscar água e botar a água dentro de casa.

Então quando todo mundo construiu essa cisterna de 16 mil litros, aí surgiu a oportunidade da cisterna de calçadão, que é uma casa duas águas, P1+2, juntava com a terra, sei que juntava água e a casa, pra ter galinha, plantar uma horta ao redor da casa. Então o assentamento, todas as casas têm essa daí, então a gente graças a Deus, o assentamento é bem servido em questão de água. A minha calçadão, ela nunca secou, a pequenina seca. A Calçadão sempre tem água, vai ter um momento que a gente vai ter que parar tirar a água para reformar ela, porque com o tempo ela vai se gastando, então tem que ter uma reforma nela.

Aí a gente, tudo pra nós, engraçado, como a gente foi o primeiro assentamento do município muitas coisas a gente conseguiu primeiro que os outros, a maioria dos assentamentos, o município hoje ele consta com 12 assentamento, era muita fazenda que tinha aqui, hoje é 12 assentamentos. Mas, a primeira luz também, o programa luz para todos, a primeira da zona rural do município veio para cá, a gente fez uma mobilização, quando a gente soube que o projeto Luz para todos estava para chegar na Paraíba, a gente fez uma mobilização... fechamos a pista, disseram:- o que vocês querem mesmo? Agente disse:- a gente quer a luz! Ai surgiu, aí fomos uns dos primeiros do município a ser contemplados com o luz para todos.

A gente tá recebendo agora a água, que a água está vindo de um poço, que está canalizada em todas as casa, a gente já fez o teste a água sobe, mas água é muito salgada, mas o governo disse que está mandando o desalinizador pra tratar a água para nós vai ser muito bom, porque assim a cisterna vai ser só pra beber, porque pro consumo de casa vai ter essa água, aí dá pra lavar a louça, até tomar banho com esse desalinizador, com esse processo e é uma água boa, então como é uma água limpa e tratada não vai ter problema.

A gente está só esperando o momento deste desaliniador para a gente está distribuindo na comunidade toda, é isso.

Pesquisadora: Você falou que a cisterna daqui seca, e quando seca como faz?

AD.: Quando seca, eu compro, de pipa. Eu procuro, aqui na região a gente tem pipeiros que põem água de poços, água limpa de qualidade, e eu gosto de botar água limpa. Mas tem gente que compra sem ser muito boa, mas a maioria aqui quando falta nessa de beber é, porque a gente usa pra tudo né, para beber cozinha, toma banho, e como a outra não é assim bem cuidada, a outra é assim pra produção e animais.

Pesquisadora: E quanto custa um caminhão pipa?

AD.: O último carro pipa eu comprei, eu levei um calote né? Porque foi 200 reais, o carro de água. E eu descobri que tem um menino que bota do mesmo lugar por 150. 50 reais a mais é calote.

Pesquisadora: E quanto tempo dura a cisterna cheia?

AD.: Dura 2 meses. Usando todo dia, todo dia.

Pesquisadora: Me conta um pouquinho essa parte da sua história, de como você percebeu que a sua família era o primeiro lugar, como foi que surgiu esse sentimento?

AD.: Porque assim né, esse meu filho mais novo, que nasceu aqui.. Ele era uma criança muito levada, hoje ele é um anjo já está com 17 anos. Eu digo assim aí meu Deus, ele tá um anjo hoje. Ele era uma criança muito levada mesmo, se eu deixava ele num canto ... ele desmontava relógio, desmontava rádio... ele ainda tem essa mania mais hoje ele só pega os que não presta para tentar concertar.

Ai eu sempre andava com ele, uma vez eu precisei viajar e não podia ir com ele, aí deixei. Quando eu cheguei, eu passei 8 dias fora, quando eu cheguei ele tava muiiito doente, todo mundo dizia que era psicológico, que eu sai de noite ele adoeceu. Eu disse eu vou saber se isso é psicológico mesmo, quando eu cheguei no outro dia o menino já tava bom, não tinha febre não tinha mais nada, começou a comer parecia que eu era um remédio. E eu comecei a observar, sempre que eu deixava com o pai dele, para viagem curta ele dizia, ele adoeceu, ele tá com febre...

Aí eu comecei a levar ele, com 5 anos eu coloquei na escola, tinha que colocar... Ai um dia a professora, disse tem certos momentos que eu acho ele muito triste, ele as vezes fica agressivo, alguma coisa que não era o normal dele como criança. Ai eu disse pra ela que ele tinha um problema psicológico que quando eu viajava pra longe, quanto mais longe eu fosse mais ele sentia,

ai ela disse: - então eu tô entendendo. Hoje eu agradeço muito ela como professora, porque ela entendia esse processo dele, enquanto eu conheço outras professoras que não entenderia.

Então eu tive que me adaptar esse momento, assim... deixar ele com outras pessoas, preocupada porque ele era muito levado, eles me contam relatos de que aconteceu com ele, de coisas de crianças que eu acho um absurdo fazer... eu digo meu deus meus filhos passaram por tudo isso e eu só soube agora que eles são adolescentes e se sentem a vontade de me contar, porque aqui em casa a gente fala de tudo. Eu criei eles com a liberdade de falar de tudo, fala de droga, fala de sexo, fala de tuuudooo. As vezes chega alguém aqui que não tem esse habito e acha estranho.

Ai eu também cai na real, quando a minha filha com 11 anos começou a namorar, isso não é normal, uma criança com 11 anos querer namorar. Tentei controlar, mas como eu não vivia em casa como eu ia controlar uma criança namorar com 11 anos?

Com 12 anos ela começou a namorar sério, aí eu disse... pronto. Neste momento que eu me toquei mesmo, e eu disse não, eu tenho que parar. Eu tenho que estar em casa para acompanhar meus filhos. Porque se não vai se tornar uma coisa muito grave. Aí eu comecei a diminuir mais, a está no movimento a está viajando, comecei a ficar mais com eles, participar mais da família, fazer viagem com eles... está participando.

Vê assim, tirar um momento de lazer só para eu e eles, eu não me preocupava com isso, eu achava que quando eu chegava já era suficiente. No momento que minha filha começou a namorar eu... não era uma pessoa muito nova, era mais velho que ela 9 anos, então eu disse eu tenho que está em casa, eu tentei afastar e não consegui, eu sei que ela continuou... em 2013 eu sai, eu pedi afastamento do movimento sem-terra, eu saio mesmo do movimento e fiquei só em casa. Tanto que ela casou com 18 anos, jovem, ela hoje está com 20 anos. Mas assim hoje, nos conversamos sobre tudooooo, eu vejo que assim muita coisa aconteceu na vida dela por causa da minha ausência.

Eu acho que ela começou a namorar muito nova por ter alguém para conversar, e essas coisas, assim. Eu acho assim, neste momento eu faço uma reflexão, eu falhei muito com a minha família por causa disso.

Pesquisadora: Como que era o seu companheiro em relação a tudo isso?

AD.: Ele em relação a isso, eu não tinha problema nenhum, a gente nunca chegou a brigar porque eu estava viajando com o movimento, quando eu pensei em sair do movimento a primeira pessoa que eu disse foi a ele.

Ele disse:- olhe você pense, porque você, desde que você veio para cá é o que você sabe fazer é está trabalhando pro Movimento Sem Terra, então você faça uma reflexão se é isso mesmo que você quer.

Então, problema como ele eu nunca tive. Em relação ao movimento ele sempre me deu força, cuidava dos meninos do jeito dele, quando tava de noite... Eu acho que a gente brigava menos do que hoje. (risos) como eu vivia fora quando eu chegava não dava tempo de nos brigar.

Hoje não, hoje a gente já briga, mas é mais tranquilo.

Pesquisadora: Como era para você ser uma mulher, militante, no movimento?

AD.: No próprio movimento não sofri nada, eu converso assim com os meninos eu sou referência no movimento porque eu falo assim: - Mulher só é ruim quando ela quer.

Isso assim, isso é homem que diz e mulher que reproduz né. Sou amiga de todo mundo, me dou bem com todo mundo, a juventude, com gente velha... Mas em algumas comunidades a gente sente preconceito, porque você é mulher e só anda com homem, você não é namorada com ele, nem amigada você é companheira de trabalho. No próprio assentamento, porque eu saia muito, muitas vezes os carros paravam aqui e só tinha homem e eu entrava de mulher dentro, então assim, questão do preconceito eu sofri mais da comunidade do movimento não, sempre tive apoio, até mesmo quando eu estava com meus filhos todo mundo cuidava e ajudava pra eu tá ali participando do debate.

Quando eu andava com meu filho mais novo todo mundo cuidava dele, todo mundo me ajudava de verdade... Hoje ele tá com 17 anos, hoje teve encontro dos sem terrinha, o último ele estava com 13 anos e ele participou, da minha barriga até os 13 anos todo ano ele participava dos eventos, então ele já tem essa formação. Hoje ele participa mais os encontros de juventude, ele com o irmão, mais isso já foi uma semente que foi plantada nele. Eu tenho a primeira camiseta que ele ganhou, que tava a minha barriga, que é uma camisetinha bem pequenininha que eu guardo de recordação.

Pesquisadora: A gente pode ver?

AD.: Vou lá achar, ela é bem pequena.

Pesquisadora: Depois, você pode me contar sobre esse banco de sementes que tem aqui do lado?

AD.: O banco de sementes, foi assim, a gente já vem trabalhando com o cuidado das sementes a muito tempo, então a gente, não tinha um espaço específico. O banco de sementes era na casa das pessoas, um companheiro tomava conta, mas ele não tinha experiência e perdeu muita semente, depois ele veio pra minha casa... e a gente não tinha um lugar específico.

O ano passado (2016) surgiu essa parceria com a AS PTA para construção de banco de sementes, todas as duas agrovilas têm um banco de sementes, foi construído com o recurso, mas muito em mutirão também, onde a gente, tem várias espécies. Ainda tem gente que está trazendo sementes ainda, gente só dessa agrovila que traz, ainda hoje tem gente que trouxe.

Tem umas peneiras de selecionar, mas tem gente que não traz então aquelas pessoas pessoa que não seleciona, já traz na garrafinha, que a gente bota o cominho e a pimenta, a gente lacra e no próximo ano a gente devolve as que a pessoa trouxe, porque não trouxe de qualidade, e quem trouxe de qualidade vai levar as sementes de qualidade vai levar as de qualidade do mesmo jeito.

Então lá tem sementes em garrafa pet, como também nos tambores. Tem fava, tem milho, feijão branco, feijão mulatinho, feijão carioca, feijão preto... várias espécies.

Pesquisadora: Quando vai acessar o banco como faz?

AD.: A gente avisa o banco vai estar distribuindo as sementes, aí quando você for, vai até a coordenadora, a realidade, quando organizou o banco a gente fez uma formação de 3 semanas seguidas, cada semana com 2 dias e a gente tirou uma coordenação para tomar conta. Então tem um grupo de jovens que também é responsável, tem um grupo de mulheres organizado que produz alimento que também é responsável e uma coordenadora que é representante do polo sindical, que mora no assentamento também. Ai a gente diz: estamos distribuindo sementes. E as pessoas pegam, se pegou 1L, traz um 1,5L se pegou 15 kg traz 20 kg, se pegou 10 traz 15, sempre trazendo uma quantidade maior para que a gente possa estar aumentando o número de sementes.

Teve um ano muito ruim, esse ano não, esse foi bonzinho, mas ano passado foi muito ruim, então o povo pegou e entregou só que foi bom mesmo, porque foi uma forma de garantir que tivesse sementes e que a gente não perdesse.

Pesquisadora: Qual o nome dele?

AD.: Banco comunitário de sementes do Caja. Que é o nome da agrovila e o assentamento chama Oziel Pereira. Tem duas agrovilas a outra que fica a 5 km daqui chama Lagoa do Jogo.

Pesquisadora: Muito obrigada pela senhora compartilhar comigo a sua história de muita luta...

AD.: Não é fácil né, só vivendo mesmo. E a gente aqui a gente está focado mais no grupo de mulheres, focado em tirar renda vendendo pro PNAE, não só pro PNAE mas para essas mulheres venderem nos mercados locais desse município e de outros, neste momento a gente produz só para o município, mas a gente vai fazer uma construção agora com parceria com o governo do estado, a onde a gente vai ter o padrão da vigilância sanitária e o selo, para gente poder vender para o estado. O selo de inspeção, porque hoje para funcionar uma agroindústria de produção tem que ter, nós mulheres é mais bolo, salgado, biscoito, massas..., mas a gente trabalha com almoços, lanches. Por exemplo vai ter um evento e as pessoas ligam e a gente faz também.

Pesquisadora: Quantas mulheres tem no grupo?

AD.: Temos 7 mulheres, todas daqui.

Pesquisadora: Tem alguma relação com outros grupos?

AD.: Não. A gente participa muito dos eventos de mulheres do polo sindical e mulheres do ASPTA, a gente participa da marcha das mulheres, que faz o polo, que é pela vida das mulheres e a agroecologia. A partir da organização do nosso grupo outros grupos de mulheres já surgiu, no assentamento vizinho já tem dois grupos de mulheres, “mulheres vitoriosas” “mulheres de queimadas”, então elas disseram que seguem o nosso exemplo, pela organização da gente.

O Nome do nosso grupo é “as margaridas” a gente colocou em homenagem a Margarida, visto que ela morreu lutando pelos agricultores. Nós fizemos a homenagem a ela porque não somos também mulheres fáceis de desistir da luta.

Pesquisadora: Eu queria agradecer de verdade, por eu ser de uma região de São Paulo, o pontal do Paranapanema então, durante a faculdade inteira eu conhecia muitos assentamentos, mas as realidades são diferentes, então eu queria agradecer pela oportunidade que a senhora me deu nessa prosa, para mim é muito rico conhecer a sua história e poder me espelhar na sua luta, só agradecer.

AD.: Obrigada por ter vindo, venha mais vezes, traga mais pessoas...

Gravador desligado.

1.1.2. IN.

IN: Eu adoeci, passei dois meses de cama, doente muito. E o mundo agora não dá mais nem alegria “de a gente” conversar. De primeiro dava muita alegria na gente de conversar, mas agora, vou te dizer, o mundo parece que deu uma descarga, assim, que caiu “punf”, perdemos a esperança que tinha e agora, vocês novos no mundo vão lutar muito pra ter uma vida digna e boa como merece a gente viver no mundo. Que a gente nascemos...

Óia, eu conto minha história e o povo não acredita não, conhecido mesmo não acredita não. EU nasci da pobreza, na pobreza me criei, fiquei na vida melhor, uma vida que dava pra viver e agora caiu de novo. A vida caiu de novo. E eu nasci debaixo de uma cama... óia, eu nasci numa cama de vara, vocês não sabem nem o que é isso, a gente vai nasce mato, tem a varinha assim, a pessoa cortava... minha mãe cortava seis furquilha e fazia caminhada e forrava com a esteira de pipiri, que era uma esteira de palha que o povo mais velho fazia, e foi minha vida. A casa que eu morei quando era criança era uma casa de gravatá, hoje em dia nem gravatá o povo não sabe, é um mato que nem a gave, das folhas bem largas e eles quebravam, faziam as “pentinha” assim e fazia uma casinha assim, tampava com barro, fazia as paredes de vara e cipó, e pegava e trancava as casas. E foi o que eu conto. Minha família, minhas filhas, meus filhos e minhas neta não sabe o que é isso não, que não é do tempo deles.

Eu tenho 73 anos de vida no mundo, e é vida sofrida e vida alegre, sabe como é? A vida sofrida e a vida alegria.

EU já tive muita palestra no mundo, andei muito pelo mundo dando palestra e vi muita coisa boa e também muita coisa ruim, de sofrimento no mundo. E pelo que eu tô vendo, o sofrimento vai voltar tudinho de novo, que tão acabando com o direito dos pobres tudo, que os pobres já sofreram pra lutar, foi na luta que nós arrumamos as coisas. Minha fia, nós já sofremos no mundo, e pra luta, pra agora tão desandando tudo pra trás de novo, tudinho pra trás de novo e ninguém tem nem esperança.

O que eu já vi... meus filhos, tem três formados, tem uma em Marília, tem esse daí, tem outro que mora por lá também, formados na luta, foi na luta. E eu, pobrezinha, o dinheiro que ganhava trabalhando na emergência pra botar por lá pra estudar, se eu contava pra vocês, vocês não acreditam. Trabalhei na emergência cavando barreira, cavando barreira os tempos que saiu na emergência que era pro povo cavar barreira, e as mulher cavava barreira, e o dinheiro que eu ganhava, pegava e pagava escola de computação pro meu filho, mas foi bem aventurado o espaço que eu tive. E meu filho ta formado hoje, trabalhando, batendo pelo mundo todo, o outro bateu o mundo todo, o mundo todo, óia, no mundo todo, ele não para em casa um minuto não. Mas valeu a pena, mas foi com sofrimento, foi com sofrimento que eu arrumei as coisas pros meus filhos.

Meus filhos tão formados e eu sou muito bem agradecida ao nosso senhor, Jesus Cristo, porque dentro de dez filhos, eu tive esses três que formou, e ainda querem estudar mais, tão aí a mão de Deus que não tenho mais dinheiro pra dar, eles também não têm. Tavam ganhando tudinho num emprego *bonzinho da onde o*, tava bonzinho, e agora desceu, que nem eu te disse, desceu tudinho, tá tudo sem emprego. Tão agora num empreguinho do governo do estado, por proteção. Ainda estão estudando longe daqui, mais longe do que daqui até João Pessoa. Mas vão, passam o dia todinho dia que não almoça, dia que não janta, no meio do mundo. Quando tem um dinheirinho pra jantar, janta, né? *Daonde* chegam tem que comer, tendo dinheiro. E estão nesse sofrimento. Mas eu te digo, já sofri muito, mas agora faça a sua pergunta.

PESQUISADORA: Eu quero te conhecer, como foi sua história? Você falou que sofreu muito, conta para mim um pouco.

IN.: Sofri, minha filha, sofri muito. Já no mundo eu já sofri. Óia, meu marido, só, era daqui do Nordeste, daqui da Paraíba do Rio de Janeiro, tem trinta viagens, trinta viagens, meu marido. E eu cá no cabo da enxada cuidando, quando chove a gente bota o roçado, planta, limpa, planta e colhe.

Era meu marido lá, e eu aqui com os meninos trabalhando na enxada, os meninos desse tamainho, esses menino mesmo que eu to te dizendo. Era tudo na enxada trabalhando, no sofrimento, no sofrimento. E o tanto que eu lutei, e

eu tive dez ainda, dez filhos. Tenho filho no Rio de Janeiro, tenho em João Pessoa, eu tenho em Maria, em Bananeira, eu tenho aqui, tem neto no Rio de Janeiro, três filhos no Rio de Janeiro, duas filhas e um filho. E elas dizem que eu aqui, estou melhor que elas lá, porque aqui tem a bondade, tem o sítio... quem tem coragem trabalha, né, trabalha, cria bicho, vende, se arrimideia, compra outro de novo. E a luta é grande, é grande.

Imagina, porque lá é como eles dizem, “só come no dia que trabalha, no dia que trabalha não come”, e nós aqui no dia que não trabalha, tem comida pra nós comermos, bate cinco, seis sacas de feijão, tem girimum, tem de tudo pra pessoa comer e tá melhor que eles lá, mas eles não querem vir pra cá. Não querem trabalhar de enxada! Se não trabalhar de enxada, não lutar, não tiver fé na vida, no dia-a-dia, não arruma nada não. Em todo canto, quem não trabalhar, não come, né. Vê você, que saiu de tão longe pra fazer seu estágio aqui, tem gente dos outros países que vem estudar aqui também, não é só você não. Tem gente da França, tem gente dum bocado de canto que vem estudar aqui, pro polo.

O polo, também é um lugar assim, que ajuda a gente a trabalhar, sabe. Eles vão buscar recurso lá, e faz aqui coisa... fazia cisterna, quando a gente não tinha cisterna eles vinham, montavam e faziam cisterna.

Era um órgão pra ajudar, assim, ajudar os pobres, somente pra ajudar os pobres, e os outros países também vieram ajudar, e graças a Deus eles também estão ajudando a gente. Oh, que os daqui vão buscar lá, e eles ajudam, né, o povo do Brasil, esse povo fraco. Daí entrou Lula, que não política, mas um jeito da gente fazer. Entrou, aí melhorou muito, melhorou muito. Porque saía projeto de fazer cisterna, pra trabalhar no campo, a gente fazia empréstimo no banco, sabe, e tirava dinheiro, comprava bicho, cercava a terra. Comprava arame, estaca, cercava a terra, plantava capim, aí pra criar os bichos, mas agora só Deus no céu por nós, que manda a divina misericórdia, que é a chuva, que a gente chama divina misericórdia. Pra nós trabalharmos e continuar a vida, né. Que a pessoa não sobrevive na vida boa não. O mundo vai e volta, e nós somos uma peça em cima do mundo, que nós temos que lutar também pra ter nossas coisas, né, se não lutar não tem. De primeiro, quando eu era mais nova, que eu tava com saúde, eu ia e passava três, quatro

dias no meio do mundo, em reunião, também foi aí que eu aprendi muita coisa também.

PESQUISADORA: Que reunião? Com o MST?

IN.: Com o MST, com de tudo no mundo, nós somos assim, umas pessoas que se reúnem mais os outros, entende? Os outros já vem, nós nos reunimos pra arrumar as coisas, vem... Óia, na reunião que a gente anda, vinha ovelha, carneiro, bode, gado para o povo. Tudinão dado, mas tinha que vir pra reunião, e se unir. Se não se unisse não vinha nada não e a gente arranjava muita coisa no meio do mundo, muita coisa. O povo é unido, entenda. Que eu digo que é uma peça só, nós reunidos mais os outros, é uma peça só, um ajudando o outro. E assim, melhoramos muito, melhoramos muito. E eu vou pedir ao Nosso Senhor, que continue nós se unindo pra ajudar os outros. Você já vem de lá e você já precisa ajuda, e você já tá noutro canto, se não puder ajudar nós, mas já ajuda outro noutro canto. Dáí, todos nós não somos filhos de Jesus Cristo?

PESQUISADORA: Sim

IN.: Nós somos todos irmãos, o Pai do céu é o pai de nós todos, por isso a gente tem que se unir.

PESQUISADORA: E como era antes das cisternas aqui? Conta como era a água, pra senhora.

IN.: Minha filha, vou te contar que a água era do açude. O açude, quando nós viemos logo pra aqui, nós morávamos em Bananeira, aí nós bebemos água do açude... de uma indigestão no povo, minha filha, que o povo que bebia água quase que morria. Não vinha água que nem hoje, hoje o exército bota água, a prefeitura bota... e pra trás não tinha não, só tinha Jesus Cristo por nós. Só tinha Jesus Cristo e mais ninguém. Aí nós bebíamos água dos açudes, que os cavalos mijava lá dentro, tomava banho lá dentro, cagava dentro d'água que a gente tomava banho. Agora, nós estamos aí, tem as cisternas, daí quando não tem água a pessoa vai e compra uma garrafa d'água, bota dentro e vai

bebendo água limpa. Mas antigamente não tinha isso não, antigamente era danado, danado mesmo, minha filha. O sofrimento era demais, de primeira. E a pessoa embaixo da lona preta? Saía aquelas casas de lona, ía pra baixo, dormia no chão, pegava outra. Por isso digo a tu que nós já sofremos pra chegar hoje onde nós estamos, foi com muita luta e muito sofrimento, não foi com pouco não. Porque nós tínhamos as barracas e forrava o chão com um paninho, ou uma loninha e dormia alia noite todinha.

PESQUISADORA: Como que era estar na barraca com os filhos? Na lona.

IN.: Era tudinho, a gente dormia tudinho num pacotinho ali. E a panelinha no fogo, fervendo, a panelinha de barro, que... vocês sabem o que é uma panela de barro, sabem? E agora ta comum... e a gente botava pra cozinhar e comia. E essa vida nós passamos uns seis anos de sofrimento, de baixo da barraca, minha filha, pra depois vir casa pra gente, vir financiamento do banco também, nós tirava dinheiro pra comprar as coisas e fazer como eu disse a você: fazer os cercados pra cercar os bichos, e a vida continuou a melhorar.

PESQUISADORA: Dona Inês, me conta como foi quando a senhora era pequena.

IN.: Quando eu era pequena? Minha filha, era sofrimento demais. Meu pai o que tinha na vida era suas bestinha, só morávamos lá em Bananeira, no município... tu sabe o município é grande, né? E nós morávamos no sim do município. E o que o meu pai tinha de dá de comer a esses filhos, aos dez filhos que tinha meu pai... ´meu pai teve dez filhos também, minha mãe... e eu tive o mesmo tanto que ela também, eu fiz doze, mas morreu dois, eu só conto com os que tá vivo, né? E os que morreu, Deus tomou conta pra lá, morreu tudo novinho.

Aí, minha filha, digo assim, se tu visse.. quando eu vim bota um sapato nos meus pés, eu tava com 19 anos, porque meu tio me deu. Eles botavam muito roçado, e a gente ía trabalhar, apanhar algodão, apanhar favar, quebrar milho e eles quando vendiam, davam... me deu uma sapatilha, eu tava com 20 anos, a minha menina não acredita não, porque hoje, todo mês eles querem uma

chinela, todo mês querem uma chinela... e nesse tempo, minha filha... a primeira chinela que eu botei nos pés, foi sabe do que? De couro, uma chinela de couro daquelas grossas, que hoje nem existe.

O solado da chinela era pneu, desses pneus de carro, que o povo cortava e fazia, hoje nem tem mais. Era o que a gente colocava nos pés pra ser feliz, pra ser feliz... uma festa nós não íamos porque não tinham roupa, as roupas eram saco... Vocês sabem o que é saco, não sabem? A minha mãe cortava os sacos e cosia, tirava a linha, era os fiapos do saco... ela tirava uma tirinha e pra tirar ali a linha pra coser na mão. A gente já grande, que nem você já é hoje, já grandona a gente e eu com esse vestido de saco pra todo canto, naquele tempo ninguém tinha vergonha, fosse hoje, que andava? Porque hoje em dia pra onde vai é uma roupa, pra onde vai é uma roupa. Daí, naquele tempo, minha mãe fazia esse vestidinho de saco e as vezes tinha umas tintas que ela comprava e botava pra ferver no fogo, pegava o pano e botava dentro, daí o pano mudava a cor, aí a gente vestia aquelas roupinhas. E era pra ir pra todo canto, você tá pensando que isso era pra ficar em casa? Era pra todo canto. Hoje em dia, minha filha, o povo tá tudo rico, mudou muito do tempo que eu era, hoje todo mundo tá rico... eu digo a minha família mesmo. agora quando eu não tenho dinheiro, que o aposento não dá, que eu tomo muito remédio, eu tomo remédio pra dormir, eu tomo remédio pra pressão... que os remédios que eu fazia meus chá, acabou-se tudo, morreu na seca que eu tava doente, que eu fui pra casa da minha filha e me operei dos olhos, eu passei quatro meses lá.

Daí quando eu tava cá, todo dia regava minhas plantinhas, pra fazer meus chazinhos. Óia, tem um remédio da amora da folha miúda que tenho um acolá, que eu venho batendo o bichinho pra ele não morrer na seca, que eu fazia um chá, que eu tinha prastite que fazia um chá que foi a base da fé de Nosso Senhor, Jesus Cristo, que eu fiquei boa, porque os remédios que os médicos passavam pra mim, não davam nenhuma melhora quando tomava... e meu chá era com o que eu escapava, escapava eu, meu filho e meu neto *inaudível* que tinha um pé de remédio, que meu filho foi pra Juazeiro, no Ceará, que deu uma dor de barriga que ele quase que morria, não foi remédio que não tomasse, quando chegou eu falei “Ô carinha, mas tu não ta mais lembrado do pé de pitanga? Vai fazer um chá pra João”, mas tomou dois chás que ficou bonzinho

de saúde de novo. E o que cura a gente é as plantas, é as plantas que Jesus Cristo deixou no mundo, pra gente fazer nossos remédios e coisa. Porque eu discreio de remédio, eu tomo remédio também, mas eu não dou todo apoio a remédio não. Porque a empresa que faz o veneno é a mesma que faz o remédio. O veneno é pra matar e o remédio pra remediar, ninguém fica boa só com remédio não. Com remédio que Nosso Senhor deixou, tinha 35 qualidades de remédio, 35... morreu tudinho, se tiver três, tem muito. Morreu tudinho na seca, eu no meio do mundo, não podia aguar. O povo vinha e era remédio, era planta... o povo vinha de ônibus cheio de gente lá pra casa pra fazer visita e conversar, pra eu contar as experiências do que eu sofri pra agora, da melhora pra agora, do tempo que eu sofri pra trás. Vinha muita gente lá em casa, e cada caso pedia um remédio pra levar, e eu dava. E os remédios foram se acabando, se acabando e eu falei pra menina do sindicato que não mande mais gente lá pra casa logo que meus remédios tá se acabando tudinho e eu não tenho onde buscar mais não. E acabou-se mesmo.

Porque eu fui pra casa da minha filha, passei esse tempo todo, daí adoeci da coluna, que velho é bicho enxerido, sem-vergonha.. eu digo, como eu... As meninas se ri de morte, mas eu digo, “Óia minha filha, eu, uma velha de 72 anos pegando peso e trabalhando de enxada na horta, cavando coisa pesada, arrancando, se tivesse, um pé de mato, um pé de coisa que eu queria arrancar. De enxerida também a coluna, tinha três bicos de papagaio feio, oh... passei dois meses na casa da minha filha, e fiquei boa fazendo a terapia, que se não tivesse feito, só por remédio eu já tinha era morrido. A doutora disse: “Dona In., tu não se confia andar solta não, pelo meio do mundo solta não, que pode dar um telequinho na senhora, e a senhora cair”. Porque minhas pernas davam aquele sopapo, “vuum”, aí fazia “vuco-vuco” de repente, aí se não tivesse uma pessoa pra me segurar, eu ali, caia na hora. Aí deixei de trabalhar, agora eu não trabalho muito, nem pouco.

Mas eu ainda tenho um verão de dar uma volta lá por lá, eu ainda saio escondido, que minha menina não quer nem me ver eu pegar em nada, ela briga e briga, mas eu não aguento ficar dentro de casa parada não. Eu vou pra lá, aí tomo uma borracha e vou e ligo com a chave lá em cima, daí a hora é aqui embaixo, daí a água pra ir lá, vai pela bomba, daí quando chega lá desce por gravidade pra baixo. Daí a bichinha é bem fininha, a borrachinha, daí eu

pego ela e saio agitando pra todo canto. Num dia desses, a Correio Paraíba, veio me entrevistar, tinha coisinha ainda. Veio me entrevistar e eu passei o Globo Rural, tudo canto por aí eu só via a menina gritando, “óia dona In., eu vi a senhora no Globo Rural, e a senhora falando e mostrando suas coisas!”, e a maior admiração, eu digo “Minha filha, é porque eu sou chique”. Eu fui pra Brasília porque nós fizemos um filme, nesse tempo era bem bonita, tava chovendo muito. Era milho, e era jerimum desse tamanho, ao redor de casa tudo a maior boniteza do mundo, aí eles vinham de Brasília entrevistar a gente, aí vieram, entrevistaram eu, o compadre Zé e uma mulher que mora lá na frente também. Aí nós fomos pra Brasília, eles mandaram dinheiro e nós fomos, e minha filha, foi um sucesso esse filme que nós filmamos. Porque onde a gente tava era gente pra danado, uma casa muito grande, tinha umas dez mil pessoas ou mais. Quando eu disse “Se o campo não planta, a cidade não janta!”, o povo endoideceu, endoideceram e é verdade mesmo, se o campo não planta, nós não come não, e é verdade, visse! Porque eles perguntaram né, de onde eu tiro tanta coisa. Eu digo, da cabeça, porque o que tá desmantelado é a coluna, mas minha cabeça tá boa. Né?

PESQUISADORA: To vendo.

IN.: Não é? Porque se a gente for conversar... conversei dois dias com uma senhora, e eu disse: “Se você conversasse uma semana, você ainda não conversava metade do que eu sei, mas eu vou conversar a você...”. Logo, eu sou intrigada com veneno, eu só trabalhava com ecológico no meu roçado tudinho, minha horta tudinho. Eu sou intrigada com veneno, porque eu fico pensando assim... a moça que veio entrevistar eu falou assim, “Dona Inês, é verdade o que a senhora tá dizendo, porque como eco-agricultora, a senhora é livre de veneno. E se você é casada, tem uma criança e quando sua criança vai nascer, vai mamar seu leite envenenado.” Isso é um crime! Crime não é só a pessoa meter fogo na mata não, dar uma pausada e matar, o crime é botar veneno nas comidas que o povo do mundo come! Uma pessoa dessa não dia que tem amor a Jesus Cristo, não, que eu digo que é um mentiroso. Tem amor a Jesus Cristo, quem trabalha agroecológico, que não envenena suas comidas de você comer, nem de vender aos outros, como uma fruta, uma verdura, uns

legumes, tudinho livre de veneno, livre e desimpedido de veneno. Você tá comendo saúde, você tá botando dentro da sua barriga saúde. E que eu sou um fazendeiro, daí eu espio a televisão eles aguento com avião, aguento veneno” E por onde que isso não vai cair em nós, aí matando pássaro, vai matando todo bichinho que a terra criou, pra fortalecer a terra, pra fazer coisa pra terra. É veneno pra matar gente, é veneno pra matar bicho, é veneno pra matar pássaro, é veneno pra matar toda a geração que tá em cima da terra! Ai eu digo, vou dizer a meu Jesus Cristo, que eu sou honesto fazendo uma coisa dessas? Eu não sou honesta não, eu sou uma criminosa se eu fizer uma coisa dessas. Ainda como veneno, eu não vou dizer que não como não, que a gente come.

O macarrão eles aguentam com veneno, o arroz, nesse mundo da gente, de primeira dava mas agora não dá não que esbarrou de chover no mundo, aí não tem onde plantar. Agora eles dão lá pro lado do sul, pro lado que dá essas coisas, é do lado com veneno, pro lado com veneno! O homem tava dizendo a eu, se pabulando.

“Eu não como mais veneno! Eu deixei de comer veneno a muito tempo!”, eu disse, “Você deixou? E você não come mais bolacha não? Você não come um pão?”, eu disse bem assim, “Da onde vem a farinha de trigo que faz o bolo? Não é com veneno? É do veneno! Vem lá do veneno, e você come veneno! agora diga assim, ‘eu diminuí o veneno’”. Diminuir é outra coisa, mas dizer que deixou de comer? Ninguém deixou de comer veneno não, e nem vai deixar, só quando chover no mundo que der arroz em todo canto e der trigo em todo canto que eles podiam fazer assim, pro lado do sul onde dá essas coisas, podia ser tudo agroecológico.

Mas eles não vê nós vivos no mundo não, nós não vale nada pra esse povão rico não, sabe o que vale pra eles? Dinheiro, dinheiro. Que o veneno e aquelas coisas botadas, mata ali os insetos todos, que vão comer aquelas plantas, mata tudo, aí eles vendem por um bom dinheiro. O gado, eles águam o capim, pra matar o mato, com veneno. Eu digo porque eu fui pra João Pessoa, ali pro lado dos brejos acolá, eu passei e tava um infeliz de um homem aguento com veneno, o mato morrendo e o capim ficando. Aí o gado vai ali comer, porque ele não fica envenenado? A água que desse pra dentro dos barreiros, que vai pra gente beber, não é com veneno?! Muito veneno, muito, muito. Daí, isso as

coisas deles se preocuparem com o bem de todos, não, vão lá roubar em Brasília e brigar, que nem um bando de cachorro da moléstia. Eu tenho uma raiva, eu vou deixar de votar, não vou votar mais nunca, não, vou não. É perdido o voto que a gente vota.

A gente vota pra que? Pra melhorar a vida da gente, e se faz piorar, porque o que a gente arrumou em doze, treze anos agora tão botando tudo pra trás, tudinho pra trás. O povo pra aposentar agora tem que pagar quarenta e cinco anos de “NPS”, os miseráveis, pobres, não podem pagar; os sindicatos pode pagar 120 e 130 e comer; vão buscar dinheiro em abono, abono... os bicho que tem fé, que vai vender pra pagar, vende, vende tudinho e não dá pra pagar. Eu escuto as coisas tudo no jornal, eu como tô doente e não vou trabalhar; vou, ligo a televisão e me deito em cima da minha cama e passo o dia assistindo e aprendendo as coisas, eu vejo quem tá falando sério, quem tá falando errado...

PESQUISADORA: Liga a televisão e conversa com os filhos também?

IN.: Converso com os filhos também, o que vejo na televisão, que eles estão no meio do mundo trabalhando, e eu que tô sem trabalhar tenho que passar pra eles. É minha filha, o que nós somos? Nós não somos é nada, vai sofrer calado. Te digo assim, se fosse todo mundo, se todo mundo sofresse, se reunisse, nós não sofreremos mais não. Não sofre, não sofre mais não. Se nós vamos fazer uma grevinha... eu vi um homem que é presidente da Câmara, aquele homem presidente da Câmara disse “Eles podem fazer greve, quem se importa com isso?”, ah, mas foi um banho de gelo. Eu digo porque vi ele dizendo com a luz dos meus olhos, que Jesus Cristo me deu, que eu me operei e tô boa dos olhos pra ver ele falando e boa dos ouvidos.

PESQUISADORA: E antigamente, como que era quando ia fechar as BR's?

IN.: Ah minha filha, a luta pra fechar as BR's, quando nós começamos logo, nesse mundo não tinha história de ocupação de terra, não tinha nada não. Aqui, em Remijo, com a licença da palavra, que vocês são jovens, nós levávamos o nome de rapariga. As raparigas iam no meio da pista pra pegar, botar corda, pro povo não passar, pra pedir de comer, um bocado de rapariga

vem roubar terra vem roubar terra dos outros e acabava ia lá pro meio da pista, trancar e botar uma corda. Sabe pra que era, menina? Pra pedir dinheiro, pra comprar leite pros menininhos que tavam no acampamento, num tinha dinheiro, os pais não tinham dinheiro pra comprar leite, nós ia pedir. Daí, nós ia ajudar, porque se eu sou uma companheira, eu estou mais você, eu tenho que lhe ajudar, não é? Não é querer só pra eu, só pra eu não, que Deus não quer só pra ele não, Deus quer pra todos, e viver em vida digna, pra todos viver. Jesus já subiu ao céu, eu li na Bíblia e encontrei, Jesus já subiu ao céu e disse “rico, meus pobres”, e os ricos quer os pobres pra que? Pra enricar ele muito mais, e os pobres ficam mais pobres e mais miseráveis. Fica tudo numa rua, tudo nas favelas, com as mulher tendo cachorro, em São Paulo, é um arruma de ladrão tão infeliz, o prefeito pra tirar aqueles povo acolá, ele não tira nem no juízo, porque ele pra acabar com aquela droga por lá, ele vai sofrer demais, ele morre e a droga fica lá mais um pouco. É minha filha, é muito sofrimento. É muito sofrimento e nós fomos muito humilhadas, e agora, quando vai estudar em Campina, em João Pessoa, quando vão estudar, pra onde é que vem? Pedir a rapariga pra fazer estágio, com a rapariga, tá vendo como é bom? E eu to pronta pra ajudar todos eles que vai naquele avião, ah mais ai vai alto. Aí eu disse, eu to pronta pra ajudar, a rapariga. Que Deus o disse, “faz o bem a quem tem faz o mal”.

PESQUISADORA: Ainda bem que a senhora está disposta a contar, né, senão eu só ia saber o que os outros dizem.

IN.: É minha filha, nós tem que saber do que é bom e do que é ruim, nós tem que saber do sofrimento e da bondade. Nós temos o direito, Deus quando botou nós na Terra, nós temos nossos direitos, dado por Jesus Cristo, nosso representante na Terra, que Deus não deu nosso direito não, que Deus tá lá em cima escutando nós. E Jesus Cristo ajuda você a fazer esse trabalho bem bom, e ajudar os pobres, que você tá ajudando a Deus. Eu vou contar uma história, que o pai velho contava. Olha, o mundo chamou, o povo de antigamente, do primeiro século que chamou, chamou Jesus Cristo quando andava no mundo, pra almoçar mais eles, aí Jesus Cristo, se virou-se num velhinho, bem velhinho, com a bengalinha se segurando, foi o dia que tratou

mal o rico pra almoçar na casa dele, quando chegou lá, o que foi ele fez? Botou os cachorros, ele não sabia que era Nosso Senhor, que via Nosso Senhor limpo, bonito, daí transformou-se num velhinho, aí foi lá, botou os cachorros. Aí quando chegou o segundo dia, falou “Senhor! Eu chamei o Senhor pra almoçar mais eu, mas o Senhor não foi”; “Eu fui, e o que você fez com eu? Botou os cachorros pra me atrapalhar, ‘vai embora velho safado! Aqui não tem nada pra tu, não!”, e Nosso Senhor voltou pra trás. Nosso Senhor tá no meio dos ´pequeninhos, e dos corações humildes. Tem gente do coração bom, pra fazer esmola e caridade, no nosso mundo tem de tudo, mas é muito difícil. Jesus disse: “É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha, do que um rico avarento se salvar”. É rico que só quer pra eles, e vi enricando, enricando e não tem nada pra oferecer. Se oferecer alguma coisa é pelo dinheiro, não tá lhe oferecendo. Se você chegar aqui, vem tirar uma experiência com eu, eu lhe digo “Vou te dar experiência por tanto”, que amor que eu tenho pelo meu próximo? Não tenho amor por ninguém. Nós temos que ver isso com nos nossos olhos. O que a gente sofre nesse mundo, quando morrer vamos pro inferno, eu digo, vivemos num inferno só. A gente tem que ajudar aqui na terra pra ser ajudado o céu, eu só quero minha recompensa no céu, quando eu chegar lá.

PESQUISADORA: Eu também quero, você também quer? Fazer o bem pra colher depois lá.

IN.: Todos querem.

PESQUISADORA: Fazer o bem pra colher depois lá.

IN.: Colher lá. E quem sabe do mundo que vocês saíram, pra vir estudar aqui, eu vou lhe dizer, é muita fé em Deus. Se você não tivesse fé em Deus, você ficava lá. Você ia caçar aquele rico pra lhe dar um emprego, pra você ganhar um bom dinheiro... dinheiro, nós precisamos de ganhar, né, nós precisamos, mas dinheiro sem orgulho, dinheiro pra fazer o nosso bem, o que nós precisamos. Pra comer nós temos, pra vestir nós temos, pra caçar nós temos, pra nossa família todinha viver numa vida digna, dada por Jesus Cristo, sem

ser comendo o suor dos outros. Se você sofre, trabalha, o seu dinheiro é um dinheiro abençoado por Jesus Cristo. Amaldiçoado é o dinheiro que aqueles homens, lá no Congresso, ganham. Aquilo é um dinheiro amaldiçoado. Aquele dinheiro não vai servir nem pra ele, nem pra família dele, nem pra ninguém, aquilo é dinheiro do orgulho, é dinheiro pra fazer o mal aos pequeninhos; não vai servir não aquele dinheiro. Agora vocês, estão lutando pra ter um dinheiro digno. O que ganhar, ganha, mas com o seu suor. Porque vai sair de um fim de mundo daqueles pra que? Porque eu já fui pra Brasília; já fui na casa das minhas filhas; e já fui pra Brasília, lugar mais longe que eu fui. São Paulo eu não fui não, ainda.

PESQUISADORA: É longe, bem longe.

IN.: É longe, é longe.

PESQUISADORA: Obrigada dona Inês, por compartilhar essa história com a gente, por me fazer aprender, olhar um pouco melhor pra fora e pra dentro.

IN.: ... pra fora e pra dentro, é o que a gente mais precisa, olhar pra dentro e pra fora. Jesus Cristo... nós estamos conversando aqui, mas ele lá em cima tá sabendo do nosso coração. Não adianta eu contar a estrelas pra vocês e por dentro estar podre. Vale a pena? Não vale não.

PESQUISADORA: Só tenho que te agradecer mesmo, por me dar seu tempo, por me dar um pouquinho da sua vida. Vocês querem perguntar alguma coisa?

IN.: Já conversei muito...

PESQUISADORA: Imagina, o tanto de gente que deve ficar... vou usar a expressão paraibana: te aperriando, falei certo? Te aperriando.

IN.: É porque o que vou te dizer, a vida aqui na Terra é uma vida passageira. E se nós não trabalharmos nessa vida, pra nós alimentarmos nossa alma, o que nós estamos fazendo? Nesse mundo, nós da sofremos, todo mundo sofre.

Por mais que você tenha na vida, você sofre. E se você estiver podre por dentro, nosso coração só tem ódio, só ruindade pros nossos irmãos. Oiá, eu digo ao menino lá de casa, porque tem gente... eu não gosto que os meus meninos bebam não, de jeito nenhum, não. Bebe porque são sem vergonha, mas eu não quero que eles bebam não, porque a pessoa deve ter o coração da gente limpo, na hora que nós estamos bêbados, nós não estamos nos lembrando de que, que bêbado é doido, muié. Bêbado é doido. Eu digo a eles, trabalhem pra Nosso Senhor, eles me dizem, “mas a gente trabalha”, mas eu digo: “Sabe como trabalha? Horando o nome de todo mundo, vivendo bem, sendo amigo de todo mundo, compartilhando o bem que tem, com os seus irmãos”. Não tem coisa melhor no mundo que você um estar bem, no outro dia você está estressado, está estressada, mas vem uma pessoa estressada, que conselho tem pra te dar? Tu vai brigar, os dois, né. Mas chega alguém com o coração humilde, e vai conversar mais você, quando da fé, você nem se lembra daquele tempo que você se aperriou-se nem nada, você fica limpa por dentro. Porque você faça isso que estou lhe dizendo, se um dia você estiver bem estressada, bem aperriada, não tem quem se valha no mundo santo, não, que nem nosso Senhor lá no céu, Nosso Senhor está muito preocupado com a gente.

Mas tem o dia que a gente está bem bonzinho, e no dia que a gente tá estressado com o dia-a-dia, você chega numa pessoa pra conversar mais você, pra lhe acarinhar, pra te dizer “minha filha deixa essa vida pra lá. Vamos nos lembrar de Jesus Cristo, vamos ser irmão de todo mundo”. Conversa uma conversa bonita mais você, que você dá fé, você não tem mais nada de ruindade pra ficar se lembrando no pensamento, tem mais não.

IN.: Um conforto e grande, do maior.

PESQUISADORA: Deixa eu ver aqui que horas são... a gente tem que voltar ainda pra João Pessoa. Eu posso te dar um abraço?

IN.: Pode, pode sim. Vamos se abraçar. Obrigada também pela presença, né? Que vale tudo a presença de uma pessoa alegre igual você. Se acheque também.

1.1.3. *ELE*

Pesquisadora: O senhor aceita que eu grave?

ELE.: Sim, sim, pode gravar sim a conversa.

Eu me chamo “ELE”, sou do assentamento Oziel Pereira, município de Remígio, Estado da Paraíba.

Desde de 1998, que a gente está nesse assentamento, a gente passou 2 anos embaixo da lona preta. Mas aí... sempre tivemos enquanto movimento, nossa organicidade, sempre passamos algumas dificuldades mas nada que não seja superado.

Quando a gente chegou no acampamento não sabia direito, aí chegou a militância do MST e começou a trabalhar a organicidade do acampamento, onde cada família construiu sua barraca de lona e também um galpão, porque a primeira coisa no acampamento é a construção de um galpão, para as reuniões e também para a formação de crianças, serve também como escola. Então essa é a primeira coisa, o galpão pra reunião e funciona como escola. Eu estudei 2 anos, em um galpão que era escola também de lona.

A partir de 2 anos a gente conseguiu a emissão de posse, aí passou de acampamento pra assentamento. Depois que passou teve a construção das casas, de alvenaria, aí foi onde cada família que estava embaixo da lona conseguiu a casa e a terra.

(Intromissão na entrevista)

A partir daí teve o INCRA fez parcelamento, onde cada família tem a casa e seus 10 hectares de terra, aí o pessoal começou a se organizar, cerca tudo, toda a área através de projetos e começa as criações. Aí vai aumentando os filhos, os filhos pra não sair de perto tem a formação. Isso serve para que os filhos de assentados não abandonem o campo, como eu que sou filho de assentado, sou formado em agroecologia, me formei na Universidade Federal da Paraíba agora em 2016.

Fiz parte também do intercâmbio a Itália, passamos 3 meses na Itália, conhecendo algumas experiências italianas e também repassando algumas experiências enquanto movimento, aí... Algumas associações e alguns

movimentos que tem na Itália e estavam um pouco desanimados, da Itália, aí quando a gente começou a contar história e levantar a autoestima das pessoas, então as pessoas dos movimentos de lá começou a falar: “Como é belo o movimento de vocês! Então, a gente pensou em desistir, mas através da palestra de vocês a gente não vai mais desistir.”

Eu fiz parte, foram eu e mais 8 companheiros, das regiões do Rio de Janeiro, Goiás, Alagoa, Rio Grande do Sul. Foram então 3 meses, fazem 2 meses praticamente que eu cheguei.

Pois bem, enquanto camponês, no campo aqui a gente sabe que a vida aqui é sofrida. Pois, já fazem 5 anos que a gente não tem um inverno, ou seja, a chuva boa, que de para você planta aqui e fazer água, juntar água nas barragens.

Então a vida é sofrida! Quem tem um pouco de animais, o pessoal, no período de seca, vai vendendo, até para diminuir, porque tem que ter a quantidade de ração adequada, sabe? Então é um pouco daí todas as famílias plantam e colhem, quando o inverno é bom, quando chove mais colhe mais, quando chove de menos colhe de menos, quando não chove ninguém colhe.

Este ano, teve uma produção boa porque esse ano choveu um pouco mais, então teve uma produção boa. Mas tem a parte dos atravessadores né? Por exemplo, quando você vai plantar você compra uma saca de milho, de feijão com um preço muito acima, mais aí quando chove e você vende no período da safra é um preço muito abaixo, porque tem muito.

Ai também nas comunidades tem os bancos de semente, para que as pessoas não vendam as sementes e não comprem dos atravessadores, por um preço mais caro. Então no banco de sementes têm um apoio, se você produziu, você guarda... espera dar um valor, um valor adequado e também guarda para um próximo inverno.

A história dos camponeses, as famílias trabalham organizadamente. Em todo assentamento tem uma associação ou uma cooperativa, onde todos os assentados são sócios e fazem reuniões mensais e outras reuniões de informações, onde nós mesmos militantes do MST, fazemos como os assentamentos. Olha vem, 5 do sertão, 5 do litoral, 5 do curimataú, mais 5 ... então a gente faz essas reuniões e também somos divididos como brigadas, por exemplo, aqui o Curimataú é um núcleo, a Várzea é outro núcleo, o Sertão

outro. Em todo final de ano a gente faz o encontro Estadual do MST, onde junta todos os núcleos.

Pesquisadora: E quem é a liderança hoje aqui?

ELE.: Esse que chegou agora pouco, o meu irmão, ele é a liderança do Estado da Paraíba. Também sou filho da Dona Inês.

Pesquisadora: Qual sua idade?

ELE.: A minha é 30. Faço 31 em 18 de dezembro.

Pesquisadora: Como você é novo!

ELE.: Chegava na Itália o povo dizia, você só tem trinta anos e têm toda essa experiência. Eu dizia;” ah, isso não é nem a metade da nossa história!” Se fosse colocar tudo que a gente sabe eu ia passa semanas e mais semanas e não ia terminar toda a história.

Pesquisadora: E você tem uma companheira?

ELE.: Tenho sim, tenho filhos. Tenho um menino, o mais velho que tem 10 e duas meninas, uma tem 3 e a outra tem 8 anos.

Pesquisadora: Como funciona, você disse que é filho da Dona Inês e tem irmãos, todos no mesmo lote?

ELE.: Quem tem família tem um lote, eu pretendo não me assenta porque mãe e pai já tá de idade, certo? Se eu for pegar outro lote, e me assentar este vai ficar perdido. Porque não tem como trabalhar devido a idade, então como eu jovem, tô aqui, ela queria passar para mim, mas eu disse que não se eu tô trabalhando a gente trabalha no consenso. Não adianta ai pegar outro lote e esse ficar abandonado

Pesquisadora: E você tem mais irmãos? A Dona Inês tem quantos filhos?

ELE.: Tem dez filhos! Têm 3 no Rio, 2 em João Pessoa, 1 em Mari, 1 em Bananeira e aqui são 3.

Pesquisadora: Que moram em assentamento?

ELE.: Em Mari, minha irmã mora em assentamento também, nos e ela.

Pesquisadora: E ela foi pra luta lá desde o começo?

ELE.: Onde a gente morava eram 4 hectáres de terra para 8 famílias, era terra de herdeiros, terra da minha avó. Então, pouco espaço para trabalhar e criar. Ai surgiu a militância do MST, a gente se integrou, mas a terra que a gente

almejava era do lado, mas não conseguimos porque a terra era do Governador né? Ai fica mais difícil as coisas...

Ai disseram, quando surgir uma nova a gente faz o convite pra vocês, então surgiu essa, meu irmão veio analisar o local, se era adequado e se não era. Ai depois veio mãe e veio e gostou do local. A gente já completou 18 anos de assentamento, no mês passado.

Pesquisadora: Qual o tamanho do lote da sua mãe?

ELE.: É de 10 hectares.

Pesquisadora: E o que vocês produzem?

ELE.: A gente produz de tudo.... A gente cria, planta milho, feijão, batata doce, jerimum, palma, forrageiro pros animais, amendoim, mandioca. Então a gente planta de tudo, mas quando você chega lá agora vê isso assim, porque terminou o inverno e o que tinha pra colher foi colhido e agora o que tá lá é só os animais.

Pesquisadora: E a comida, vocês conseguem guardar? Tem que comprar?

ELE.: A tem coisa guardada, quando dá uma fartura a gente vende, para suprir umas necessidades das casa, tipo roupa que a gente não produz né? Mas ai quando é pouco guarda, tem que guardar, armazenar em tambores.

Pesquisadora: E o que vocês compram?

ELE.: Aaaa mais os industrializados. O que não consegue produzir, tipo óleo de comida, arroz. Inclusive, tem cooperativa nossa do MST que produz o arroz e o açúcar também... Os mercados daqui, não suprem as nossas necessidades e não compram estes produtos da cooperativa porque tem pouca água. Mas farinha de mandioca minha irmã manda para cá, porque o assentamento lá de Mari produz...

Pesquisadora: Como é a relação do assentamento com a cidade? Com Remígio?

ELE.: Aqui, graças a Deus é bom. Mas sempre tem os do contra, que diz que não gosta do movimento, que diz que o movimento é baderneiro, mas na realidade não é nada disso! Quando o pessoal vê a gente na rua já diz; “olha o bando de ladrão!” Mas não sabe qual o motivo de a gente tá lá, lutando. Então, quando eu cheguei na universidade eu era também um pouco discriminado, o povo dizia que eu morava no sem-terra e eu era ladrão. Ai eu dizia; “nem todo

mundo que mora no sem-terra é ladrão, eu não sou ladrão talvez você que mora na cidade seja!” Então é uma forma de a gente mostrar pras pessoas que nós não somos o que as pessoas pensam.

Quando faz manifestação na BR, aí o povo já fala; “olha onde tá os bandido”. Mas na verdade estamos lutando por uma causa, que seja talvez até melhor para eles do que para nós. Porque se nós do movimento social não se mobilizar quem vai se mobilizar?

Pesquisadora: E me conta mais da faculdade, como foi construir essa relação?

ELE.: No início foi um pouco difícil, aí o pessoal foi vendo a minha história, aí sempre que tinha trabalho e a professora que sempre... tem uns professores que nos apoiam muito, tem uns que apoiam muitos e outros meio rígidos, mas aí a gente vai conversando, e estudando e estudando...

Aí, sempre que tinha trabalho relacionado de apresentação aí a professora dizia; “olha temos um referente do MST, ele têm esse texto!”. E também como a gente tem o centro de formação, alguns, muitos alunos viam palestra lá, aí iam me entendendo melhor, até os que me criticavam começaram até a me dá força, queria ver como era... eles diziam; “o quando for ter mobilização me convida que a gente vai! Tem que ter um aprofundamento também”

Os professores de história que também iam contando aquelas histórias... eles também foram caindo na realidade, vendo eu ali foram entendendo a verdadeira realidade. Só que também, onde tem filho de fazendeiro, é um pouco duro mudar a mente, mas no final deu tudo certo né? Aí eu dizia né; “talvez eu me forme aqui antes de vocês e acabei me formando junto com a turma!”. Aí agora, tem gente que tinha problema comigo e hoje 02 faz mestrado em Bananeira e passa por aqui conversa comigo. Outros que moram em Campinas e a gente se dá super bem sabe...

Pesquisadora: O centro de formação que você falou é o de Lagoa Seca?

ELE.: É esse mesmo, nosso centro é lá.

Pesquisadora: E me conta como é a questão da água aqui?

ELE.: Olha, a água é um pouco... sofrida sabe? A maior dificuldade daqui é sim a água! Quando chove tem água, a gente vai junta água nas barreiras, cisternas, aí quando não tem... que apelar pra um carro- pipa.

Pesquisadora: Quanto custa um carro-pipa?

ELE.: 200. 200 reais, porque é de um poço bom ali. Mas tem um que é 150 outro 180...

Ai a gente tem um barreiro, uma barragezinha ali, que junta um pouco de água. Ai tem um menino que cobra 60 reais para leva a água pra cisterna. Mas o barreiro é nosso! Mas por exemplo, se for pegar de outro canto... se pegar de AREIA que é água de poço para beber, ai é uns 180 até 200 reais, depende do tamanho do caminhão.

Pesquisadora: Esse barreiro vocês que fizeram?

ELE.: Esse barreiro ai foi através do projeto, do Banco do Nordeste.

Foi um que a Presidente Dilma lançou. Era um projeto emergencial de 12 mil reais. Porque assim, a gente estava tendo pouca água, tava chovendo pouco e a gente não tinha como armazenar a água. Ai foi criado esse programa, que é bom, mas tudo que é bom dura pouco né? Ai só foi pouco, nem todo mundo aqui teve acesso, só foi um suporte né? Por conta desde barreiro que a gente tem uma horta, para as verduras... principalmente para verduras, porque verdura a gente valoriza, preza muito! Porque se a gente for comprar na cidade tem uma quantidade de agrotóxicos muito grande em relação a sua horta, porque você na sua, porque você plantando para você é totalmente diferente... Destas hortas que a gente tem aqui no assentamento, agente faz a feira agroecológica em Remígio. Esta feira no início também teve um pouco de dificuldade, no começo o pessoal perguntava; “será que o pessoal está produzindo sem veneno mesmo?”

Então teve até professor que não diz que ia fazer análise mas, quando você chega em uma barraca compra um pouquinho em um canto, outro pouquinho em outro canto.. ai com certeza ele é de universidade e ele vai fazer análise né? Vai passar para ver se tem veneno ou se não tem. Assim, graças a Deus ele ainda não chegou com essa resposta, é porque ele não encontrou nada e nem vai encontrar. Porque o pessoal tem selo de certificado orgânico, como o pessoal vai ter selo com veneno...

Pesquisadora: Quanto tempo vocês tem selos?

ELE.: Faz uns 4 a 5 anos... não...não, faz mais! Tem que ver depois! Tirar uma foto que é tranquilo.

Pesquisadora: Como foi para ir para a Itália?

ELE.: Aaaa rapaz, primeiro eu morria de medo de avião! Ai eu dizia aos companheiros que quando tiver atividade do movimento eu ia, mas tenho medo. Ai me disseram; “tu vai agora!”. Porque eles queriam pessoas formadas na área agroecológico, dos mais orgânicos. Ai só tinha eu, como só tinha eu eles disseram; “ só tem tu vai tu mesmo, com medo mesmo!”. Ai eu disse: “ vou no quê?” ai eles: “ de avião” ai eu disse: “não tem ônibus não?” Ai falaram; “vai de navio, mas se ele afundar você não vai morrer do mesmo jeito?”

Ai eu disse eu vou! Ai quando eu cheguei em João Pessoa aquele frio no coração... Eu olhei a passagem eram 17 horas de São Paulo a Itália, Vigem Maria! RAPA... quase que morri! A minha nossa senhora...

Quando o bicho levantou vôo... ai pensei que se cair... ai eu fui e fechei a janela! Fui assistindo o computadorzinho.

Pesquisadora: Quanto tempo foi lá? Quais cidades?

ELE.: Foram 3 meses, mas não foi fixo. Eu fiquei em Cunha, Bolonha, Florencia... Mas eu e Francisco, lá de Brasília a gente rodou! Todo dia era 7h da manha e ia dormir mais de 1h. era todo dia palestra, palestra... conhecendo experiências. As palestras eram em grupos, com movimentos que estudavam movimentos....

Pesquisadora: Tem alguém que você achou interessante? Algum que queira contar?

ELE.: Logo quando a gente chegou lá, levaram a gente para jantar. Foi um convite do Comisso Agraria, tem até matéria na internet, tem foto minha de Francisco...Tinha mais de 40 pessoas. Ai Francisco já assustou e me perguntou: “ você sabia que tinha palestra agora?” “ Ai eu disse; “não sabia não, mas já que estamos aqui vamos fazer!” Ai, bom... a gente se dividiu como ele tinha mais experiência. Já tinha 65 anos, foi o fundador ele ficou a parte da história do movimento e eu fiquei com a organicidade e o trabalho nos assentamentos! Ai foi né, beleza! Assim foi seguindo todas depois, ele a história eu mais na parte da produção, como plantávamos, como eram as reuniões, organicidade...

Ai o pessoal gostou muito sabe! Todo mundo dizia que ainda sonhavam em conhecer o Brasil e as lutas, conhecer os assentamentos do MST.

Porque assim, lá não tem reforma agrária, o Governo já foi muito duro!

O movimento mais forte lá é que luta contra os trens de alta velocidade, porque querem furar uma montanha a 5 mil metros de profundidade, nessa montanha tem urânio. Ai pessoal é contra, tem confronto com a polícia. A gente até fez um ato público, e o pessoal lá até falou “ cuidado com estes atos públicos! Porque a gente está lá mas podem denunciar nos e ai arma confusão! ” Imagina sai, o pessoal lá do Brasil do MST vem aqui fortalecer isso, isso e isso. Bom, ai gente fez com um público em uma praça mas também interno com o pessoal do movimento, para levantar a autoestima do pessoal. Eles gostaram muito sabe? Eles sonham e dizem para nos pudéssemos voltar lá, com mais historias bonitas de luta como eles falam... que eles admiram muito o Brasil.

Pesquisadora: Como foi com a língua?

ELE.: Meu deus, era muito difícil... eles falam divagar ai a gente entende umas coisas, mas se começam a falar rápido... Vixi era difícil. Mas ai umas pessoas lá que falam em português, ai eles falam muito falam português melhor que eu! Nunca nem veio no Brasil. Tem muito muito curso de português, português de Brasil.

Pesquisadora: Como que levanta a autoestima de uma movimento?

ELE.: Assim, porque tudo que faz você fraquejar é o desanimo. Então por exemplo, eu tô aqui no Curimatau, movimento daqui, por exemplo se a gente não consegue juntar o pessoal aqui da nossa regiãozinha aqui para fazer uma reunião... se nos não vamos no assentamento fazer uma palestra e dizer para eles o que acontece no Brasil, porque assim, alguns sabem, mas nem todo mundo sabe o que passa no Brasil hoje, certo? Se nós não conseguimos fazer isso, não consegue juntar o povo, as pessoas vão desanimando e começa a pensar que o movimento está acabando. Porque se não chama nos para uma reunião, se não chama nós para fazer uma ato público...

Para levantar o animo desses, a gente sempre tem que estar fazendo nossas reuniões. As reuniões de brigada, sempre! Sempre tem que estar com o povo. Se alguém te pede uma informação a gente tem que ter o diálogo ali, na ponta da língua mesmo, para passar para ele, certo? Fazer com que ele se socialize com nós, com o assentamento.

Quando tem o encontro da brigada que vai todo o assentamento, lá a gente discute o que vai ser trabalhado neste assentamento, quais as necessidades... vai ter mais ocupação? Vamos em uma prefeitura reivindicar algo para uma

comunidade? Vamos atrás do prefeito para colocar luz nos postes? Ai a gente faz comitativas, quem vai atrás de onde e de que para mobilizações.

Ai a gente vai nos assentamentos e avisa, “olha pessoal vai ter manifestação em João Pessoa, vocês podem ir?” Ai respondem; “olha eu não posso mas pode ir um filho meu!” Assim, começa a somar e fazer parte da luta. Por exemplo, vamos ocupar o INCRA, vai dois daqui do Curimatau, vai mais 2 do Sertão, 3 do Cariri... e assim vai até fazer 1500 pessoas e vai. Reivindica aqui, no CONAD, reivindica o Milho, o Feijão... Vai fazer acordo nos Bancos para ver se tem projetos nos assentamentos!

Assim, vai vai... A Por exemplo vai no INCRA. Ai tem umas coisas, por exemplo o abençoado do Michel Temer que me fala: PARA QUE SEM-TERRA COM CARRO? Todo mundo do assentamento, se você tem uma moto, por exemplo se você tem CPF ele vê, ai fala essas coisas... Um absurdo, tem que andar a pé? Morrer sem nada? Você não tem que plantar e produzir dias melhores! Ou eu tenho que sentar aqui e ver o dia passar? É cada coisa, mas com isso bloqueia as pessoas, eles vêm pelo CPF. Teve assentamento que bloqueou todo mundo de acesso a ADAP- PRONAF, assim bloqueia o crédito porque tinha uma moto ou um carro! Sai de Brasília, vai pro INCRA na Paraíba, ai eu vou no banco e o gerente acessa o meu ADAP, que é para eu ter acesso ao Pronaf, se eu não tenho ADAP eu não tenho acesso a crédito, como eu vou plantar mais? É difícil.

Aos trancos vamos indo e manifestando e bloqueando.

Pesquisadora: Como o movimento está com relação ao enfrentamento com o Temer, governo atual?

ELE.: Bom, sabemos que com a Agricultura Familiar está zero! Porque assim, ocupação em INCRA em Ministério a gente sempre fez e continua fazendo! A gente não pode é isso, é parar! Porque se você dá uma olhada nos cortes orçamentários em 2018, porque de 2016 para 2017 e depois de 2017 para 2018 é uma VERGOONHA! Teve gente aqui no município de Remígio que não acessou ao PNAE que teve dinheiro que não deu para atender a todas as famílias, então a produção do pessoal aqui de Caiana, município aqui de eles planta laranja, produtor de laranja... Que vai lá de vez em quando na associação, pergunta como tá a venda lá e a venda está zero, sem PNAE e nem os atravessadores querem comprar. Para a agricultura familiar né, foi e

está sendo assim, um desastre né? Porque as únicas políticas públicas que... da agricultura familiar né, é o PNAE.

Agricultura Familiar era PAA e PNAE e era um preço justo né? A gente plantava já sabia que tinha para quem vender, mesmo se o mercado caísse lá continuava o preço. Era uma forma de sobreviver a Agricultura Familiar, porque se planejava para isso era uma forma de você não vender as suas coisas praticamente de graças aos atravessadores. Foi... uma decepção cada vez maior.

O atravessador é o seguinte, a gente tem um jerimum, uma abobora como você diz lá em São Paulo, no PNAE ou PAA as vezes o preço está 1,50, se o atravessador vem comprar ele não vai pagar a 1,50. Mesmo que seja grande a produção o preço é 1,50, mas o atravessador pode comprar até por 0,50 porque ele tem que ganhar na feira.

Pesquisadora: E para 2018? Qual que é... ?

Entrevistado: Pra 2018 a gente almeja que, talvez se eles deixarem, que o Lula possa voltar, pra vê se as coisas andam um pouco. Porque para a agricultura familiar, porque do jeito que tá.

Pesquisadora: O MST ta apoiando o PT?

ELE: não é que nós ta apoiando, certo?

PESQUISADORA: certo

ELE: nós não está apoiando, nós almejamos, talvez seja melhor deixar Lula voltar. Também que vai ter todo esse discurso... que se você chegar hoje em um assentamento e comparar com o governo de Lula, se você for falar mal de Lula para o pessoal, matam você, porque quando eram no tempo do PT, as coisas eram mais fácil. Certo?

Até pra você conversar e ter aquele diálogo com as entidades eram mais fácil do que hoje. Hoje, praticamente é tudo de direita. Tudo aquela bancada ruralista lá, que o pé é quente, que no solo leva chumbo.

Pesquisadora: Bancada da bala né?

ELE: É...

Aí a gente almeja isso né, talvez, não sei.

Pesquisadora: : Então, essa é o que ta sendo discutido? Esperança é o Lula?

ELE: Um pouco... Um pouco porque, comparado aos outros é um dos melhores, comparado aos outros.

Pesquisadora: E a questão daqui do Estado da Paraíba? Como que tá?

ELE: E outra força grande que a gente ainda tem, não só nós dos assentamentos, mas também a comunidade é o Governo do Estado. Porque se ele fosse praticamente todo de direita, pelo amor de Deus, aí minha filha, era pra dizer assim “acaba tudo”.

Porque nessa conjunta toda, mas aí a gente tem os debates, nos debates de prefeitos e pros municípios ainda vem pouco, mas sempre vem.

Porque a gente conseguiu aqui pelo projeto do Governo do Estado a gente conseguiu um trator todo equipado, também conseguiu pelo Pró Casa, que é um programa do governo com o FIDA que é um Fundo Internacional. O grupo de mulher vai ter uma construção de cozinha, certo, com todos os equipamentos. Lá em Seu Rivaldo vai ter uma indústria de beneficiamento de frutas.

Aqui em Queimadas tem outro projeto também via Governo do Estado e FIDA, que é a construção de um galpão para beneficiamento do algodão. Então aí vai.

Pesquisadora: Da onde é o FIDA?

ELE: Se eu não me engano, parece que é da Alemanha.

Porque em Frei Martinho tem projeto. Algodão de Jandaíra tem projeto. Nova Palmeira tem projeto. Picuí tem projeto. Nova Floresta tem projeto. Cutuité tem projeto. Trabalhando com grupos de interesse né, aí dá uma força maior também.

Pesquisadora: Com relação aos seus filhos? Você como pai e também foi filho de assentando? Me conta um pouquinho sobre?

ELE: Assim, tudo vai da criação dos pais né. Primeiro eu aprendi com a minha mãe com meu pai, isso é claro, e dos meus pais, o que eu herdei dos meus pais vou passando para os meus filhos. Até que tem dois que mora mais com a mãe do que comigo, até porque, porque no tempo eu vivia com a minha esposa na casa de minha mãe e eles se apegaram muito a ela. E também quando eles querem sair para ir para casa ela fica brigando “não, não vá, durma aqui”, então praticamente eles foram criados todos juntos, certo. Então a gente preza que eles vão para a escola, certo. Sair dali evidente que jamais

vou tirar um filho meu para ir trabalhar no campo de deixar de ir para a escola, não! E também eu vou triar ele do campo pra que ele vá só pra cidade, certo, não jamais, então a gente tem que ter aquele diálogo de tempo, se estuda de manhã, está certo, ajuda um período, certo, isso é com os meus e no geral também, ajuda em um período aí tem um intervalo pra fazer os exercícios. E a tarde vai para a escola, né. Então fica nesse tempo, também a gente não pode né deixar, do que a gente aprendeu. Pegar nossos filhos e só mandar para a rua e aí depois, e as consequências?

Porque a gente vê em quase todo canto as pessoas que praticamente, que não gosta de estar no campo aí migram pra São Paulo, certo, porque existe muito êxodo através, porque não tem muito emprego, e também o pessoal não está pra agricultura, vai nego pra São Paulo. Então as vezes, a gente fala assim “o homem do avião que leva os iludidos, traz os arrependidos”.

Porque você vai pra São Paulo e você pensa que é uma coisa, você vai pro Rio você pensa que é outra, mas chega lá e é totalmente diferente. E aqui a vida é muito melhor. Pra mim, jamais eu vou eixar meu campo pra morar na rua, o cara pode chegar com a melhor casa que ele tiver na cidade pra trocar aqui na minha que eu digo “camarada, tu fica com a tua e eu fico com a minha”.

Aqui eu trabalho pra mim, então eu vou almoçar eu vou a hora que eu quero, volto pra casa a hora que eu quero. Quando você tá trabalhando pros outros tem isso não, tem horário de chegada e tem horário de saída. Então pra mim, praticamente, isso é um trabalho escravo.

Pesquisadora: Vou fazer uma pergunta bem aberta.

ELE: pode fazer, se eu souber responder.

Pesquisadora: isso pra você é felicidade?

ELE: de ta no campo, é! É no campo que eu me criei e é no campo que eu quero morrer. E também jamais eu vou deixar o movimento, jamais eu vou abandonar o movimento que foi praticamente quem me abriu pro mundo. Porque antes, eu era meio que cego, só era de casa, roça e escola. Jamais eu tinha esse entendimento, esse diálogo que a gente tem hoje, também me formei através do movimento. Porque se não fosse o movimento, eu não tinha acessado a universidade, porque também foi de incentivo dos militantes.

“Ó você tem que trabalhar no campo, mas também tem que estudar, você não pode aprender só uma coisa, enquanto você puder aprender várias coisas

melhor ainda”. Então ficou aquele debate. Prestei o vestibular passei pra agroecologia, aí passou um certo tempo e “rapaz não vou estudar mais que ...” aí o pessoal do movimento sempre dizia “cê é doido, não faça isso da sua vida não, vá estudar... você estuda de manhã, trabalha a tarde, vai a tarde pra roçar, mas não deixe de estudar”, e aí foi o que me abriu pro mundo.

Pesquisadora: vontade de entrar pro movimento agora, não é não? ... Dá uma esperança.

Pesquisadora: Só uma dúvida, o assentamento é antigo, então alguém tem título aqui?

ELE: não. Essa questão do título, certo, até que o Governo atual agora, queria municipalizar os assentamentos e nós bate na tecla que não. Porque aí também quando eu receber o título da minha terra, eu posso fazer tudo o que eu quiser. Então aí praticamente, nós que somos do movimento, fica um pouco inseguro, porque se ele me der meu título, nunca, jamais que eu vou sair daqui. Só que aí quando você ganha o título, aí impede de você acessar o crédito no banco, aí já fica individualizado. Fica individual, aí você vai ter que pagar aquela taxa todo ano, como outras que não são assentamento. Todo ano paga taxa e a gente tá isento disso, a gente não paga. A outra coisa também é a venda do lote, lá pra Serra, tem muita gente que se pegar o título vende. Então a gente tem medo que volte pra mão do fazendeiro novamente, e fique no mínimo de pessoa represado pra ele. E muitos também não querem esse título, tem muitos assentados que “pra que nós quer isso?”, muito.

Agora é dois modelos de título. Um nós pega as políticas públicas e o definitivo, que é o que a gente não quer, a gente tá batendo na tecla que não, e o Governo atrás de empurrar. Ele empurra pra cá e nós empurra pra lá. Então, porque as dificuldades é o andamento de desapropriação, tem acampamento vizinho aqui que tá com mais de 12 anos já.

Pesquisadora: Qual acampamento por exemplo?

ELE: Carla marca. Que aquele no Jacaré, o fazendeiro foi pra justiça, daí ganhou aí a gente desocupou e ficou vizinho, tá rolando ainda. O processo pra andar é muito lento. A Construção das casas de Quinca Serene, já é assentamento, já faz um monte de ano aí que, vai dar uns 10 anos que o pessoal ainda tá lá, morando na casa 7, porque não teve (inaudível 43:12)... e o governo apertando, cada dia. (inaudível 43:17-43:20)

Pesquisadora: e qual universidade você tinha falado de associações, aqui tem alguma?

ELE: aqui é a Cooperativa a nossa. Tem assentamento de associação.

Pesquisadora: mas qual que é aqui?

ELE: é a Copapi. É do assentamento mesmo, porque aqui tem 50 famílias. Antes era associação, agora transformou pra Cooperativa. Porque cooperativa você tem aquele acesso de ter que comprar, vender. A gente pode vender pela cooperativa e estocar mais pra frente. Umas vendas já pra João Pessoas, através da cooperativa. Tem o trator também. Certo que a gente paga, mas paga metade do preço que veio completo que foi que eu falei pelo Governo do Estado, pelo Empreender.

Pesquisadora: e quem que ta na direção da cooperativa?

ELE: antes era eu, aí agora é outro menino.

Pesquisadora: por quanto tempo na ?

ELE: dois anos. Mas pelo período da cooperativa agora é de 4 anos, e agora com 7 pessoas você forma uma cooperativa.

Pesquisadora: e todo mundo ta cooperativa?

ELE: todos, e além disso tem uns filhos de assentados que também é cooperado. Como eu e entre outros.

Pesquisadora: grande.

ELE: temos 2 bancos de sementes pro assentamento.

Pesquisadora: qual o tamanho do assentamento ?

ELE: 999 hectares

Pesquisadora: to tentando imaginar o tamanho disso na minha cabeça.

ELE: é porque era na verdade, assim, esse assentamento era um só. Quimadas, aí teve uns confrontos internos, de pessoas mesmo sabe. Uns que praticamente era como nós de movimento e outros que não gostavam do movimento, então o assentamento foi dividido, aí lá ficou Queimadas e quem era do movimento veio pra cá. Então quem praticamente ficou do lado do movimento veio pra cá e os que vieram de fora como nós, aí hoje, a casa deles é na parcela e a nossa é na Agrovila.

Só que aí lá no lado deles é roubo praticamente toda semana, pessoal é roubado lá. Aqui graças a Deus é muito difícil.

Pesquisadora: roubado?

ELE: E: rouba, chega na sua casa, entra leva sua televisão, leva , e se você ainda tiver ainda apanha.

Pesquisadora: que isso... é por que é muito separado?!

ELE: é

Pesquisadora: aí aqui como é junto ...?

ELE: é junto se você der um grito “ou” todo mundo ajuda. E lá ninguém sai na casa do outro pra andar pra ir na sua não, porque aqui o povo é bem unido, graças a deus, se algum chegar na sua casa pra você e gritar, s vizinhos se juntam e vão lá vê.

Pesquisadora: e no INCRA ta dividio?

ELE: ta. No INCRA é assentamento Queimadas e aqui é Oziel.

Pesquisadora: ta tudo certo já. E quanto tempo faz que rolou essa separação?

ELE: Ah, desde 2000. A gente veio pro acampamento em 98. 99 pra 2000 teve uma emissão de posse, que era quando o assentamento era dono da terra, 2000 saiu as casas.

Pesquisadora: e como que era a relação entre, os dois lados dentro do acampamento?

ELE:: porque praticamente, dentro do acampamento só tava nós do MST. Como era vizinho morava tudo nas suas casas, ou em Remígio, ou em Jandapiá que era uma comunidade e nós praticamente do movimento era (inaudível 47:19)

Pesquisadora: e aí como foi depois?

ELE: teve uns que hegava ameaçando depois, e nós nem ligava. Tudo moleque. Nós jogando bola e eles chegavam pra ameaçar e nós era tudo pequeno e não podia fazer nada. Eles ameaçava mostrava arma e tudo. Era comunicado a polícia mas ... o delegado chegou uma vez perguntando aonde era a casa dele, aí tinha um menino que era maior do que nós, que mora em Remígio, e disse “é aquela casa que o senhor foi buscar a carne no Natal, o senhor lembra?”, as vezes se faz de cego né.

Pesquisadora: então era bem conflituoso nessa época né

ELE: era, por parte deles, nós não, nós até que foi construir nossas casas aqui desse lado e aqui todo munda fala com todo mundo normal. Saiu a construção da nossa escola, não sei se vocês ..

Pesquisadora: eu vi, a gente foi no banco de semente, conheceu ali do lado

ELE: o pessoal brigava pra sair daqui do assentamento, desde o início, a gente construí uma em Queimadas, no assentamento que era lá aonde a gente tava, prefeito deu os materiais, a mão de obra era nossa. Nós criança, tinha vontade de estudar, eu carreguei tanta pedra que eu quase morro de tanto carregar pedra. A gente saía um monte de moleque, no mato caçando pedra pra fazer um alicerce, nossos pais quando, ajudaram a construir, hoje, tá derrubado, hoje se você chegar lá, pedir pra mostrar o local, os banheiro tá só as parede em pé dos banheiro.

Aí eles queriam outra para colocar do outro lado, aqui em cima, aí não, vai ser lá no nosso, desde o início é nossa. Muito bonita, muito bonita, o vigia de lá, Antônio, ele tem a chave, se vocês quiserem entrar lá, acho que ele libera a chave para vocês conhecerem. Lá tem 4 salas, uma bela escola, bonita, uma paisagem muito bacana.

Pesquisadora: e vai à que série?

ELE: ali, agora, porque no município foi construído uma pelo Estado, que é até o 4º ano. Que é o 5º ano, que é a 4ª série. Isso. E a outra que construiu no município é federal, só que ainda tá no caminho. Começou meio que com a nossa lá e parou, a nosso aí, graças a deus, com luta, sempre o sonho que nós mantivemos, desde que eu era guri, que era para essa escola ter saído. Lá, como o prefeito deu os materiais, com a mão de obra a gente construiu. De mutirão e uma pessoa só chega lá e por birra dele e derruba. Fala a verdade, doendo (inaudível) .

Naquele tempo era sofrido, daí eu saía daqui, no assentamento que era do outro lado da pista, e eu ia lá para perto de Remígio, da escola, toda tarde a pé, toda tarde, toda tarde.

Pesquisadora: quanto que dava daqui andando?

ELE: daqui para o roçado dá uns 3, daí do roçado, quando não vinha de bicicleta vinha a pé para o acampamento, dava uns 3. Quando eu chegava lá, tomava banho e andava mais uns 2 a pé. Aí andava só para ir, para voltar dava mais uns 2, então de manhã ir para o roçado a pé.

Pesquisadora: andava uns 10 quilômetros por dia.

ELE: ô bem mais por dia, todo dia. De segunda a sexta.

Pesquisadora: é porque além do roçado você andava dentro do roçado também

ELE: Exatamente. (risos)

Pesquisadora: No sol.

ELE: ô, no sol. Tinha uma bicicletinha, agora com a facilidade do pessoal tem para estudar né, tem muitos que nem. Mas o menino meu, chora pra ir pra escola, chora, leva 5 da manhã, tu levanta as 4 e meia, 5 horas ele já tá de pé, tem a história do mais educação, certo e tem a aula a tarde, as vezes tem que ele fica lá na escola. Eu fico um pouco preocupado, porque passa de tempo. Ele fica das 11 horas até à uma da tarde, as 13, para começar a outra aula, aí ele fica lá tranquilo. Aí ele vai para casa da tia porque já passou por média, graças nunca foi reprovado, nunca.

Está indo para o quarto ano já, desde pequeno já estudava. Quando eu trabalhava, também sou técnico de agropecuária, trabalhava na Ateis (?), aí eu botei ele na escola particular, porque a escola aqui só tem a determinada idade, para que se ingresse na escola do município, então tem um período de tempo aí de uns 3 anos que ele estudou em particular. Quando eu trabalhava. Agora a gente trabalha, mas, trabalha como técnico em nossa comunidade, em Nova Palmeira e em Frei Martinho, pelo programa do FIDA, daí e do Governo do Estado que contratou a ciência técnica.

Pesquisadora: aí dá para complementar a renda?

ELE: :é aí, cria os animalzinho, todo final de semana ou que me ajuda e coloca em casa, que tem também a boa vontade de me ajudar, porque se deixar o povo rouba. Então é pouco que você tem para aumentar a renda, né. O desgraçado do Governo, vê a gente, em vez de incentivar né, não ele quer fazer com que a gente coloque um saco nas costas e saia pedindo esmola, porque a gente vê, tem canto que a gente chega assim, vizinho mesmo. Tem gente que praticamente está passando fome. Ai o pessoal está chegando na sua casa pra dizer não, quando era no governo anterior, oxê mais, chegava na casa mais pobre que fosse, comia carne a semana toda. Já hoje.

Chegando em Remígio, o povo vê e pergunta como é que está o governo, eu digo “ó, pra mim, eu sabia como que ia ser”, fazer o que se o povo foi pra rua bate panela, faz isso e aquilo. Cadê que não vai agora. Não vai não, se não apanha, e apanha muito e não é pouco.

Fazer o que né, andar na carruagem e esperar o futuro né.

Talvez esse sofrimento de agora tenha um futuro melhor, é o que eu fico esperando.

Pesquisadora: você sabe me dizer se aqui no assentamento o pessoal acessa o bolsa família?

ELE: acessa.

Pesquisadora: não cortou não né?

ELE: Cortou ainda não, mas já tirou uma porcentagem

Pesquisadora: acho que é isso... aprendi muito agora hein, tenho até que organizar as ideias

ELE: conta um pouco da história dela também, tem uma história muito bacana, vê se ela ainda tem o panfleto.

Quando a gente... eu tenho umas fotos ali da horta que quando chovia era a coisa mais bonita do mundo. Pessoal de João Pessoa, da universidade, de Bananeiras, de Areia vieram muito de lá para cá. Se eu tivesse um livro com uma lista de presença acho que tava cheia.

Tem outro grupo aqui, de Vânia, da feira de artesanato, que ela trabalha, muito boa também, tem experiência muito boa também, aqui desde o início, sempre morou aqui, que ela era da comunidade de (inaudível) ... faz panela de barro, tem outro pessoal lá, Dona zefinha que faz panela de barro.

Pesquisadora: Bastante mulheres aqui né?

ELE: tem, tem. As mulheres aqui, graças a deus, são bem de luta.

Pesquisadora: como é essa relação das mulheres aqui dentro, você sabe me dizer? Sendo filho de uma

ELE: a relação das mulheres é muito boa, a gente chega, tanto para trabalhar quanto para conversar. Quando chega outras pessoas também, de outras comunidades, são bem recebidos aqui. Aqui aonde você chegar é bem recebido, você almoça, janta, se você quiser dormir você dorme. Aqui é tranquilo. É capacitado né, sobre informações políticas, essas coisas todas, tem muitas pessoas formadas aqui. Tem eu que sou agroecólogo, tem gestor ambiental, tem pedagoga, tem técnico em agropecuária, historiador.

Pesquisadora: que lindo não. Poxa, curti muito.

ELE: o tanto de técnico que tem aqui formado, tem muito, bastante. Aqui tem muita história bacana.

Pesquisadora: posso tirar uma foto?

ELE: pode levar isso aí. Isso aí tem um pouco mais de história dela aí. Um pouco, porque ela quer escrever um livro. Que para nós ir digitando no computador e ela falando.

Pesquisadora: justo não. É a memória do movimento.

Pesquisadora: uma dúvida, porque Oziel Pereira?

ELE: é porque, no tempo, certo, teve um massacre em El Dourado dos Carajás. 19 companheiros nossos.

Pesquisadora: aham, é o dia da luta né

ELE: Isso. A gente tinha um companheiro do MST nós. Se trata muito companheiro e companheira, se trata muito assim. Então como ele era um jovem, certo, e o assentamento surgiu logo depois, em 98, aquilo lá foi em 96. Então foi dado o nome do assentamento em homenagem à ele.

Pesquisadora: que foi um dos que sofreu?

ELE: isso que foi morto, quando criança. Se não me engano tinha 9 anos de idade.

Pesquisadora: eu não sabia disso

ELE: por isso Oziel Pereira. Porque a gente, tentamos uma fotografia dele, mas a gente só pesquisou em tudo e não tem. Só tem criancinha. A gente fez a camisa dos 18 anos de assentamento e uma fotozinha com uma criancinha na frente, igual ele. Por isso tem esse nome. Sempre que você chegar em um assentamento vai ter um nome de um lutador, sempre vai ter.

Tem Rosa Luxemburgo, você sabe muito mais que eu da história de Rosa né. Tem Dorothy.

(Entregam camiseta)

Pesquisadora: ai que linda.

ELE: E: esse aí foi o que o pessoal fez pra vender.

Pesquisadora: quanto custa?

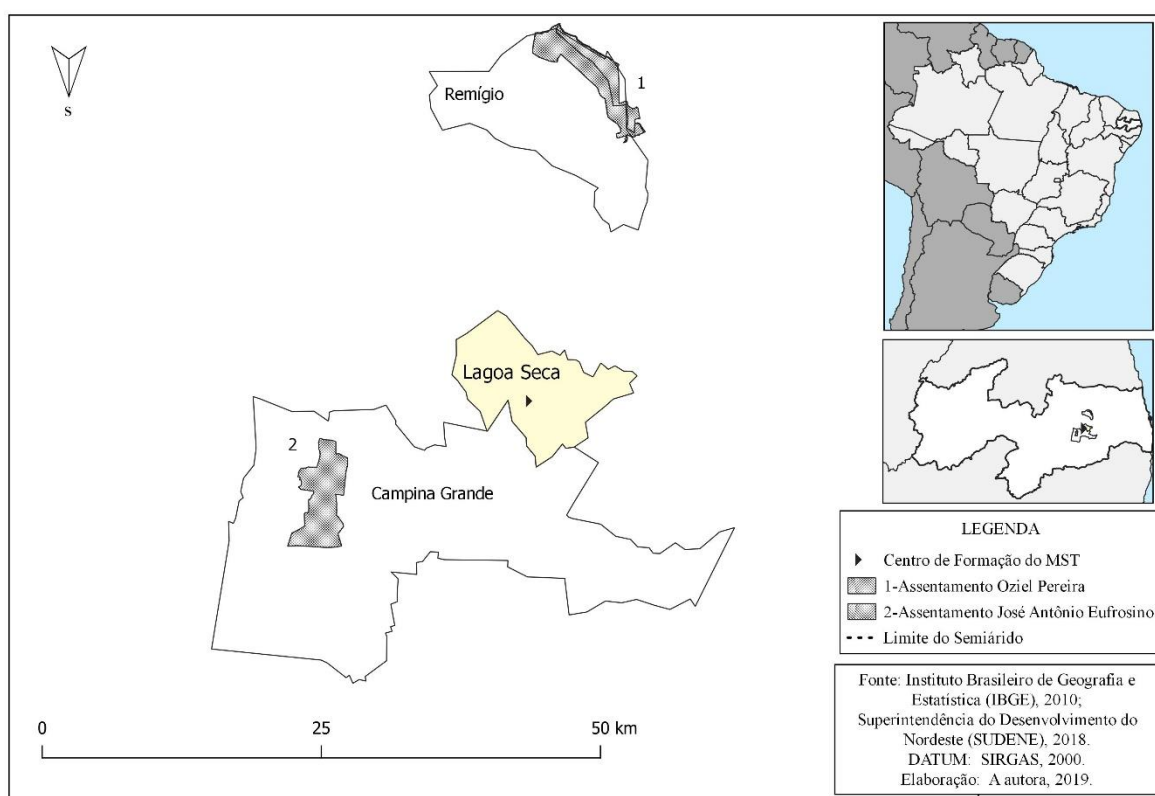
ELE: 15 reais.

Pesquisadora: tem pra mim pra eu comprar? Quero uma, vou levar. Ficou linda a camiseta.

1.2. Município de Lagoa Seca

Em Julho de 2018, voltei a Paraíba, precisava compreender melhor o papel da educação para o movimento e em 2017, não consegui marcar as entrevistas no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira Município de Município de Lagoa Seca- Agreste Paraíbano, Sendo assim, em 2018 me encontrei com duas grandes mulheres. **DI** e **GI**. Ambas eram militantes, mães e trabalhavam ativamente no setor de educação do MST-PB através das contribuições ao Centro de Formação.

Mapa 6:Localização do município de Lagoa Seca, Paraíba- Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010; Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2018. Elaboração: A Autora, 2019.

1.2.1. DI.

Pesquisadora: Posso gravar?

DI.: Sim pode!

A minha história de vida e depois o centro que você quer né?

Quando eu estava fazendo minha monografia de história, e esse negocinho aí não gravou foi nada. Meu tema foi a origem do MST na Paraíba, eu com um barrigão e não gravou nada! Eu sentei mais chorei, chorei.

Bom, vamos lá!

Eu venho de uma família tradicional de pequenos agricultores do sul do Brasil, Joinville- Santa Catarina.

Meus pais são italianos, meus bisavôs vieram da Itália, são pessoas que migraram para o Brasil, iludidas em busca de terra. Então, são pessoas muito sofredoras e que tem essa característica do trabalho, solidariedade e ajuda mutua.

É uma família muito tradicional católica, muito religiosa, inclusive essa é minha origem. Dos 05 irmãos 03 foram estudar para ser padre e eu fui estudar para ser freira. Mas é essa origem né?

Eu fui descobrir depois de que eu já estava aqui, uns 03 anos atrás quando foram buscar a genealogia da família, e tal. Ai que eu descobri, muito recente, que o convento que eu estudei foi o mesmo convento que alfabetizou os imigrantes que chegaram da Itália e está onde minha avó mora. Então veja, existe uma origem, essa origem que meu bisavô traz e meus avós trouxeram que não pode ter ninguém analfabeto, de que as pessoas precisam saber ler e escrever.

Até me surpreendi porque é uma origem que vinha e eu fico indignada ainda hoje, eu nem sabia disso, quando a gente encontra as pessoas que não sabem nem escrever. Eu sempre digo que não precisava nem de política pública pra isso, eu sempre digo com tantas universidades nós ficamos com essa diferença enorme, lutando por universidade para entrar na universidade e nosso vizinho analfabeto. Então, este é um problema crucial pro brasil resolver estamos em 2018.

Se você pegar a região, principalmente, a região do semiárido você ainda tem muita dificuldade, de pessoas que não sabem nem ler e nem escrever.

Bom, a minha origem vem dessa família de imigrantes italianos, que tinham essa sensibilidade social e de busca do conhecimento. E eu nasci neste meio e nesse meio que eu estava, era catequistas franciscanas e elas seguiam a base teórica e teológica da teologia da libertação, isso que me deu sustentação e que muitos militantes do MST também, entram por esse caminho da teologia da libertação.

Foi ali no convento que eu aprendi o que era e que tinha a luta de classes, foi ali que eu aprendi a importância do estudo, da autodisciplina, do trabalho. A igreja ela tem uma metodologia bastante ortodoxia né, de certa forma é bom, você se disciplina bastante e no amor a causa, só eu comecei a perceber as contradições internas dentro da igreja, me abriram de mais o senso crítico e eu quis ir participar das lutas.

Eu não lembro direito, teria que pesquisar, mas em 75 a primeira greve de fome da reforma agrária do Brasil que aconteceu em Florianópolis, eu soube que ia ter essa greve e pedi para as irmãs me liberar, eu soube da greve e fui participar em defesa da reforma agrária, aí eu voltei pro convento.

Lá no jejum, na greve de fome eu descobrir que ia ter a romaria da terra, em Taquarana, que era a romaria do contestado, eu disse eu vou! Aí as freiras disseram que não porque eu era de melhor “você já foi pro jejum” aí elas tiveram que liberar uma freira uma pessoa mais velha pra ir comigo, porque eu era de menor. Eu disse tá, está bom! Então, eu fui pra casa, pararam o carro e me deixaram em casa.

Aí nisso, eu já tinha tido contato com o MST pela greve e o pessoal me convidou para fazer um curso de formação, de formadores em São Paulo. Eu fui e nesse curso nós estávamos expandindo o MST no Nordeste. Aí pediram pessoas à disposição, terminou o curso na quarta na sexta eu fui embora, a primeira etapa, eram sete etapas. Aí ingressei no MST, vim pro Nordeste rodei as primeiras ocupações de terras, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Ceará. A gente tinha uma equipe que o grande objetivo era fazer ocupações, porque a ocupação é porta de entrada de consolidação do MST nos estados. Bom, aí a gente foi consolidando, eu cheguei em 89 estou a 30 anos, até hoje.

Na Paraíba, mais localizado eu estou há 16 anos, porque aí o MST também foi se consolidando, montando a estrutura organizativa após a primeira ocupação, ampliando as ocupações, criando as estruturas. Ai já não precisa mais do grupo, desse grupo. A primeira porta de entrada, a minha porta de entrada foi ajudar a fazer as ocupações, a segunda porta de entrada, ação foi as formações.

Porque pra gente estruturar o MST nos estados a gente precisava formar gente, formar militantes e formar quadros. Em eu militei durante muito tempo no setor de formação do MST, que é justamente aprender a saber ler e escrever, mas também ter senso crítica da realidade que a gente vive, então sempre fui uma formadora no MST. Eu não sei se a característica da origem e tal nós ajuda, a metodologia e a gente foi construindo.

Como definição política do MST, foi que cada estado deveria ter centros de formação política, então, a Paraíba e todos os estados a muito tempo tem centro de formação. Esse aqui é a parte de um sonho, são 10% do total do projeto. Do total do projeto porque a gente assim, agarrou a ideia, e foi atrás e continua dedicados. Hoje eu estou em outras tarefas, mas foi a decisão política de construir o centro de formação. Os outros estados têm centros, mais estruturados, mas eu também acho que as paredes não mudam, o que muda não é a estrutura bonita né? O que compõem e a forma que tu constrói ela, né? Desde o princípio a gente começou... bom já vai pro 04 ano a escola, nós temos uma parte que era alugada pelos cursos do ProNera, do lado de lá, mas com o governo a gente dispensou, o custo era alto e a gente não tem mais condições, quando a gente construiu a gente construiu com essa base, princípio da agroecologia, trabalho voluntário e o princípio que a escola é um processo em construção e que ela tem que criar dentro dela a educação permanente.

Bom então, desde a capacitação d'água, do uso e reuso de água, desde a construção agroecológica. Claro que a gente está com... Bom são etapas, agora estamos viabilizando a obra, mas estamos tentando viabilizar o sistema produtivo porque hoje as pessoas já nem, as pessoas do campo são cientes, as pessoas do meio urbano não sabe o que é uma vaca, um é de batata, um pé de macaxeira... então assim, como que é que as pessoas se alimentam e não sabem a origem das coisas?

Então a escola tem esse desafio, de ter essa característica que seja uma escola teórica, mas que a prática seja uma prática de consistência do que sonhos e o que nós queremos pro futuro do nosso país.

Claro que ainda tem muitas contradições, tipo essa parte aqui. Essa parte aqui a gente conseguiu com o MDA o recurso aí quando vai pro MDA eles tem exigências que você tem que fazer parceria com entidades, aí nós fizemos parcerias com UEPB, e tem que fazer parceria com a caixa. Então nós não podemos pegar o dinheiro e construir, mas tudo bem, foi o ponta pé inicial, a primeira pedra no espaço.

A escola também é o espaço que aglutina forças sociais do campo, por exemplo aqui ocorrem, é um espaço tranquilo, os alunos de Geografia da UFPB vêm pra cá, acolhe todo mundo, acolhe a via campesina, acolhe os movimentos do meio urbano. É uma escola do MST, mas é uma escola pra formar a sociedade. Porque o MST sozinha não vive, então a gente precisa de uma relação com a sociedade e isso acontece neste espaço também, tivemos ressentimento essa semana o congresso do povo, que cabe várias forças, ele acaba sendo uma escola pra classe trabalhadora, ela não acaba sendo uma escola só pro MST.

E então quando você relaciona, quando você estava falando da sua pesquisa, e Geografia com saúde e tal, tem a ver! Tem a ver sim!

Pesquisadora: Aí que bom, muitos acham que eu sou louca! Ouvir isso de uma liderança me tranquiliza.

DI.: Tem haver porque quando você fala de saúde, nós estamos em um momento que as pessoas perderam as esperanças, e hoje eu to encontrando pessoas que acreditaram, em uma possível transformação, e em um mundo diferente que vê um golpe, que a desovando... e que estamos vendo o movimento sindical, já não tem mais força mais organização, e esta entrando em depressão. Se você olhar os intelectuais da classe trabalhadora... assim é um desespero, porque um desespero não visualizar o mundo, não visualizar uma saída, as pessoas estão entrando em depressão. Eu tenho um amigo que não tava mais atendendo o telefone e ele disse “Eu entrei em depressão”, porque as pessoas não veem mais alternativa.

Então eu acho que a escola, o movimento... aí ele diz “vamo pra escola!”, porque ali que acontece coisas, acontece a mística. Isso também faz parte de

um projeto, quando você constrói algo, uma perspectiva de futuro e quando você faz ações com uma perspectiva de futuro as pessoas também se alimentam desse espírito de esperança. E a outra coisa que é importante haver, é os nossos centros de formação é a questão da... quando nós dizemos a escola, é uma escola que busca uma educação agroecológica, é a mudança, porque a agroecologia não é só a produção agroecológica, a agroecologia vai além do produto sem agrotóxico, ela vai além de produzir uma comida saudável.

A agroecologia tem o dever de construir novas relações sociais de igualdade, igualdade né? Então essa é uma escola que prima muito e ela começou por cursos de juventude, para que a juventude criasse sua autoestima, pra que a juventude criasse uma identidade, a identidade do camponês. E quando nós terminamos duas turmas de resistência jovem aqui, nessa escola e que depois você foi visitar eles, que eles disseram que eles não vão mais sair do campo, porque eles viram no campo alternativa e que na cidade não tem alternativa, que eles viram o campo como uma saída e um lugar bom de se viver, inclusive de saídas econômicas pronto, nós cumprimos a função para o que nós nascemos.

O campo significa, o que significa a relação do jovem do campo com a saúde? TUDO! Aquele jovem ali ele vai viver muito mais, porque ele vai produzir comida saudável, porque ele vai produzir outras relações de produção, porque ele vai reconstruir a vida dele, ele não vai para a cidade e não vai estar sujeito a depressão e sujeito a não ter uma comida saudável, se você olhar essa relação é uma relação óbvia.

Se você olhar aqui no espaço, a gente tem muito cuidado com essas coisas, de aqui... aqui já aconteceram cursos na área da saúde, específicos. Afinal, a saúde não pode ser olhada só pelas plantas medicinais. Quando uma pessoa é saudável? Quando ela tem perspectiva de vida, quando se alimenta bem, quando tem a capacidade de sonhar, então as pessoas são saudáveis, porque quando ela perde a capacidade de sonhar ela não é mais saudável, ela perdeu a alegria a esperança, aí entra vários fatores.

As pessoas têm vários sintomas, que a gente nem percebe, mas causa é de ela não estar bem, como ela mesma. Eu não sou médica, mas sei que quando eu to muito estressada a minha fuga é a horta, minha fuga é a horta ou estar o

meio do povo, lá o povo tem mais problema que eu! A terra é troca de energia, é um elemento natural, inclusive muito usado pra doenças tipo de pele e tal, como a argila. Me desestressa!

A escola tem muito a ver com isso, aqui na escola a gente é preocupada em manter as plantas medicinais e preservar isso. Então essa semana tinha um grupo com dor de cabeça, muita enxaqueca: - aí preciso ir no hospital. Aí eu disse: - pera lá, eu não fiz curso da saúde, mas minha mãe me ensinou um negócio. Aí eu fui, fiz um chá de alho cheio de plantas medicinais da escola. Aí o pessoal veio me agradecer no outro dia. Aí eu disse: -isso que dá vocês só acreditam na medicina branca! A alternativa está dentro da casa da gente, nomeio que a gente vive. Que a gente também não acredita mais.

Em síntese a escola tenta criar esse espaço, desde o processo de construção dela, desde o programa de formação dela... é claro que o alimento a gente não consegue ter o alimento totalmente produzido na escola, porque uma escola ela precisa de muita mão de obra, e bom... nem sempre se tem tanta mão de obra disponível, porque seja a nossa base social são assentados. Dentro dos cursos, a gente preserva a questão de que tem trabalho, no período que estão aqui, como processo educativo, aqui não tem empregada, ninguém faz nada por você! Tipo, todo mundo tem que lavar sua louça, limpar seu banheiro suas salas, são coisas que parecem pequenas, mas não são tão pequenas, porque vivemos em uma sociedade que tem sempre alguém que faz por nós e não valorizamos o trabalho, então o nosso espaço do movimento tem atenção nisso, práticas pedagógicas que visam quebrar com as estruturas que a sociedade nos impõem, que alguém faz e eu recebo!

Então é um espaço que tem preservado o processo de formação pedagógica, eu posso estar aqui afrete de uma sala de aula, mas as cinco horas eu vou estar lá na horta, se precisar eu vou estar lavando uma cozinha. Então é assim, nesse sentido o processo de ensino, as pessoas que vem elas fazem e assumem trabalho. Vamos supor a gente pode ver uma pessoa que faça a comida, que venha cozinhe e a gente compra a comida tudo direitinho, mas mesmo assim, organizar o espaço é educativo. Acabou de comer, vai lavar sua louça, se quer um espaço seu, limpe. Porque a gente vem de uma cultura escravista, por exemplo, sempre tem alguém que faça por nós e principalmente quando a pessoa tem um poder aquisitivo um pouco maior, aí ela contrata

alguém para fazer pra elas. Isso é uma cultura brasileira, na Europa não tem isso. A cultura do doméstico. Na Europa, o salário da empregada doméstica é o mesmo que do professor, agora no Brasil...

Pesquisadora: E como é a relação da escola com a Via Campesina?

DI.: A Via Campesina, para funcionar precisa de movimentos fortes; a Paraíba tem movimentos do campo frágeis, porque os movimentos que compõe a Via Campesina são o MPA, o MAB, os quilombolas, os indígenas e o MST. Não sei se você conhece a história do CPT, mas horas eles dizem que não querem participar da Via, porque ela não é movimento social, então a gente também não força mais... horas vem, horas não vem, horas tentam unificar. O Movimento Atingidos por Barragens (MAB) tem uma base social em dois ou três municípios aqui, muito frágil organicamente; o MPA aqui nessa região eles estão tentando vir um companheiro da nacional, mas eles não conseguiram ter um movimento de massas de pequenos agricultores. Então isso fragiliza a construção da Via Campesina, porque ela é construída por movimentos fortes, o movimento quilombola é muito disperso na Paraíba, eu não sei qual é a base, mas a análise que a gente vê do movimento quilombola, é que ele é muito dirigido por ONG's, não são os quilombolas que são autores do próprio movimento, mas é uma ONG que organiza os quilombolas. Isso é um olhar meu de fora, é a minha percepção. Aí nasce um movimento forte aqui na Paraíba, que é o Polo Sindical da Borborema, só que ele não compõe, porque a nível nacional não existe em canto nenhum, isso é tema específico da cidade da Paraíba, que cultua antes de nós, o MST, a agroecologia. Então, ele é um movimento sindical forte do campo, que tem base social, que movimenta 4 a 5 mil mulheres por ano e que tem várias experiências na área da agroecologia, da produção de sementes crioulas, então é inegável que eles tem um movimento forte só que falta uma pitadinha neles, que de luta, porque eu posso defender a agroecologia, mas se eu não mudar as estruturas eu não tenho a agroecologia, eu to ali pensando, uma fragilidade enorme, mas uma referência para Paraíba, Brasil. Eles têm bons quadros, mas toda movimentação tem suas fragilidades, mas a gente tem se aproximado.

A gente tem tentado se aproximar da ASA, que é a Articulação do Semiárido, por uma necessidade de unidade das forças. A ASA que tem poucos movimentos sociais dentro dela, são mais ONGs, então vamos lá, né,

devagarzinho, sentindo o terreno, mas eles também nos olham com olhos aguerridos, mas eles, jogando uma pitadinha da luta... Mas a gente construiu boas articulações, nesse caso, eu acho que a Via Campesina tem dificuldade de engrenar por essas várias características, temos esse desafio de ajudar, mas não podemos nos meter muito e temos insistido em busca da unidade, e todo mundo sabe que sozinho não vai ninguém nessa conjuntura, a conjuntura nos obriga a ter unidade, isso é importante, nessa desgraceira toda de golpe, o que restou é a busca da unidade. Você consegue reunir, no Brasil todo, 80 forças sociais para construir o congresso do povo, isso é muito bom. Aqui na Paraíba nós estamos construir isso como caminho de unidade, ainda cada um conversando no seu canto, mas eu acho que o congresso do povo é uma pitada acertada que estamos construindo na conjuntura, porque, me diga, qual a outra alternativa de organizar o povo e fazer movimento de massa e trabalho de base na sociedade brasileira?

Uma professora que tá aqui, que veio conhecer a escola, disse que universidade não tem mais movimento estudantil, sindicato de professores não tem mais! nós vamos ter que ver onde vamos construir isso, acredito muito que vai ser nas periferias das cidades, em outros cantos... E o que sobraram da academia, do meio estudantil vão ajudar a organizar esse povo, mas lá dentro, sei lá se rola ainda. Problema é montar esperança, porque aí a gente vai fazer o que? Parar? Todo mundo está com medo de perder o emprego, mas nem tão pouco é isso. Mas pode fazer uma pergunta aí...

Pesquisadora: Eu queria saber, mais uma curiosidade, essa questão das mulheres que você colocou, eu percebi que muitas lideranças aqui da Paraíba são mulheres, pelo menos as que me colocaram em contato, como que é essa relação com a figura feminina, a sua visão sobre isso.

DI.: O processo migratório do Nordeste, fez com que elas assumissem os dois papéis: o papel de cuidar dos afazeres domésticos e o papel de alternativa econômica. Porque na década de 30, nós tivemos a migração dos homens para construir São Paulo e Brasília, e quem fica no campo? Ainda hoje, se você pegar algumas regiões do estado, do alto sertão, a maioria dos homens foram tudo pra São Paulo, e na cidade ficam só as mulheres. Esse é um fator, que eu acho determinante para que as mulheres consigam ter uma visão mais ampla, porque ela acabou sendo a mãe cuidando dos filhos, vendo alternativas

econômicas enquanto os maridos saíram, e ela começou a ter uma visão do todo e buscar uma alternativa e se envolver nas lutas sociais.

Nós teríamos que buscar uma base mais científica, mas... Margarida Maria Alves, Elizabeth Altino Teixeira, vem após luta, após período de desenvolvimento e isso pode ser pela necessidade das mulheres de ocupar os espaços, e pelo papel que ela cumpriu nesse processo de formação do nordeste. Claro que agora, mais recente, tem mais oportunidade, mas as mulheres sempre tiveram que se virar, não tinha esse negócio de marido estar do lado, de ajuda... elas sempre tiveram que se virar nos 30. Então essa característica do nordeste é diferente do Sul, se nós formos olhar. Eu nunca estudei muito essa coisa, mas ela tem uma origem, principalmente no Nordeste, no semiárido, que a gente teria que estudar. São relações, que foram sendo construídas quando a mulher se viu sozinha com os filhos, e foi criando hegemonia e autonomia.

Eu não posso fazer esse comparativo, por exemplo, eu tenho uma origem sulista, sempre fui muito autônoma, mas isso é uma coisa da minha geração. Teria que analisar um pouco as mulheres daqui. E por essas características, quando tu chega nos próprios assentamentos, quem é que cuida da horta? Quem é que cata ovo? Quem é que vive na produção da existência humana? São as mulheres que produzem a comida. Os homens, eles não produzem comida, eles querem algo que dê renda, porque eles acham que são responsáveis pelo dinheiro da casa. Só que na agricultura é ao contrário, certo? É a comida na mesa.

A agricultura demora muito, pra você colher uma macaxeira são seis meses. Então o tempo de produção é diferente pra quem mora na cidade, que toda semana, todo mês tem uma produção e uma renda fixa, no campo é outro, e muitos deles ainda vão buscar uma renda extra fora para garantir o que não se produz no campo. Então, as mulheres também começaram a perceber isso, no campo.

Pesquisadora: O que eu tenho me deparado nessas visitas é que sempre tem uma cozinha coletiva que faz pães e bolos que são levados para as feiras, que são organizadas pelas mulheres; o banco de sementes, quase sempre são as mulheres que estão presentes.

DI.: Porque são elas que se preocupam com o alimento.

Pesquisadora: Com esse planejamento mesmo, de meses pra...

DI.: Então, elas acabam virando as lideranças. Por exemplo, a Suelen, a nova presidente da cooperativa, o pai dela faleceu e era o "mandachuva", e ela assumiu a cooperativa, e hoje ela coordena tudo. Se você vai aqui no assentamento Oziel, só as mulheres. A sociedade machista traz a responsabilidade da mulher cuidar do filho, todos os dias estar com os filhos, ter que deixar na escola, pegar na escola... isso te limita a ficar em um lugar mais fixo. Então as mulheres nos assentamentos, isso começa a limitar elas também, ela não podem sair muitos dias, elas tem uma tarefa diária, porque numa sociedade patriarcal, o pai não vai levar as crianças na escola, se preocupar que tá na hora da escola, que tem que dar comida pra criança ir pra escola, sobra para as mulheres isso. Então, ela, dentro do assentamento, vai se organizar porque quem acaba resolvendo os problemas das crianças, da educação dos filhos, da alimentação são elas, então elas vão buscar o coletivo para resolver esses problemas. Porque os homens não acham, eles estão preocupados com o econômico, e como no econômico a sociedade está desestruturada, que acaba resolvendo os problemas são as mulheres. É uma lógica um pouco missista, mas o econômico faz elevar o nível de consciência, a necessidade faz elevar o nível de consciência e a necessidade eleva as relações sociais. Eu sozinha não posso sobreviver, então eu preciso me juntar a outras pra dividir as tarefas, então é uma necessidade da própria lógica do sistema, que faz eu ser solidária, me faz buscar cooperação.

Pesquisadora: Isso faz sentido, tem me pontuado muito nas análises das entrevistas, sempre tem essa questão.

DI.: A referência da CPT, é uma mulher, a referência do MAB é um, do MST são as mulheres, do Movimento Sindical do Campo são as mulheres; o sindicato de Queimadas é dirigido por mulheres, elas são fantásticas e se tu visse a estrutura que elas tem, elas que se metem com os monstros. Mas a própria situação obriga elas a tomar esses espaços aí você vê. Aí vai adquirindo consciência, porque a consciência não é adquirida individualmente, o saber é coletivo, é uma relação de convivência entre as pessoas. Eu não aprendo sozinha, então as relações sociais me fazem elevar meu nível de consciência, por isso que as mulheres são conscientes.

Pesquisadora: Outra coisa que eu queria te perguntar também, da última vez que eu vim, com a professora Maria Franco, ela ia dar uma aula para um grupo de jovens que tava aqui e isso me chocou um pouco, porque eu vi muito forte a discussão da questão LGBT dentro do movimento. E eu queria saber como está essa discussão? Eu me deparei também com isso na ENFF, quando eu fui estava tendo uma movimentação. Como isso está sendo aceito dentro do movimento?

DI.: Eu acho que está bem tranquilo. Foi criado um coletivo LGBT do movimento, eu acho que já foi bem mais forte, mas hoje é muito tranquilo, na nossa direção tem três LGBTs. As pessoas também vão amadurecendo, claro que é difícil, a gente achava que era muito difícil lá pro camponês, mas não. Há uma maturação com relação a questão LGBT, e nós também fizemos muito estudo, a Expressão Popular lançou um livro LGBT, nós fizemos muitos debates no adm, na direção estadual, nos espaços... o próprio grupo Gente Própria fez uma mística para a direção. Então eles também estão sensibilizados da importância de estar se organizando e levando pra dentro, eu acho que está bem tranquilo isso.

Claro que a gente tem que ter cuidado, e eu tenho muito, e a nossa classe tem que ter cuidado porque nós buscamos a igualdade, então não importa se ele é LGBT, se ele é negro, se ela é mulher, se ela é jovem, mas nós temos que trabalhar em equipe, como um ser humano e com igualdade social, com igualdade de espaço, igualdade em tudo. Porque se nós não trabalharmos as pessoas sem trabalhar a igualdade entre as pessoas nós vamos estar criando as estratificações que não vão acumular pra luta, nosso inimigo é o mesmo, então a gente tem que ter cuidado para não supervalorizar um e deixar outro. As vezes nós temos que voltar, por exemplo, nós temos o extremo do machismo no campo, então muitas vezes aquele machista do campo é muito pior do que o LGBT, o jovem, a mulher e como é que vai fazer com aquilo? Pra mim, aquilo é muito pior. Porque a gente com a olhar só gênero, só mulher, jovem e LGBT e o cara lá, que é pior que esses três, então a gente tem que ter cuidado porque eu acho que os machistas que tem que estar aqui porque senão, daqui a pouco, nós vamos virar guetos e mais guetos e nós não fazemos a luta de classe, porque o projeto neoliberal, o liberalismo, quer a fissão da classe dos pobres; eles querem separar os negros para um canto, os

LGBTs para outro, jovem pra outro. Porque eles sabem que quando há unidade dessas classes, há a possibilidade de mudança, então a gente tem que ter muito cuidado com isso.

Mas eu acho que a gente está bem tranquilo com isso, nós temos representantes LGBTs em todas as instâncias, temos representantes da juventude, tem representante de mulheres. E agora nós estamos fazendo um estudo sobre a questão negra no Brasil, então o MST está se dedicando a um grupo de estudiosos próprios do MST, que nós vamos avançar nesse debate também. Cuidando para não fracionar a classe, mas criar autoestima para que essa classe se una e lute junto, por exemplo, as crianças no MST são parte integrante da organização, Os Sem-Terrinhas, Ciranda Infantil.

O MST e as organizações tem que fazer é unir os seres humanos, como que você unifica os seres humanos, independente de raça, cor, gênero, sexo para criar algo novo, esse é o nosso objetivo. Quando você começa a discriminar internamente, que seja uma criança, você está desconstruindo isso tudo o que você tem, então, como você constrói isso agora? Esse é o desafio e não é fácil, mas eu acho que o movimento cresceu muito nisso, por incrível que pareça.

Pesquisadora: Está mais aparente isso, eu diria.

DI.: Claro que se eu falar pra você lá de 1990..., Mas na hegemonia da estrutura tem uma preocupação com isso.

DI.: Você quer me fazer alguma pergunta?

Sabe porque o MST é briguento? Pra levantar a esperança. Hoje eu cheguei, tinha um grupo de professores aqui, “Ah porque você não vai...”, ah, mas gente, eu briguei com os professores, vocês estudam demais, vamos embora ouvir o povo, eu vou mostrar o povo. Aí os intelectualoides ficam “ah, mas o nazismo...”. Quando a gente estuda demais, não consegue mais pensar, eu digo, que nada, esse Bolsonaro doido o que, nem o capital vai querer apoiar ele e os caras “ah que o nazismo, não sei o que”. Gente, mas se nós criarmos a esperança e morremos dentro dessa dúvida, vocês vão ver de tudo dentro dessa universidade vão ficar doidos. Chamei eles pra reunião agora, do congresso.

Outra coisa, o gás, as petroleiras agora com essa coisa dos caminhoneiros, foi bom, ficou todo mundo no zap “vai ter golpe e não sei o que”, mas ninguém foi pro meio. Eu cheguei lá e disse, qual o problema de vocês? Vocês querem o

que? Não sabiam responder, o dirigente sabia, mas os outros caminhoneiros não sabiam. Vocês estão precisando do que, concretamente? “Olha, nós estamos cansados de comer lanche, nós precisamos de comida, comida quente. Pois tá bom, peguei as coisas assim, quem pode doar as coisas e a escola vai fazer uma comida pra vocês. No fim da história foi bom, nós servimos lá mesmo, no final fizemos um forrózinho para eles, nós fizemos uma amizade e no outro dia nós íamos fazer uma feijoada e ia levar, cheguei vi as faixas do golpe das coisas tudo quebradas, disseram que quebraram tudo hoje, os meninos, e nós com medo, eles infernizando. Eu digo, e o inimigo, tu acha que ele era besta? Ele sabia que tinha que infernizar a classe trabalhadora, porque se a classe trabalhadora se junta-se, se une-se, tinha ferrado esse país; aí os de esquerda burros ficaram lá, olhando zap, votando porque é golpe. O motorista lá, lascado, caminhoneiro fudido sem direito trabalhista e nós não vamos estar lá no meio? Vamos! Tinha lugares que eles não queriam MST, mas nós vamos assim mesmo.

Mas a greve dos caminhoneiros foi destroçada pela mídia, porque a continuidade da greve foi massacrada de uma maneira impressionante, “não, que não tinha mais motivo que justifique a continuidade da greve, todas as pautas deles foram atendidas” e nisso eu vendo na televisão ao vivo uma coisa interessante, uma declaração que eram vários autônomos, que o que foi decidido não representava eles e nisso a polícia federal e o exército chegavam pra notificar, dizendo que eles tinham que sair e tal, aí o cara pega e fala assim, “não, a gente não vai sair não, a gente não concorda com o que foi decidido e tal”. Aí depois você lê no jornal que a pauta não era deles, mas como não é se uma parcela deles diz que não, que o que deram não era suficiente e eles dizem que o preço do diesel não era suficiente, que eles têm família, que eles dependem do dinheiro da gasolina e outros combustíveis e tal. E a clareza que as pessoas estavam interpretando nesse momento e que muitos intelectuais não tiveram, de fazer fala “ah tem que se ferrar mesmo! Apoiou o golpe!” e esse tipo de fala. E foi muito interessante, porque afetou a circulação. Terminamos de gravar? Porque agora vou te apresentar a atual coordenadora da escola.

1.2.2. GI

Pesquisadora: Eu posso gravar essa entrevista?

GI.: Pode, pode sim!

Eu contribuo aqui no Centro de Formação Elizabeth João Pedro Teixeira, desde a inauguração foi 14 de Dezembro de 2015 e a gente fez homenagem a João Pedro e Elizabeth Teixeira, geralmente no movimento a gente não costuma dar nome a espaços que as pessoas ainda estejam vivas, mas já existia um espaço João Pedro Teixeira, não sei essa informação. A gente tava também querendo resgatar essa história de gênero. Então por que a gente vai colocar só nome de mulher? A maioria tudo é homem! E aí durante a reunião coletiva a gente sugeriu, que tal a gente colocar João Pedro e Elizabeth Teixeira? Com toda a importância que teve nas ligas camponesas... ela com seus mais de 80 quase 90 anos, acho que já é até mais né!?

A minha contribuição na escola ela se deu a partir do momento quando eu comecei a contribuir no Núcleo De Extensão Rural Agroecológico, eu sou bacharel em Agroecologia e durante esses estágios supervisionados, tinha várias Organizações e nas escalas ninguém cria ir pro MST, então a atividade e tal organização, eu vou! Ai sobrava às atividades do MST, quem ia? Gi!

E aí, eu ia né!? Comecei aí. Assim a princípio bem devagar, preconceituosa também com o movimento, eu não conheci o movimento era só aquela questão dá o que a mídia falava que a mídia mostrava.

E aí eu conheci a pessoa de Dilei e ela me fez um convite para vir para escola.

E aí desde então a gente vem contribuindo nesta parte de formação, de educação e o principal, que eu acho, que a escola propicia é a vivência. A gente tem vivência com vários tipos de coisas e pessoas.

É eu acho que é um espaço privilegiado, porquê tudo acontece no centro de formação é igual a Florestan, é um mundo de diversidade! Então tudo que é ligado à saúde, a produção, a educação, a formação e a finanças, de certa forma tudo passa por aqui!

E nesse período, o que eu mais acho incrível no movimento é a questão da solidariedade. Isso é o quanto eles são solidários, principalmente em relação às percas.

Assim, na nossa dinâmica, na minha por exemplo, é muita aquela coisa do EU, isso aqui é meu! Esse desodorante é meu! Esse sabonete é meu! Essa toalha é minha! E foi um choque assim pra mim, quando eu comecei a participar dos espaços do movimento, porque tudo é muito coletivo, resgata né? Resgata o ser humano, resgata aquela coisa de cuidado, muitas vezes...

E ele pode chegar e falar, ou as vezes nem precisa dizer: -Olha eu não tenho! E a gente pode virar olhar, se sensibilizar e falar: - Olha, fulano ta precisando de alguma coisa! Vamos contribuir, vamos ajudar, vamos dividir!

Eu vejo que o movimento não só trabalha com a luta de terra e de reforma agrária, ele trabalha muito também com a humanização! E o resgate do ser humano, é uma visão assim, minha.

Pesquisadora: Você falou que Di te convidou, como ela te convenceu?

Gl.: Bom eu já tava um pouco desgasta... De fazer tipo escritório e aquelas caixinhas, a universidade é muito caixinha! Tipo assim é aquilo. Não tem aquela visão holística! É a matéria, é o resumo, é a prova, é aquilo. Então, quando Dilei me convidou eu aceitei, justamente como desafio e pensando em mim também, o que era que essa experiência podia me melhorar como pessoa?

Eu via muitos meninos indo para mestrado, indo pra doutorado e eu assim, ainda fazia algumas falas; - Se vocês quiserem ser professores universitários vocês estão certos! Mas se vocês quiserem trabalhar em organização ou dar alguma acessória em ONG ou Instituto, eu acho que a gente vai ter que ter uma experiência primeiro!

Então vamos devagar...(pausa reflexiva) eu acho que no final das contas, já fazem 8 anos, eu fiz a escolha certa. Eu vejo muita gente dizendo, ai eu preciso passar num concurso se não eu vou ficar desempregado!

Ai eu digo; - Se você tivesse vindo pro MST você não ia estar desempregado nunca, por quê sempre tem trabalho, as pessoas sempre vão precisar da sua contribuição, seja ela voluntária, seja ela com ajuda de custo. Foi bem assim.

Pesquisadora: Como funciona a sua relação aqui dentro como profissional? Você recebe salário?

Gl.: Hoje nós, todas as pessoas que contribuem no centro recebem o que a gente chama de ajuda de custo! Para custear as despesas, ai tem período que tem, tem período que não tem!

Fica essa ajuda de custo, esse trabalho, como um trabalho militante. É um trabalho também que você não tem hora, não é assim das 8h às 12h e das 14h às 18h, aqui têm trabalhos assim, que a gente precisa dormir, tem atividades de até 10 dias corridos é 10 dias que você fica, você dorme, participa das aulas... e também tem período que se a gente não tiver nada a gente fica com, trabalho de campo é bem flexível em tudo, nos horários, tudo!

Pesquisadora: Você tem filhos?

Gl.: Tenho dois filhos, uma com 21, uma que já está na faculdade e outro 12, que ainda estuda.

Pesquisadora: Como é a sua relação com o trabalho e com eles?

Gl.: Bom, é um pouco complicada, principalmente quando se trata de dormir! Eu às vezes fico querendo dormir em casa, porque moro pertinho, mas sabe... A gente tem que fazer alguns sacrifícios, até para se desenvolver como pessoa. Dizer, minha mãe, minha mãe... É o trabalho dela, não tem muito o que fazer! Então se eu trabalhasse no comercio, outra coisa... Eu teria até um tempo para ficar com eles, mas talvez não rendesse tanto! Porque tem que ir para casa, fazer as atividades, eu tenho que lavar, tem que passar... Fazer todas as coisas. Muitas vezes, isso não acontece quando você tem um trabalho regular, mas aqui eu me dedico aqui! Mas em casa, quando eu chego em casa eu digo não, to em casa. Eles entendem é pro bem deles também!

Eu sou divorciada. Meus filhos ficam mais com meus pais.

Eu sou filha única sabe, eu casei, nunca sai de casa, me separei, também não sai de casa, então nunca sai de casa e ficou a família.

Pesquisadora: E seus pais com relação ao movimento?

Gl.: No começo foi bem complicado né? Meu pai principalmente, eu sou de família de sertanejos. Então, quando eu cheguei em casa dizendo que eu ia

contribuir no movimento meu pai... fechou! Assim, fechou, fechou, fechou o tempo!

Ele disse; - a gente se dedica tanto, pago escola, fica não sei quantos anos na faculdade, e agora vai trabalha com isso! *(imitando a voz do pai, tom bravo)*

Ai começou, né!

Vai ocupa pista, fecha rua, vai fazer isso, vai fazer aquilo, vai queima pneu... *(suspiro profundo)*

Ai ele disse; - Olhe, e chegar alguma confusão aqui eu chegar carro de polícia atrás de você aqui... olha, eu vou dizer que você nem minha filha!

Foi bem assim, foi bem sabe... É tudo que aquilo bem pesado do que a mídia passa!

E aí eu fico contando, fazendo um relato das experiências que a gente faz, as pessoas não perguntam; - mas você não fica com raiva? Claro que eu não fiquei com raiva, como eu vou ficar com raiva gente? *(alteração no volume da voz)*

Tipo assim, você não pode ter raiva de uma pessoa que não tem formação, de uma pessoa que só tem aquilo como fonte de informação, ele só tem a televisão como fonte de informação, não sabe o que é isso! Então assim, eu não tenho como ficar com raiva! Eu não fico com raiva... *(sorriso discreto)*

Pesquisadora: Você falou do seu pai e a sua mãe?

Gl.: A minha mãe já é bem mais tranqüila, ela sabe que quando eu digo, falo que vou fazer uma coisa, eu vou! Nem que depois eu me arrependa, mas eu vou, mas tem dado muito certo a experiência do movimento, é Enriquecedor! Enriquecedor para vida, pra alma.

Principalmente para mim que venho de outra realidade. Assim, eu não sou filha de assentado, não sou filha de acampado, eu sou filha única! Então foi como se fosse o inverso da coisa, e eu tenho, eu tenho aprendido muito, muito mesmo!

Pesquisadora: E o seus filhos com relação ao movimento?

Gl.: Bom, a minha filha já ta na faculdade, já tem 21 anos, então ela já tá toda voltada pro trabalho, ela já trabalha, às vezes eu digo; - tu tem que deixar de ser alienada! Tu ta alienada, é isso que tu quer para tua vida? Ai ela diz: não é isso que eu quero! Ai eu falo; Então tu, ta na faculdade e já arrumou um emprego. Mas tem que começar a pensar e ela só quer a independência né? Ai

eu digo; que independência é essa que tu quer? Só independência financeira? Trabalhar só para pagar o que come...

Já o meu filho não, o meu filho mais novo mas quando tem atividades de sábado ele participa aqui, vem comigo né!

Gl.: Como é a sua relação, sua função aqui na escola?

Aqui na escola aqui na escola minha função é na parte mais administrativa e financeira né? Aqui é escola mas dentro da escola a gente criou uma associação, Associação Elizabeth e João Pedro Teixeira, nós somos registrados, nós temos cadastro, nós podemos participar de chamadas de qualquer tipo de programa. Então aqui a gente também, faz um link para prestar serviço. A minha função aqui é prestar contas, tanto as contas de espécie, mas fazer a parte administrativa e burocrática mesmo.

Pesquisadora: Essa prestação é pro MST?

Para a direção Estadual e também para o contador. Nós temos um contador que é pago, para prestar contas essas partes de órgão federal, municipal.

Pesquisadora: Sobre essa parte de finanças, na Florestan eles cobram uma taxa para as jornadas, taxas simbólicas aqui também tem?

Gl.: Essa taxa não existe aqui. Tipo preciso dormir e paga tanto! Tipo, essa é taxa cobrada para turmas, se a turma vai vivenciar uma semana aqui escola, fazer um curso... Aí como a gente faz? Faz um cálculo e essa taxa é definida. Mas tipo para pessoas, amigos do movimento, estudante assim não! Isso é para turmas de fora do movimento, o cálculo é para alimentação essas coisas, mas se esporadicamente as pessoas precisam dormir, ou esporadicamente precisa de alimento, não!

Pesquisadora: Como a escola se mantém então?

Gl.: Com os cortes do governo, agora tá uma situação bem complicada! Ultimamente a gente se mantém devido uma parceria que a gente tem um Instituto da Espanha e dos Países Baixos, é Benício. Esta tendo um curso de Gestão e cooperação. Então nós fechamos sete etapas, já tá na terceira e até Novembro do ano que vem, de dois em dois meses, essa turma com 40 jovens está aqui na escola. Então é eles que praticamente, até Novembro do ano que vem, mantém a escola! Com todos os gastos, com os gastos referentes aos 40 educandos. Dessa taxa paga por eles, então a gente faz um planejamento para

se manter, como é de 2 em 2 meses então, o recurso que entra nesses 10 dias, mantém.

Pesquisadora: Me conta um pouquinho da cisterna?

Gl.: Romildo, bom nessa parte bem interessante a gente agora vai falar com Romildo, que é o rapaz que está responsável pela parte de infraestrutura da escola, e ele acompanhou todo o processo da cisterna.

A cisterna é feita praticamente toda de ferro, ela só recebe 4/ 5 quilos de cimento. Uma faixa de uns 05 cm de concreto.

Pesquisadora: Quantos litros cabe aqui dentro?

Gl.: Média de 3.500 litros.

Pesquisadora: Quanto tempo de água pra escola da quanto tempo de água?

Gl.: Rapaz, não sei exatamente, essa conta ainda não fiz não! Mas tem temporada que fica com muita água e tem temporada que fica com pouca água.

Pesquisadora: É a única fonte de água da escola?

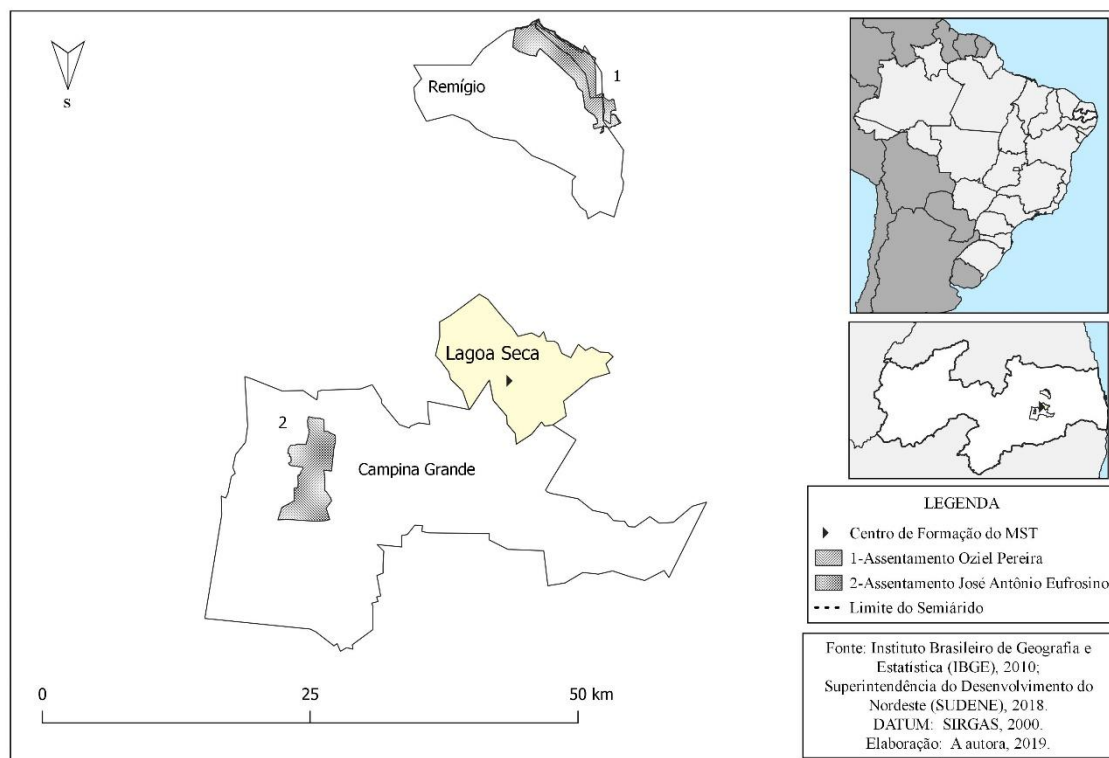
Gl.: A gente furou um poço, um tempo atrás, mas não deu água não! Agora é cisterna e água da rua, a cisterna é pra diminuir os gastos, mas tem chovido muito pouco, não enche!

Pesquisadora: Quem foi que fez?

Gl.: Essa aqui foi doada por uma ONG, e foi um professor que ajudou a construir. Mas quem mandou a vinda, pagou a vinda do professor pra ensinar a fazer foi o governador, mas não sei direito como é isso não! Eu estou aqui a 1 mês, ou um pouco mais que isso! Cheguei tava começando a construir.

1.3. Município de Campina Grande

Mapa 7:Localização do município de Lagoa Seca, Paraíba- Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010; Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2018. Elaboração: A Autora, 2019.

1.3.1 AB e JQ

AB: aí em 51 começou o açude...Daquela região, era a região mais pobre que existia no chapado da Paraíba era o Cariri Paraibano. Cabaceira, São João do Cariri, Serra Branca... é, São Domingo, Boqueirão... É aquela região toda ali. Daí o Cariri, da Paraíba, é ali. E eu nasci ali e eu não tinha dificuldade, meu pai tinha 15 filhos e vivia bem. Criava, criação de bode, milho, gado.... Da adaptação. E eu me criei uma parte como índio, do mato, né.

Na minha época, no Cariri. Você que é acostumado com o agreste, o brejo, litoral , você acha que no Cariri não tem vida pra ninguém, mas é o lugar melhor que existe. Se chama O Cariri. E eu saia de casa e eu vivia do mato... e eu criança, eu saia de casa de manhã e chegava de noite. Andava dentro de serra, tudo, e vivia. Me alimentava do mato. Ai meu pai saiu de lá disse que ia procurar outro lugar melhor para viver, sobreviver, e ele arrumou aqui, tinha um conhecimento em Campina Grande...

Aí que foi que meu pai fez, foi procurar um lugar melhor. Pior, pior do que ele morava, foi aqui no distrito de Campina Grande. Lá era muito melhor pra gente, quando a gente chegemos aqui, nos sofreu demais... A gente costumava trabalha muito, né, e descemos...

É a mudança... Mas hoje é bom demais... hoje você vê, as dona de casa tem bolsa família, tem não sei o que, não sei o que mais, tem aposentadoria, tem a educação, busca na porta a criança. . Quando eu era criança eu ia no lombo do jumento e ainda tinha que buscar água, ia buscar uma carga d'água com três léguas de distância, 4 ampureta d'água. Você sabe o que é ampureta?

Pesquisadora: não sei

AB: é um barrilzinho de pau assim ...

JQ: é mais ou menos desse tamanho.. (explicando para pesquisadora o objeto)

AB: exato, eu chegava em casa lá, eu ia com 4 lata d'água, tomava meia lata d'água no caminho e chegava com 3 e meio. (risos) Eu rio muito comigo, porque no debate eu conversando essas coisas e eu gosto de fala do passado, o passado é melhor data. O passado é exemplo. O passado é coisas que a gente descobre e a gente traz pra hoje e tem que continuar né... e eu rio muito comigo, eu falo muito com essas coisa, eu

saia buscava, eu carregava com três latas e meia água, porque eu tomava no caminho de tão quente que era. (risos)

Pesquisadora: três léguas é longe...

JQ: é três hora, você andando 3h

Pesquisadora: então uma légua demora uma hora?

JQ: Isso

AB: é, são dezoito kilometros

JQ: se for uma pessoa que anda, se for devagar aí dá mais.

AB: aí o povo de hoje em dia ... hoje tudo é de bom, vocês tava em João Pessoa pra vir em 1 hora e tão aqui agora ó. Antigamente pra ir pra João Pessoa ia em jumento.

Pesquisadora: quanto tempo dava uma viagem dessa?

AB: Saia de Cabaceira pra aqui de Patos, de Patos pra Cajazeira, a gente carregava ... ia pegar carga de rapadura, de farinha, aqui nos brejos pra levar pro sertão. Era 15 dias. Eu saia de Cabaceira com 4, carregado com 9 saco de caju, chegava aqui, fazia a feira, comia metade da feira, porque eu tinha comido no caminho. (risos). Hoje, tudo é fácil... É que o povo de hoje são muito exigente. As coisas era mais fácil, os caminhão água vem botando água na porta da gente, antigamente era eu que botava, hoje os caminhão água é a prefeitura quem bota. E o povo ainda é tudo bravo.

Pesquisadora: E a água tá vindo sempre?

AB: agora não, porque agora tem água né, nos tanques, tem água suficiente.

Pesquisadora: chovendo né?

AB: É está chovendo... nós se encarrega de botar...

JQ: mas durante a seca tem a Prefeitura como o Exército também bota. Eles cadastram no sistema e bota, frequentemente, pra não faltar água pro pessoal, e a Prefeitura bota em toda a cidade.

Pesquisadora: certo... deixa eu me apresentar direito né, já cheguei e várias histórias e já. Eu não sei como que a M. contou né. Eu sou lá de São Paulo, eu estou fazendo uma pesquisa com o movimento, aí eu tenho uma paixão pela Paraíba desde

2015, eu vim pra cá fazer um intercâmbio na UFPB aí imagina né, nunca tinha visto nada, apaixonei, não tem explicação pra isso, dei uma apaixonada pelo semiárido. Aí surgiu a oportunidade de fazer uma pesquisa, pro meu mestrado, aí falei a não eu vou estudar a Paraíba, só que como não tinha condição de eu vim morar aqui, pelo menos no Estado, aí agora eu to no segundo ano de pesquisa. Aí o que eu pesquiso, minha ideia é conhecer histórias, principalmente dos movimentos, conhecer gente, gosto de conversa.

JQ: pronto agora deu certinho com esse AB, da pra perceber né (risos)

Pesquisadora: Gosto disso mesmo, a minha pesquisa ela é basicamente eu quero entender como que o MST ele articula na Paraíba, como vocês entraram no MST, como conheceram o MST e contar a história do MST, porque? Porque eu também estudo a Argentina e lá também tem uma região de semiárido, tem uma região que eu estudo que também é seca, também tem a questão do semiárido. E aí eu queria entender do que a gente tem do Brasil e que tem na Argentina que possa ser igual ou diferente. Nas histórias das pessoas que vivem o movimento, então não é muito dado de números, eu lido com história, com a vida. Aí eu conversei com a M., já fui, L. e eu fomos em novembro né, a gente foi no Oziel Pereira, conversar com a Dona AD., conhecer como funcionava a sementes da paixão lá, pra mim tudo isso é novidade, porque ler em livro é uma coisa né, vê a cisterna num livro é linda, até chegar e vê de verdade né. E aí a gente ta nessa empreitada.

JQ: leva ela pra conhecer o cuscuz de milho

Pesquisadora: humm

AB: (risos) cuscuz de milho cozido, na base, esse é bom

Pesquisadora: não tem em São Paulo, eu conheci cuscuz aqui.

JQ: ai meu Deus do céu, ela não conhece o cuscuz de milho, aquele que eu vou esquentar, nem que seja um pouquinho... Ele toma com café todo dia. Aqui eu faço o cuscuz de milho de manhã e o xerém a noite.

Pesquisadora: o que é xerém?

AB: xerém é um angu, tem gente que chama de angu, mas xerém é um angu é outro

JQ: o xerém é o milho moído miudinho... O angu é feito a massa da milho. Eu conheci o cuscuz em João Pessoa. É porque o milho hoje, a gente tem dele aqui, porque a gente trabalha com a sementes da paixão, e o milho da gente é de qualidade, o milho que não é transgênico, o milho transgênico é o milho que não é bom pra saúde da pessoa. Então, veja, o milho que não é transgênico, que é o puro o legítimo que é da semente crioula. Porque a semente da paixão não é o nome da semente, o nome da semente da paixão é o milho crioulo. Ai significa a paixão porquê? Porque você é apaixonado por aquele milho. Entendeu? Você é apaixonado!

Porque a semente da paixão, a minha mãe, meu avô e meu bisavô eles guardaram aquele milho porque eles tinham a paixão por aquele milho. Milho bom, de qualidade, puro, sem veneno nenhum. A paixão é por causa disso, mas o nome científico é semente crioula, é do princípio de Adão e Eva, vem desse tempo. Ai com a paixão do povo... criaram a sementes da paixão.

Pesquisadora: semente da paixão é bonito né?

AB: é lindo, é lindo... eu sou apaixonado! Eu pego a semente e guardo porque é uma paixão.

Eu tive um intercâmbio no estado do Pernambuco, lá eu fui pra uma tribo de índio. Ai eu cheguei lá e disse, sabe sou muito transparente, se eu tiver que dizer algo pra você eu viro aqui e digo, de cara a cara. Seja onde for, não tenho medo de fala pra ninguém. Eu cheguei e disse: vocês são índio e eu não sou, mas eu sou descendente de índio de muitas gerações já, mas só de descendência e sou mais índio do que você, porque eu não uso... olha eu tenho 72 anos, nunca fui no médico, assim pra ver alguma coisa, mas nunca baixei em um hospital, nunca fui internado, eu não tenho esse negócio de pressão alta, não tenho esse negócios que eu nem decoro. Eu chego lá e o médico diz: você não tem nada! Eu sou uma pessoa que não sou depende, de nada!7porque eu sou assim? Por que a minha comida é uma comida tradicional, é uma alimentação saudável. Eu não como frango, não como ovo da granja, o porco da granja eu não como... a carne bovina eu só como as que eu conheço, eu conheço a qualidade de carne. Eu só compro carne em Campina 30 anos, com uma menina, hoje é mãe de família e, eu só compro com ela.

Porque? Sabe, a minha semente é a semente da vida, é crioula, feijão e milho...Minhas vacas de leite, são bem organizadas, eu as vacino contra tudo, bem tratadas. O queijo de qualho eu como do antigo, hoje você não come queijo, porque o meu eu faço aqui na minha casa, minha era uma profissional do queijo e eu aprendi

com ela, o queijo qualho, o de manteiga, tudo aqui o que eu como eu aprendi com ela. É comida que não tem agrotóxico, tenho meu canteiro de coentro minhas cebolinhas, tudo... galinha eu só como de capoeira.

Nós temos uma coisa que nós temos que amar, que é a nossa saúde, a nossa vida! Tem uma palavra na bíblia que diz: amar o próximo como amar a ti mesmo. Você já pensou? Eu amar a ti como eu me amo? Será que eu te amo? Será que eu tenho isso com você e com você. Mas é difícil e eu me amo. Olha, viver não é todo mundo que sabe viver não. Cachaça eu nunca tomei, fuma eu nunca fumei... porque eu vou me mata? Se eu fizer isso eu não to me amando não.

Quando eu trabalho com jovem, eu faço trabalho com toda a espécie de gente, eu trabalho com gente e sabe a pior coisa do mundo é trabalhar com gente, mas eu só do o que é bom as pessoas. As pessoas da Universidade de Campina Grande vêm sempre aqui, 60 a 70 pessoas, e é bom dividir isso com as pessoas... se a gente for conversar sobre isso, dá trabalho mas a gente vive.

Pesquisadora: me conta, as sementes da paixão, você tem elas desde seus pais ou veio do banco? Conta pra mim

A gente tem desde o tempo dos meus avôs, vem antes dos meus pais as sementes. Eu tenho um milho que é da semente verdadeira, o milho jabatão.

JQ: o nome científico é JABOATÃO.

AB: não isso é em Recife, aqui é jabatão.

JQ: homi tá no livrinho

AB: então o livro tá errado. O milho que eu tenho aqui, que é também da minha mãe, veio com meus avôs, o milho batitê, quem criava ele eram os índios. É um milho pesado, uma lata de jabatão... olha 60 litro são quadro latas de jabatão de batitê só é três, uma diferença né? Não é todo mundo que tem não, eu tinha muito dessa semente ai acabou, de dividir... ele da uma pipoca gostosa, o pessoal acabou com ele.

Ano passado eu tava num encontro das sementes da paixão, em Boqueirão, e veio um rapaz de Princesa Isabel, no alto sertão, ele trouxe de lá e eu adquiri a semente dele, plantei mas parece que não vou lucrar. Mas vou adquirir de novo com ele, porque é bom, novo. Olha, Carol, a semente da paixão o significativo dessa semente é exigente, tem gente que diz que tem mas não tem, não é todas que é semente da

paixão. Eu tava em um encontro em Boqueirão, eu sempre vou, sou cadastrado, varias pessoas apresentava que tinha sementes da paixão e não era.

Pesquisadora: como é que sabe?

AB: é que tem um laboratório que leva e testa né, ai vê na hora que não é.

JQ: eles veem se tem transgênico, faz na hora.

AB: veja bem, isso é que nem a saúde da pessoa, veja bem, não tem diferença não! Se eu planto esse campo de milho aqui, tudo semente da paixão de primeira qualidade, o jabatão; ai vai meu vizinho e também planta, mas o milho híbrido, o transgênico, ai contamina isso aqui tudo. Eu tenho semente da paixão ? tem não!

Pesquisadora: e ai, como que faz?

AB: Ai tem o banco de sementes, que você viu, a gente tem banco aqui, com sementes de qualidade. Pra não atingir essa gangrena como se diz, eu pego o meu e troco a transgênica, e joga fora, acabo com a semente. Porque os vizinhos não se importam não. Por isso que te digo ter sementes da paixão é difícil, é eu e os vizinhos. A gente faz logo isso com muito cuidado, o maior do mundo, não tem a paixão eu tenho que cuidar das sementes como eu amo meus filhos, da minha esposa, se eu amo eu tenho que zelar e estar disposto e ter cuidado.

Pesquisadora: as suas sementes estão aqui ou tudo no banco?

AB: tem assim, um pouco aqui e um pouco lá. Primeiro a gente tem o lucro de sementes, ai abastece o banco e tem em casa. O banco é pra ajudar quando ninguém tem aqui sementes pra plantar. Somos um grupo, 7 famílias, abastece o banco. Quando o povo vende a semente para fazer comida, fazer canjica e não guarda ai tem o banco. Ai chega, no banco e pergunta: o banco tem semente? Ai eu digo: tem! Tu leva um saco de milho e traz dois! Pra manter o banco. Agora, ele leva a semente, planta, traz dois sacos, e ai tem que testar, pra ver se ele vem puro se teve paixão.

É muito difícil milha filha, o teste é caríssimo. Olha o governo do estado disse a mim, na festa: Seu AB, temos que ter contato com todos os proprietários de banco, vamos fazer um cadastro pra gente comprar a sementes da paixão e distribuir pro povo.

Aonde é que o governo faz isso? Eu disse na cara dele: Governador, jamais que o senhor faz isso! Por que o senhor não faz, porque o senhor vai contratar pra comprar

a paixão, eu chego lá tu vai querer me vender o milho que é meu, é da paixão e tudo nosso!

Sabe, ele compra e nunca vai saber se é puro e ainda vai vender. O teste... a gente sabe até no olho sabe? Dá para ver de longe!

Hoje o povo é tudo na miséria, você me desculpa dizer isso, mas o povo hoje só compra o que não presta. Só come o que não presta

Pesquisadora: semente da paixão é a resistência da alimentação é resistência da alimentação?

JQ: com certeza! Sabe porque o governo não empodera a semente da paixão? Não valoriza? Porque quando você compra um transgênico ele só dá um ano, o primeiro ano você planta e dá, no segundo ano nasce pequeno, caroço pequenino, não serve a semente. O jabatão você planta 10 anos ele dá igual, mesmo gosto e mesmo tamanho. Então porque o governo não ajuda? Seja o municipal ou estadual, federal, porque não dá retorno a ele, você só vai comprar 1 vez, o híbrido você compra todo ano, todo ano você dá dinheiro a ele, por isso eles não investem.

Pesquisadora: A sementes da paixão tem um apoio aqui né? Da ASA, da ASPTA?

AB: tem apoio mas é de ONG. É de trabalho de quem quer trabalhar. Mas do governo não tem a ajuda é de boca.

JQ: eles fazem isso pra ganhar nome, ano de eleição

AB: se eles chegassem é falassem: AB vamos liberar uma verba e comprar sementes e cuidar e guardar, aí eu ia falar que eles dão um apoio. Olha, o apoio que eles dão pro agricultor é até uma vergonha eu falar aqui pra vocês e pra gravar, o apoio.... eles mandam, eu mesmo fui pegar isso lá em Esperança, eu trouxe onze mil quilos de milho e de feijão, de lá. Toca 3kg para cada agricultor, tudo transgênico. Você não pode guardar, igual JQ falou... pra você todo ano dar produção a eles, lá pros Estados Unidos, os tal de Americano, que é pra gente não ter produção nenhuma, é pra ir pra eles pra produção pra eles, essa é a ajuda que nós temos. Pra que essa ajuda? Você vai lá recebe 3 kg de feijão e 3kg de milho, eu planto 8 hectares de terra aqui, 4 sacas de milho. Vem 3kg onde eu planto? Esse milho é pra assinar o livro lá, que agente é cadastrado pra no dia que a gente aposentar ter aquela prova que é agricultor. Que pegou... isso é uma política interna, lá dentro, escondida, embaixo do munfun, lá embaixo. Que é pra quando você for buscar, eles dizem isso aqui serve pra sua aposentadoria, vc leva o comprovante de votação, tem que levar pra adquirir milho

transgênico e aposentar. Isso é uma política cachorra, sem vergonha que não vale nada!

Pesquisadora: para te prender!

AB: Para te prender sim! A gente vai, assina o papel é uma prova! Mas não interfere não a gente joga fora.

JQ: Sabe a gente teve o recurso pelo INCRA, uma verba que se chama unidade demonstrativa, uma verba que criou nosso banco, sai via INCRA do governo que você constrói uma padaria, uma cozinha, você opta por alguma coisa, nós usamos pro banco e pra uma padaria! Fez os dois.

AB: Mas isso aí, essa ajuda é tudo por força da gente, porque se a gente não for lá brigar e não sai nunca, é exigir porque é o único meio.

JQ: Assim, a mídia deprimi muito a imagem do movimento, porque diz que o movimento quebra, bagunça faz isso e aquilo outro. No meio da mobilização tem gente que se junta pra realmente fazer isso, vandalismo mas são poucos, não é do movimento, pega uma camisa e um boné fala que é mais não é! Entra para fazer isso. O movimento quando entra no ministério da fazenda, quando paralisa uma BR, quando paralisa um órgão público a gente faz aquilo porque a gente está em busca dos nossos direitos, se os trabalhadores tivessem se unido nunca teria passado essa reforma trabalhista, o povo tem força. Jamais teria saído, os trabalhadores perderam os direitos que foram conquistados e agora fecharam os braços. É isso que o movimento faz, ele vai em busca dos direitos, uma boa saúde, uma boa educação uma boa moradia, sobreviver e viver, ter terra para planta, criar... e criar seus filhos, poder ter terra para sobreviver dela, é isso que o movimento faz, mas a mídia não mostra esse lado. Ela fala olha lá está parando não deixa trabalhar e essas coisas, não mostra as nossas pautas, o porquê aquilo ali está parado, porque se não for com luta não vai!

Se o pessoal fosse pra luta Michel Temer não ia fazer o que está fazendo, ele está tirando tudo, tirando tudo, tudo, tudo do povo pobre...

AB: ele já tirou!

JQ: essa reforma da previdência vai terminar de mata o povo, o porque a agricultora, uma mulher vai se aposentar como 60 anos? Como vai aguentar? Você trabalha no campo você se desgasta mais, se acaba mais rápido do que trabalhar na rua, a mulher do campo vais e acabar! Com dois anos aposentada pronto morreu.

Ele já acabou com o Ministério da reforma agrária, ele quer acabar com a reforma agrária porque ela tira dos ricos, dos grandes latifundiários que está com a propriedade ali só entrando dinheiro e não produzir nada para dar quem precisa... para dar a uma pessoa como eu!

Eu não tinha onde morar, eu morava no terreno dos outros e tava sendo expulsa. É isso que a Reforma faz, o Temer está com os grandes latifundiários. Antes da Dilma sair, nossa presidenta, passa propaganda da agricultura familiar, hoje não passa mais, hoje é agrotech, agrotudo, como o futuro do Brasil. O agropop sabe? Mas essa agricultura não fica no Brasil, ela é toda exportada, o que fica aqui é o bagaço tudo que é de boa qualidade, bom mesmo vai pra fora e exporta. Sabe, quem sustenta a comida, a alimentação do povo brasileiro é a agricultura familiar, 75% é daqui, mais da metade! Ai temer acaba com a figura dos assentamentos, então é isso... é isso que o MST faz, a gente para as coisas. Um tempo atrás agente parou o Ministério do trabalho, sabe porquê? Porque tinha PRONAF e crédito mulher que não saia, o governo segurou, então assim, a gente precisa desses créditos para viver então a gente foi lá e parou! Ai sabe o que saiu? Movimento SEM TERRA está quebrando tudo no ministério do trabalho, os vagabundos, os vândalos, os bandidos.... mas não sabe que no assentamento tem pai e mãe de família que vive da terra aqui, eles não mostram isso. Eles não podem mostrar pro povo apoiar, jamais!

Pesquisadora: como que você conheceu o MST?

JQ: Eu, antes eu morava em um sítio, a 15 anos atrás. Eu morava lá, na terra de um senhor lá. Um conhecido meu convidou a minha mãe, hoje ela mora comigo. Minha mãe que disse sabe, ele era conhecido e me explicou, que precisa de gente, que tinha onde morar onde fazer nosso cantinho, que eu ia viver e não só sobreviver. Sabe, eu não tinha onde morar, morava na casa dos outros, tinha uma menina de 03 meses... ele foi e disse: tua mãe vai pra lá, vamos pra lá? A gente faz um cadastro e arruma um cantinho para vocês, ai disse: bora!

Eu vim, fiz um barraco e comecei a trabalhar, ai 1 ano depois veio o cadastro do INCRA, em 2003 eu vim saiu em 2004, o RB o documento do INCRA, ai o cadastro vai pra Brasília tem uma serie de critérios, você não pode ter nome sujo na justiça, a ficha criminal, não poder ser funcionário público, municipal, estadual e federal, não pode ter cargo. A casa foi em 2005, em 2008 saiu a reforma. Em 2005 tive o credito da habitação, da casa e da cisterna, depois de muita luta e muita briga no INCRA conseguimos a casa e construir a casa e a cisterna.

Pesquisadora: e vocês tiveram ajuda da ASA?

AB: uma parte da ASA e outra do INCRA.

JQ: Porque todas as casas saem como semiárido e aí sai a cisterna junto, algumas casas saem com a cisterna grande de plantar, a duas águas, duas cisternas. É tipo a calçada sabe? É uma cisterna maior, 52 mil litros, a de casa é de 16 mil, é feito um cimentão para ir pra cisterna a água e não do telhado igual da casa.

AB: falando do movimento, para você saber melhor. Em 2001, eu fui convidado pra fazer um curso prático de veterinário, um professor aqui da região, passei na prova fiquei em segundo, sempre falei que queria ir pro Cariri comprar uma terra, e criar bodes, porque eu sou de lá do Cariri. Aí o professor que me contou dessa terra, aí eu disse do Sem Terra, quero nada!

Quero não porque isso é coisa de roubo! Meu pai, imagina se minha família me ver me tira da família, mas mesmo assim ele me trouxe, aqui e eu fui ficando. Eu achei bom, mas tinha duas coisas, dois movimentos o sindicato e o MST. Eu vim mais velho, eu tinha experiência e fiquei no dois, pra ver o melhor e quem era o certo, na reunião de um e de outro. Sabe eu difamei muito o MST, falava que não dava certo que era um bando de desocupado, aí eu comecei a separar na minha cabeça o que era e o que não era. No sindicato não era certo, eles são privados, que luta não coletivo, com o povo... o movimento eu via o coletivo, um povo de parcerias, que queria ver a melhora de qualquer um, que não separava as pessoas... sabe, podia ser usuário de drogas, ladrão, de qualquer coisa errada, o movimento agregava essas pessoas, quem era o melhor era o MST. Aí eu fiquei. E isso ajudou no meu desenvolvimento, de pessoa melhor.

Foi passando os anos, ficou eu e ela (JQ) como referência aqui no setor.

JQ: na formação e educação.

AB: começaram a trabalhar com a gente e viram que a gente levava bem. A gente começou a conhecer o que era um movimento social, fazer acontecer, sem fazer diferença com ninguém na luta, é uma guerra pra enfrentar e a agir e não fazer só, tudo isso eu e ela, aprendi aqui. Agora... eu deixo o trabalho, eu to a 18 anos no movimento, tem falhas, eu vejo falhas no movimento, porque ninguém é igual. As vezes você deixa o certo pelo errado achando que tá certo, isso acontece, você nunca está certo no 100%. Sabe, meu pai dizia assim: perca tudo que você tem, mas não perca teu nome! Não é verdade?

Se você vem em casa, e eu vejo que você tem uma palavra segura, que tem por onde caminha... aqui você sai e eu digo a JQ essa menina tem tudo pra isso mas, se você chegar aqui mentindo eu sei, eu descubro. Não é porque eu vou perguntar pra teus colegas, é por você, o teu corpo fala! Um dia você vende tudo que você é, sincera ou nem sincera eu vou saber. Sabe, foi isso que eu encontrei no Movimento Sem Terra, e eu digo: eu sou movimento!

E digo, ninguém adquirir nada com governo, porque governo nenhum dá nada para ninguém, eles tiram. Eu sai de um congresso em João Pessoa, porque eu falei o seguinte, nessa guerra que teve agora, o que o político devia fazer com a nação para equilibrar o mundo, não faz, não dá a prioridade ao povo, e não colocar a prioridade que leva o povo a miséria. O Governo Estadual ou Federal, chega em uma cidade como Campina Grande, que já é uma cidade poluída, faz um conjunto habitacional com 2500 famílias, se você coloca 5 pessoas por família, dá muita gente! Ele pega bota, 2400 famílias ali dentro, você paga 50 reais da casa, mais 70 do gás, vem 50 reais de energia, dá 320, 100 da água, 420 e o salário? 600! Quando, tem salário, porque o governo vai fazer uma fábrica? Bota emprego para aquelas mães e aqueles pais de família? Não vai! Vai deixar morrendo de fome, com dívida e emprego não tem pra pagar.

Eu ando pelas áreas do semiárido, por todo canto pelo movimento. Eu encontro fazendo de 8 mil hectares, abandonada com dívida, no banco do Nordeste, na SUDENE! Lavagem de dinheiro. Porque eles não pega esse dinheiro das fazendas e põem essas famílias com 5 ou 6 filhos, que ficam abandonadas nesses conjuntos. Meu Deus, essas crianças não tem uma roupa, o que vestir pra se apresentar pro emprego, vai exigir dos pais que não tem também e vai o que? Vai ROUBAR! É direito deles ter dignidade minha filha! O governo não olha direito.

Pega um jovem desse, bota na zona rural, coloca pra trabalhar pra ganhar seu dinheiro e produzir... criar, seu gado seu cavalo, com um campo de futebol, trabalhando, lutando pela sua vida, ganhando dinheiro e negociando... o governo não faz isso não, é um governo pra miseráveis! Mas o Movimento Social, o MST, trabalha nisso dia e noite, para todo mundo ter um travesseiro pra por na cabeça pra dormir! Eles querem acabar com a gente, com os pobres, com o MST no congresso... mas sabe, estamos em luta e vamos vencer eles, para deixar eles em terra e ver eles perderem e o povo ganhando. A nossa luta é pra isso, pra mostrar pros corruptos que eles estão direito da mãe de família, dos jovens, que a gente vai continuar tendo

saúde! Eu pago os impostos, temos direito, a gente quem bota essas corrupto pra fora, a gente quem vota, eles estão lá porque nos botamos!

DI. veio aqui e falando para ter cuidado, e eu falei: DI. isso e meu eu tenho direito, vamos brigar e conquistar as coisas que estão paradas na secretaria, eles vem e pede pra votar! Eu falo, manda máquina que eu voto, aí chega na eleição eu voto em quem eu quero, quem eu acredito e pra eles pego a máquina, do o cotovelo e continuamos conquistando, tem que ser inteligente, falo isso na cara deles! No congresso, na cara deles, na universidade... você acha que eu tenho medo desse povo? Tenho não. Eu tenho direito de fala, de fala a verdade, a gente não pode se calar não, e viva o MST! Quem luta pelo povo e mostra o caminho da verdade e luta pelos direitos e luta até por quem não ta lutando.

JQ: Porque o movimento luta, pela terra mas não só por isso, luta pelo transporte, pela educação, pela saúde, pelas vidas, luta por tudo! Luta pelo campo e pela cidade!

Pesquisadora: é a pura verdade!

JQ tenha medo de AB não, uma sala que faz eco parece até que ele está brigando!

AB: meu jeito é esse, mas eu sou carinhoso...

JQ: Ele é um homem bom, falas a verdade e a verdade dói, mas tem que fala!

AB: Isso é que faz... eu dou tanta graça pelo MST, antes eu era tímido, eu era muito bobo, respeitava o juiz o cartório, o advogado mas era medo, que me pelava me da frio na barriga... hoje, o MST me colocou na posição de mudar

JQ: o movimento ele forma pra luta, como eu, em uma reunião batia eu ficava chorando nervosa, hoje eu falo no auditório de uma universidade, porque o MST forma uma pessoa com consciência política pra falar com Juiz, promotor e debater...

AB: eu mudei completamente!

Pesquisadora: olha eu choro nervosa!

JQ: eu não choro mais eu fico nervosa, vou te ensinar, mulher tem que falar!

Pesquisadora: todo mundo conhece vocês, me indicaram!

AB: a conhece, eu e ela.

JQ: sabe o que faz a gente da certo? Amigo e amiga, companheiros, o que da certo o que o casamento da certo.

AB: nós temos uma vida boa, que dá certo. Ela tem idade pra ser minha neta!

JQ: é amigo e amiga, pai e filha, o relacionamento começou com a amizade, com respeito, sempre muito respeito e virou marido e mulher. Eu acho que eu casamento é junto, onde o homem tá a mulher tá, e ele com ela! Pode estar no castelo ou embaixo da ponte, o que faz o casal ta certo é ta junto, é não ter individualismo. Não tem coisa mais Feia que dizer a amarela é da minha esposa e a vaca preta e minha, é da família! É nosso, é o que da certo, vamos fazer 10 anos em dezembro.

AB: não é maio?

JQ: é a única coisa que ele não lembra, é dezembro AB, mas sabe Carol eu lembro ele, e a gente tem respeito. Vamos comer?

AB: vamos fazer o cuscuz de milhos?

JQ: vamos pra cozinha e todo mundo come, tem lá!

Pesquisadora: olha comida eu amo.

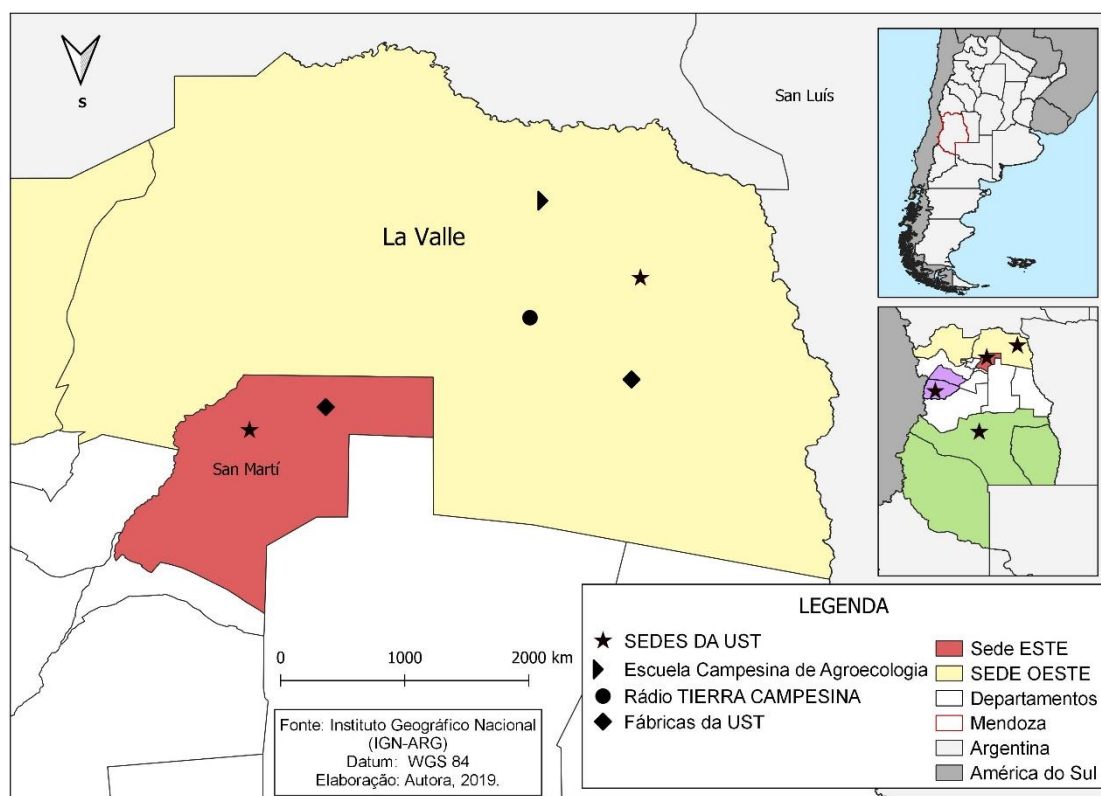
JQ: olha não tem verdurinha hoje mas tem um cuscuz do milho bom! Vamos comer!

II - ENTREVISTAS REALIZADAS EM MENDONZA-ARGENTINA

2.1 Departamento de La Valle

La Valle marcou o começo e fim dos relatos na Argentina. Em novembro de 2018 conheci **V** e **M**, coordenadoras do coletivo de gênero da UST, nós nos reunimos na sala de reuniões da sede Oeste da UST. Depois de 10 dias, conheci **DA** e **MA**, coordenadoras da escola da UST, me reuni com elas na Escuela de Agroecología Campesina. Depois de 2 meses, voltei a Sede Oeste- UST, para conhecer e conversar com **ALI**, umas das fundadoras da UST.

Mapa 8:Localização do departamento de La Valle, Mendoza- Argentina



2.1.1. V. y M.

V e **M.** foram as primeiras mulheres que entrevistei na Argentina, e foi com elas que consegui os contatos seguintes, elas realmente me acompanharam do começo ao fim da pesquisa. **V** e **M.** foram designadas pelo próprio o movimento para me conduzir na pesquisa, por serem as duas coordenadoras do coletivo de gênero.

Bem, neste primeiro encontro, elas ainda não sabiam muito o que eu buscava, e me deram um panorama geral desde a fundação da UST até os dias de hoje. No depoimento que segue podemos perceber como o coletivo de gênero tem construído críticas importantes para a UST, as quais foram exploradas na pesquisa.

Diferente de muitos outros relatos, este é quase uma conversa sobre a UST e não tanto uma história de vida, o que é contraditório afirmar que não há a vida delas nas páginas que seguem, tendo em vista que as duas eram militantes deste movimento e ao contar a história da UST contavam suas próprias histórias.

V e **M** foram muito pacientes com o meu “portunhol”, se esforçavam para me compreender pois acreditavam muito no potencial da pesquisa, me acolheram de forma incrível, algo perceptível no relato que segue. As duas são mulheres muito comunicativas o que ajudava no andamento da entrevista e da pesquisa como um todo. Elas eram mães e tive a oportunidade de conhecer todas as filhas e filhos, em manifestações e em alguns almoços em suas casas. Elas eram vizinhas, o que facilitava muito a comunicação e a convivência com elas. E, com toda certeza elas foram as mulheres que mais convivi durante os meses que estive fazendo campos na Argentina, nós nos falávamos quase todos dias, pessoalmente ou por telefone.

Investigadora: Yo soy de la Universidad UNESP, ubicada en Presidente Prudente, una ciudad de la provincia de São Paulo, universidad pública. Soy profesora de Geografía recibida, me encuentro actualmente haciendo una maestría en Brasil con la temática de “Las Prácticas de promoción de la salud, en un estudio comparativo entre movimientos sociales en Cuyo y Paraíba”, estado al nordeste de Brasil que es semiárido. Entonces, en Brasil yo elegí el MST para charlas, y acá yo estaba abierta. Sabía que tenía que aproximar a un movimiento nacional, tracé similitud con el MST de organización. Y bueno, Lo correcto era tomar Cuyo, porque no sabía que esperar. Había un dato previo con Dani.

M.: ¿Cuyo por ser una zona semejante a la que vos habías elegido en Brasil?

Investigadora: _ Si, exacto. Lo que pasa, es que este movimiento; que espero desde la discusión de salud no es discutir salud de hospital o de acceso, sí de estrategia; de lucha y en Argentina como no hablarlo desde género. Si bien, yo no había planificado lo de género, pero en cuanto a mujer haciendo una investigación; y que nunca hay mujeres haciendo investigación, siendo las olvidadas en la ciencia. La cuestión, es que yo llegué a la Argentina con la marcha por la ley de despenalización del aborto, lo que me hizo dar cuenta que estoy haciendo una ciencia en cuanto a mujeres. Después Dani me pasó el contacto de Vero, quién me dijo que había un colectivo de género y me dije: “bueno ya está, estrategia de lucha si o si”. Fue eso, es así que estoy acá para conocer los movimientos, pues mi conocimiento de los mismo es muy acabado, ya que en Brasil la existencia de literatura sobre la temática es muy pobre. Lo que sé es por los sitios de la vía campesina, de movimiento nacional o aquello que está publicado, pero vuelvo a aclarar que no conozco mucho, estoy para conocer. Estoy acá hasta enero, creo que me cambio para Mendoza ahora.

M.: Ah, eso te iba a preguntar, dónde estabas con residencia. Bien, por ahora en San Juan y te venís a Mendoza.

Investigadora: _ La idea es cambiar para acá, para estar, más próxima a la escuela, de ustedes y para conocer. Porque en San Juan hay pocos compañeros. En la carrera no se habla, dicen que no hay campesinos en la academia.

M.: Perdón necesito responder esta llamada.

V.: La fábrica lleva 10 años o 15 años, porque la UST ya lleva 16 años. Cumple en diciembre.

Investigadora: _ ¿16 años? Yo pensaba que eran 14 años.

V.: Sí, 16 años cumple ahora en diciembre.

Investigadora: uh, yo voy a estar para la fiesta.

V.: Sí, vamos a hacer una.

Investigadora: _ Buenísimo, yo estoy invitada entonces (entre risas).

V.: Y La fábrica, o sea como fábrica, en realidad siempre se trabajó la cuestión de las conservas, desde el principio de la organización, después se convirtió en una fábrica. No sé hace cuanto harán ya, pero la fábrica que funciona ahí... Mary debe saber con precisión pero, más o menos como 13 o 14 años debe tener. Las compañeras siempre elaboraron, estaba el "*Grupo de las luchadoras*", así es como le decían. Cuando empezó la organización eran mujeres que se juntaron a producir para la crisis, lo que yo te decía que en el 2001 había una gran crisis, entonces era ir a juntar peras, ir a juntar tomate en las fincas que estaban, que no cosechaban, eso lo traían y elaboraban en las casas y después de eso fue decir: "bueno, como la gran problemática era el trabajo", se empezó a armar la fábrica pero, ahora así como está; habilitada y todo deben hacer 5 años.

Investigadora: habilitada ¿sería con sello?

V.: Claro, ya teníamos todo. O sea, como que podemos comercializar en na sé... cualquier lado se pueden comercializar nuestros productos, esos que tenemos habilitados. Eso es importante porque, sino, no puedes aumentar la escala digamos. Ahora hay entre 8 y 9 compañeras trabajando, mas o menos fijas.

Investigadora: _ ¿Cómo pasa eso? ¿Sería compañeras que están todo el tiempo acá? ¿Cómo sería esa producción, se hace en casa y se trae para acá?

V.: No, esa se elabora acá, o sea toda la producción que se elabora se hace acá. La producción del tomate, las salsas, el tomate entero, el néctar y algunas mermeladas las compañeras elaboran acá y en el este, que es otra de las zonas que tenemos. Es en San Martín, allí hay otra fábrica donde trabajan otras compañeras, unas 4 ó 5 compañeras y en la temporada algunas más donde se elaboran entre las dos fábricas la producción que hace falta y esa se elabora acá, las compañeras vienen y trabajan todos los días. Trabajan, cobran

por sus horas por la producción depende del debate que cada uno tenga. Esa producción después se comercializa a través de las redes de comercio, la ferias y todas las actividades que nosotras hacemos.

Investigadora: _¿Venden en la feria Guaymallén?

V.: No, no estamos yendo a la feria de Guaymallén. Vendemos a través del almacén andante y la posta, que es ahora un colectivo de compañeros de la UST y que están comercializando en Mendoza, es como una comercializadora propia que tenemos ahora que reparten a domicilio y mandamos productos a Buenos Aires, a Rosario, a Córdoba. Todo a través de redes, intentando circuitos de la economía popular. A veces, se hacen ventas a otros espacios, pero sobre todo la idea es esa. Se le venden algunas cosas al Estado, al gobierno, pero es muy poco, porque no está la cuestión de la compras públicas.

Investigadora: _Eso es lo que yo iba a preguntar ¿Si había algún proyecto estatal para la compra de lo que produce el movimiento, para escuelas e hospitales?

V.: No, se viene pechando un montón. Por ahí, hay compañeras que han estado estudiando más todas esa cuestión, pero la verdad es que el Gobierno Provincial dice nomas. Hay una ley de Economía social, que dice supuestamente, que te tienes que inscribir como en un banco de datos y ahí después, por ejemplo, si necesitan salsa dicen: “ ¿quién abastece de salsas? Ah la UST”. Pero, nosotras en nuestra experiencia no te compran nunca.

M.: Claro, o si hay abastecedores y todo, priorizan ese porcentaje. No es como la ley, no sé si aún la mantienen por los cambios en Brasil, pero como la que tenían de un porcentaje obligatorio, en la que se le exigía al Estado obligatoriamente comprar un porcentaje de productos. Acá no, es como decir si tenés las dos opciones priorizar un porcentaje en eso. Pero, la realidad es que no viene siendo una política de Estado fuerte hacia la agricultura familiar.

V.: Y en estos últimos tres años este gobierno a nosotros, que tenemos productos habilitados que sabemos que no son muchos, o sea hay dos organizaciones o tres que tienen productos habilitados como nosotros nunca el gobierno nos ha comprado, entonces vos decís: “ ¿A quién le estará comprando? ”. Nosotros podríamos abastecer a comedores, a escuelas, a eventos. Si nos ha pasado de poder vender a algún evento, hay una reunión de

x motivo y nos piden 10 packs de néctar, pero así una cuestión más privadas o a instituciones como la secretaría Familiar solo porque tenemos gente conocida, pero no como una política de Estado.

Investigadora:_ ¿Cómo es la relación de UST con Movimiento Nacional Campesino? ¿Cómo pasa?

V.: Nosotros somos parte del Movimiento Nacional. El Movimiento Nacional está integrado por 8 - 9 provincias.

M.: Claro, es que en cada Provincia hay más de una organización. Salta, Jujuy, Neuquén, Río Negro, Córdoba, Mendoza, San Juan, Misiones, Santiago del Estero. Si es que no me olvido de ninguna, porque se van incorporando. Sí, 9 provincias y en Jujuy por ejemplo, hay más de una organización, porque hay distintas zonas, está la zona de la puna que está la Red Puna, después encontramos Palmasola que es más de la zona de Jujuy más cerca del centro. Jujuy es la única provincia que tiene más de una organización. Y después el Movimiento Nacional es parte de la CLOC y a nivel internacional de la Vía Campesina.

Investigadora:_ Cuando yo fui a hacer el proyecto, yo elegí el MST, quería sí o sí estudiar la Argentina, para hacer una comparación. Entonces, yo fui a la Vía y me dije: “bueno pertenece a la Vía “ y así llegué al Movimiento Nacional.

V.: Bien, claro el Movimiento de Argentina que es parte de la Vía Campesina.

Investigadora:_ Claro y ahora UST sería lo que yo haga para nacional.

V.: Exacto, y vos estás en la Región Cuyo, y dentro de la Región está la UST que es provincial, ni siquiera es que somos una organización de toda la Región de Cuyo. Tenemos vínculos con San Juan, hoy en San Juan está más desarticulado el proceso organizativo. Hay compañeros en el Encón, pero no está siendo una provincia fuerte en cuanto a organización. Hoy está atravesando varias cuestiones. Entonces, somos nosotros la única referencia del Movimiento Nacional en todo Cuyo. Hay otra organizaciones campesinas en San Luis, que es la Asociación del Valle de Conlara, que también tiene un trabajo en Salud, pero no es parte del Movimiento Nacional, hemos compartido instancias, actividades; está todo bien, sin embargo existen cuestiones ya de articulación política. Pero, ellos tienen también un trabajo muy lindo en Salud y por ahí son otras referencias, también para poder ir y conocer.

Investigadora: Bueno, como decía, para explicar esto también. En mi trabajo de salud, yo no trabajo con la idea de salud en cuanto a acceso, no es la idea tratar los sistemas de salud, por así decirlo. Me importa obvio, si están teniendo acceso, si hay hospitales, si las madres consiguen llegar con sus hijos. Pero la idea es pensar una salud desde el punto de vista filosófica, en más en cuánto pueden vivir, una salud campesina en el sentido de personas, de estrategia, de lucha de vida, no es exactamente en cómo se llega a un médico. Entonces, muchas veces yo trabajo con entrevistas, cosa que pretendo hacer en este tiempo acá, y así entrevistar a un par de personas que estén dispuestas a contar su vida. Su vida trae la lucha, trae el infierno, trae la salud, no necesariamente voy a preguntar qué es salud para ustedes, eso no, me importa más conocer su vida, no se si se va comprendiendo.

M: Sí, es parte de esa concepción que nosotros tenemos de la lucha y cuando sos trabajadora. Justamente en un momento existió en la UST un colectivo de salud, poniendo un poco de agenda y de programa, ahora eso ya está como más desdibujado y en parte era eso decir bueno como justamente trabajamos la salud desde la vida digna de las personas y no solo la cuestión de si exigencias de derecho que el sistema de salud como Estado tiene que garantizar pero, sino también todo la...bueno el concepto de salud que históricamente se tuvo en las comunidades, desde el vínculo con la naturaleza y las plantas como también preventivas curativas de un montón de cosas, sino también, entendiendo ese concepto de salud desde el estar bien, de poder tener una vida sana en todo su dimensión, que pases eso nosotros decimos:” bueno necesitamos el acceso a la tierra y al agua para poder producir alimentos sanos”.

V: La alimentación como elemento fundamental también porque, hay una cuestión que pasa que acá en la UST particularmente, que si bien viven familias campesinas que producen su alimento también muchos y muchas son trabajadores rurales, no hay acceso a la tierra y hay mucha precarización en la vida de las familias y más hoy con la crisis que hay eso se ve agudizado. Un poco eso fue el nacimiento de la organización, mucha pobreza en lugares donde hay tierra improductiva que no se usa y entonces fue eso también la lucha, el decir: “Producir para no tener patrón, para un día tener nuestra tierra”. Eso tiene mucho que ver con la producción de alimentos y una lucha que no se

termina más, no hay posibilidad de una buena vida o de un buen vivir si vos no podés acceder a alimentos sanos, si estás comprando alimento de mala calidad. Es así, que el poder producir nuestro propio alimento es como fundamental también en esto y en eso estamos ahí con un desafío ya que, tenemos compañeros que han accedido a tierras pero, muy lentamente y como en estos años la precarización del trabajo y de la vida ha estado bien difícil, agudizando enfermedades, problemas, un montón de cosas que afectan.

M: (acotando sobre lo anterior) Y que afectan directamente a las mujeres fundamentalmente, porque son las mujeres las que siempre hemos estado garantizando un poco el sostenimiento de la vida de la familia, entonces recae mucho de eso ante alguna crisis y también sobre la vida de las mujeres. El tema de qué alimentos; qué tipos de alimentos, economía familiar; son cuestiones que giran en general entorno a las mujeres. Ni hablar del que para el buen vivir, tener una vida libre de violencia y el poder decidir sobre la vida de cada una de nosotras es imprescindible, pero lo más concreto y cotidiano de todos los días, cualquier situación de esas en un estado de crisis las primeras afectadas son las mujeres. Si salís a trabajar, generalmente, donde hay problemas como los que estamos viviendo ahora de desocupación, las mujeres son las primeras mal pagas o las primeras desocupadas. En la zona rural, como esos trabajos son muy temporales a veces no se ve tan directamente, pero se nota cuando lo que tienes como economía familiar te alcanza para la mitad de las cosas, para comprar la mitad de las cosas, entonces nosotros lo vemos muy vinculado también a la cuestión de género lo de salud.

V.: Sí, y esto del buen vivir, la violencia como una situación muy cotidiana en la vida de la mujer, en todas nosotras y en el campo parte de una cuestión cultural, el decir: “bueno, esto es parte de la cultura, acá todos los hombres son dueños de sus mujeres, deciden sobre la vida de ellas”; eso no está mal visto, ni siquiera que quizás en las ciudades empieza a ser mal visto o como que ya se trata de no mostrar tanto esa cuestión porque queda mal, pero acá no está mal decir: “tengo que pedir permiso, no me deja ir mi marido o le tengo que preguntar a él”. Esas cuestiones de sumisión tan fuertes no son buenas. No hay posibilidad de una reforma agraria real, de un buen vivir si no trabajamos la cuestión de las violencias, que es enfrentar al patriarcado como base para el capitalismo también, siendo un desafío que en los últimos años la

organización se ha propuesto más fuertemente, no sin resistencias. A partir de los 10 años, la organización hizo todo un trabajo sobre todo de celebrar esos 10 años de lucha y de revisar algunos procesos, de decir: “ bueno, cómo hemos avanzado en la producción de cultivo, cómo hemos avanzado en los distintos territorios y cómo hemos avanzado las mujeres”; ahí organizamos un encuentro que no tuvo ninguna intención de ser disparador de lo que después fue, si no que, fue decir nos juntemos y veamos después de 10 años, las mujeres tan protagonistas que fuimos en el momento del nacimiento de la organización; las luchadoras; las referentes de la organización territorial eran mujeres, y bueno dónde estábamos después de 10 años. De ahí salió la violencia, en la que, si no la trabajábamos todas las que nos convertíamos en dirigentes desde afuera de la casa; cuando volvíamos a ellas seguíamos con la misma situación de opresión y después también la opresión interna dentro de la organización, en lo político. Somos una organización mixta, donde todas participamos. En una reunión siempre te vas a encontrar con muchas mujeres, vos venís a la sede en cualquier día y hay 20 – 25 compañeras, a lo mejor los jueves que hay muchos colectivos de trabajo acá hay muchas mujeres trabajando, pero capaz que después los voceros de la organización son la mayoría hombres o los referentes que una conoce de la organización son hombres, y eso es una cuestión que es hasta inconsciente, o sea si uno piensa: “ bueno todos estamos en un proceso de construcción no hay intencionalidad de alguien, sino, que es parte de esto cultural, entonces vemos cómo. A nosotros nos pasa, vemos comunidades en donde las mujeres participan siempre de las reuniones, pero cuando hay que salir, decidir sobre los recursos ahí aparecen todos los maridos, entonces decís: “¿Por qué, si vos nunca estuviste? Y ahora venís a sentarte y a quejarte de lo que se hace y no se hace “. Esas son cosas que a partir de este proceso que comenzamos hace 6 años ya, se ha dado esta discusión del patriarcado. Y las mujeres aunque accedamos a la tierra igual después somos invisibilizadas. Acá varias compañeras accedieron a la cuestión de tierra, así fincas que estaban improductivas se pusieron en producción, algunas de las compañeras que fueron beneficiadas fueron mujeres principalmente, fueron las que se animaron a dar el paso de irse. Lo que en Brasil es tan común de ir a ocupar una tierra improductiva, acá costaba mucho, como que había mucho miedo, qué voy a

hacer, no voy a tener quién me pague el sueldo, quién me va a pagar los insumos para producir, y bueno; toda una vida trabajando bajo patrón. Las que dijeron: “vamos y vamos” fueron las mujeres.

Investigadora:_ ¿Cómo era? ¿Cómo pasa ese proceso de movimiento? ¿Se tiene una finca improductiva, se realizan los papeles?

V.: Sí.

Investigadora:_ ¿La Constitución argentina es garante?

V.: No, no.

Investigadora: ¿Cómo es esa parte legal para el movimiento?

V.: Acá en realidad, por ahora, tenemos dos experiencias, no se si hay alguna más, pero de las que hemos logrado es: territorios que se defendieron que tienen agua en este caso. Son territorios que se defendieron que eran de un compañero, de una familia, que había sido poseedor siempre, pero no tenía los papeles; entonces se logra hacer un juicio, pelear la posesión de esa tierra y después cuando se da la condición de ganar el tema jurídico, el compañero entrega una parte de esa tierra; la colectiviza. Entonces, el compañero dice: “bueno yo tengo no se 20 hectáreas” entrega la mitad a la organización y a esas 10 hectáreas son a las que acceden familias que no tenían tierras. O sea, en el momento que se decide defender la tierra...

Investigadora:_ ¿Qué sería persona que tiene posesión?

V.: Claro. Que tiene posesión

M.: Claro, acá no es como en Brasil el tema de la ley de reforma agraria. Acá está la propiedad privada hecha y derecha, y es donde se rige todo el sistema jurídico. Ahí, hay una veta jurídica y es que, en la constitución Nacional y en código Civil está el reconocimiento de la posesión, en la que vos cuando vivís pacíficamente más de 20 años. Se reconoce una posesión inicial de 10, pero es bastante difícil pelearla en ese sentido cuando hay un juicio o algo, en realidad, se ha reconocido más después de 20 años, porque es una posesión que ya si equipara a la escritura como un papel más. Entonces, vos para ser dueño, necesitarías tener la posesión y la escritura, esas dos cosas. Generalmente, se le da más entidad a la escritura Y no a la posesión. Pero desde la posesión que nosotras hemos luchado, esos derechos de la tierra y ahí fue que se han defendido desde esa veta legal varias de las situaciones que tenemos de problemática de la tierra. La mayoría de la zona de secano

compañeras y compañeros viven así de generación en generación, pero nunca han accedido al dominio, al papel, a la escritura, y el que viene a querer desalojar, o el que viene diciendo que es dueño de la tierra, generalmente, tampoco tiene la escritura o tiene parte y no tiene la posesión.

V.: Y acá, hay un tema muy importante en Mendoza que es la falta de agua, o sea, la poca disponibilidad de agua, entonces no es lo mismo una tierra de secano, digamos donde no hay agua. Hemos defendido todo el campo de acá el fondo, que es un campo enorme, pero es un campo que no tiene riego, entonces la posibilidad productiva de ese campo es más limitada. No quiere decir por eso que no vengan empresarios a querer expropiarse, pero la posibilidad del desarrollo de la vida de una familia ahí es más limitado, porque hay animales, falta agua. En cambio, las fincas, lo que tiene riego sistematizado acá en Mendoza son territorios con mucha riqueza, mucha potencialidad. Entonces, acá en este caso eso es lo que nos ha pasado, esas dos fincas que se defendieron tenían una deuda muy grande de agua, producto de quien vivía ahí; no había pagado el agua, porque lo que estuvo haciendo fue viviendo en esas tierras, estaban improductivas, pero vivían los compañeros. Cuando se logró que se reconociera esta posesión, también se logró a partir de la lucha, marcha, gestión; que irrigación – el organismo que regula toda la cuestión del agua- nos hiciera unos planes de pagos y nos permitiera levantar esas deudas históricas, eran deudas muy importantes.

M.: _ Eso fue gracias a la lucha, Porque algo que parecería como lógico decir: “bueno, sí, generarás planes de pagos para que...o sea , la mitad de la tierra con derecho. En la provincia solo el 3% tiene derecho a riego. De esas que tiene derecho a riego, la mitad está abandonada, pero no ha habido una política de Estado, siempre ha sido una demanda de nosotros como organización y en general del sector de que justamente todas esas tierras que tienen la posibilidad de ser cultivadas, porque tienen el derecho a riego o cultivo de alimento, y no solo ganadería puedan generar programas para que las familias que no tienen derecho a tierra puedan producir. Eso, ha sido una lucha histórica casi de la organización, siempre se ha planteado y gracias a eso hubo en un momento de coyuntura política favorable la posibilidad de hacer esto, de por lo menos un plan de pago; no más que eso. Intentaron meter un proyecto en base a esta idea; de decir bueno, que la tierras que hoy están improductivas

y que en realidad pasan a ser del Estado, porque tienen unas deudas tan grandes con irrigación, que ya pasan a ser del Estado. Pero el Estado nunca ha avanzado en eso, justamente de generar como una reforma agraria encubierta si quieres, porque es mala palabra acá.

V.: Lo que termina pasando con eso, es que después, viene un empresario amigo de un político levanta la deuda o ni siquiera la levanta, hace un arreglo y vos ves fincas que estuvieron abandonadas durante años y un día la empiezas a ver que las empiezan a mover tractores, y vos decís: “¿quién habrá ..?”, luego te enteras: “No, apareció tal...”. Entonces, es toda esta cuestión, no hay acceso a posibilidad de familias sin tierras, vamos a hacer la tierra, aunque sea pagando. A nosotros no nos han perdonado ni un peso de la deuda, hemos pagado mucho dinero, o sea, plata que ha sido de proyectos, de forma de financiamiento que tiene la organización, donde se pone asistencia técnica pero no se cobra, entonces esa plata va quedando como para un fondo para estas cosas. Así, hemos podido ir pagando las deudas de agua, que todavía no hemos terminado, después ya de 4 años todavía estamos pagando mensualmente plata, a parte de la cuota de todos los meses que los compañeros tiene que pagar para producir. Entonces, es imposible; una familia que no tuvo tierra; acceder a la tierra y tener que pagar semejante deuda, más tractores, agua y todo eso es imposible, o sea, es como decir...bueno, nosotros siempre miramos Brasil, porque decimos: “bueno, si hubiera una ley donde a vos se te ayudara, donde se te permitiera la entrega de tierra y el Estado se hiciera cargo “bueno, miramos a Brasil , ahora vamos a ver que va a pasar.

M.: Con todas sus complicaciones, pero hay un marco legal.

Investigadora: Si se me permite, Hay muchas muertes, en nombre de la reforma agraria y bueno se habla de MST o reforma agraria y es mal visto.

V.: Acá, en realidad también genera mucha resistencia. Cualquier acción que implique... nosotros cuando comenzamos a producir estas dos fincas que son 60 hectáreas en una y 10 en otra, o sea nada, no le hacemos ruido a nadie con eso. Fueron los inspectores del agua hicieron, sobre todo en aquella finca, ahora se han puesto con esta, pero allá fue terrible lo que nos hicieron, nos llevaban el agua, nos rompían las cosas. Terminábamos de pagar; suponte cien mil pesos para que mañana empezara a venir el agua con todo el esfuerzo que eso implicaba, al otro día algo pasaba.

M.: Bueno, ahora Lo último a lo que hemos accedido es lograr, no solo que con la posesión comunitaria, acá a 2 km, toda la comunidad donde vivimos nosotras tres justa. Se fue avanzado para que justamente -es una lucha histórica también- por el acceso al agua y se logró el derecho de 200 hectáreas de agua, que es el agua de acre, así se lo denomina, que es el agua de las cloacas; a las que se les hace un tratamiento y después se pueden utilizar para riego, no es el agua de deshielo. Pero, también, a pesar de que nos dieron el derecho, que se paga, todo el tiempo luchar contra los inspectores, o sea con los que controlan y monopolizan el agua, porque no quieren cedernos nada.

V.: Y también los que controlan son los dueños de las propiedades más grande o los que se quedan con la mayor cantidad de agua. Entonces, de ahí viene el problema. El problema de acá es que, el tipo que está antes de la finca nuestra es el inspector o el que maneja el inspector sería, entonces nosotros si regamos son menos horas de agua para él, en el norte pasa lo mismo y acá el agua de acre nos la roban mas arriba, que nosotros tengamos derecho a usar esa agua. Ellos se la robaban ilegalmente, entonces dicen:” no, si estos tienen, nosotros vamos y reclamamos, che nosotros pagamos nos tienen que dar el agua” entonces, como no pueden desde lo legal, que hacen, tamponen. Nuestra compañera había sembrado, no llegaba el agua, no llegó y se secó todo, con todo lo que implica eso después de un proceso difícil de limpiar, pagar, organizar, desmontar tierras que nunca han sido usadas. Las fincas que se han puesto en producción al principio no podías entrar, llegabas acá y decías: “bueno, de acá para allá es la finca”, después se han limpiado; se han podido producir y cuando de repente, tenés todo listo pero no llega el agua, es una decepción muy grande.

Investigadora: ¿ Cómo es qué el movimiento hace frente a eso? ¿Marcha, manifestación?

V.: Si, gestión y lucha. O sea, lucha y gestión ahí combinados. Por un lado es organizarte, marchar y hacer reclamos, y también mucha gestión de sentarte con funcionarios para intentar comprometer. Hemos tenido quizás en la gestión anterior, a nivel provincial también, si bien, fue una gestión que no hizo grandes cosas, pero si permitía hacer cosas a nosotros, o sea había posibilidad de sentarte con algún funcionario y dialogar algo, después no te cumplían nada, pero por lo menos había diálogo. En este último tiempo, nada. Entonces eso,

sentarte con un secretario, con un ministro o con alguien del agua y poder plantearle una posibilidad.

V.: Si, y después la marcha. Mientras te juntabas con él, el es el funcionario vos te juntabas y afuera estaban todos.

M.: Si no hay presión, no sale.

Becaria: ¿Cómo es la relación de la población de Mendoza con el movimiento?

V.: ¿de la UST y podríamos decir que bien, o sea en general hay...supongamos hay como 2 planes me parece. Acá a nivel local, después de tantos años la organización nos quieren más que hacen algunos años. Cuando llegó la organización decían que veníamos a quitar tierras, o que acercarse a la organización era malo. Hoy, eso se ha legitimado la lucha, porque hay compañeros viviendo en la finca, tenemos una escuela, una radio que es de todos, tenemos una fábrica donde todo el mundo quiere trabajar, alguien tiene un problema; no sé hasta de violencia de género y se acerca a la organización a pedir ayuda. Bueno, hay referencias, eso a nivel local ya es otra cosa, ha crecido. En Lavalle también nos conocen, hay instituciones que se quieren juntar con nosotros, otros vecinos y en la ciudad creo que también hay buena predisposición, a través de los productos, las ferias y esas cosas, uno ve que la gente quiere comprar. Pero, si decís también que quieres la reforma agraria así, ya no (entre risas)

M.: Claro, depende de qué parte de la sociedad y de la población se hable. Porque obviamente el que tiene más popular, o población que quizás no está participando, pero que si vive las misma cosas por la que una está luchando, bueno ahí. No quiere decir que todos, porque también está el que depende siempre del patrón y lo que quiere es llegar a ser eso y eso está muy fuerte en la población también. Entonces vos decís: “bueno, no, ellos están en contra de eso” y no se termina de entender, como así también una sociedad que es de pensamiento de derecha y que ve mal esto que planteamos nosotros de distribuir la tierra. Es muy lindo cuando decís: “ah los productos campesinos, lo folclórico, pero desde lo político; bueno, ahí depende de quién de la sociedad.

V.: No a un nivel de criminalización y persecución quizás como hay en el MST. Lo que uno ve desde afuera, eso quizás los compañeros de Santiago lo viven mucho más desde la conflictividad de la tierra que está muy grande.

Becaria: _¿En el sur tal vez? Donde están los compañeros.

V.: No tanto, porque se dan otras condiciones. Los compañeros mapuches, suponete, bueno nosotros no estamos en ese nivel. Acá tuvimos el conflicto, que fue un conflicto largo.

M.: En cualquier lugar donde estés, haya más criminalización o no, el poder político, económico un general las instituciones de la policía siempre están aliados.

V.: Acá, cuando estuvo el conflicto grande Estaba siempre el temor. Vos estabas ahí resistiendo y no sabias si la policía un día...

Becaria: _ Iba a llegar y...

V.: Sí

V.: Un día estaba a favor de ellos y otro día estaba a favor tuyo, era como...

Becaria: _ Impredecible

V.: Claro, era como que un día lo frenaba un poco y al otro día le decía: “bueno si, está bien”

V.: O cosas que te parecen obvias, viene un tiempo armado; se metió al campo; nosotras vivimos ahí. O sea, es obvio que al que tienen que sacar es a él, acá no hay dudas, el tipo tiene arma en el baúl de su auto.

V.: En cambio, él pedía que te sacaran a vos y por ahí la policía te pedía hasta el DNI para poder entrar.

Becaria: _¿Cómo es la relación de las bodegas, para por ejemplo, emplear trabajadores del movimientos, o las obras sociales, la parte social de la bodega.

M.: Bueno, pasa que las bodegas, en bodega es muy amplio decir bodega. Hay una experiencia por ahí histórica de mucho cooperativismo en lo que fue inicialmente, bodegas que eran cooperativas y que están muy distribuido en Mendoza y después conformaron AFECOVITA, que es una federación de cooperativas vitivinícolas, eso hoy no es lo que inició, porque muchas de esas bodegas hoy también son manejadas por productores mas grande a nivel local, y quizás los pequeños productores no participan, no deciden, hay mucho de eso. Pero no es lo mismo que las bodegas trasnacionales, entonces ahí hay un avance del modelo agroexportador que acá en Mendoza repercute fundamentalmente en la vitivinicultura y fundamentalmente en el Valle de Uco, ahí fuerte el avance, la concentración de la tierra, la concentración del capital,

la mecanización por lo que hay poca mano de obra, cada vez menos y cada vez se avanza, ahora hasta hay una promoción del mismo gobierno de mecanización para la vitivinicultura. Esa son las propuestas políticas, de políticas públicas para mecanizar porque el problema es que la gente no quiere trabajar. A su vez, una precarización laboral importante, porque mucho de ese trabajo ahora está terciarizado, entonces arman como estas cuadrillas de... o sea, una persona que vos le decís: “Yo te contrato a vos, y vos elegí la gente, mi trato es con vos” y ni siquiera ponen en blanco a los trabajadores, son esas empresas de trabajo que son las que generalmente ponen en blanco a algunos y tienen un montón de gente en negro. Entonces, hay mucho atrás de eso, no solo el pago directo que sigue siendo malo, sino que hay mucho en una que esos trabajadores estén en blanco, tenga acceso a una obra social, a jubilación.

V.: Son las condiciones en las que trabajan. Por ahí va a ser interesante, si vos volves; poder quizás hablar con algunos de los compañeros, son todos varones en realidad, pero sus madres han trabajado con compañeros en el Valle de Uco, que ahora están en una finca, porque ese es otro territorio que también se conquistó, algunos hablan de acá, pero también es una finca que estaba improductiva. Compañeros del Valle de Uco, todos jóvenes digamos, que estaban sin familia, como otro proceso mucho mas incipiente, ahora ya varios están instalados. Ocuparon una finca donde ya habían familias viviendo, entonces tratando junto con ellas; que no están usando el campo, solo vivían esperando así. Ellos, trabajaron todos en Alco, que es una fábrica de conservas del cordón del Plata, donde toda la población vive de la fábrica. Ellos trabajaron siempre, su familia, sus madres. También, Ahí, estaba pensando justo en el impacto sobre el cuerpo de esas cosas, porque muchísimos problemas de salud a raíz del trabajo que desarrollan, las condiciones, la rotación de los horarios, la tensión, qué trabajo hacen las mujeres, y todo eso. El Ángel, los otros chicos y todas las familias viven de eso; un pueblo armado frente a la fábrica.

M.: Hoy, por ejemplo, en el movimiento, el impacto de la vitivinicultura tiene impacto en la cosecha. Muchos compañeros y compañeras, en la época de cosecha, es un ingreso principal para tener para el año. De la zona de secano se traslada meses completo la familia, en una situación de bastante

precariedad o en algunos mejor o peor, pero para venir a la cosecha. No es tanto el trabajo en la bodega, hay algún que otro compañero.

V.: En el este quizás hay que ver, ah pero no trabajan los compañeros en bodega. Si, mucho trabajo vinculado a la cosecha, en cuanto quién compra la uva y quién no.

M.: Y en la bodega si en general ya está más...porque todas las bodegas que hay acá en la zona son de las cooperativas y en general, los que trabajan permanente están en blanco. No ponernos a ver el valor del salario, porque ahí sería... pero si en general. Distinto es en el Valle de Uco. Pero, sobre todo la bodega no es la masa de gente que trabaja en la cosecha.

V.: Aparte hay una cuestión. El que trabaja en la bodega, quizás, la posibilidad de organizarse y hacer algo por fuera, en la época de cosecha es algo impensado; es como que sos tan esclavo del trabajo, que alguien que se organiza por fuera de ese trabajo es como; no sé las últimas dos horas del día. También es difícil, por eso, por ahí, es difícil acceder a que esos compañeros se sumen. Las familias en condiciones precarias, tienen un trabajo más o menos. El que trabaja en la bodega quizás, tiene un trabajo asegurado. Emanuel, que trabaja todos los años en la bodega, es un compañero y todos los años sabe que tiene trabajo, entonces casi que es incuestionable también ese lugar, porque ante la precariedad; si vos sos un empleado de la bodega, en el Valle de Uco hay bodega de vinos de los que se conocen en todo el mundo, entonces bueno trabajas ahí, trabajas varios meses, tenés un ingreso seguro por esos meses, entonces pensar en cuestionar eso a los compañeros del Valle de Uco que hicieron ese proceso de irse de la fábrica, algunos echados y otros renunciaron por decir: “bueno, esto no puede ser más “. Pero, fue un proceso; desde lo interno también, muy complejo para los compañeros y muy grande, porque es reconocer y decir: “bueno, dejo esto y ¿qué hago?... Produzco cereza, si pero hasta que esto se convierta en un ingreso permanente para mi digamos”.

M.: El movimiento busca eso, el tener autonomía para la sostenibilidad de la vida, y de la relación de dependencia, pero no siempre es posible, porque todo cuesta mucho. Nosotros tenemos varias experiencias: las de los chicos de allá que tienen hoy la tierra y producen; también hacen conservas, la fábrica acá, pero sostener eso y que se sostenga solo, cuesta mucho y hay momentos que

el Estado apoya, porque entiende que hay que dar un apoyo concreto, un subsidio y hay veces, como ahora, que no. Entonces, eso restringe bastante.

V.: Después, también, ahí me parece, que hay dos desafíos grande que tenemos como organización: el de cada uno convertirse en sujetos protagonistas de su propia vida y eso es lo que propone la fábrica y cada espacio de la organización, a veces eso no es tan fácil; si es muy fácil decirlo, pero que después vos no vengas buscando orden, o que alguien sea responsable y que vos entiendas que si algo salió mal; los cinco acá vamos a tener que ver que es lo que hicimos mal, porque es culpa de las cinco que formamos parte del proceso productivo.

M.: sentirlo propio y que no se transforme en que la organización pase a ser tu otro patrón.

V.: Y como nosotros construimos espacios no capitalistas, que tengan otros valores. Eso es como que avanzamos y sentimos que nos vamos diez pasos para atrás, avanzamos en escala y se nos va a la mierda los valores, entonces hay que discutir nuevamente cuáles son los valores que están primando en el grupo, que ahora es más grande, que hay que producir más, que la exigencia es cada vez mayor. Entonces, también, hoy es eso, nuestras fábricas hoy ya tienen un nombre, por decir, una responsabilidad de abastecer un montón de circuitos que ya nos esperan y ahora la producción tiene que salir o salir, no es que paramos acá y mañana vemos que hacemos. Entonces, ir como generamos condiciones que no sea construir sistemas capitalistas, igual de autoritario, verticales.

M.: Ahí, hay un eje unido al tema de salud, que me parece interesante de indagar, que es la cuestión del tiempo ¿Qué tiempo tenemos para...? Nosotros hemos trabajado en la cuestión de género ¿Qué tiempo tenemos las mujeres para el autocuidado, para el disfrute? ¿No? Elegido, bueno, queda ahí en la última escala. Pero, también fuera de eso, desde esto, desde las transformaciones que vamos dando, cómo es el uso del tiempo en eso. Porque, a veces en la organización entramos en un ritmo con tal de transformar todo, que termina siendo alienante, entonces es una alineación militante. Creo que en eso hay mucha sabiduría en el campesinado y lo hemos venido conversando la otra vez. A veces, eso no se traduce después en nuestros procesos organizativos y colectivos y somos muy críticos al verlo en un modelo

capitalista, la explotación del patrón- obrero, Pero eso después lo transformamos...

V.: (acotando por encima de lo que dice la compañera) La autoexplotación de un colectivo también.

M.: (continuando lo que estaba diciendo) Y ahí es clave en el tema de salud. El tiempo que disponemos, el que seguimos, el tiempo para qué.

Investigadora: _ El tiempo cultural, el tiempo de la cultura campesina, de oseo, de fiesta.

M.: de vínculo con la naturaleza.

V.: Y de cómo son esas imposiciones que uno mismo va construyendo. Hay que cumplir, hay que ser responsable, pero con qué ritmo que no implique en un dejar la vida ahí, porque esto tiene que salir o porque la producción tiene que hacer... el año pasado no, el anterior pasó una cuestión muy loca, que fue que varias compañeras que trabajaban en la fábrica. Se trabaja en verano con fuego, había sido una semana en que varias se enfermaron, o sea vos venías y te contaban las compañeras. Nosotras no estamos ninguna en la fábrica, pero venían por otras tareas a la sede, y te decían: "no, que se descompuso...". La Ale, una compañera muy referente, que siempre está en la fábrica, no puede hacer trabajos pesados adentro de la fábrica y a veces, porque hay que hacerlo; lo termina haciendo. Claro, estaban trabajando en unas condiciones que era un calor terrible. Bueno, claro, había que prender el baño maría para hervir la salsa, no podíamos no hacerlo. El tema era desde: cómo estaba diseñado el baño maría, hasta el horario en el que se trabajaba y la exigencia que había de que teníamos que terminar tanta cantidad de salsa, que muchas de las compañeras terminaron con problemas de salud. Entonces, No es que es eso, o que alguien es el único responsable o que la UST es la responsable. Sino, que desde las que estábamos ahí dijimos: Chicas, capaz que hay que revisar esto, desde la forma de producción, hasta el horario, los tiempos, para no exigirse de esa manera"

V.: Si, porque a veces eran las 10 de la noche y las chicas seguían trabajando, seguían cocinando.

V.: Y en el este trabajan también en condiciones así. Vos me decís entre Alco y nosotras. Pero nosotras de buena onda, el espacio de trabajo era mas ameno y todo.

M.::_ Pero después decimos, bueno si a su vez revertimos eso y no revertimos el tiempo, cuando lleguen a sus casas...

V.: Las chicas se ponen muy encima eso, de decir: “no, tenemos que cumplir y cumplir” y se ponen, no les importa.

V.: Se entusiasman, porque dicen: “bueno, vamos a hacer más “.

2.1.2. DA. y MA.

DA: Bueno no, por ahí como te contaba, somos parte de la organización y no solo desenvolvemos tareas y trabajo de en este espacio. Sino que también tenemos nuestra tarea, si se quiere decir tenemos nuestros corazones puesto en este espacio, pero también esta ese trabajo territorial, el de lucha, el de una finca.

Bueno la Marta está haciendo trabajos en barrios. Le habla a Marta - ¿ustedes **DA:** ella hace ese tipo de trabajo más territorial en ese sector y yo a través de WhatsApp, que es la realidad, hago un seguimiento a un sector más rural, campesino de productores caprinos (de cabras) ... Pero nuestras tareas están acá en escuela, que es coordinar ciertos sectores del espacio de nuestra educación que hemos construido en escuela.

Que eso no quita de tener nuestra desconstrucción; yo soy nacida y criada en el campo, pero de los 13 hasta los 25 años, yo llegué media viaja ya acá, viví en la ciudad... y te amoldas a un cierto modelo que por ahí el estado y la sociedad te impone, que vos tenes que adquirir y si no lo adquirís la misma sociedad te aplasta.

Cuando empecé a estudiar en esta escuela, porque yo soy egresada de esta escuela en el secundario, no me pareció nada raro algunas cosas. Dirigiéndose a Marta – Tapate los oídos Marta.

Siempre he tenido vínculo con los animales, pero nunca he tenido el vínculo de esto de poder, garantizar y organizar y trabajar en colectivo.

En la sociedad eso no existe, cada uno es su mundo... y por ahí lo que hace esta escuela es apuntar más a ese sector; como una parte a ese sector de saber trabajar en colectivo, de saber organizar, de saber formularse un proyecto de vida, de repreguntarse vos mismo o uno mismo: que es lo que vos quieress hacia un futuro...si sos del campo, reforzar tus raíces y quedarte en el campo o buscar otra alternativa, pero que siempre, es lo que yo sentí en esta escuela y lo que siento.

De uno mismo saber qué es lo que quiere y que nadie te imponga, como las escuelas estatales, estudiar para ser ingeniero, como, ingeniero agrónomo con

un cierto modelo que a muchas personas no coincide, hay personas como la Marta que es ingeniera agrónoma, vos decidís si te dedicás a Monsanto o a lo popular, si se quiere decir de esa manera. Sin herir tus sentimientos Marta... y eso es lo que pasa cuando uno estudia una cierta materia; cuando uno estudia geografía te enseñan una historia y después cuando vos salís al territorio te encontrás con la realidad, entonces uno tiene que construir y desconstruir permanentemente, no es que vos te quedas acabado y formado con esa estructura que te dieron.

Bueno esta escuela hace eso, construye y desconstruye hasta los mismos sentimientos de las personas, si se quiere ver por ese punto; no sé yo siempre... el día de las razas, es el día que llegó Colón y descubrió América, si es lo que me enseñó una escuela, pero la verdadera historia de Colón en América no es esa, si descubrió América pero las escuelas no nos dijeron que hizo detrás, el detrás de cámara como quien dice... y después poner en conocimiento todos los saberes populares, sembrar, plantar, criar, estudiar, reflexionar colectivamente, no todos tenemos los mismos pensamientos y como sacas una sola conclusión de una estrofa de Paulo Freire, por ejemplo. Te salen 20 ideas y de esas 20 ideas, de los que están a favor y desacuerdo, con cual vamos a convivir. Eso en las escuelas estatales en Argentina no existe... Tenes la idea cavada de un profesor que te enseñe, vos agacha cabeza, estudias y respira, porque tenes que respirar, pero no tenes esa mirada esa esa posición de poder decir: che vale la pena estudiar este waso (persona) Colón, y si lo estudiamos estudiémoslos bien, con sus defectos, con sus virtudes... Hoy en día en la Argentina estamos con todo el tema de la ley de semillas; bueno, cual es nuestro grano de arena para aportar y decirle a la sociedad... che todo bien con Monsanto, pero hay partes que no están bien; va a privatizar, la alimentación va a empeorar más de lo que ya está, nos va a quitar el derecho de intercambiar semillas, poder guardar una semilla... va a pisotear una cultura que no es de ayer, es una cultura ancestral... va a boicotear muchos pensamientos, ideas políticas, educación... con esa ley. Porque una simple ley puede modificar toda la estructura de educación en un país, que es lo que hace Monsanto, hace sus aportes para desconstruir una educación medianamente más digna, no digo una educación medianamente digna; digo una gran educación que tenemos en la Argentina... no sé, hace

poco nuestro queridísimo presidente y toda su congregación pisotean mucho la educación pública y nunca se puso a pensar en todos los médicos argentinos famosos que hay por todo el mundo por una educación pública.

Hace nada, ya un mes salió una argentina que encontró la cura del HIV; ¡un gran paso! Y viene de una educación pública de Buenos Aires... y es esto construir, desconstruir, construir, desconstruir. Nosotros estamos en el camino de construir y el estado en el de desconstruir.

MA: La Ana pone primera y pone primera, estamos 10 años. La verdad que gracias por contar un poco el para qué, nosotros siempre que vienen compañeros y compañeras a hacer tesis y entrevistas, siempre nos interesa saber cuál va a ser la contribución social que tenga esa investigación y es importante esa ida y vuelta, porque nos ha pasado en los inicios, cuando construimos la organización, venían algunas personas a hacer sus tesis y demás, que es importante para dar a conocer y difundir; y después no las veíamos más, entonces te entra la duda de decir la información para que, donde cae. Más en estos tiempos más importantes, pero cuando inicio la organización en el 2000, 2001 con toda la crisis en la Argentina, varios vivíamos acá y bueno fue un estallido social, ese fue el origen de nuestra organización social.

DA: Gracias a De La Rúa.

MA: De La Rúa.

Investigadora: ¿Cómo?

MA: De La Rúa, sí fue el presidente que se fue en helicóptero.

DA: Uno de los tantos, porque en esa semana hubo 5 presidentes; si mi memoria no me falla, si, 4 o 5 presidentes en una semana.

MA: bueno ese fue el origen de la organización, creo que los puntos en común que si es por vía campesina, que compartir un punto, que es un punto solido de nuestra condición política, es el trabajo de base, es la construcción desde las bases.

Ese fue el origen en el año 2000, a partir de la crisis social que había que había que organizarse para dar cuenta de la lucha, digamos, eso fue importante porque había 3 o 4 comunidades de base y a partir de eso se fue haciendo reuniones, trabajo, militancia y bueno cual es la principal problemática de esas todas bases; y bueno particularmente lo primero que salía el acceso a la tierra,

la mayoría eran obreros rurales que no tenían para producir siendo que había un porcentaje altísimo de tierras abandonadas; a partir de eso se visualiza que también esta no solo el acceso a la tierra sino también el acceso al agua para producir.

Ahí no sé si te comento el Dani, pero mis compañeros de... bueno, juntos nos organizamos desde el comienzo de la organización nos dimos cuenta de la problemática de la tierra y ahí Diego, Lena son compañeros que te pueden contribuir bastante con la historia y ese es el proceso que creo es interesante; bueno ahí, se hacen un eje común además del trabajo de base es la movilización, la primera movilización que tiene la UST en Mendoza, principalmente en este departamento que es Lavalle fue en el 2002 donde se reclamaba tierra, agua y trabajo digno para el campo; acompañado de un esbozo de proyecto de reforma agraria porque teníamos identificadas fincas que tenían que dársele a la organización para ponerlas en producción, osea es algo que le cerraba a cualquiera en el momento de crisis que se estaba viviendo. Bueno eso no paso, hubo enfrentamientos, en fin. Pero bueno ese fue el inicio de la construcción territorial de la UST, después se fue masificando en toda la provincia, actualmente hay distintas regionales en la organización.

Investigadora: ¿son 4 o 5?

MA: son 5. Y bueno en ese sentido siempre la lucha por el acceso al agua y a la tierra para producción son principios básicos que se comparten con la Vía Campesina y todas las organizaciones de movimientos compañeros, particularmente se aprobó en la ONU los derechos campesinos.

Investigadora: Donde Brasil no voto a favor.

MA: y la Argentina también, se abstuvo.

DA: que el compañero de ella Diego Monton, fue el delegado.

Investigadora: Monton seria el presidente o director, no se como digo. Yo busque y apareció una entrevista a pocos días, que no se donde estaba.

DA: en Nueva York. En la radio.

Investigadora: Diego Monton entonces seria lideranza regional.

MA: es un compañero militante, dirigente, que, además es como el referente del MNCI a nivel nacional. Pero bueno son luchas históricas que tenemos a nivel nacional e internacional.

A partir de esa construcción mas territorial, provincial que se masifica esos procesos organizativos que también a la UST llega, por conflicto de tierra particularmente, no solo de trabajos de bases, sino bueno hay un conflicto de tierra empieza a tener una referencia provincial la UST para que acompañemos ese proceso organizativo y de lucha.

Investigadora: ¿Como una consultoría también sería?

MA: No, no. Referencia sería, el movimiento esta referenciado a nivel provincial por la sociedad, que hay una comunidad que violan sus derechos o los desalojan, nos contactan.

No es ninguna consultoría ni nada, sino que es solo el movimiento y es la construcción social y política. En ese sentido fue siempre creciendo la organización y siempre con ese horizonte político que es la reforma agraria popular y dentro de ese marco que es comprender: la vida digna en el campo, el acceso a la tierra, al agua, a la salud, a la educación y ahí entra donde empezamos a construir, entendiendo que la educación es una herramienta para la transformación, elevar el nivel de conciencia para formación de cuadros, de militantes.

Bueno creamos nuestra escuela, esa creación de la escuela nos llevó desde el sector de formación de educación, del cual somos parte con Dana, casi un año de trabajo en 35 comunidades de base de la UST particularmente y es ahí donde pudimos construir el proyecto político pedagógico pero nutrido, obviamente, por los principios de educación de la Vía; si no es que esta construcción es aislada y propia nuestra. Oséa es propia de nuestra realidad, pero nutrida con los principios pedagógicos que comulgamos y construimos en la Vía. En ese entonces es concebir el derecho a la educación, entonces a un nivel y modalidad en el campo, donde uno vive, respetando su cultura, sus saberes populares, la agroecología, la producción; todo eso elementos es un componente fuerte en esta escuela, lo mismo que la alternancia que por ahí pueda representar no es que, entiendo yo que, en los inicios pueda haber sido; pero tiene que ver más con lo de la educación vinculada a la vida.

No es que la alternancia para nosotros nos define, se entiende. Bueno eso es otro elemento que compartimos con la Vía, tiempo en escuela, tiempo en comunidad, esos diálogos de saberes de eso momentos, otro elemento que

también está en la escuela y hace parte es comprender el trabajo como un elemento pedagógico, si de la pedagogía marxista. Que eso es, para mí eso es el eslabón de la desconstrucción y de la formación humana omnilateral que también se habla que tenemos en esta escuela. A raíz de eso que te estoy contando de construir esa propuesta pedagógica, que en su momento era solo convocar a hijos de militante de la UST. Ya en el 2012 nos superó la necesidad de venir a cursar gente que no eran hijos de la UST, ni militantes, pero si le apostamos como un derecho a la educación publica como una herramienta para la educación en el campo, para distintos agricultores o personas que transitan el territorio y como una oportunidad a ese cambio de conciencia, a esas construcciones de conciencia crítica y también organizativa, porque a partir de que muchos han transitado la escuela, se han sumado a la organización y al movimiento. Pero eso lleva tiempo, digamos. Y bueno acá se desarrollan distintos procesos no solo uno; bueno uno fue la escuela un secundario de adultos, como nivel básico; después comenzaban a egresar los estudiantes y surgía la necesidad de decir, bueno quiero acceder a la educación superior, que hoy en el campo es un límite, osea hoy si te digo que el 10% accede a la educación superior es mucho. Por lo costoso, por más que haya una universidad pública, acá la distancia, las fotocopias, un montón de elementos que impiden que un muchos de jóvenes puedan acceder a la educación superior; entonces ahí creamos una carrera de nivel superior, en economía social y desarrollo local, que son 3 años. (hay 3 segundos que no entiendo 18:30 – 18:34) ... Ahora la semana que viene están las mesas de exámenes, y el otro proceso que también están todos con la misma pedagogía, los procesos pedagógicos son los mismos; iniciamos el primer profesorado de educación primaria para el campo, para las escuelas primarias del campo, ese finalizo antes de ayer y también hay un grupo bien grande, que también es a término, son 4 años, es muy lindo eso, porque hemos abarcado todas las prácticas de las escuelas de varios departamentos.

Entonces estamos trabajando mucho, justamente hay un espacio que son las practicas docentes, que es estudiar el entorno de la escuela. Entonces hemos podido acceder a sistematizar, a hacer un inventario sobre ese entorno, sobre social de lucha, de las condiciones sociales que hay en la familia, de la producción, de la flora nativa, del trabajo, todo eso está...

Investigadora: es un proyecto...

MA: Es hermoso, que va a durar. Entonces eso todo, particularmente ayer y hoy, jueves y viernes de esta semana, no hay nadie en la escuela. Pero además de esos procesos más educativos, si se quiere decir formalizados conducido por nuestro movimiento, articulado con instituciones, salen procesos de formación política, seminarios y esta la fábrica de insumos que también es un espacio de alimentación para los productores en la elaboración, entonces todo eso se conduce desde acá, en el colectivo, bueno Dana, yo y otras compañeras que construimos este espacio delegado desde movimiento. Es un poco el resumen que dio a la creación de la escuela y de las tecnicaturas, todo eso no ha sido algo sencillo particularmente ha demandado la movilización de todo los 17 de abril, hemos marchado en conmemoración del día de la lucha campesina, un componente ha sido el acceso a la educación entonces bueno la escuela no quería que fuera creada aca y tuvimos clases publicas, movilización.

La tecnicatura tampoco, en economía también movilizamos y la del profesorado que inicio este año, bueno ahí dio cumulo de movimiento que ha podido dar cuenta de que no es así como...

DA: un capricho.

MA: un capricho o es una ... que ha permitido que este profesorado haya surgido, lo presentamos al proyecto pedagógico y lo gesticulamos con este instituto y con el otro, tatata, y no hubo una necesidad de marchar... no sabemos, quedara para analizar, pero creemos que tiene que ver con el recorrido que ha hecho el movimiento y bueno tal vez alguna referencia que hemos podido ir consolidando en el camino. Ahora estamos en búsqueda de otra con la universidad y vamos a tener que disputar en el camino.

Investigadora: con la universidad de cuyo. ¿Tienen relaciones con la universidad de san juan?

DA: Si y mucha.

MA: particularmente entre este espacio de la escuela se articula un montón con la universidad. De hecho, muchos educadores que hemos colocado nosotros, porque esa ha sido una condición, hacemos la propuesta pedagógica, pero quien elige al docente es el equipo pedagógico de acá y siempre hemos podido

convocar a los docentes que son aliados nuestros, digamos. Según el perfil o el espacio curricular...

Investigadora: que tenga una idea.

MA: pero que sepa dónde viene a dar clases que se apropie a la propuesta pedagógica, no es sencillo porque todos vienen, tienen un recorrido en la educación formal, en la escuela histórica, donde a uno lo formatean, donde la lectura en realidad no es un principio pedagógico, todos los conocimientos son aislados, poco se recoge de todo ese saber popular... (no se entiende 23:16)... bueno todos hemos estado formados así, hay que desconstruirse así como vos decís. En ese camino tenemos que trabajar con nuestra perspectiva de lo que venimos haciendo con colectivos de educadores por proceso consolidándolos, ¿no? Que es difícil todo el tiempo ir renovando porque, bueno, estas al tercer año recién es donde te cae la ficha. Entonces en ese camino estamos, de la sistematización, el registro.

Investigadora: ¿y cómo es que hace esto de vías legales, formales, burocráticas? ¿De los cursados de acá, la tecnicatura y tal para, anunciar al profe oficial? ¿hay reconocimiento de título y esas cosas?

MA: para mí son el complemento primero del crecimiento de la organización, digamos, del acumulado en el proceso de lucha por la tierra, procesos productivos, sin ir más lejos en procesos de formación, también teníamos espacio de formación política y que también a veces abríamos espacios para que obviamente conozca gente de la universidad, gente que también esté relacionada al ministerio de educación... cada tanto hicimos un camino en ese sentido, pero bueno hemos podido dar cuenta de que en la lucha legítima, también, si tiene su componente que es popular y social, eso creo que fue un componente para que en el 2011 nos aprueben la escuela.

Después la movilización, sin duda, ha sido otro componente, pero de la mano de la gestión, también, del artículo; mi compañero particularmente está en la tarea del vínculo con el ministerio de la educación, cuando uno construye colectivamente con los compañeros que estamos a cargo de la educación podemos fundamentar él porque es necesario; ha sido un elemento que también que es importante, además de la movilización acompañado de ese contenido, político y pedagógico y después la necesidad, también, de la gente

porque no podría ser la escuela y seguir creando carreras sin que hubiese demanda, entonces eso es una, creo yo, son al menos tres componentes que han podido facilitar si se quiere la creación y acreditación de los procesos, y sin ir más lejos creo que en el 2011 en un momento nos planteamos, había me acuerdo, compañeros del movimiento también del movimiento nacional que decían para que queremos un título acreditado por el estado, no es necesario es el saber. Nosotros particularmente siempre lo hemos disputado más allá que acreditamos que el saber no está respaldado por un papel o un título, pero si el estado debe reconocer que hay otra forma de educar y eso, lo único que se acredita el estudiante, el joven, el campesino tenga su acreditación y puedan disputar también después, cuando llegemos no sé si sigamos o volvemos a estar en el poder tienen que estar los compañeros, también nosotros por ejemplo queremos transformar la escuela, ¿cómo la vamos a transformar?

Y tenemos que tener nuestros docentes y el sistema necesita esa burocracia, obviamente, ninguna revolución ha devastado, ni siquiera la revolución rusa, dejó de existir el estado y en ese camino es como construir un estado revolucionario, si se quiere o una institucionalidad en realidad ahí se va a necesitar un papel, un cartón como le dicen las compañeras de Chile en un analítico, entonces en esas discusiones nos atravesaron pero bueno de acá particularmente desde este proceso de movimiento nacional particularmente en Mendoza, cada proceso educativo lo hemos disputado al estado para que sea acreditado formalmente, con lucha, gestión, acumulación política pero siempre...una demanda digamos, un objetivo. Sino queda también como una cuestión, ah no los campesinos no, no pueden tener su educación popular que no es reconocida; pero, claro que la educación popular debe ser reconocida, entonces por eso lo hemos disputado.

DA: tiene otra mirada por ahí la escuela estatal estando en el campo hace que los jóvenes se vallan del campo, y van despoblando el sector y cuando lo van despoblando va envejeciendo el campesinado, llegan las empresas transgénicas detrás. Es como si uno se pone a ver o de buscar la quinta pata al gato, pero no. Es como una estrategia que tiene el estado de, si damos la educación acá en el campo para que vengan a trabajar en una empresa y vienen del campo a la ciudad y el campo queda despoblado, entran las empresas transgénicas ahí y empiezan a hacer todos sus monocultivos,

entonces por ahí la escuela es, con esto de la alternancia que es una semana al mes, bueno, que el compañero o compañera que venga del campo montaña adentro y que venga a estudiar es una semana al mes y después las otras tres semanas pueda volver a su casa, pueda seguir con la educación en su casa, formando, trabajando llevando una réplica de lo que es la escuela en la agroecología. Porque por ahí el campesinado de la zona, la gente del campo mucho no siembra y el que es campesino tiene cabras o vacas no tiene el habito de sembrar.

MA: además estas en zonas áridas.

DA: claro, en zonas áridas. Además, hay otras alternativas de producir, de sembrar como bueno en la escuela buscamos esa quinta pata al gato, para que no solo haya vacas y cabras, sino que también pueda una persona... (no se entiende 30:03- 30:07) ... unas acelgas.

Investigadora: yo tengo una pregunta sobre eso. Me llamó mucho la atención lo que están construyendo el banco de semillas, yo quería entender un poco mejor, porque eso también pasó en Brasil, tanto que si quieren puedo compartir ese material. Acabo de terminar un informe sobre la red de bancos de semillas en la Paraíba, que están en una de las políticas, que para mí es una de las más fuertes que está dentro del movimiento, yo quería comprender mejor como hacen.

MA: en realidad como todo nace es parte del concepto que hemos construido como Vía campesina, esa disputa de dos modelos de concebir la agricultura y bueno parte del modelo de la agricultura campesina tiene que ver con la recuperación de las semillas, si, para nosotros la semilla es vida, es cultura, es multiplicación, es continuidad y entonces en ese sentido la escuela para nosotros es también un espacio de pertenencia y bien como te decía recién, de construir conciencia crítica.

La semilla es un elemento, como vos decías, actualmente está en la boca de la tormenta, el patentamiento de esta ley de semilla de Monsanto- Bayern es tremenda, se llega a acreditar y perdemos la vida, la posibilidad de multiplicarse y bueno hay una serie de puntos que son graves digamos, entonces es como comprender la dimensión cultural política que tiene la semilla y como se materializa y como invitamos a los estudiantes, hijos de productores a poder tener un espacio de intercambio, la idea nuestra es que todos los

meses podamos traer, cada uno, en su comunidad unas semillas para intercambiar, cada uno que va a un encuentro de productores y demás, contribuir con una semilla, sin ir más lejos, lo que producimos en la chacra cuantos surcos dejamos para que el año que viene podamos sembrar, y producir justamente nuestras semillas, es difícil eso?

Si, y lo explicamos en el espacio de estudio de agroecología, solamente de la teoría, entonces bueno nuestra idea era que desde la construcción del espacio que es donde se va a guardar, a cuidar las semillas, podamos construirlo nosotros mismos y bueno lleva su tiempo, porque hacemos parte de que todos los estudiantes puedan contribuir en esa construcción y todos puedan apropiarse y bueno es eso digamos. Es esa necesidad de tener nuestro espacio que también todos comprendan la necesidad que implica la semilla en la producción, que es lo que por ahí uno...

DA: y así como vos nos contaste que venias de la ciudad y que no conocías lo que era una vaca, hay mucha gente que ha empezado a venir acá, a este espacio en la escuela y no tiene mucha noción de lo que son tampoco una vaca, de lo que son una semilla o lo que pueda llegar a pasar si Monsanto adquiere el poder de las semillas. A eso hay que sumarle que tampoco tienen noción de por ahí que saben o no si el maíz es una semilla mejorada, es decir que variedades de semillas hay. Por qué vos por ahí muestras y te preguntan: ¿esto de que es y esto otro?... entonces eso también es lo que te decía al principio de lo que es la educación, ¿cuál es nuestro roll, cual es nuestra mirada o propósito de poder educar a la gente con el tema de la semilla? ¿Cuál es el fundamento?

Investigadora: ¿y hay otros bancos dentro del movimiento, es decir espacio físico?

DA: No, al menos, acá en nuestra provincia hay mucha gente, de esto que adquirió tierras y agua, bueno también adquirimos semillas de muchos lugares, por ahí cuando salimos a hacer cursos de formación a otros países, siempre traemos semillas o llevamos. Llevamos y traemos. Siempre las semillas dentro de esta organización o dentro del movimiento siempre están circulando, no es algo que se construyó una casa de semillas y que se quedó ahí, se guardó ahí, no. El banco de semillas existe, pero existe en los territorios.

Investigadora: en la casa de cada persona.

DA: en la casa de cada persona, pasa recolectando cada uno.

Hace poco tuvimos un encuentro de organizaciones y un compañero de Córdoba de otra provincia más al centro de la Argentina, parte del movimiento también, trajo una semilla mejorada del maíz criollo, que es el que nosotros tenemos acá en la escuela. Esas semillas vienen de una parte de Brasil, no sé. ¿Qué le dimos? ¿Cómo 2 kg? De maíz para que se llevara para sembrar en su provincia. Pero con el propósito de que esos 2 kg de maíz que se llevó de acá, sea distribuido por otros territorios, porque es un grano de maíz que es más lindo para las gallinas, tiene como el color, la textura; entonces es eso el banco de semillas no es una casa fija, sino una casa rodante, que va viajando por todas las comunidades, las organizaciones. Siempre las semillas están en movimiento. Ahora con esta ley que, si sale, lamentablemente lo vamos a tener que hacer a contrabando.

Investigadora: ¿sabe cuál es el número de la ley?... como es al revés para compartir con vos. Yo salí de los trabajos de Paraíba mapeando bancos de semillas.

MA: acá nosotros, te hago una aclaración, le decimos casa de semillas, porque banco hace referencia como a que uno, el banco entrega plata. ¿se entiende?... (no se escucha bien 37:02- 37:04) ... se llama un hogar...

Investigadora: qué lindo... bueno si quieres después, es muy rico, yo recogí estas en campos, son semillas de la pasión se llaman en español. Eso de las semillas es algo que me encanta porque yo veo en las semillas como resistencia, así, como semilla es resistencia.

MA: y lo que simboliza, nosotros hicimos un libro de la escuela con todos los escritos, se llama “SEMILLAS EN MOVIMIENTO”, porque...

Investigadora: ¿tiene ese libro acá? O alguna forma de conseguir alguno, una copia. Donde pueda comprarlo.

MA: en mi casa tengo uno, yo te lo puedo acercar. No está en venta porque es del movimiento, pero el nombre tenía que ver con eso, con que la semilla simbolice eso de cultura, de pensamiento, resistencia, entonces les pusimos semillas en movimiento. Y tiene escritos de varios compañeros. Tenemos tantos escritos ahora nuevos que podemos hacer como 3 libros más, serio re lindo eso. Es parte de la sistematización que uno hace de la construcción del conocimiento que nosotros hacemos en estos espacios, existe tanta gente y

todos vienen de una vida, obviamente que todos tienen su propia historia, primeramente, la memoria histórica de donde uno viene es parte del aprendizaje, entonces así... (no se entiende 40:27- 40:29) ... muy emotivas como empieza uno y escribe su historia y sigue su recorrido, que hay cosas tan bonitas...

Investigadora: eso me interesaría mucho de verdad.

MA: es como inspirador, uno lo relee incluso, ayer estaba ordenando, y ahí estuve leyendo de unas cartas del profesorado del espacio practico, muy bonitas, como es que... hicimos un trabajo de clase y había una pregunta que era: ¿en que momento uno sintió un proceso de ruptura, de emancipación? Y después ¿Qué elementos podés visualizar que permitieron esa emancipación en la práctica? Cosas muy lindas, digamos, porque es para comprender si la educación es emancipadora o no, porque es un slogan a veces, que uno dice la educación es liberadora, pero como, ¿Qué hay detrás de todo eso? Que te mueve. Entonces investigar hacia dentro de uno y visualizar eso, esa práctica emancipadora es muy rico para ese trayecto que están haciendo los estudiantes. Entonces mi idea era, en primer año, osea ahora, después compararlo dentro de 4 años de haber estudiado tantas cosas, haber practicado tanto. Vamos a ver si sale.

Pero eso sería bueno escribirlos en el libro, en el tomo 3.

Investigadora: una de las propuestas que yo tengo con la investigación, le dije a Vero y a Dani también, primero hacer entrevistas de historias de vida, que es la metodología principal que yo creo que comprende la vida de una persona, también comprende su lucha; como dije a Vero yo quería que ustedes me indicaran las personas, no quiero simplemente una persona que conozco ahora y diga: Caro, no tiene que ir a mi casa. Muchas veces y entiendo que un movimiento se hace de narrativas en comunes entonces yo no quiero perjudicar lo que ustedes tienen construido a partir de una entrevista que sea mala. Esa es la forma más sincera de decir, realmente, quiero que me indiquen personas que construyan esta historia como movimiento en su vida, no sé si me entendió. Es una preocupación que tengo, en Brasil como acá de no hacer, algo malo por culpa de la investigación. Y sí que sea... mas, dicen mucho en investigación cualitativa, dar más voz a quien no habla; y no, es escuchar mejor a quien habla.

MA: por ahí yo creo que es una cosa más manejada, como te decía más temprano, que desde mis inicios he sido parte de la organización y cada una de las personas que han venido a hacer tesis, ha habido un delegado de la organización que acompañaba el proceso, digamos, es una cuestión orgánica, entonces en ese sentido no es por si dice o no, o acuerdo o no con cosas que para nosotros, no sé, las bases de evaluación de enviar personas a nosotros y nosotros mostramos las luces y las sombras de nuestra construcción, son bienvenidas digamos los límites, sino no podríamos seguir caminando. Entonces en ese sentido, digamos, lo que sí es importante para nosotros son las cosas de debate interno que sacamos reflexiones que nos ayudan a seguir caminando, es difícil como bien ha pasado, que viene una persona que quiere hacer una tesis y como te decimos, no la vemos más. Se llevó una foto de la cual no hubo un diálogo de esa foto para poder también, no explicar, pero si contextualizar desde donde esa persona o de donde vos hiciste esa foto, eso sí me parece que para nosotros es súper válido, porque no, insisto, lo que deja de decir o no una persona, sino comprender ese dicho o esa mirada, junto con ese espacio. Con compañeros que somos parte orgánico del movimiento, para el debate, entonces eso es como un elemento de ver en ese sentido, de si vos hiciste, lo habrá dicho Dani o Verónica. O no se desde el sector de educación siempre seguimos las tesis y en ese sentido, y si hay una tesis justo de salud o educación, siempre pedimos que compañeros referentes que desde ese sector acompañen, entonces por ahí ver, cuál va a ser tu referencia desde el movimiento.

Investigadora: Salud, agua, tierra, genero. Yo quiero estudiar.

MA: y si tu tesis, por lo que entendí al principio es Brasil- Argentina y dentro de Argentina es Mendoza y a su vez UST, bueno hay que ver quien puede ser, o si es Dani tu referencia para organizar tanto las visitas como el seguimiento, a nosotros justo vino una compañera que estuvo, 2 meses, de Francia, es antropóloga, su referencia y construcción no era sobre la escuela, o sea no era de educación, parte si pero ella estuvo acá y desde acá le coordinábamos sus recorridos, sus visitas, toda esas cosas. Como para que vos te sientas acompañada digamos y que vos te sientas ese respaldo de que con quien vamos a hablar y después a quien le haces esa devolución, más allá que esas temáticas diferentes, con quien hacemos esa lectura conjunta de tu tesis una

vez que tengas tu tutor, pero por ejemplo con la compañera de Francia le teníamos con Dana que la acompañaba en todo, y su tesis fue sobre todo el acceso a la tierra y los conflictos de tierra y como se vincula con procesos de educación, por eso, esa parte la acompañamos también nosotras. Pero todo eso lo organizamos también desde acá. Había para que ella se organice mejor, no sé si me explico, por ahí, si vos vas a estar haciendo una tesis más formal con la UST o con la vía campesina que haya alguien que pueda leerle.

Investigadora: para mi seria buenísimo, por que como llegue en vos. –Hola mi nombre es caro.

MA: si la verdad que por eso yo te cuento esto, entonces por ahí ya está de más, si lo has hablado con Vero o Dani.

2.1.3. ALI.

AL.: Bueno en primer lugar me voy a presentar, me llamo Alicia. Estoy acá en la organización desde el 2001, cuando en la crisis que hubo tan grande; que nos empezamos a organizar, que empezamos a reunirnos, que empezamos a ver como hacíamos para darle a los hijos. Entonces nos empezamos a reunir en casa de familia una vez en un lado, una vez en otro y así donde había más fruta, íbamos a buscar tomate y nos parecía que estaba bueno juntarnos en tal lado porque había leña y estaba bueno el lugar, había sombra. Y bueno ahí empezábamos a producir, lo que había, entre el tomate, la fruta, lo que había lo empezamos a juntar y a elaborar para la familia. Y cada uno se llevaba lo que le pertenecía y así, eso fue vario tiempo, vario tiempo que nos organizamos. Empezamos a hacer así y fuimos creciendo como organización. Y empezó una organización que yo cuento de que es en esta zona que es Jocoli, 3 de mayo, Andacollo, todo eso que nosotros si había durazno por allá, íbamos por allá, si había tomate íbamos allá, entonces que nos favorecía, que donde había más cosas, ahí nos juntábamos y de ahí empezamos a organizarlo, de esa manera hasta que fuimos caminando, fuimos encaminando que en la organización, fuimos organizándonos más, conocernos más que hacia cada uno con una cosa con la otra, hasta que se fueron sumando muchas personas. Y de ahí seguimos y seguimos, hasta el día de hoy en lo que es la producción sigo produciendo, y de ahí como bueno también parte de esta organización en la que yo estoy, llevo muchos años en las luchas: en la lucha por tierra, agua, en la lucha por el derecho de la mujer; hemos ido creciendo paso a paso, yo creo que estamos convencidos que somos una organización de masas de que nosotros iniciamos en el 2001, estamos convencidos de que nosotros organizamos hemos llegado hasta acá y vamos a seguir para adelante, luchando, vamos a seguir porque ha sido la única manera de poder mostrar que estando organizados se puede, de que queremos tal cosa y organizados lo podemos hacer.

Yo hace muchos años comencé a trabajar, cuando mis hijos eran chicos, en fincas en uno de los más grandes de esta zona que era Manrique que tenía 2 camiones, que tenía muy muy mucha tierra y el agua la tenía el nomas, para

sus plantaciones de tomate, cebolla, ajo, y yo era obrera de él porque era el único trabajo que había por acá cerca, y yo me levantaba a las 3 am para esperar el camión a las 4:30 – 5am en la ruta, con mis dos hijos más grandes para poderme ir a trabajar y ganarme, no me acuerdo si eran 25 pesos que pagaban el día, pagaban el día en ese entonces y nosotros teníamos que hacer no sé cuántas salidas de cebolla; por ejemplo agarrábamos una batea, como una cosa inmensa así de surcos y la agarrábamos con mis 3 hijos y eso lo teníamos que sacar en el día y eso tenía un valor, 25 pesos el día, entonces es lo que nosotros ganábamos día a día, y bueno hasta que yo conocí la organización, porque yo a la vez trabajaba allá y a la vez me juntaba a producir y cuando me juntaba a producir y cuando me di cuenta que lo que yo estaba haciendo estando en la organización es decir producir para mis hijos y trabajando allá, me di cuenta que no era lo mismo, que yo no podía trabajar con mis hijos allá. A veces los hacía fallar de ir la escuela para ir a trabajar allá, pudiendo estar otras cosas que me gustaban, por ejemplo, produciendo, reuniéndome para hacer una cosa u otra, entonces deje de trabajarle al grande ese y me quede en la organización.

Hasta que empezamos a vender nuestro producto que hacíamos a nuestros compañeros, los papas de los compañeros, al centro los llevábamos, nosotros los callejeábamos y así empezamos a vender nuestro producto. Y hoy en día se vende una cantidad de producto de lo mismo que producimos, porque no estamos todas de las que iniciamos, pero hay hijos, nietos de todas las que iniciamos en la organización. Y hay compañera que trabajan en la fábrica donde trabajo yo que son hijas de las compañeras que estaban antes.

Y así hemos ido creciendo y hoy estamos dentro de una parte de la comercialización de la organización que es poder comercializar todos los productos que hacen los compañeros de las regionales y cada productor trabaja con la comercialización, nada se vende detrás de la comercialización. Todo pasa por esta comercialización donde trabajamos cuatro personas y también se genera el sueldo esas compañeras, de lo que uno comercializa, de todos los productos que hay dentro de la organización, se comercializa y le ponemos un porcentaje de 2 pesos a cada producto que a fin de mes hace que se junte un fondo para pagar sueldos. Así que bueno venimos trabajando así

desde hace bastante tiempo y nada yo creo que así ha sido el proceso de lo que es productivo.

Después dentro de la organización de las luchas que tenemos como UST venimos luchando hace mucho tiempo por la tierra y el agua, que tenemos varias fincas conquistadas acá y en el sur, y después en el este. Hemos tenido un proceso bastante importante porque hemos podido luchar por los compañeros que necesitan tener tierra, tener agua. Ha sido un proceso bastante importante, hace muchos años que estamos en esto y creo que vamos a seguir por que es de la única manera que los compañeros pueden conseguir lo que quieren, es luchando.

Investigadora: ¿Y cuántos hijos tiene?

AL.: yo tengo 8, 8 hijos.

Investigadora: pero en la época que trabajaba para aquella; ¿cuántos años tenían sus hijos?

AL.: yo tengo que haber tenido 35 años.

Investigadora: una pregunta indiscreta; ¿cuántos años tiene ahora?

AL.: yo tengo 55.

Investigadora: cuando salió de trabajar para ese grande terrateniente; ¿vivía por acá cerca?

AL.: si si, siempre he vivido por acá, hace ya 35 años que vivo por acá.

Investigadora: ¿la casa era de su mama?

AL.: no, la casa donde yo vivo ahora que es la que llegue y donde yo estoy. Eran de unos patrones, era una finca que sigue siendo una finca, pero era de un patrón; donde varios años se siguió trabajando y después la empezó a abandonar. Empezó a no venir y termino la finca quedándose sin nadie, la vendieron, se la vendieron a unos chilenos, que ellos vinieron invirtieron en la finca, hicieron una pileta, la compraron, y como la tercera vez que venían a la ida chocaron y uno quedo muy mal y el otro no sé qué, y resulta que no volvieron nunca más y entonces la finca quedo.

Y nosotros éramos como mi tío, el padre que crio a mi marido era el encargado de la finca y se fueron y no volvieron más. Después volvió el ingeniero a buscar el tractor, que según el dueño le había dicho que se hiciera pago con el tractor y bueno mi marido, como no sabíamos cómo era el tema, se lo dejo llevar y que se yo y después nos dimos cuenta que sabiendo como dentro de la

organización se podían tener los derechos de uno, la posesión, ese tractor hubiera quedado en la posesión de nosotros. Pero bueno se lo habían llevado cuando me si cuenta, entonces como la finca quedo y nosotros seguimos viviendo en la finca.

Investigadora: ¿entonces ustedes ya tienen la posesión?

AL.: Claro, entonces después se vinieron los chicos y primero vino el Raimundo, Lena, Manota, Marta, Mariana, son los compañeros que llegaron a mi casa y preguntaron si alquilábamos algo, y mi marido dice miren, teníamos un challette adelante, si ustedes le arreglan el techo pueden vivir lo que quieran porque eso se está cayendo y nosotros no.

Entonces ellos han vivido muchos años con nosotros e hicimos un arreglo y ellos se quedaron con la casa y un pedazo de tierra y nos ayudaron a sacar la finca en limpio para que nos quedara la finca a nosotros. Y hoy tenemos muchas hectáreas de tierra porque la finca quedo para nosotros.

Investigadora: ¿y todos sus hijos viven ahí?

AL.: si mis hijos viven ahí, sí. Dos nomás no viven con nosotros el resto sí.

Investigadora: ¿y ahí todos producen?

AL.: si algo producimos, pero no todos, lo que pasa es que hoy en día se ha ido el tema el tema del agua, los impuestos se han ido muy caros, pero si algo producimos ahí, algunos producimos algunos no.

Investigadora: ¿y ustedes tienen agua? ¿Agua llega a la finca?

AL.: Agua si, si llega, derecho de agua. Así que bueno vivimos ahí desde hace muchos años, así que si, fue una conquista haber podido conquistar esa tierra. Y que ya nos quedé a nosotros.

Investigadora: derecho de ustedes de vivir. Eh bueno me conto que cuando empezó en el 2001, cuando usted iba de un lugar a otro. Cuantas personas eran, como era ese momento, como llegaron a ustedes la organización.

AL.: bueno mi hijo, nosotros por lo que llegamos a la organización fue por mi hijo el Diego; Mariana daba clases en la escuela, entonces mi hijo dice esta es la maestra no me acuerdo de que y bueno ahí la conocimos y ahí empezamos nosotros a tener contacto con ellos. Y ahí nos empezamos a organizar, que fue en los primeros tiempos donde empezamos a organizarnos para poder hacer lo que hacíamos.

Investigadora: en ese tiempo la UST, ¿ya tenía la escuela?

AL.: los compañeros venían dando clases en las escuelas.

Investigadora:era una escuela chica, estaba empezando.

AL.: sí. Era muy chico.

Investigadora:eso yo no sabía, pensé que la escuela era nueva.

AL.: no no, en ese tiempo teníamos dos compañeros, el Raimundo y la Mariana que venían dando clases en la escuela. En esta escuela unas horas nada más.

Y de ahí ya empezamos a organizarme con la gente acá y empezamos a sumar y otros y otro.

Investigadora:y como hacían para llegar en las personas. ¿Iban a las casas de las personas?

AL.: no se enteraban, es como que parecía que la necesidad hiciera que se organizaran, decían: no yo me traigo dulce de tal y tal lado, hacemos, o hacemos salsa y nos repartimos. Entonces la gente empezaba a sumarse, porque creo que la necesidad que había de poder producir para uno, hacía que se sumara. Y después hemos ido trabajando con compañeros que se quedaban o se iban después de hacer lo producido, como nos íbamos moviendo, algunos se quedaban otros se iban después los que se iban volvían y entonces bueno empezamos organizando y a crecer como organización.

Investigadora:como que era el papel de la mujer en esa época, la famosa historia de las luchadoras.

AL.: Lo que pasa es que antes la mujer era muy de la casa, por eso yo creo que muchas se iban, cuando decíamos que íbamos a ir a una reunión tal y tal lado. Y muchas decían no yo tengo que volver porque mi marido ya llega de trabajar y no le gusta que ande en la calle, mii marido no le gusta que haya ido a tal lado y así todas, porque todas era así. Yo también tenía también me costaba mucho poder desprenderme de eso porque yo llevaba otra vida de esto, tenía que ir a trabajar, venir hacer de cocinar, lavar los niños, lavar los platos, mandar los niños a la escuela. Era hasta las 12 -1 de la noche lavando zapatillas, poniéndolos listo para ir a la escuela y yo irme a trabajar, y era así, hasta que ya se me criaron un poco más los chicos y empecé a darme cuenta que podía hacer todo a la vez y darme cuenta que también estaba como una esclava, y entonces fue empezarme a soltar y a liberar de una cosa de otra, entonces no trabaje más afuera y me quede organizando dentro de la

organización, sumando compañeras, viendo de qué manera podíamos seguir para delante y así hasta el día de hoy que no soy muy libre... INTERRUPTCION DE GRABACION ...

Me puse en esa meta de poder liberarme más de mi casa, yo me paso todo el tiempo acá y todos los días estoy acá y bueno, ahora porque todas las chicas se tomaron vacaciones y yo también me las tengo que tomar porque que iba a hacer yo sola acá, entonces decidimos tomarnos todas vacaciones y entonces bueno... yo me paso todos los días acá, entre la fábrica y la comercialización, salir a militar, un montón de tiempo, yo llego a mi casa a dormir y el otros días a las 8 de la mañana volver a estar acá. Y bueno he podido lograr eso de poder ser libre en ese sentido de poder salir a militar, a juntarme con las compañeras a trabajar de otra manera.

Investigadora: ¿y cómo era la relación con su pareja?

AL.: y lo que pasa es que como que él es muy de que no, de que, pero como yo siempre me puse la meta de yo tengo que tomar decisiones también, nada el también tiene que aceptar; o si se enoja también se va a tener que abuenar.

Investigadora: es la mejor que tiene.

AL.: así que bueno, no yo he sido bueno muy liberal, he sido muy de poder decidir que quiero hacer. Antes no era así pero bueno me fui acostumbrando y hemos hecho mucho también, yo creo que ha ayudado mucho el tema de género en la organización, y no ahora, sino hace bastante que veníamos viendo porque las compañeras son, porque esto, porque aquello, porque las compañeras no se pueden liberar para que hagan lo que quieran. Bueno lo hemos venido trabajando hace mucho también, de que compañeras con problemas de género y que se yo poder ayudar, poder estar ahí cuando una compañera lo necesita, porque eso nos ha ayudado mucho a nosotras también. Yo no tengo problemas, yo digo en mi casa que antes tenía que pedir como permiso, como que nos habían comprado el tío, pero cuando empecé conocer cosas, cambio ya no era más permiso, ya no era más si quieres que valla, entonces me empecé a acostumbrar que solo tengo que avisar donde voy.

Investigadora: avisar y no pedir permiso.

AL.: Claro, Claro. Voy a tal lado, cualquier cosa que pase búsqüenme voy a estar en tal lado, y no sé a qué hora vuelva.

Investigadora: pero estoy en tal punto y pase algo sabes.

AL.: pero no ya más como yo sentía.

Yo hoy en día siento un apersona que dice: uh le tengo que pedir permiso a mi marido para ir a tal lado; les digo: porque permiso, porque le tenes que pedir permiso. Y sí que se yo...

Pero no, vos tenes que decir, mira me voy a tal lado y si pasa algo búsqüenme, y sino llámenme, voy a estar en tal lado. Vos no podés pedir permiso para ir a tal lado, sino nadie te compro a vos, no sos un objeto que alguien te creo para dominar, entonces eso me parece... yo siento que cuando alguien me dice así me da mucha cosa, algo que no puedo quedarme callada y le tengo que decir: no podés pedir permiso, tenes que decir voy a tal lado.

Investigadora: es difícil...

AL.: es difícil si, pero hoy en día hay gente, hay compañeras que son así, hay compañeras que tienen que pedir permiso... entonces bueno todo lo que yo he aprendido dentro de la organización quiero que otro lo aprenda o quiero que alguien le sirva lo que yo aprendí, porque no me gusta y no me gustaría que una compañera estuviera atada a un sujeto o a esa sociedad de antes que era imposible, yo me acuerdo mi mama y mi mama jamás fue a un almacén, porque al almacén tenía que ir él. O mandar a mi hermano mayor, entonces eso yo lo venía arrastrando como un dolor como una cosa que me molestaba tanto, y yo decía todas esas cosas como no se vieron antes porque tiene que ser así, si mi mama podría haber ido lo más bien a un almacén y volver, y mi mama no iba al almacén... porque como que mi papa no tenían que ir mujeres al almacén tenían que ir ellos, mi papa compraba todo, todo lo que nos hacía falta a nosotros lo compraba él.

Investigadora: ¿y cuantos hermanos tenia?

AL.: ocho, ocho también.

Investigadora: es un numero de familia...

AL.: y tengo mi hermana que también tiene ocho.

Investigadora: mira vos... ¿y su mama está viva?

AL.: No, mi mama y mi papa muy jóvenes murieron... muy muy jóvenes.

Investigadora: ¿y los dos vivían en el campo?

AL.: si, siempre hemos vivido en el campo, siempre. Yo me fui a trabajar de 13 años me acuerdo, me llevo una tía, porque mi papa no quiso que fuera más a la escuela, y yo estaba en segundo tercer grado, la primaria, y mi papa no

quiso que fuera más a la escuela, entonces teníamos que trabajar en las viñas con mi hermano y a los 13 me mando al centro a trabajar de doméstica y trabaje hasta los 17 años.

Investigadora: ¿y ahí volvió al campo a trabajar?

AL.: y ahí tuve mi primer hijo a los 17. Y ahí bueno trabajaba en el centro y trabajaba acá, porque ya habían tiempos de cosecha y cosas así que se ganaba plata acá y ya después me volvía a trabajar al centro...

Investigadora: ¿fueron muchos años que trabajo en el centro entonces?

AL.: si muchos años...

Investigadora: y para vos en la época, no se ahora; ¿que era mejor, el centro o el campo?

AL.: para mí el campo, la tranquilidad, la forma de vivir. Yo siempre digo hasta el día de hoy que tengo ocho hijos y doy gracias a dios que crie mis hijos en el campo. Y no en la ciudad, quizás hubiera sido no se... yo he visto familiar que se han ido de acá con hijos al centro y los hijos de esas familias, el que no estuvo preso, el que no esto, y la vida que vivían era muy complicada. Y mis hijos se criaron acá, en el campo, arriba de los caballos, tengo el intermedio de los cuatro varones, uno tiene caballo, tiene perro, le encanta eso, pero ninguno le gusta el centro. Ellos viven en el campo, les encanta el campo, aparte la manera de vivir es muy distinta. Así que...

Investigadora: ¿y ya tiene nietos?

AL.: si, ya tengo 11 nietos...

Investigadora: ¿y cómo son las edades?

AL.: y si de, el mayor de mis hijos tiene mis nietos y la chica más chica tiene un varoncito que es el último nieto; todos son intercalados. Y tengo de 17 la de mi hijo más grande, de 15, de 8, y después de la otra hija mía tengo de 8, 7, 4 y así... después tengo de 6 y uno de dos años.

Investigadora: qué lindo entonces la casa siempre está llena.

Investigadora: ...se come en casa.

AL.: si si si.

Investigadora: ¿y que tiene?

AL.: ahora está el melón, sandía, zapallito, acelga, porotito, cosas así, pero en el invierno, de no ser el repollo, alfalfa que puedan durar con el clima, hiperpoco.

Investigadora: mucha cosa; no sé qué preguntar... contarme no sé. Me sano tantas dudas en 30 minutos que no sé. ¿Cómo ve el futuro de la organización?

AL.: bueno no sé. Yo ya tengo mis 55 años y no se en que momento voy a dejar de trabajar, las chicas en la fábrica me dicen que vengo de hace muchos años, y me dicen que soy la más vieja, y les digo que no importa, les digo que hasta cuando no me vean llegar con un bastón no me van a sacar de allá dentro y las chicas se reían, porque como que soy la compañera que, por años, por referencia, por saberes, coordina una compañera que hoy vino que está sentada, ella coordina el trabajo dentro de la fábrica pero también soy una compañera que hasta ella misma me tiene respaldo mío, por cualquier duda, para saber cómo se hace, saber si está bien o si lo tenemos que hacer así o no, es como que sigo alguien que tiene un saber y tiene que como una obligación y una responsabilidad allá dentro, me entiendes, y así estoy y en todas partes estoy como la compañera que tiene saberes de hace muchos años, así que bueno, yo dentro de mí está el que nunca voy a dejar la organización que es la que me enseñó a vivir de otra manera y donde yo aprendí y luche por lo que yo quiero, entonces dentro de mí no está ese pensamiento, porque es vivir de otra manera también, estando organizada, saber un montón de cosas, aprender un montón de cosas, es como nada...

Investigadora: ¿qué cree que es lo que más cambio su vida?

AL.: en que me cambio más, una en la economía de mi casa, otra es en mi vida personal. Como yo te dije yo dejé de ser una persona que tenía que pedir permiso para todo o si quería que fuera o no quería que fuera. Yo eso hace muchos años lo manejo a mi manera, yo soy la que decido si me tengo que ir a algún lado o no, soy la que decido si me tengo que ir a trabajar a algún lado o no. Yo decido si me tengo que quedar a dormir en la casa de alguien o no, y eso antes no podía hacer, entonces a mí la organización me sirvió muchísimo como para ser más libre y es decir que uno tenga el poder de decidir, porque si vos no tenes el poder para decidir que queres hacer o como. Otro va a decidir por vos, y eso a mí me cambio muchísimo; a mí me dicen che mira mañana tenemos que ir para allá y vamos a salir a las 8, y yo digo si pásenme a buscar que voy; pero antes yo no podía decir eso para mí en eso, en cosas que yo decido hacer. La primaria la termine acá dentro de la organización, pero querían que hiciera la secundaria, pero ya no yo termine la primaria y tuve el

apoyo de las compañeras para ir a hacer un curso de costura... lo saque con título y todo, y eso me sirve porque yo me quiero organizar compañeras y compañeros y armarme un curso de costura y lo hago. Porque ya tengo todo, tengo el saber ese y tengo donde presentar mi curriculum o decir tengo esto para decir: chicos tengo esto hagamos un proyecto y presentemos esto, que con esto lo van a aprobar... lo van a aprobar porque ahí lo dice, entonces bueno eso...

Investigadora: un cambio grande entonces...

AL.: un cambio grande si, y yo me paso la mayoría del día acá, yo estoy allá o estoy acá adentro, trabajando con otras compañeras. Los jueves organizamos con la Maira, Rocita y Belén y trabaja acá dentro. Los fines de mes, 27 y 28 me junto con Lisa que es la compañera que trabaja en comercialización, una vez al mes a rendir y hacer pago a productores, entonces eso a mí me hace más...

Investigadora: ¿es feliz hoy?

AL.: si, hoy si... eso es lo más importante, y bueno nada.

Investigadora: y sus hijos, que me dijo que están todos por acá, ¿Cómo te ven?

AL.: nada, como que, la mami suelta... como que hace lo que se le da la gana, no sé. Viste y ellos, la niña mía más chica también está dentro de la escuela campesina y nada ellos me ven como...

Investigadora: ¿quién es su hija?, talvez la conozco.

AL.: no, yo vivo al lado de la escuela, Sandra es una petisita, rubia y flaquita... así que nada tengo...

Investigadora: ¿todos sus hijos estudiaron en la escuela?

AL.: no, no porque ellos trabajan, en construcción, unos trabajan en construcción otros trabajan en una finca y así, mi nuera esta acá dentro de la organización también. Y una hija mía, la otra no porque es casada y viven en algarrobal y la otra es discapacitada asique se queda en casa, pero bueno estamos todos... pero bueno bien, bien. Yo creo que, si no hubiese estado dentro de la organización, yo sería no se... no trabajaría, no sería tan libre, sería como muchos dicen, o ama de casa y nada más... estaría en la casa pintándome las uñas, mirándome al espejo...

No tengo tiempo para eso, el otro día mi niña me dicen: hay mami tenes esmalte anda a pintarte, y yo para que si cuando quiero acordar ya no tengo ni pintura en la mano.

Investigadora: una pregunta; ¿acá la fábrica son todas mujeres?

AL.: no, tenemos compañeros varones, si.

Investigadora: ¿pero la mayoría son mujeres?

AL.: si, la mayoría son mujeres.

Investigadora: eso es una decisión política o...

AL.: si, fue a como se fueron dando las cosas. Nosotros hace muchos años se discutía por el grupo de base según la militancia y la compañera que... la fábrica ha sido como un espacio de contención también a las mujeres, tenemos compañeras jovencitas con problemas de genero de parte de su padre o hermano, entonces la fábrica ha servido para que las compañeras como un espacio de contención y a la vez de, como te digo...

Investigadora: ¿Como un espacio de salir?

AL.: claro, pero también como un espacio de economía... porque es cobrar un sueldito y estas mejor, y dentro de todo la vas formando a las compañeras. Paso a paso... hoy hay compañera que esta dirigiendo los planes, otra en la comercialización y otra en microcrédito. Y vos vas formando a las compañeras dentro de ese espacio, y eso nos ha servido para eso. Hay compañeras que han estado ahí y ahora no están ahí, pero están en otro espacio, por eso ha sido discutido quien está allá adentro trabajando pero también sumando a que cada vez tenemos más demanda de pedidos de producto entonces también hay más cosas que hacer entonces se suman más compañeras.

Investigadora: entonces eso también es como una posición política, porque es como que somos las compañeras, de la organización que sean mujeres...

AL.: no que sean mujeres, sino a quien más necesita en el momento. Se da justo que la compañera tal puede estar allá adentro o el compañero tal. Y así se van sumando compañeros jovencitos que están allá adentro, compañeros re jovencitos que se suman a la hora de producir más; una para que vallan aprendiendo, otras van creciendo dentro de la organización.

Investigadora: entendí, es una forma de formación en general.

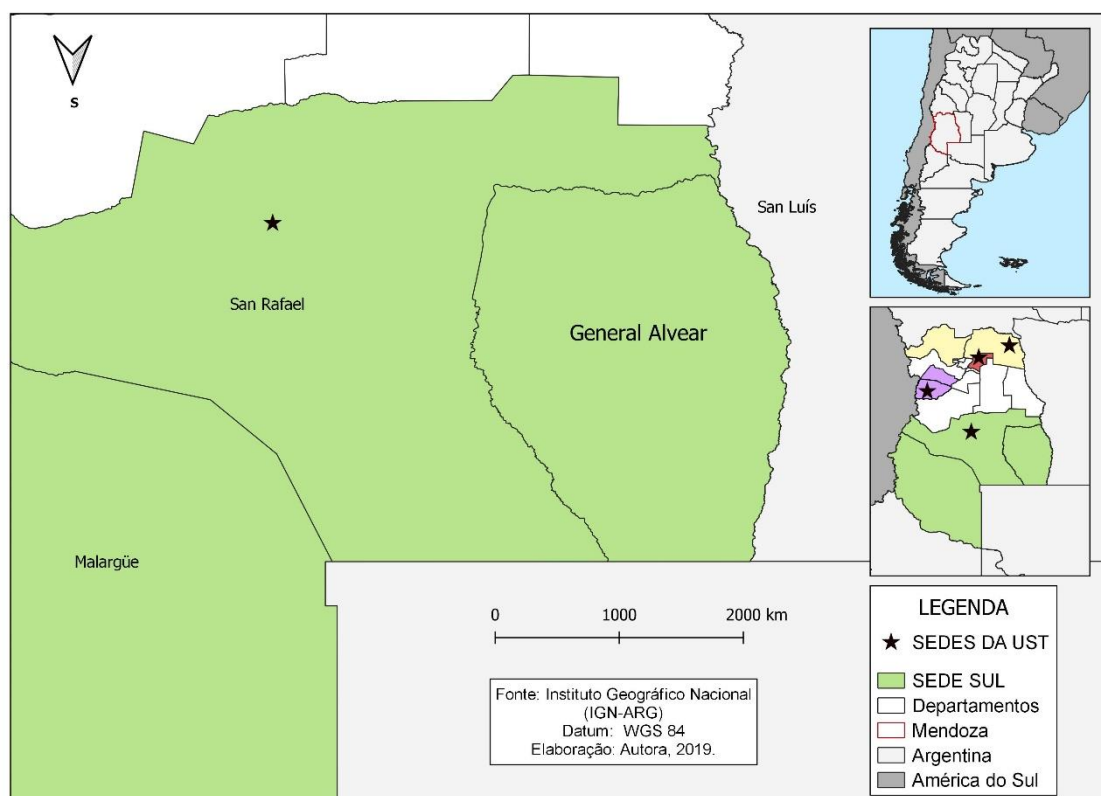
AL.: si de formación y también de economía para ellos. Que no han terminado la escuela, que no quieren seguir estudiando, también la escuela ha sido un

punto dentro de la organización, un punto donde ha podido sostener a muchos chicos que en otras escuelas no tienen cabida. Porque la forma de ser de las otras escuelas no permite, como que no permite sostener a estos chicos. Y en la escuela campesina esos chicos son un ejemplo y por eso la escuela campesina ha servido para eso. Porque no solo estaban los chicos sino también están la gente grande que no ha podido terminar su secundario y que lo ha podido terminar ahí. Ha sido un proceso de la escuela bastante importante... de formación y de contención y un montón de cosas...

2.2. Departamento de General Alvear

O trabalho de campo em General Alvear, foi feito em dezembro de 2018, foram intensos 3 dias 2 noites em trabalho de campo ao sul da província de Mendoza. Foram mais de 8h de viagem de ônibus de Mendoza capital até a rodoviária de General Alvear. Como cheguei no fim de semana não havia ônibus para a zona rural e por ser pequena, não havia onde me hospedar, nenhum tipo de hotel, sendo assim, **DM** foi me buscar na rodoviária e me levou a sua casa. DM era um homem jovem, liderança do departamento de General Alvear. Nesta oportunidade fui encontrar **KA**, uma mulher fortemente recomendada para contar sua história para essa pesquisa.

Mapa 9: Localização do departamento de General Alvear,, Mendoza-Argentina.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN), 2017 e Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST). Elaborado pela autora.

2.2.1.DM.

DM.: _ Nací en General Alvear, en el año 1995; el 19 de Julio. Soy hijo de dos productores rurales, pequeños productores rurales. Así que, creo que tengo un mínimo de conocimiento de lo que es, en la zona rural nomás. Fui a la escuela y todo, ahí aprendes un poco más y te desarrollas un poco mejor en el tema agricultura, lo cual en este lugar en lo que más se trabaja. Tuve una infancia no muy buena, pero ahora, después de un tiempo, ya sí es buena. Cuento con más experiencia ahora, sobre todo por medio de Inés, que lleva la UST con un poco más de conocimiento. Trabajo para la UST, no muy metido como a full, pero siempre estando allí. Por lo cual, he ido a muchas marchas, donde los campesinos piden por lo que les corresponde a ellos. Gracias a eso, tengo un cierto conocimiento y sé de lo que se trata una marcha y una lucha por conseguir algo en conjunto. Hoy en día hemos recibido dos chicas, bueno vos sos la segunda; las cuales son pasantes de la UST, está bueno porque aprendes más, no solo de lo que pasa acá en el país y en la provincia, sino más de lo que sucede en el exterior de acá; en otros países. Como experiencia que te llevas de esta organización es: que, a través de la lucha de todo el conjunto, logras muchas cosas de manera buena, y no violenta. No sé qué más te puedo aportar.

Investigadora: _ Contame ¿Hiciste escuela técnica o regular?

DM.: _ No. Bueno, yo en la técnica estuve muy poco tiempo, después fui a la escuela nocturna, la cual no terminé, me quedaron unas materias. Hice todo el ciclo, pero no terminé. Así que, estoy en deuda.

Investigadora: _ ¿Me cuentas un poco de lo que piensas de esas marchas de las que has participado? ¿cómo fueron? ¿dónde fueron?

DM.: _ Sobre las marchas...a las que fui, fueron por conflicto de tierras unas. Otra fue de género hacia la violencia de las mujeres. En el movimiento que fue por tierras estuvo bueno, porque se pedía el No desalojo de las personas que hace tiempo vivían en ellas y el gobierno las puso en venta esas tierras, por eso quería desalojarlos. Entonces se llevó una marcha que consiguió que no se vendieran. Estuvo bueno, porque generalmente, las marchas que se llevan

a cabo por algo, donde hay mucho valor, terminan queriendo ser violentas. Pero en este caso, por intermedio de la UST y otras organizaciones no se llegó a la violencia, sino a qué lo escucharán de buena manera. Después de la que participé de violencia de género, también estuvo buena porque se pedía por la seguridad de las mujeres y se llegó a mucho. Generalmente, en una marcha te dan una respuesta favorable, que después no se está cumpliendo, pero siempre cuando marchás de manera no violenta recibís una respuesta favorable.

Investigadora: _ Cuéntame un poquito entonces ¿Cómo es la gestión de jóvenes acá en la UST?

DM.: _ Bueno, nosotros primero arrancamos por intermedio de Inés. La cual, ella tenía conocimiento; no en esta organización, sino en otra, en otro foro, con la que tenía contacto. Así, un día le preguntaron si no había jóvenes para ir a una marcha. A lo cual, estábamos disponibles K., Celia y yo, y fuimos. Ahí conocimos a Tato el cual nos propuso formar un grupo acá, en este sector de allá, que es Carmensa. Entonces, arrancamos con Fernando en una reunión con Tato. La decisión de nosotros fue ser todos jóvenes. Arrancamos y Fernando había tomado la iniciativa de ser uno de los referentes y por cuestiones de trabajo después tuvo que dejar, a la que yo tomé la iniciativa de seguir con ese mismo grupo. Con este grupo conseguimos traer un merendero a la zona esta, que es muy necesario tenerlo por la calidad de vida que hay, porque hay mucha necesidad en este pueblo, donde por ahí no se ve de otro punto porque vos decís: “ah Carmensa, son poquitos”. No son poquitos, Carmensa es muy grande, hay mucha gente. Lo que si, están repartidas, pero la necesidad es muy grande, entonces con el merendero es algo con lo que se trabaja mucho y se concientiza con los niños, le das contención. Está bueno, y las chicas trabajan ahí. Muchos días van, no muchos días, sino son tres días a la semana, pero una alegría enorme para los niños a través de ese merendero, donde por ahí con esa merienda es lo que pasan el día. Más allá de la escuela, salen de la escuela que es al mediodía, hora de la comida, después van y se toman la merienda, hasta el otro día por ahí no tienen nada en su casa y es jodido. Bueno, eso es lo que se trabaja acá. Además se han empezado a hacer algunos proyectos para ir a trabajar y producir una tierra, la que le han cedido a

la UST, que es acá a 15 km. Creo que se va a empezar a trabajar en este proyecto ahora, en el transcurso de este tiempo.

Investigadora: _ A 15 km. Entonces ¿está en Alvear?

DM.: No, está en...a ver...Carmensa está formada por distintas colonias. Hay colonias por las que se lleva a un centro, que es Carmensa, dónde es el pueblo concéntrico. Tenés, al sur tenés colonia Rusa, suroeste Colonia Italiana, después hay un sector al noroeste donde está Puente Colorado y de la calle 4 al noreste también tenés otro sector más. Entonces esos sectores conforman a lo que es Carmensa en lugar céntrico. Entonces la finca que le cedieron a la UST es en Colonia Rusa que está al sur.

Investigadora: _ ¿La idea es que ustedes trabajen todos juntos en esa finca?

DM.: _ Aja, Para producir en conjunto.

Investigadora: _ ¿Pero la idea es que sea una tierra solo para producción o para que viva también? ¿Para que se construyan casas?

DM.: _ Por ahora es producción, después se irá a ver cómo seguirá el proyecto.

Investigadora: _ Un proyecto grande entonces.

DM.: _ Y sí.

Investigadora: _ Me cuentas un poco más sobre dos cosas. Primero; ¿Cómo llegó a ir a marcha de violencia contra las mujeres? ¿Cómo te llegó esa información? ¿Cómo convocaron? ¿Qué los vinculó a la información de marcha de violencia? Esa marcha que dices ¿es la que fue ahora el 25?

DM.: _ No, fue hace un año atrás más o menos fue la marcha. Una marcha que propuso la UST y nosotros como formamos parte, estuvimos apoyando ahí. Dentro de la UST hay dos chicas que trabajan en el área de género, así que por intermedio de ellas también llegamos a esa marcha.

Investigadora: _ cuéntame un poco más de tu vínculo con la tierra. Dices que es hijo de pequeños productores, yo vi que saliste ayer para trabajar en el campo. Cuéntame un poco más de cómo es ese vínculo con la tierra.

DM.: _ En general, yo de niño me crié en una finca. Para la que hoy en día hay algunas leyes, en la que vos siendo hijo de productores; y si tu papá te obliga a trabajar en ese sector, recibe una multa o algo así. En mi tiempo, no era así, tenías que trabajar al lado de tu papá en tus momentos libres. Estaba bueno, me enseñaba y aprendí a valorar mucho. Entonces, hoy en día, yo al no

terminar la escuela; decidí trabajar. Si bien, no fue mi trabajo general el trabajar en la tierra, fue más en el sector del comercio, donde sigo trabajando, Igual, siempre estoy vinculado con trabajo en tierra, porque me gusta y tengo conocimiento para hacerlo. Es algo que lo aprendes de chico y es una utilidad más. Como que tenés el conocimiento mínimo, el suficiente para trabajar en ese sector. Conoces gente más de la ciudad, y los que te van conociendo te van pidiendo información y uno le brinda lo que más o menos sabe, lo que por ahí es necesario.

Investigadora: _ Intercambio de información. Y así las personas te van conociendo también.

DM.: _ Y sí. Bueno, ahora tengo trabajo en una verdulería, en la que el dueño tiene un campo. Entonces, él por ahí, me mandó a realizar esa tarea, para poder ayudarlo y aportarle algo, más para que produzca su campo y su producción crezca.

Investigadora: _ No sé si se siente como cortado, sino saltemos al próximo. Pero, me dijiste en el comienzo que tuviste una infancia complicada y así llegaste acá.

DM.: _ Sí, fue por lo que en muchos lugares sucede. En una familia está tu papá y tu mamá y vos siendo chico no ves mucho las dificultades que atraviesan tus padres, porque no lo entiendes. Pero cuando empiezas a comprender en el período de ocho o diez años, entiendes que no va bien la relación. Ellos se separaron y no es que fue muy complicado porque, yo no quería asistir con mi mamá, siempre con mi papá tuvimos una relación más buena y mejor, juntos compartíamos muchas cosas. A su vez, yo era compañero de escuela de Fernando -hijo de Inés- y nos hicimos muy amigos. Así yo, al no estar bien en mi casa tomaba la decisión de ir a la casa de mi amigo. Luego, Inés y Samuel tomaron la decisión de que yo me quedara con ellos. Eso cambió mucho mi vida, porque si bien estaba bien con mis papás, no era que estaba bien del todo porque faltaban muchas cosas. Tenía lo necesario, pero estaba ausente la contención, algo que es muy importante en esa etapa de la vida de un niño. Entonces, es ahí donde conocí a Inés y Samuel, ellos llenaron ese material que faltaba para que yo hoy en día pueda estar acá y seguir adelante.

Investigadora: _ ¿Tienes contactos con tus padres?

DM.: _ Sí, con mis papás si tengo contacto. Lo tengo, pero es más un contacto con mi papá, no tanto con mi mamá. Con mi mamá es: “hola ¿cómo estás?” y se termina ahí.

Investigadora: Todo eso ¿Pasó acá en Carmensa?

DM.: _ Sí, acá en Carmensa.

Investigadora: _ Bueno, cuéntame un poco sobre la organización general de la UST acá en la sede Sur. De cuestiones como: ¿Dónde está la administración de la Sede Sur?

DM.: _ Bueno, la UST en la Regional Sur, está conformada como el lugar central en San Rafael, de ahí tiene distintas ramas, las cuales conforman todo lo que es la Regional Sur. Por ejemplo, en General Alvear, que está en Carmensa. El lugar de lo que pertenece a San Rafael está en lugar de Punta de Agua, Marlagüe y Nigüil (no se aprecia el otro nombre, min 18:46) pueblos de campesinos. Lo cual, está conformado por esa central que es en San Rafael, donde se llega a tener las reuniones de referentes como quién dice y es una regional donde se junta todo el grupo y se debaten temas.

Investigadora: _ ¿Cada cuánto tiempo ustedes se reúnen?

DM.: _ Las reuniones de referentes son una vez al mes y la de referentes Regional, que es en general todos los grupos, es cada mes por medio, cada dos meses.

Investigadora: _ ¿Ahí se juntan todos?

DM.: _ Sí, se juntan todos los grupos. En ellas, se debaten distintos temas, a los cuales se llega a la información de los distintos campos que están en conflictos, y así se puede llegar a buscar una solución.

Acompañante del entrevistado: _ Si hay algo urgente sacan el tema ahí.

DM.: _ (acotando sobre lo que dijo la chica anteriormente) Claro se aprovecha ahí para ir tomando ya asunto en los temas más urgentes.

Investigadora: _ De temáticas generales ¿Cuáles fueron las últimas que ustedes discutieron?

DM.: _ La última que por ahí más se discutió y de la que más se habla hoy en día es por la reforma de la Ley 7722, que respalda el agua en Mendoza. Es así, que es uno de los temas que más se ha estado tocando. Otros de los temas, que es el tema central que se habla en las regionales es; el conflicto de tierras. Una problemática que nunca termina, porque siempre aparece uno

nuevo por distintas personas que llegan y quieren meterse en un lugar que está habitado por gente. Lo que pasa, es que se aprovechan de la gente que vive en campo, porque no tuvo la suficiente educación formal para llegar a pelear y sostener algo. Entonces, llega gente que tiene mayor estudio y dicen: “No, esto es mío, porque traigo esto y esto”, y la gente toma el miedo, así muchos abandonan. Pero, gracias a Dios existe esta organización, la cual le da el apoyo, brindándole a su vez; respuestas favorables para que sigan en su lugar.

Investigadora:_ ¿Ustedes tiene contacto o Llegaron a visitar la Escuela de Agroecología Campesina? Que está en La Valle creo.

DM.: _ Sí, hemos llegado. En este caso yo no, pero sí han llegado a esa escuela, compañeros del grupo que se conforma acá en Carmensa, los cuales han traído buenas experiencias y las han compartido. Pero no soy el indicado para decirte que hay y que no, porque yo no asistí fueron otros.

Investigadora:_ Pero tiene esa movida.

DM.: _ Sí

Investigadora:_ Creo que es eso nomás. Sé que hay muchas más cosas, pero queda abierto. ¿Tienes un sueño?

DM.: _ Mi sueño sería que acá este pueblo pueda crecer como pueblo, y que hay muchas cosas de las cuales por ahí hoy en día hay mucha dificultad. Mi sueño sería que se trabaje más en profundidad con los niños, a los que se les dé más contención y asistencia, para que cuando tengan una edad media en su adolescencia tomen el camino bueno y sepan tener algo y ser alguien en la vida, que no temen el camino incorrecto donde entran en las adicciones y se pierde mucha juventud, cómo ha pasado en este pueblo. Sería eso, tener un lugar de recreación para niños.

Investigadora:_ Y la tierra para ese espacio.

DM.: _ Y, mayormente, si no hay producción en la tierra; no camina nadie, así que creo que lo indispensable es que siga habiendo lugar y mucha tierra donde se pueda hacer cosas, porque sin la materia prima que es la tierra y la producción en este sector de lo que es Mendoza; si no hay producción; no hay ingresos económicos para la ciudad.

Investigadora:_ Gracias!

2.2.2. KA.

KA.: _ Ah, por dónde empezar.

Investigadora: _ Empieza por donde quieras, de atrás hasta ahora o desde ahora hacia atrás. Como tú quieras.

KA.: _ Yo soy madre soltera, ya van 4 meses que me separé, desde ahí la estoy empezando a luchar sola con mi bebé. No tengo ayuda de nadie, solo de mi familia, y de la UST. Trabajo en tierra, planto, cosecho, hago de todo. Ahora estamos en una fábrica de consorcio, trabajo. Ahí, entras y no salís digamos, vos entras trabajas las horas de corrida y hasta la tarde noche no salís. De chica fui abusada por mi tío, aprendí a salir sola. Ahora te puedo decir que aprendí un montón de cosas. Cuando mi tío me abusó mis papás no me creyeron, o sea aprendí a salir adelante yo sola. También veía como mi papá golpeaba a mi mamá. Era mucha violencia que yo tenía. Cuando yo me separé, me dije:” porqué mi hijo tiene que pasar esto, si yo lo viví y no quiero que el lo pase también. No quiero seguir siendo golpeada, no quiero seguir siendo maltratada”. Así que, desde ahí que la estoy peleando solita.

Investigadora: _ ¿Cuántos años tienes?

KA.: _ 21.

Investigadora: _ ¿Y tu bebé?

KA.: _ Un añito.

Investigadora: _ ¿Cómo llegó la UST en su vida?

KA.: _ En mi vida, fue así; me dice Juanjo, un chico de Punta del agua, que coordina. Me dijo:” vamos a un viaje ¿Querés acompañarnos?” Le dije que Si, porque yo a cada viaje que iba lo hacía porque me gusta acompañar. Así, ahí en el viaje me encontré con Tato, empezamos a hablar. De ahí Juanjo me unió, y empezamos a tener contacto con la organización. Hoy en día tenemos un merendero, 4 veces a la semana. Hacer vacaciones era antes con 3 veces, ahora van a ser 4 veces a la semana. De ahí no me aparto.

Investigadora: _ Me dices que conociste a Tato de Marlagüe.

KA.: _ No, de San Rafael, Damián.

Investigadora: _ ¿Cómo fue esa invitación? ¿Cómo llegó a viajar? ¿Cómo fue esa movida?

KA.: _ Creo que era cuando le habían entrado gente a una tierra, y teníamos que ir a defenderla. Empezó así, yendo a las movilizaciones, yendo para acá para allá, viajes de género. Fui una vuelta a Mendoza y no volví más a reuniones. Si han venido para acá, porque hay mucha violencia en este pueblo. Así que, ellos sí han venido seguido.

Investigadora: _ ¿Cómo ustedes, que son muy jóvenes todos, hacen las discusiones sobre violencia? ¿Ustedes conversan?

KA.: _ Sí, yo creo que...antes lo que a mí me pasaba es que él no trabajaba. Es machismo, mucho machismo. Si vos no le tenés la comida, se enoja, si vos no haces esto se enoja. Entonces, es mucho machismo lo que hay.

Investigadora: _ Con tu antigua pareja¿Pasaron mucho tiempo juntos, o poco?

KA.: _ 6 años. Ya después me di cuenta que no podía seguir así. No podía estar tranquila. No podía ni siquiera salir, ahora puedo salir tranquila sin estar perseguida, sin estar pendiente de alguien ¡ya está! Solo estoy pendiente de mi bebé nada más, yo agarré y tomé este punto ¿Por qué tengo que aguantarme un montón de cosas en frente de mi bebé? Yo no quería que él pasara lo que yo viví. Yo no voy a querer que él sea un golpeador, yo no voy a querer que no él sea esto y aquello. Es eso, más lo vi desde ese punto de mi vida. Dije:" No, hasta acá llegué".

Investigadora: _ Que fuerte, se necesita mucho coraje, te admiro.

KA.: _ Primero fue difícil, un montón. Ya está, ahora ya está.

Investigadora: _ ¿Hoy vives con tu mamá o vives sola?

KA.: _ No, vivo sola

Investigadora: _ ¿Y cómo haces para trabajar con tu bebé?

KA.: _ Voy, lo llevo con una abuela, con la madre de mi ex. Lo llevo y ella me lo cuida o por ahí sabemos estar trabajando y él anda por ahí en la fábrica y lo voy mirando. Así hago, no lo puedo dejar solo.

Investigadora: _ Pero tranquila en la fábrica ¿Verdad?

KA.: _ Si, la verdad que sí.

Investigadora: _ ¿Está cerca tuyo?

KA.: _ No, la fábrica queda a 3 km. Voy a la mañana y me vengo a la tarde, voy y vengo. Llevo a Santino y me voy con el Santino. Lo más jodido ahora es

para sacar estacas. Las estacas son las viñas, yo corto más o menos un palo así (mostrándole a la Becaria) y tenés que juntar mil. Son mil estacas que vos tenés que juntar y eso ahora va a salir 250 pesos, pero el año que viene cuando me espere para sacar estacas no sé cómo voy a hacer porque Santino se me va para allá; para acá y Tengo que ir hilera por hilera sacándolas, así que estoy pensando que voy a hacer, cuando saque estacas voy a andar pendiente de Santino. Lo tengo que hacer porque, sino no tengo para comer. Tengo que salir a trabajar sino no tengo.

Investigadora: _ Che que fuerte. Cuéntame ¿Cómo es tu relación con la tierra?

KA.: _ Con la tierra ¿En qué sentido?

Investigadora: _ Dices que plantas, que cosechas ¿Es desde siempre o es desde ahora?

KA.: _ No, Ya van dos años desde cuando empecé a plantar por primera vez. A los primeros que llegué me costó un montón, ya después me acostumbré. Lo que si digo: “prefiero trabajar acá en la finca. Es feo, pero bueno, es muy tranquilo”.

Investigadora: _ ¿Trabajan muchas mujeres?

KA.: _ Somos tres familias. Son cinco hermanas, y dos varones.

Investigadora: _ Más mujeres que hombres.

KA.: _ Si, más mujeres que hombres. Son tres familias, pero lo bueno es que no estamos plantando tan seguido, porque nosotros lo hacemos es plantar para nuestra fábrica. Plantamos nuestro tomate y después eso lo vendemos como fábrica familiar. De ahí agarramos nosotros y trabajamos el tomate, hacemos salsas, dulces y después salen y los venden a los negocios más cercanos.

Investigadora: _ Cómo mercaditos de acá, de Alvear.

KA.: _ Sí, igual, por ahí hay melones, sandías, hay de todo un poco.

Investigadora: _ ¿Cuántas hectáreas tiene esa finca?

KA.: _ Más o menos como 25 hectáreas.

Investigadora: _ ¿De niña has ido a la escuela? ¿Terminaste la escuela, no la terminaste?

KA.: _ Yo me quedé embarazada y sufría mucho de presión alta. Iba a la escuela, llegué hasta septiembre, ya después no pude seguir, estaba con una

panza enorme, me quedaron tres materias que el año que viene me las toman, así que ahí ya termino el secundario. Ahora estoy viendo que hacer, porque tengo que trabajar para que no me falte la comida y para pagar los impuestos, o sea es complicado ahí, porque si agarro el tema de estudio, me voy a morir de hambre. Capaz que me den opciones, porque cuando tenés un bebé te dan opciones; como venís un día y al otro día no, o te llevas las cartillas o viene un profesor o profesora a tu casa y te lo toma allí. Así que bueno, estoy viendo esa posibilidad. Es bueno, sabes qué; yo ahí agarro levanto las tres materias y me pongo a estudiar.

Investigadora: _ Sí, en cuándo el bebé duerma vos vas estudiando.

KA.: _ Si, mi bebé es re bueno, él se duerme, no tengo trabajo con él.

Investigadora: _ (acotando sobre lo que anteriormente dijo) ¡Que bendición! ¿Tienes algún sueño?

KA.: _ Bueno, tenía hace un montón.

Investigadora: _ ¿No tienes más?

KA.: _ No, tenía un montón de sueños. Pero ahora sueño para que mi hijo el día de mañana tenga algo, nada más, yo no.

Investigadora: _ Para que él sea feliz

KA.: _ Sí. La verdad que sí

Investigadora: _ Es difícil ¿no? Porque yo no soy madre. Entonces creo que por más que intente comprender, creo que nunca lo lograré, nunca comprenderé que es ser una madre nueva. Te tengo otra pregunta ¿Hoy vives dentro de la finca? Dices que vives sola, pero ¿en esa finca o acá?

KA.: _ No, acá en el pueblo. Me prestaron una casita. Es humilde, no me quejo tengo un techo donde dormir. Pero sí, tengo hasta que ya me haga mi casita, ya de a poquito voy a ir levantándola. Cómo que tengo un montón de cosas encima (entre risas), tengo que hacerlas una por una.

Investigadora: _ Una pregunta. Te planteo como una hipótesis. Si sale una tierra en la UST, y te dicen: “Che K., veni con tu hijo a trabajar acá en la tierra que es del movimiento de nosotros. Para que puedas construir tu casa y vivir ¿Irías?

KA.: _ Sí, la verdad que sí.

Investigadora: _ Plantar para comer.

KA.: _ La verdad que sí.

Investigadora: _ ¿Qué piensa de esa hipótesis?

KA.: _ Mirá, acá la UST nos dieron una tierra, acá en el pueblo. Lo que si, es que queda a más o menos 15 km de aquí a Alvear, yendo a la colonia, al sur y esa tierra no tiene nada, hay mucho yuyo, mucho monte, lo que sí, es ir a trabajarla y trabajarla, pero cuesta muchísimo porque es muy de salitre. Cuesta mucho para que se te dé algo allí. Tato decía: “vayan y trabajen la tierra, vayan”, pero es difícil porque no hay nada, está en medio de la nada misma. No tenés ni agua, iban a ver si largaban el agua, aunque sea empezar que ablanden la tierra. Es complicado ahí. Hay otra tierra sobre la ruta, que esa también es de la UST, lo que pasa es que hay familia ya viviendo allí y dijeron que ellos la iban a ir trabajando iban a dar. Están haciendo ladrillos, hay bolivianos ahí trabajando. Y Tato dice:” ¿Qué vamos a hacer? Vamos a dejar que esas familias vivan, ustedes vayan más allá y trabájenla”, pero, no se puede trabajar la tierra, porque tiene los hornos y no se puede está toda fea ya la tierra. Así que, agarra y nos dice a nosotros:” nosotros dejamos vivir a esa familia y Ellos aportan con nosotros”. Viste que quieren hacer la escuela en Nigüil, cerca de San Rafael. Y agarra y dice:” nos van a dar los adobes, y ellos van a vivir tranquilos ahí”. Así que, para nosotros eso era una ayuda muy grande que reciban adobe, más para una escuela. Eso nada más, aquí hay dos tierras que no se pueden trabajar. Capaz que con el tiempo sí, pero hay que trabajarla y trabajarla.

Investigadora: _ Muchas cosas juntas en tu vida, tu bebé, antes. Creo que es eso, me dijiste mucho más de lo que yo esperaba escuchar.

KA.: _ Es mucho, mucho.

Investigadora: _ Yo tengo una pregunta un poco fuerte.

KA.: _ Sí, decime

Investigadora: _ pero creo que tengo una libertad para preguntar ¿Qué piensas sobre el feminismo?

KA.: _ Feminismo. Yo, cómo te puedo decir. Yo estoy a favor y no estoy a favor, en el sentido de como mujer. Yo en el campo vi muchas cosas, vi cuando abusaban de una prima, vi muchas situaciones, mucha violencia y que ahora estén saltando las mujeres es bueno. Ahora están sabiendo que las mujeres tenemos una voz. Ya no tenemos la obligación de callar, cuando nos decían que nos quedaríamos calladas con una mirada. Ahora no, ahora una mujer

agarra te contesta, se pone firme y si es posible sale adelante sola; ya no depende de alguien. Yo estoy a favor de eso, de que estamos haciéndonos escuchar. Y así mismo están pasando un montón de cosas. Pero sí... es muy complicado en decir... por ejemplo, yo no estoy a favor en el sentido de que pongan a las iglesias en frente, que las ensucien. La iglesia fue siempre; yo no soy tan creyente, pero la iglesia siempre fue algo complicado, creo en Dios, pero también las personas se mandaban las mil y unas, de la misma manera que los curas, ellos violaban hacían un montón de cosas a callados. Ahora veo un montón de situaciones desde las feministas, que habían puesto toallitas por todos lados, alrededor de la iglesia y cosas así, como bebés muertos, y cosas como esas. Esas acciones no van, porque es feo. Yo cuando fui abusada yo veo más, no es lindo encontrar a una persona toda manchada de sangre. Porque andan por ahí así. Eso a mí no me representa como mujer, si se me representa en el sentido de que tenemos una voz, tenemos para salir adelante, no esas cosas. Yo cuando fui abusada no me creyeron, nadie me creyó. Fui de los nueve años hasta los 14 años abusada, aprendí a encerrarme yo sola, me encerraba; me encerraba, me encerraba. Ya después me mandaba mis cagadas, iba y me perdía, si nadie me creía a nadie le importaba, entonces me dije: " porque tengo que estar así, voy a hacer la mía". Cuando ya no di más, cuando el vaso se rebalsó que fue cuando le conté a mi papá. Le digo: " papá el tío me hace estoy y esto", 14 años tenía. Me dice:" No, vos estás mintiendo", me hicieron bosta. Agarré y fui a la escuela, y me hicieron re cagar . "Una familia te va a hacer eso, vos SOS una mentirosa ¿Cómo? " Así que agarré fui a la escuela, de ahí ya no daba más, empecé a tartamudear, hablaba mal. Comencé a tragar muchas cosas yo sola. Agarré, justo me tocó leer y tartamudeaba, se me reían las compañeras en la cara. En esa situación agarré a la chica y le pegué al director y con esa acción me expulsaron. Desde ahí me agarraron cinco psicólogos, dos varones y tres mujeres, me dice:" K. ¿Te pasa algo? Míranos yo no podía mirar porque tenía miedo, agachaba la mirada. Le digo:" No", me responde:" ¿Querés que se vayan los chicos, o Querés que nos vayamos nosotros? Y yo le digo:" váyanse, váyanse los chicos". Así, apenas se fueron, comencé:" era el 7 de febrero a las ocho de la tarde, cuando iba a devolverle la plancha a mi tío Héctor y me mete dedos. Febrero 20..." y así sucesivamente le daba la hora, la tarde, la mañana iba. Les conte que una

mañana me estaba bañando, siento un portazo al que no doy pelota, escucho un segundo portazo y se me mete a la ducha. Cuando corro la cortina estaba él ahí, le decía:” ¡no tío, no tío, por favor; no tío!”, me tocaba, me hacía de todo, hasta que agarré y sentía una voz que decía: “Ahí viene, ahí viene” y digo:” ¡Gracias a Dios se fue!”, porque si se quedaba no se que iba a ser de mí. Me meto, me enjuagué la cabeza, tenía shampoo. Llega la niñera que antes nos cuidaba a nosotros, dice:” K. ¿Te pasa algo? Y yo le respondí que No. Así que sola fui e hice la denuncia y ahí le conté todo. Yo tuve que levantarme y hacer yo la denuncia. Cuando yo llego de la comisaría con una psicóloga, mi papá de rodillas lloraba pidiéndome perdón. Yo:” Sí, te perdono, pero vos me causaste mucho mal” a los dos se los dije; a mi mamá y a mi papá. Les digo:” yo, a ustedes les dije una, otra y otra vez, no me creyeron, me pegaban, entonces agarré y digo:”voy a salir sola por lo mío, porque yo tengo que ser fuerte y decir ¡Basta!” Cuando pasó todo, fue culpable, salió el juicio y él se lo declaró culpable. ¿Qué es lo que pasó? Qué allá como que el solo se desmentía, decía una cosa y después al rato la cambiaba cosas así.

Investigadora: _ Un loco trastornado.

KA.: _ Entonces se dieron cuenta que estaba mintiendo, que era culpable. Me dice un juez:” te pido perdón, acá en la Argentina hay una justicia de mierda, perdón ¿Sabes cuánto le tengo que dar? Dos años y ocho meses”. Al no pasar los tres años no lo puede meter en cana. Nunca fue preso, hoy en día vive allá en frente y lo tengo que mirar todos los días. Yo capaz que ahora lo mire y ya no me da miedo, no me da miedo en el sentido que me va a volver a hacer lo mismo, no, porque yo ahora me voy a saber defender. Si me dice algo, tengo mi teléfono y llamo a la policía, pero igual la policía no hace nada, van a venir y llamar la atención nada más. Él no se puede acercar hacia a mí a más de cien metros. Imagínate estamos en un pueblo chico, vamos a un negocio; él viene y así nunca va a poder cumplir con la perimetral. Así que, de ahí agarré y yo digo:” agradezco tanto a la UST” ¿Sabes por qué? Porque ahora estoy viendo que hay casos y casos de mujeres, ahora me siento tranquila en hablar mi caso, me siento bien. Yo digo:” no me tengo que avergonzar si a mí me tocó o no me tocó, no ¡Ya está! Escucho otras mujeres cada caso que tienen y digo:” Ah que bendecida soy de escuchar cada testimonio” porque te ayuda a ser más fuerte a vos misma y a salir más adelante. Hay que ser fuerte, pero es feo

muy feo, a mí me costó un montón, por ahí tenía actitudes raras; me iba y me cortaba el pelo sola, tenía esas cosas raras. Estaba mal, porque no tenía ayuda de nadie, estaba sola, me encerraba. Y me digo ahora:” que bien me hizo hablar en la escuela, para que se dieran cuenta que estaba siendo abusada”. Si yo no hubiera hablado, seguiría todo así, ahora no sé a dónde estaría, la verdad que no lo sé. Lo bueno de todo es que ahora soy mamá y lo voy a proteger a mi hijo por, sobre todo, si es posible me voy a dejar pisotear, pero a él que no lo pisoteen. No voy a querer que jamás toquen a mi hijo. Tengo ese miedo que no quiero que le pase lo mismo que a mí me sucedió, nada más.

Investigadora:_ No va a pasar, porque ya tiene una madre bien fuerte.

(después de 3 min en silencio)

KA.: _ Y vos ¿Cuántos años tienes?

Investigadora:_ Tengo 24 años, soy profe de Geografía, empecé esta maestría porque tenía ganas. Yo digo:” Yo disfruto de escuchar historias”. Entonces yo intenté buscar dentro de la Geografía una forma de escuchar historias, porque yo creo mucho en las personas, así mirándonos a los ojos, más que un libro. Yo salí a buscar historias así fui encontrando mujeres por todo este camino, hace 2 años que estoy haciendo este trabajo. Así que, escuché muchas historias de Brasil, de mujeres de Brasil y ahora acá. No hay ninguna entrevista que yo no visite como emocionada, es una cosa que siempre me mueve. Yo veo en la ciencia una forma de ayudar distinto. Yo no quiero solo escribir un libro, yo quiero que ese libro sea una política pública y que sea para el movimiento. Mi mayor preocupación es que termine tres años de investigación para escribir un libro y ponerlo en una biblioteca. Yo quiero que le llegue a ustedes, en cuanto movimiento que digan:” nosotros logremos en tantos años tal cosas y que podemos hacer tales cosas”. Una forma de contribuir con la lucha.

KA.: _ Yo creo que de todas las cosas que vos escribiste ahí te aseguro que la mayoría es violencia, violencia, violencia. Creo que cada caso que va capaz empezando a hablar de otra cosa y después va a saltar, quieras o no va a saltar.

Investigadora:_ siempre sale violencias físicas, psicológicas, violencias cuando eras chica o violencia del propio sistema que no te da tierra, que te

hace pasar hambre. Yo entiendo eso también como una violencia, porque viola en el sentido de ser humano.

KA.: _ Si, yo digo la mayoría de las cosas escritas ahí sin de violencia. Que feo es estar en un mundo así.

Investigadora:_ Nosotras vamos a cambiarlo. Y yo tengo total certeza que va a ser un cambio de mujeres, porque nosotras no nos callamos ahora. Y es muy bonito de escuchar por eso, porque nosotras no nos callamos más.

KA.: _ Yo ya no me callo, yo grito ahora sí es posible.

Investigadora:_ Muchas gracias por contarme tu historia.

KA.: _ Al contrario, está para contarla. Ayuda a darle fuerzas a otras mujeres, fuerzas para salir. Uno con lo poco que tiene puede salir adelante. Así sea un granito de arena o sea mucho salís adelante.

Investigadora:_ ¿Sabes que es lo que más escuché cuando vine a la Argentina? Por ser mujer, siempre me preguntaron ¿Pero ¿cómo va a viajar sola? ¿Cómo va a hablar español? Pero siempre preguntaban porque era mujer. En cada comunidad en la que yo llego, las personas entrando en shock. Me preguntan: “¿Estás sola? Es como normal decir si tú haces yo también puedo. Yo me animo

KA.: _ Cuando vino Salomé, una chica que estaba estudia y vino para acá, también nosotros decíamos:” ¿Cómo una mujer puede salir? ¿Anda de viaje sola? ¿No tenés miedo?” le decíamos nosotras, porque no estábamos acostumbrados a ver una persona de lejos que venga sola acá. Entonces, ahí entendés que si ella puede vos también podés. Ves esa gente así que incentiva.

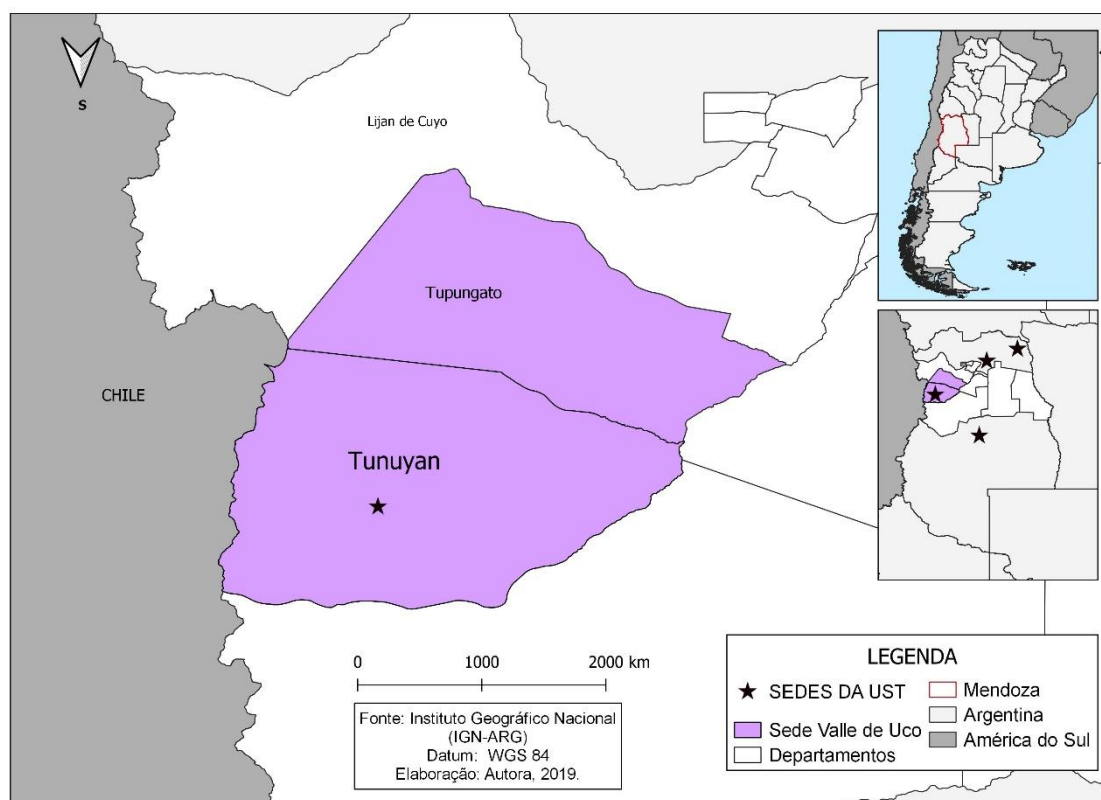
Investigadora:_ Es muy lindo eso. Es duro, obvio que tengo miedo. Antes de venir, V. me pasó a Tato, Tato a Celia y ella estaba hablando conmigo y tenía un mensaje de DM. diciendo:” hola, yo soy referente, cuando llegues me avisas que yo te voy a buscar. Entonces le envié un mensaje a Celia:” ¿DM. es referente de verdad? Necesitaba que una mujer me lo comprobase. Ella me dijo:” Carol tranquila” pero yo no hubiera ido a encontrarme así, por miedo. Entonces nosotras siempre tenemos miedo, buscamos protección, cómo yo cuando viajo en colectivo para un lugar lejos siempre estoy con la cartera así, con miedo que me pase algo, que me roben por se le extranjera. Pero seguimos, sino lo hacemos; nadie lo hace por nosotras.

2.3. Departamento de Tupungato

Em Tupungato encontrei **EMI**, em dezembro de 2018. Eu tinha conhecido a antes, através de **V.** em uma das marchas da UST na capital da província, e foi quando marcamos a nosso encontro.

Cheguei pela manhã na cidade, onde ela me buscou e me levou para sua casa. Andamos bastante, cortamos caminho por grandes fazendas, pulávamos a cerca, não havia ônibus e as estradas aumentavam cerca de 5 km no caminho. Passei todo o dia na Finca Del Mate Cocido, o lugar onde ela morava com seu atual companheiro e mais 4 pessoas, em sua companhia e de sua filha. Passar o dia com **EMI** foi uma imersão no seu cotidiano. Colhemos em sua horta, fizemos almoço juntas, fiquei com **EMI** desde as 9h da manhã até as 19h daquele dia.

Mapa 10: Localização do departamento de Tupungato, Mendoza-Argentina.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN), 2017 e Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST). Elaborado pela autora.

2.3.1 EMI

Investigadora: Siéntase “a vontade”

EMI.: Yo nací En Buenos Aires que es una provincia que está a mil kilómetros de acá. Y milité en varios lugares, como en Movimientos de Trabajadores Desocupados que se llama MTD en el 2001 yo era muy joven, yo tenía ahí como 16 años, por ahí. Y destituyeron a un presidente que había acá y todo el año previo, los años previos, había mucha desocupación entonces se hacían como grupos de trabajadores y trabajadoras que hacían truques y se organizaban en los barrios.

Yo vivía en un barrio. Y, bueno, yo empecé ahí como a acercarme a la militancia y después empecé a militar en movimientos estudiantiles, en murgas también estaba, y empecé a trabajar también que era un espacio de militancia que es como una fundación de niños y niñas, que articulaba; no es de parte del MNCI, Movimiento Nacional Campesino Indígena, del cual formamos pacemos parte, pero articulaba. Y ahí yo estaba en un grupo de niños de 6 a 8 años, que era en una villa, que se llamaba Villa Fiorito, que es uno de los asentamientos más... (asentamiento es diferente en Brasil, acá) pero bueno, más o menos parecido, es como una villa muy grande con muchísimas carencias, digamos la gente ahí vive sobre relleno de basural y bueno, una vida como muy difícil.

Y en ese lugar, en esa fundación, los niños reciben el desayuno y el almuerzo y además hacen talleres a contra turno de la escuela. Yo estaba en la mañana y después trabajé en la tarde y los niños iban, por ejemplo, a la mañana desayunaban, hacíamos talleres, después almorzaban y ahí iban a la escuela. Y después los de la tarde también. Y a la noche también, iba un grupo de niños, que son los hijos de cartoneros, digamos, de los que trabajan juntando cartones; y para no llevar a sus niños los dejaban ahí. Entonces había un turno que era nocturno.

Este, bueno, yo trabajaba ahí y ahí como articulaba con el MNCI nos invitaban siempre a las actividades que hacía el movimiento y ahí fui a una que se llamaba Escuela de la Memoria Histórica, que van todas las organizaciones del

Movimiento Nacional. Y ahí conocí a compañeros de varios lugares del movimiento y de acá de Mendoza: al Ángel, al José, al Richy, Emilio... varios compañeros. Y quedó como una relación así de amistad, por así decirlo, pero a mil kilómetros de distancia. Y yo en ese momento estaba en pareja con el que después fue el papá de la Chivi y bueno, se dio la oportunidad de venir a visitar acá a la escuela y bueno nosotros alquilábamos, vivíamos, bastante mal digamos. Entonces, se dio la oportunidad de venir a cuidar una casa acá, en Jocoli y fuimos, vinimos.

Encima, encima, la relación bastante complicada también, en el sentido de que... bueno, él muy violento. Vinimos acá y eso como que se profundizó y acá nos separamos, una relación muy muy violenta. Y hubo una decisión también de la Organización de decirle que él se tenía que ir, no podía estar. Me ayudó mucho eso, porque ahí yo era consciente de todo eso, pero me avergonzaba mucho también; no sé era muy raro ¿viste? Y tenía mucho miedo a quedarme sola, con una hija... por suerte tuve como ayuda de un montón de compañeras que me acompañaron en esa decisión y me contuvieron también, porque no era solo separarme sino también que después estuve trabajando en la fábrica y bueno, en la radio después. Y ahí pude... bueno me separé y después fue todo mucho mejor, cambió mucho. La verdad es que tenía mucho miedo al principio y después de eso es como que me sentía mucho mejor, porque me había sacado un peso muy... inclusive me limitaba en un montón de cosas, hasta en la militancia, esa relación.

Bueno, él se fue, se volvió a Buenos Aires yo me quedé acá. Igual como que vuelve, todavía, ahora está en Mendoza, es muy difícil la relación, es muy violento todavía. Por más que estamos separados él viene y me molesta (es decir, molesta es distinto acá que allá) como que me hostiga, sería. Igual le hice denuncias y todo, tiene perimetral, él no se puede acercar a 500 metros a la redonda de donde yo estoy. Pero igual a veces se aparece, o me entero que se aparece y tengo que estar avisándole a todo el mundo. Él no puede venir, porque, por ejemplo, el viernes iba a ir él a tocar los tambores, entonces yo le dije a los chicos del Candombe que él no podía ir, porque él tiene una restricción de acercamiento, si él se llega a acercar yo puedo llamar a la policía

y la policía se lo lleva. Pero no era agradable, digamos, que eso pase en ese lugar.

Y ahí es como también me comencé a acercar al equipo de género, al área de género de la organización, a Vero o a Mariana, y con ellas, bueno, empezamos a trabajar, así también; ayudando a otras compañeras. Que en este momento tuve mucha contención, ellas me acompañaron en la cuestión jurídica, de ir, hacer las denuncias, también para que después yo pudiera tener un trabajo, digamos que si me separaba no es que quede sola. En ese momento era como también todos aprendían de esa situación, porque antes capaz que habían pasado situaciones similares, pero nunca se había podido actuar porque nadie quería intervenir o trataban de que “no, mejor que no se sepa”, no sé. Y en ese caso fue como que todos los compañeros y compañeras, intervinieron y me ayudaron mucho. Me acuerdo que, en un momento, en un tiempo, yo ya estaba separada y él venía, entraba a mi casa, pateaba, rompía todo y me pegaba, capaz; entonces tenía siempre que estar alguien conmigo y algunos días me tenía que ir de mi casa. Entonces me iba a la casa de una compañera, me quedaba ahí unos días y bueno, él uno de esos días entró y prendió fuego a toda mi ropa, me tiró toda la comida, todo... bueno, muy duro. Hasta que le dijeron que se vaya de la provincia y se vuelva a Buenos Aires. Y se fue. Hasta ahí. Bueno... Y ahí después pude salir de toda esa situación.

Investigadora: ¿Y cómo fue esa situación? ¿Cómo fue era intervención para que él se fuera?

EMI.: Se le habló. Me hablaron a mí. Se juntaron. Que para mí fue muy duro, porque era algo que a mí me provocaba mucha vergüenza y de golpe estar en una reunión con 15 personas hablando sobre eso, capaz que ahora estaría bueno después con el tiempo ver, en ese momento yo me sentí mal. Me decían: Bueno, vos no podés seguir con esta situación así, ustedes viviendo, porque aparte yo vivía en la sede de la organización. Entonces no se podía, no se permitía una situación de violencia ahí. Entonces me hablaron a mí, me dijeron qué quería hacer yo, yo le dije que no, que yo quería seguir estando ahí, pero que no quería seguir estando con esa relación. Pero yo sola no la podía cortar. Y así mismo lo sentaron a él y le dijeron... bueno, y él tuvo una

reacción diferente, como echándome la culpa a mí; muy muy violenta. Mucho no me contaban, cuando me contaron eso. Pero le dijeron que él se tenía que ir, que él no podía estar ahí; que se tenía que ir. Se fue para la casa de un vecino y como no trabajaba, bueno, no pudo sostenerse más económicamente, así que se volvió a la casa de su mamá, en Buenos Aires. Y ahí se quedó un tiempo y ahora volvió de nuevo. Y yo trato de que no me moleste, no más. Que haga lo que quiera.

Pero bueno, muy difícil. ¡Qué sé yo! También le habla a Leonela, a la Chili, le habla no muy bien. No le habla bien de mí. No sé. Como que yo noto el cambio cuando ella se va con él y viene ¿viste? Es diferente. Y me reprocha cosas y... bueno.

Investigadora: ¿Y cómo es la relación...?

EMI.: ¿De él con ella? Bien. Cuando se ven están bien. Pero él, ahora por ejemplo yo le hice demandas porque él no le pasa el alimento y él le dice a todo el mundo que yo no la dejo ver a ella. Él a mí no me puede ver, yo no puedo tener ni siquiera intercambio de llamadas, ni nada con él. Y entonces pusimos un mediador que es el Ángel, que es mi compañero, y él inclusive ahora cortó relación hasta con el Ángel. Y nadie más quiere mediar con él. Entonces él está diciendo que yo no lo estoy dejando ver a su hija y que no es real, porque él no viene, no la ve. Tiene problemas de adicciones y por ahí a veces dice que viene a verla y lo esperamos, y eso fue hace unos meses atrás, y lo esperamos y todo y nunca vino porque se gastó la plata en adicciones; en su adicción, digamos. Entonces, es muy difícil así. Pero es buena su relación, digamos, él... o sea, no la busca, a veces le manda mensajes y eso, pero no hay intenciones de venir a verla, creo yo, porque si no uno tiene las intenciones, pero él no las tiene tampoco últimamente, entonces es como que... nada, no sé. Ahora no está tendiendo relación con ella. No sé cómo seguirá todo.

Investigadora: Bueno cuénteme entonces ¿Cómo conoció a su compañero actual?

EMI.: Bueno, nosotros nos conocimos hace como 5 años en la Escuela de la Memoria Histórica, que fue donde yo conocí a todos los compañeros y bien, buena relación, así como de amistad. Y después cuando vine para acá, bueno yo pasé toda esta situación, y éramos amigos, digamos. Yo era más amiga de “José” y de “Wichi”, otros dos chicos que son “uf” amigos. Y después, no sé, empezamos a vernos y a estar juntos, después de dos años más o menos, estuvimos como dos años cada uno viviendo en su casa y en el año pasado, en el verano, más o menos a esta época... antes de ayer se hizo un año que estoy viviendo acá; dijimos, bueno vamos a probar de estar un verano juntos y ver qué pasa... y así fue, me vine yo a vivir acá durante el verano y después decidimos convivir. Y eso... no sé. Es muy linda la relación, es muy respetuosa, es muy sana; es muy buen compañero y, no sé, eso... nos organizamos en cuidar a Leonela a los dos... digamos, como que en ese sentido es muy linda relación. Muy respetuosa, muy buena. Somos muy diferentes, yo soy como muy, no sé cómo decirlo... ¡eh! y él es como más tranquilo, él es muy tranquilo y yo como más “ah...” Pero nos llevamos bien, nos reímos mucho, compartimos muchas cosas. Compartimos muchas cosas y a la vez tratamos de no estar todo el tiempo juntos y de hacer todo juntos. Que cada uno tenga su espacio. Pero bueno. Tenemos proyectos en común, que eso está bueno, como es la producción, junto con Nico, la producción hortícola. A su vez yo también hago mermeladas y dulces. Y bueno, bien. Qué sé yo. Tenemos ahora, pensamos en hacernos nuestra casa juntos. Primero una casa y yo después quiero hacerme mi otra casa aparte, como para tener también... qué sé yo, uno nunca sabe.... Es difícil tener una relación de pareja conviviendo con otras personas más, pero bueno, la sabemos llevar muy bien, digamos, y no sé, tenemos proyectos juntos y eso está bueno. La verdad es que nunca había tenido una relación tan buena en ese sentido y que se pueda hablar abiertamente; podemos hablar abiertamente un montón de cosas. Antes no me había pasado... bueno, la cuestión del feminismo y todo eso, también me ayudó un montón a que yo pudiera plantear un montón de otras cosas y pararme desde otro lado para elegir un compañero, digamos. Y a su vez de que a él también, porque... ¡qué sé yo! También es... son las mujeres, pero también los varones los que quieren replantearse un montón de cosas,

repensar sus prácticas, también lo hacen y en ese sentido creo que por lo menos acá en este espacio eso se está dando con los compañeros...

Investigadora: ¿Cómo puedo llamarle a esta sede? ¿Cómo ustedes la llaman?

EMI.: Esta es la “Finca Mate Cocido”, y esta es... no sé cómo se llamaría: De la regional “Valle de Uco”.

Investigadora: ¿Cuánto llegó acá entonces ya había?

EMI.: Sí, hacía un año que están. Yo igual, venía fin de semana por medio, más o menos, con Ángel, como vivíamos tan lejos nos veíamos solo los fines de semana y un fin de semana venía a mi casa y otro fin de semana yo venía acá. Entonces yo venía los fines de semana y también trabajábamos... en ese sentido también aporté y desde el lugar de donde... este... no estando viviendo acá, pero desde que los chicos entraron acá y empezaron a vivir. Que al principio vivían en carpas, yo venía, digamos. Y bueno, y vine acá y esto ya estaba armado, las piezas no; armamos las piezas y a los pocos días que vine yo tuvimos luz, pudimos conseguir la luz y ahí eso fue también un avance muy importante, porque pudimos tener agua... antes nos pasaba luz el vecino, entonces era más difícil. Y nos pasaba la luz solo para llenar la cisterna, digamos. Y cargar agua en los tachos para tomar, no para tener adentro de la casa, porque si no era recargar mucho al vecino, digamos. Y tampoco hay tanto suministro eléctrico. Entonces, bueno... eso.

Investigadora: La cuestión del agua. Cuéntame un poquito cómo hacen para manejar el agua acá...

EMI.: Nosotros tenemos un pozo, sacamos con una bomba del pozo porque, bueno, esta finca no tiene derecho a riego, lo tenía, y ya no lo tiene más porque cuando entra en deuda. Quien tiene derecho al agua es la tierra, no las personas. Entonces, esta tierra está abandonada y tiene deuda ¿no? Con el agua, entonces, no tiene derechos, cortaron el derecho al agua. Igual de las 26 hectáreas solo 6 tienen derecho a riego. Y hay que pagar una deuda que es muy cara, que nosotros no tenemos posibilidad de pagarla. De todos modos, hasta que no tengamos, digamos, hasta que no se reconozca nuestro derecho

a esta tierra no podemos acceder a pagar el agua, porque intentamos ver si podíamos tener agua, pero no se puede. Entonces hicimos un pozo, que es ilegal... es ilegal, pero todas las fincas tienen, digamos, las fincas de gente que tiene plata, tienen pozos; o sea, no se puede, pero lo hacen igual. Y el agua acá está a 8 metros de profundidad, entonces es subterránea. Y de ahí llenamos na cisterna de placas, que esa cisterna se hizo el verano pasado no, el anterior. Llenamos esas cisternas generalmente durante la noche, está toda la noche la bomba prendida para llenar y al otro día, con otra bomba chupa el agua que está en la cisterna y regamos. Tenemos riego por goteo, que se llama, y si no, en la parte que tenemos sembrado zapallos, acá adelante, tenemos riego con aspersor y es la misma agua que usamos también para tomar. Es agua subterránea y mineral, sería.

Investigadora: Y las cisternas ¿sabe contar la historia de ella?

EMI.: Sí, más o menos, bueno. Un grupo de compañeros nuestro. Nosotros somos parte de una organización a nivel nacional que es el Movimiento Nacional Campesino Indígena. Un grupo de compañeros de otra provincia, que es la provincia de Córdoba, se fueron a formar a Brasil con compañeros y compañeras del MST para aprender a hacer estas cisternas de placa que se hace como con moldes y cemento, digamos, los moldes son de hierro, pero con esos se van haciendo placas de cemento. Y se hace un pozo y se va poniendo todas esas placas y bueno, después se va haciendo. No sabría explicarlo bien.

Investigadora: Yo creo entender eso ¿Cómo llegó la tecnología de saber hacer?

EMI.: Los compañeros se fueron a formar a Brasil y después ellos vinieron a hacer acá. Hicieron en Córdoba, hicieron acá, hicieron en la parte del Secano, del norte de Mendoza que ahí el agua, hay muchísimo problema con el agua, no hay prácticamente... entonces, ahí también han hecho. Y la idea también, después esos compañeros formaron a otros compañeros para que pudieran ser más los que sepan hacerlo y también es un aprendizaje y les sirve a ellos para tener su sustento también ¿no? Y esto se hizo en colaboración, se hizo un proyecto, con una institución del estado que se llama el INTA, Instituto Nacional

de Tecnología Agropecuaria, que es una institución del estado con la cual nosotros coordinamos y articulamos. Y compañeros de la organización que forman parte. Son agrónomos y forman parte del INTA y, bueno, nos hacen el asesoramiento técnico, para producir. Así que se hizo un proyecto que salió y nos dieron el subsidio para poder hacerla. Después hubo un lío porque esa agua iba a suministrar, también de ahí se iba a suministrar, pese a que es muy poca cantidad, necesitaríamos otra cisterna como esta para poder producir bien como quisiéramos y además para promover de agua al merendero que hay... que también hay merendero, y para proveer de agua a los otros vecinos de la finca. Bueno, al final hubo una traba ahí que desde el gobierno no pudimos terminar esa obra y se devolvió el dinero que ya se había invertido. Así que no pudimos, terminarla, pero bueno, por lo menos pudimos hacer eso ahí.

Investigadora: Que está bueno... Las otras familias de acá, cuéntame un poquito como ustedes se organizan aquí dentro de la finca.

EMI.: Con las otras familias nos organizamos, nada, ahí para producir. Patricio produce. Algunos ya tenían desde antes de nosotros, ya tenían sus producciones. Por ejemplo, "Donosso" tenía animales, criaba animales y eso. Y nos reunimos de vez en cuando. No tenemos fijo así días de reunión, pero nos reunimos para organizarnos. Bueno, con todo este lío que ocurrió nos hemos reunido para saber cómo íbamos a hacer, o, por ejemplo, hicimos una asociación entre las familias que también nos sirven para diferentes cosas: gestionar recursos y para que una vez que tengamos la tierra, digamos que sea reconocido que tenemos sobre la tierra, esa tierra pase a ser propiedad comunitaria de la asociación. Entonces, un poco el fin es ese. Y los miembros directivos, en realidad hay como una cuestión que es más formal, que tiene que haber presidente, vocal, secretaria, todo eso que son algunos compañeros de las familias de acá, de la familia del fondo, de la familia de adelante, pero que en realidad las decisiones las tomamos entre todos, digamos.

Investigadora: ¿Por la burocracia, sería?

EMI.: Claro.

Investigadora: Bueno ¿Las familias que hacen parte del movimiento son las que viven acá? ¿Las otras no?

EMI.: No. Las otras de enfrente también hay familias que... capaz que no sé. Participan en las actividades, en todo lo que hacemos, pero a veces como que no terminan sintiéndose parte. Es muy raro. Hay como también en esta comunidad y en algunas otras que, cuando vivía en Jocoli, también lo veía, es como que hay una desconfianza. Porque siempre hay algo, bueno, yo lo atribuyo a eso, es una lectura que hago yo, el gobierno ha hecho una cuestión de asistencialismo, y capaz que para las elecciones venía, prometía cosas y después se iba. O les daba un Nylon para el techo y nada más. Entonces las personas nunca terminaban siendo sujetos de cambio, digamos. O posibilidades de que organizaran. Era como todo individual. Y la lectura que yo hago es que eso genera un montón de desconfianza en las personas, también, porque cualquier persona que pueda llegar a venir a prometer algo es tomado como de: "bueno, sí, vos te vas a ir después, pero yo voy a seguir estando acá y mis problemas no van a cambiar. Entonces, para mí eso es algo muy difícil de romper. Tarda muchísimo, se tardan muchísimos años. En algunas comunidades de la organización después de 20 años que están yendo compañeros recién es que se empiezan a auto-organizar en torno a eso, la misma comunidad. Y en otras no, mucho más fácil. Pero el sentido de pertenencia es todavía muy complicado. Sí, algunos compañeros sí se sienten. Tiene que ver con las personalidades también. Hay compañeros y compañeras que fueron a una, dos actividades y se reconocen parte de la organización, digamos, eso está muy bueno.

Investigadora: En relación a los vecinos más lejanos, acá, no tanto. Ese asentamiento que tiene acá gente. ¿Cómo son las relaciones con ustedes? En cuando movimiento, también.

EMI.: La relación más fuerte es a través del merendero que hay, que echaron adelante un grupo de compañeros, pero que aportamos todos en ese sentido, así que de alguna manera u otra y en la medida que vamos pudiendo, como que también todas las personas que vivimos acá tenemos diferentes tareas. Algunos están más abocados a eso, pero también colaboramos entre todos. La

relación se da a partir de ahí, básicamente, que hay madres que vienen y colaboran en la cuestión de hacer la merienda para los chicos. Y después, bueno, de ahí se les fueron sumando, han ido a algunas actividades a nivel nacional, algunas, algunas actividades más locales, también talleres, encuentros. Entonces, a partir de ahí, capaz que es una cuestión concreta de un trabajo, también de poder tener algún sustento porque hay subsidios, planes sociales que se les dice, por los cuales se van sumando; entonces la posibilidad se da en dos sentidos, digamos, poder hacer una merienda para, digamos, fortalecer la alimentación de los niños, porque además es todo casero y se trata de que se coma algo...

Investigadora: ...de sustento...

EMI.: ...claro, algo sano y que les sirva, digamos, que pueda ser algo bueno. Digamos, no se compran. Las compañeras que hacen la merienda, no compran, no es que compren un paquete de galletitas y les dan, sino que lo hacen ellos. Entonces, se da en dos sentidos eso, de poder alimentarlo con lo que hacen ellas, casero, y después, a partir de eso, también que eso sea una especie de trabajo para ellas. Y bueno, también se dan diferentes talleres y ahora se está construyendo ese espacio, que es como un salón comunitario, en el cual, no solo sea para eso, sino que se puedan hacer diferentes cuestiones...

Investigadora: ...como reuniones, formaciones...

EMI.: Si.

Investigadora: Ché, me llamó la atención que tenía un cartel, de esos bien fuertes así que miramos y “chá” sobre el patriarcado... ¿Cómo es la relación? Acá todos tienen una buena relación con el feminismo ¿cómo es que trabajan eso acá?

EMI.: Se trabaja como en varios aspectos. Cuesta, como todo, porque creo que todos estamos aprendiendo de eso. Pero desde lo más pequeño, desde la división de las tareas, ahí tenemos un cuadro en el que tenemos todas las tareas que se hacen a diario, o por ahí algunas no se hacen todos los días;

pero desde alimentar a los animales, regar, limpiar, lavar los platos, cocinar... nosotros tenemos un baño seco, ese, el baño, también hay que ir y tirar el relleno, digamos; hacer el pan, o sea hay varias tareas; eso tratamos de... no, tratamos no, lo hacemos, de que sea rotativo. Ahora ni nos anotamos ahí. Ayer me anoté yo porque era la única que estaba acá, ponele, pero... eso tratamos de que, o sea tratamos no, lo hacemos de modo que sea que en eso que es lo más pequeño, lo más cotidiano, la división de la tarea del hogar lo hacemos que todos seamos por igual, digamos. Y después, nosotros que también al ritmo de la cuestión de poder ir reconociendo de a poco, a medida de ir conociendo el feminismo, ir conociendo cómo se da el patriarcado dentro de nuestras relaciones y cómo sin quererlo lo fuimos reproduciendo toda la vida y reconocer que eso eran relaciones patriarcales que íbamos teniendo, también tratar de ir cambiándolo. Y a los golpes, a veces, en el sentido de que a los tropezones lo hacemos, digamos, pero bueno, lo hacemos, y hay una apertura re interesante a que eso pueda ser tratado. Yo creo que acá hay mucha más apertura que en muchos otros lugares, a poder hablarlo y a poder llevarlo adelante, digamos. Por ejemplo, en casos particulares, hace poco nos contactó una chica que no es de la organización, de que un compañero nuestro la estaba ortigando, la estaba acosando. Entonces, rápidamente nos reunimos un par de compañeras y compañeros, también, para ver cómo hacíamos en ese caso. Entonces se habían planteado como varios ejes, bueno: acompañar a la chica, acompañar al compañero, ver qué se podía hacer en ese sentido. Con un montón de cosas para cambiar en el medio también, pero bueno, lo importante es que pudimos hablar con él, con ambos, con la chica y el chico; capaz que para los varones también es muy difícil eso, porque... sobre todo para los que empiezan a tomar conciencia de sus problemas, qué se yo. A mí, yo viviendo en una relación con el padre de mi hija re contra machista, re contra violenta, conociendo que eso no estaba bien, me costaba desligarme de eso. Me imagino a un compañero también debe ser re difícil, digamos. Entonces pasaba que, bueno, él como más reacio, o sea no reconociendo, capaz, esa situación. También tratando de ver ¿no? Tratando de ver que todos podamos, si vemos que hay una situación que no está buena, de poder que todas las personas seamos partícipes de eso y que no solamente va de las

compañeras que son feministas, tengan que ser las que pongan eso... porque a veces pasa eso también, es como que todo recae y es muy difícil...

Investigadora: ...este cambio...

EMI.: Si. De hecho, todavía, bueno, ahora hay otra situación con un compañero, que era compañero de la organización ahora no es tanto, pero está involucrado de todas maneras también, entonces y también viendo, cómo hacer ¿viste? Porque la verdad es que van surgiendo esas cosas o vas viendo que las mujeres tienen más participación en la cuestión de organizarse ¿no? Y los varones, capaz que ningunean, en esas situaciones, dicen: bueno, no es importante, se juntan a no hacer nada. Y resulta que cuando las mujeres se van involucrando y van ganando autonomía el varón pone el límite, el marido generalmente, pone el límite y dice: hasta acá, no vas más y la compañera deja de asistir. Y capaz que pasa que después hay resquemor con esa compañera de que: ay, no vino más, esto o lo otro. Y bueno, la idea es que podás sumar la mirada de que veamos, bueno: ¿por qué esa compañera no pudo venir más? ¿O por qué no está pudiendo?

Investigadora: ...o qué está pasando...

EMI.: O qué está pasando. Eso que todavía no está capaz, bien planteado. O visibilizado. De tener como eje, por ejemplo. Algunos sí, por ejemplo, nosotros nos organizamos por grupos de base; por ejemplo, en el otro grupo de base, en "Tupungato" en donde está el Dani ellos tienen como ese eje, bueno priorizar a las mujeres, acá también, se prioriza a las mujeres para que puedan... digamos, si hay un subsidio, si hay un plan social se le prioriza a las mujeres y ellos también y si esa mujer, por alguna razón, no puede venir, bueno, también se tiene en cuenta eso. De que ellos lo tienen como un eje, digamos, porque les ha pasado y han visto esa situación, particular, digamos, y acá, bueno también, de hecho, pasa con una compañera que no está viniendo y eso porque su marido, él me lo ha dicho: yo no quiero que vaya. Entonces, bueno ¿cómo hacer? Si le cortás esa posibilidad de ese ingreso, por más pequeñito que sea, le estás cortando también la posibilidad de poder emanciparse, digamos, de poder... o la seguís sumiendo al marido, digamos, las seguís... no

sé, subordinando. Entonces, bueno, estamos aprendiendo un montón de cosas. Yo creo que hemos hecho avances en un montón de cosas, en un montón de miradas que se han aportado, que hemos aportado colectivamente. Me parece que, una cuestión que estábamos pensando con algunas compañeras es empezar a ver en protocolos de actuación en determinadas situaciones, porque si no pasa esto. Y que toda la organización los tenga en cuenta, digamos. Porque si no, bueno, las compañeras le podemos llegar a visibilizar y a veces es que la verdad visibilizás un montón de situaciones, pero no en todas tenés posibilidad de incidencia. Y a veces resulta una frustración. La idea es que eso no pase tampoco.

EMI.: Estoy acostumbrada a hablar porque trabajo en una radio, entonces. Algo que me acostumbré de trabajar en la radio es que un poquito de silencio que dejás en la radio es como que no podés... sí, en serio. No sé si está mal, pero capaz que donde hablás más pausado, más chicloso, así... la persona cambia ¿no? En la radio, por ejemplo. Es otro el tiempo. Como no te está viendo, tiene que estar todo el tiempo, algo ¿viste? Entonces, me acostumbré. No soporto el silencio por más de un segundo.

Investigadora: Creo que ya habló muchas cosas importantes.

EMI.: Si. Bueno.

Investigadora: ...está bueno. Muchas Gracias, por contarme su vida!